

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE
ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Ana Schramm

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO TERRITÓRIO:
Aprendizagem ativa para fortalecer a participação da comunidade na definição e
controle social de políticas locais

Brasília
2018

Ana Schramm

PROMOÇÃO DA SAÚDE NO TERRITÓRIO:
Aprendizagem ativa para fortalecer a participação da comunidade na definição e
controle social de políticas locais

Trabalho de Dissertação apresentada à
Escola Fiocruz de Governo como
requisito parcial para obtenção do título
de mestre em Políticas Públicas em
Saúde.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Dutra
Fenner

Brasília
2018

Catálogo na fonte
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde
Biblioteca de Saúde Pública

S377p Schramm, Ana.
Promoção da saúde no território: aprendizagem ativa
para fortalecer a participação da comunidade na definição e
controle social de políticas locais / Ana Schramm. -- 2018.
276 f. ; il. color. , mapas. ; tab.

Orientador: André Luiz Dutra Fenner.
Dissertação (mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz,
Escola Fiocruz de Governo, Brasília, 2018.

1. Promoção da Saúde. 2. Participação da Comunidade.
3. Pesquisa. 4. Políticas Públicas. 5. Qualidade de Vida.
6. Territorialidade. 7. Unidade de Conservação. I. Título.

CDD – 22.ed. – 613

Ana Schramm

Promoção da Saúde no Território: Aprendizagem ativa para fortalecer a participação da comunidade na definição e controle social de políticas locais.

Trabalho de Conclusão de Dissertação apresentada à Escola Fiocruz de Governo como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Políticas Públicas em Saúde, na linha de pesquisa Saúde e Justiça Social.

Aprovado em 27/02/2018.

BANCA EXAMINADORA



Dr. André Luiz Dutra Fenner. Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília



Dra. Juliana Wotzasek Rulli Villardi. Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Brasília



Dr. Edmundo Gallo. Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Rio de Janeiro



Dr. Jorge Huet Mesquita Machado. Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília

Dra. Fernanda Natasha Bravo Cruz. Universidade de Brasília - UnB

*Dedico este Trabalho a toda comunidade do
território do Ribeirão Sobradinho.*

RESUMO

O trabalho consiste em uma pesquisa-ação realizada junto à população do território do Parque Canela de Ema, em Sobradinho II - DF, para qualificar a participação comunitária na formulação e implementação de políticas públicas saudáveis para a melhoria da sua qualidade de vida. A pesquisa partiu da formação de um grupo de atores locais com base na noção de Comunidade de Aprendizagem, do Modelo de Governança da Água e do Território, que realizou diversas ações de mobilização e sensibilização da população para a recriação do Parque, e de práticas de promoção da saúde. A pesquisa envolveu a identificação do contexto socioambiental do território do Ribeirão Sobradinho e a análise da arena política em torno do Parque. Os resultados obtidos mostraram que a metodologia da pesquisa-ação fortaleceu a atuação do grupo formado pelos atores locais no processo de recriação do parque e na arena política ambiental. O grupo elaborou instrumentos de participação política, entre eles uma proposta de unidades de conservação para a sua região, que foi incorporada na agenda do governo local. A investigação constatou que abordagem da promoção da saúde, pelo viés do empoderamento comunitário, fortalece a participação ativa da população local na formulação e implementação de políticas públicas saudáveis e sustentáveis. Esta pesquisa também levou à criação de uma rede de articulação política e construção de conhecimento entre a comunidade, envolvendo professores, estudantes, agentes públicos, técnicos e pesquisadores, que possui capacidade efetiva de influência na implementação de políticas e práticas socioambientais no território do DF - Brasil.

Palavras chave: Promoção da Saúde; Comunidade; Participação; Pesquisa-ação; Unidade de Conservação.

ABSTRACT

This work consists in an action-research among the population of the Canela de Ema Park, in Sobradinho II, Federal District, Brazil, to qualify community participation in the formulation and implementation of healthy public policies, in order to improve their quality of life. The research formed a group of local actors, based on the notion of Learning Community, of the Water and Land Governance Model, which carried out various actions to mobilize and to raise and to aware the population on the importance of recreation of their Park, among other health promotion practices. The research involved the identification of the socio-environmental context of Ribeirão Sobradinho territory, and the analysis of the political arena around the Park. The action-research methodology strengthened the performance of the local population in the process of recreation of the Park and in the environmental political arena. The group elaborated instruments of political participation, as a proposal of conservation units for its region that was incorporated in the agenda of the local government. The research proved that the health promotion approach, through the community empowerment bias, strengthens the active participation of the local community in the formulation and implementation of healthy and sustainable public policies. This research also led to the creation of a network of political articulation and knowledge building among the community - involving teachers, students, public agents, technicians, researchers, and common citizens - which has effective capacity of influence on the implementation of social and environmental policies and practices in the territory of Federal District.

Keywords: Health Promotion; Community; Participation; Action-research; Conservation Unit.

RESUMEN

El presente trabajo consiste en una investigación-acción junto a la población del territorio del Parque Canela de Ema, Sobradinho II, Distrito Federal, Brasil; con el fin de calificar la participación comunitaria en la formulación e implementación de políticas públicas saludables para mejorar su calidad de vida. La investigación partió de la formación de un grupo de actores locales con base en la noción de Comunidad de Aprendizaje, del modelo de Gobernanza del Agua y del Territorio, que realizó diversas acciones de movilización y sensibilización de la población para la recreación del Parque, y prácticas de promoción salud. Involucró la identificación del contexto socioambiental del territorio del Ribeirão Sobradinho y el análisis de la arena política del Parque. La metodología de la investigación-acción fortaleció la actuación de la población local en el proceso de recreación del parque y en la arena política ambiental. El grupo elaboró instrumentos de participación política, entre ellos una propuesta de unidades de conservación, que fue incorporada en la agenda del gobierno local. La promoción de la salud, por el sesgo del empoderamiento comunitario, fortalece la participación activa de la población local en la formulación e implementación de políticas públicas saludables y sostenibles. Esta investigación también condujo a la creación de una red de articulación política y construcción de conocimiento entre la comunidad - involucrando a maestros, estudiantes, agentes públicos, técnicos, investigadores y ciudadanos comunes - que tiene una capacidad efectiva de influencia en la implementación de políticas y prácticas socioambientales en el territorio del Distrito Federal.

Palabras claves: Promoción de la Salud; Comunidad; Participación; La investigación-acción; Unidad de Conservación.

LISTA DE SIGLAS

ADASA - Agência Reguladora de Águas Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade
APA - Área de Proteção Ambiental
APCE - Amigos do Parque Canela de Ema
BNDES - Banco do Desenvolvimento Social
BSM - Programa Brasil sem Miséria
CA - Comunidade de Aprendizagem
CF - Constituição Federal
CEF - Centro de Ensino Fundamental
CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal
COMDEMA - Comissão de Defesa do Meio Ambiente
DF - Distrito Federal
DODF - Diário Oficial do Distrito Federal
DSS - Determinantes Sociais da Saúde
Fiocruz - Fundação Oswaldo Cruz
GDF - Governo do Distrito Federal
GAT - Governança da Água e do Território
GT - Grupo de Trabalho
IBRAM - Instituto Brasília Ambiental
MDE - Memorial Descritivo
MPDFT - Ministério Público de Distrito federal
ODM - Objetivo de Desenvolvimento do Milênio
ODS - Objetivo do Desenvolvimento Sustentável
OMS - Organização Mundial da Saúde
OPAS - Organização Pan Americana de Saúde
PDGIRS - Plano Distrital de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos
PDSB - Plano Distrital de Saneamento Básico
PNPS - Política Nacional de Promoção da Saúde
PNRH - Política Nacional de Recursos Hídricos
PNUD - Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento
PRIS - Polo de Roupas Íntimas

PLP - Promotoras Legais Populares
PS - Promoção da Saúde
PSAT - Programa de Promoção à Saúde, Ambiente e Trabalho
PSE - Programa de Saúde na Escola
RA - Regiões Administrativas
REBIO - Reserva Biológica
REVIS - Refúgio da Vida Silvestre
SDUC - Sistema Distrital de Unidades de Conservação.
SEMA - Secretaria de Meio Ambiente
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUS - Sistema Único de Saúde
TSGA - Tecnologias Sociais para Gestão da Água
TSS - Território Saudável e Sustentável
UC - Unidade de Conservação
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UnB - Universidade de Brasília
ZEE - Zoneamento Ecológico Econômico

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo Urubici de Governança da Água e do Território	38
Figura 2 - Mapa DF Regiões Administrativas – RA V e RAXXVI	65
Figura 3 - Mapa Unidades de Conservação do Distrito Federal.....	66
Figura 4 - Memorial Descritivo da Expansão Urbana Sobradinho II	67
Figura 5 - Unidades de Conservação e Parque Canela de Ema	69
Figura 6 - Parques do território do Ribeirão Sobradinho.....	69
Figura 7 - Mapa Canela de Ema. Projeto Mapear IBRAM.....	71
Figura 8 - Proposta da Recategorização IBRAM, 2015	80
Figura 9 - Proposta dos Amigos do Parque Canela de Ema, 2015	82
Figura 10 - Proposta Amigos do Parque Canela de Ema e GT1.....	82
Figura 11 - Mosaico de Unidades de Conservação na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, 2016.....	85
Figura 12 - Proposta Objeto do Diagnóstico Ambiental, junho 2016	89

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 - Cartografia da pesquisa.....	64
Diagrama 2 - Linha do Tempo da Comunidade de Aprendizagem dos Amigos do Parque Canela de Ema.....	95
Diagrama 3 - Espiral das fases da Comunidade de Aprendizagem	127

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Etapas da Pesquisa-Ação Transdisciplinar	50
Quadro 2 - Quadro resumo da metodologia.....	58
Quadro 3 - Matriz FPSEEA do Território do Ribeirão Sobradinho	75
Quadro 4 - Preferências dos atores pelas alternativas políticas	86

LISTA DE FOTOS

Fotos 1 - Reunião do GT1, 2015 e reunião APCE e UPSA, 2016.....	83
Fotos 2 - 58ª Reunião do Conselho da APA PC e reunião GT 2, 2016	87
Fotos 3 - Reunião do GT2	89
Fotos 4 - Reuniões na Rede Serrana, Administração de Sobradinho II, 2015....	96
Fotos 5 - 1º Encontro dos Amigos do Parque Canela de Ema, 2015.....	99
Fotos 6 - 1º Seminário APCE, reunião preparatória, 2015	102
Fotos 7 - 1ª Oficina de Planejamento Participativo, 2016	103
Fotos 8 - Picnic Amigos do Parque Canela de Ema, 2016	104
Fotos 9 - Reuniões na Casa do Ribeirão, mobilização no Buritizinho, 2016 ...	105
Fotos 10 - 2ª Oficina de Planejamento Participativo, 2016	106
Fotos 11 - Oficina Semana de Educação para Vida CEF 08 e Circuito de Ciências Etapas Regional e Distrital, 2017	109
Fotos 12 - Curso TSS no Parque Canela de Ema.....	113

SUMÁRIO

1. PRÓLOGO	13
2. INTRODUÇÃO	17
3. REFERENCIAL TEÓRICO	22
3.1. SAÚDE, AMBIENTE E TERRITÓRIO.....	22
3.2. POLÍTICAS PÚBLICAS SAUDÁVEIS.....	29
3.3. TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS	33
3.4. GOVERNANÇA AMBIENTAL PARA SAÚDE.....	37
4. METODOLOGIA	43
4.1. PESQUISA-AÇÃO	43
4.2. COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM	52
4.3. MODELO FPSEEA.....	54
4.4. CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA	56
4.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	58
5. RESULTADOS	61
5.1. TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO SOBRADINHO	65
5.2. ARENA POLÍTICA DE CRIAÇÃO DO PARQUE CANELA DE EMA.....	78
5.3. COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM DOS AMIGOS DO PARQUE CANELA DE EMA	93
5.3.1. O grupo Amigos do Parque Canela de Ema.....	96
5.3.2. As Ações.....	98
5.3.3. Diálogos no território	113
5.3.4. Instrumentos de Participação Política.....	119
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICES	137

Apêndice 1 - Artigo Original - Arena política do Parque Canela de Ema em Sobradinho II, Distrito Federal. Revista Comunicação em Ciência da Saúde. FEPECS, Brasília, 2017. No prelo.

Apêndice 2 - Documento em Resposta à Consulta Pública da Recategorização dos Parques.

Apêndice 3 - Proposta do Mosaico de Unidades de Conservação na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho.

Apêndice 4 - Minuta do Projeto de Lei de criação do Parque Canela de Ema.

Apêndice 5 - Projeto do Curso Construindo um Território Saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema (Formulário de Acompanhamento de Cursos Livres – EFG).

Apêndice 6 - Material de Apoio para Curso Construindo um Território Saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema, Sobradinho II-DF.

Apêndice 7 - Relatório do Curso Construindo um Território Saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema, Sobradinho II - DF.

Apêndice 8 - Carta do grupo Amigos do Parque Canela de Ema para o Plano Distrital de Saneamento Ambiental e Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Apêndice 9 - Proposta para o Edital Fundação Banco do Brasil.

Apêndice 10 - Proposta para a Chamada Fórum Cidadão 8º Fórum Mundial da Água.

1. PRÓLOGO

Apresento aqui parte da minha trajetória de vida que levou a definir meu objeto de estudo e que justifica minhas opções metodológicas. Passei minha infância e juventude na Colina, conjunto de prédios residenciais para professores e funcionários da Universidade de Brasília (UnB). A UnB foi o meu quintal. Horizonte aberto, 360° graus. Vivenciei diversas interações com o meio, ora explorando o Campus, com seus imensos jardins, ora me relacionando com todos os tipos de pessoas que ali viviam e que por ali estavam.

Na graduação em artes plásticas, desenvolvi trabalhos que enfatizam a relação da arte com o ambiente, por meio de experiências com materiais naturais e intervenções utilizando os conceitos de interação, integração, a teoria do Rizoma (1), ecologia, entre outros que me fizeram vislumbrar a multiplicidade de formas de percepção da nossa relação com o outro e com o mundo. Queria fazer arte política, engajada, mas ao mesmo tempo lírica.

A especialização em educação ambiental surgiu como oportunidade de conhecer metodologias de gestão compartilhada e educação socioambiental emancipatória (2), reforçando, em mim, a noção de ambiente como espaço de interação, em outras palavras, a condição social do ambiente. Durante essa formação, cresceu o desejo de intervir como cidadã na minha comunidade, assim como o desejo de atuar na formação de outros cidadãos.

Minhas experiências como professora tutora no curso de Licenciatura em Artes da Universidade Aberta do Brasil – UnB, e como professora na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, desenvolveram minha atuação na docência. Entre aulas de artes visuais, educação ambiental e cidadania, orientava projetos de pesquisa em artes. Essa atuação foi especialmente emancipatória. Reconheci nesses espaços um lugar para realizar o desejo de

contribuir para transformação social. Reconheci ali, também, minhas habilidades na prática docente.

A experiência profissional que tive na Gerência Regional da Fiocruz em Brasília, no Programa de Educação Cultura e Saúde – PECS foi uma excelente oportunidade de aprendizado sobre as questões práticas que envolvem a promoção da saúde e a gestão de políticas públicas intersetoriais. Nesse âmbito pude experimentar diferentes metodologias de pesquisa e de participação social. Essa experiência levou-me a reconhecer, a partir das minhas vivências anteriores, o meu papel como promotora da saúde, seja por meio da arte, da educação ambiental ou das ações cotidianas.

Observando as relações dinâmicas entre meus interesses e entre os projetos e demandas disponíveis e possíveis no meu ambiente de atuação, deparei-me com uma *situação*: a necessidade de articulação e de qualificação da comunidade de Sobradinho II-DF para participação política local, tomando como ponto de partida sua inserção no processo de criação do Parque Canela de Ema.

Vi isto como uma oportunidade de reavivar a minha militância ambiental e meu desejo de fazer ciência para, e com, as pessoas. Uma ciência sincera e transparente, comprometida com a busca de soluções para os problemas reais do cotidiano das pessoas. Uma ciência cidadã, que se faz quando o pesquisador assume seu papel político e produz para quem precisa, e não para quem detém o capital. Assim, pesquisa-ação foi o caminho metodológico escolhido para desenvolver esse projeto de pesquisa.

Essa *situação* tornou-se meu viver, meu narrar e meu compreender.

A minha entrada no território da pesquisa se revelou com um momento de redescoberta. Onde antes havia uma paisagem saudosa, marcada pelas lembranças da infância,

surgiu uma paisagem desafiadora e enigmática que escondia um rio e uma lagoa. Esta nova perspectiva trouxe à tona memórias de quando subia a serra de Sobradinho a caminho da chácara dos meus pais. Gostava de ler os contornos da paisagem com os dedos. Entrava na chuva, saía da chuva e um arco-íris pintava a paisagem que ficava para trás. Recentemente, quando vim morar na chácara, tive outra percepção dessa paisagem. A ocupação humana expandiu para as bordas da estrada. Os pinheirais deram lugar a edificações. Entretanto, ainda não havia conhecido a complexidade do território do Parque Canela de Ema.

No momento em que escolhi o meu objeto de estudo, esse território passou a ter outro significado. A descoberta de um território dinâmico, carregado de historicidades e biodiversidade, levou-me a redescobrir quem eu sou e de que forma posso interagir com ele. Na minha subida cotidiana da serra, passei a ver a paisagem, sobre a paisagem. Tentando seguir o caminho do Ribeirão Sobradinho e imaginar a Lagoa Canela de Ema escondida no vale.

Aproximei-me dos movimentos sociais, no processo de desterritorialização, para depois me reterritorializar como membro do movimento social, participando da criação do grupo Amigos do Parque Canela de Ema. Amores e amigos surgem e tecem essa história. E neste movimento, de troca e escuta, descobre-se um caminho possível. Vamos construir juntos, uma forma de superar nossas limitações e resolver nossos problemas. O seu problema é meu problema também. O que cada um tem para compartilhar? Descobre-se “o sagrado” que nos une. Compõe-se um espaço de diálogo e de construção.

O desafio era: como desenvolver a capacidade de transformar a nós mesmos e de transformar a nossa realidade? E como aproveitar nossa diversidade de saberes, experiências e percepções, para atuar politicamente no nosso território?

Nessa busca, a teoria serviu como instrumento de percepção para delinear o grupo como uma Comunidade de Aprendizagem. Reconhecemos nossos textos e contextos. Diferentes expertises do turismo, engenharia civil, artes plásticas, serviço social, assessoria parlamentar, ativismo ambiental, história, política, segurança e saúde compuseram nossa práxis.

Com o nosso agir, transformamos nossa realidade. Ocupando espaços, criando instrumentos, adquirindo novas capacidades e habilidades. Aprendendo a ser cidadão na prática política. Sinto-me honrada em poder construir conhecimento a partir de trocas, cooperação. A partir da experiência real. Da experiência pessoal do pesquisador objeto de sua própria pesquisa.

2. INTRODUÇÃO

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Brasília, no desenvolvimento de suas atividades, tem a responsabilidade de buscar soluções para os problemas que adquirem relevância e exigem intervenção social no território do Distrito Federal (DF). Ao longo dos últimos anos, vem atuando nesse sentido junto a algumas Regiões Administrativas (RAs) do DF, norteadas por três eixos de atuação - Integração, Inteligência e Ensino.

A presença da Fiocruz Brasília no território das RAs Sobradinho e Sobradinho II teve início no ano de 2011 apoiando a implementação do Programa Saúde na Escola (PSE) naquela região e a construção da Rede Social Serrana. A atuação da Rede Serrana¹ revelou uma série de demandas do território nos campos da ciência, tecnologia e saúde. A Fiocruz, devido a sua política institucional de fortalecer ações intersetoriais, buscou parcerias para atender às demandas do território de Sobradinho e realizar ações junto à Rede Serrana.

Dessa forma, em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) e com o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), levou para a região o projeto Promotoras Legais Populares (PLP), ação que capacita mulheres por meio de cursos, oficinas e debates sobre direito e cidadania. Também conseguiu apoio para a construção de uma cooperativa de mulheres, o Pólo de Roupas Íntimas (PRIS), por meio de um acordo de cooperação social com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES).

Outra iniciativa, que aconteceu em 2012, foi a parceria com o Governo do Distrito Federal (GDF), no âmbito local do Plano Brasil sem Miséria (BSM)², para implementação do

¹ Rede Social das Regiões Administrativas de Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, composta por membros do governo, da sociedade civil e da comunidade local, que atuam nas áreas de saúde, serviço social, educação, cultura e meio ambiente.

² O Plano Brasil sem Miséria é um dos desdobramentos do Programa Bolsa Família, criado para combater a extrema pobreza, partindo da compreensão de que a pobreza não se resume a questão de renda, mas se manifesta em múltiplas dimensões, como segurança alimentar e nutricional, educação, saúde, acesso à água e energia elétrica, moradia, qualificação profissional e inserção no mundo do trabalho. Implementado no primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, em julho de 2011, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, com a

projeto Cidade Saudável é Cidade Sem Miséria, visando à capacitação das lideranças para participação efetiva na política local. Nos encontros de mobilização para a construção do projeto, impôs-se a necessidade de buscar uma solução para a degradação ambiental do Parque Canela de Ema, em Sobradinho II e para a comunidade do bairro Buritizinho, situada em seu entorno, por apresentar alto grau de vulnerabilidade social e ambiental. Porém, o projeto não foi implementado por divergências políticas e pelo desinteresse e baixa participação da comunidade na proposta apresentada.

O bairro Buritizinho é um loteamento de baixa renda que carece de infraestrutura, saneamento básico, drenagem de águas fluviais e de regularização fundiária. O bairro foi construído ao lado do Parque Canela de Ema, numa área prevista inicialmente para ser zona de preservação do Ribeirão Sobradinho. O Parque, rico em atributos ambientais, já sofreu vários impactos, ao longo da história de ocupação do espaço no DF, devido tanto à ausência do poder público quanto à intromissão, no poder público, de interesses privados de especulação fundiária. Ele foi criado por lei em 1997, no final da única administração petista no DF, mas nunca saiu do papel. Assim, a comunidade do Buritizinho está exposta aos problemas de saúde ligados à contaminação da lagoa e do Ribeirão.

O Parque deveria ser um espaço privilegiado para promoção da qualidade de vida da comunidade, mas tem sido, até agora, um problema para a mesma, pela situação de risco e insegurança causados pela ausência do Estado na área. Assim, é clara a urgência para criar espaços de diálogo permanente onde a comunidade possa agir de forma cidadã, participando ativamente na luta pelos seus direitos. A apropriação do Parque pela comunidade deverá trazer, por um lado, o benefício de garantir sua preservação, além de contribuir para a saúde e qualidade de vida da população do DF. Não menos importante, porém, será a experiência

adquirida nesse processo de aprendizagem política, que servirá de estímulo para outras tantas lutas por direitos e por uma vida de pleno bem-estar.

A comunidade do território de Sobradinho vem ao longo dos últimos 20 anos avançando e recuando na luta para implementação do Parque. Em 2015, a lei de criação do parque foi impugnada por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), promovida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Esse acontecimento desencadeou a criação de um grupo de militância ambiental, o grupo Amigos do Parque Canela de Ema (APCE), composto por membros da comunidade local, da Rede Serrana e da Fiocruz, por intermédio da pesquisadora. No mesmo ano, o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) abriu processo de recategorização dos parques do DF, para enquadrá-los no Sistema Distrital de Unidades de Conservação (SDUC). Desde então, o grupo vem atuando junto aos órgãos governamentais e a população local para a recriação do Parque.

Neste cenário de recriação do parque e de abertura de diálogo com diferentes autoridades e instituições do poder público, o grupo tem sido solicitado pelo governo para representar os anseios da comunidade e colaborar na construção de uma proposta de unidades de conservação e de espaços de lazer para a região. O atendimento a essa demanda, contudo, representou um desafio para o grupo, que viu a necessidade de aprofundar seus conhecimentos para dialogar de forma qualificada com os demais atores envolvidos na questão, e com isso afirmar-se como protagonista perante o poder público. Como também percebeu a necessidade de compartilhar esses conhecimentos com a população local, visando ampliar sua representatividade nas políticas sociais de interesse local.

Uma forma privilegiada de abordar a participação da comunidade na política local, tendo em vista o desenvolvimento sustentável, é a aplicação e o desenvolvimento de tecnologias sociais³, por aumentar a efetividade da participação qualificada da comunidade na

³ O termo tecnologias sociais é entendido aqui como técnicas e metodologias transformadoras desenvolvidas

gestão local. Uma comunidade ciente do seu poder e do direito à participação na formulação e implementação de políticas públicas locais estará mais bem preparada para ampliar seu acesso a bens e serviços, educação, cultura, saúde, emprego, habitação, atuando diretamente sobre a determinação social da saúde. Este trabalho consiste na aplicação do modelo denominado Governança da Água e do Território (GAT), por meio do desenvolvimento da noção de Comunidade de Aprendizagem (CA) com o grupo Amigos do Parque Canela de Ema (APCE).

Esta pesquisa aborda a construção de conhecimento numa perspectiva colaborativa, para ajudar a comunidade a qualificar sua atuação no processo político de criação do Parque Canela de Ema, no intuito de responder às seguintes questões: de que maneira a construção colaborativa de conhecimento contribui para qualificar a participação de atores no processo político, fazendo incluir seus interesses na agenda política local? Como evidenciar os resultados da aplicação dessa metodologia na qualificação dos atores? Como a experiência vivida pelos atores nesse processo poderia contribuir para um aumento da sua capacidade para definir, analisar e atuar sobre os problemas sociais da sua comunidade?

Esta pesquisa também foi motivada pela necessidade de compreender as formas de luta de indivíduos e grupos preocupados com a recuperação de um rio e com a implementação de um parque urbano, de entender como se forma uma comunidade - grupo APCE - em torno da proteção do parque, e como esta comunidade aprende a lutar pelos seus direitos por um meio ambiente saudável.

Assim, a pesquisa-ação realizada com o objetivo geral de qualificar a participação comunitária na formulação e implementação de políticas públicas saudáveis no território para a melhoria da qualidade de vida da população partiu do estudo da noção de Comunidade de Aprendizagem com o grupo Amigos do Parque Canela de Ema, de Sobradinho II – DF, como estratégia de promoção da saúde, com vistas a mobilizar grupos da comunidade local para

na interação com a população, que representam soluções para a inclusão social. Caracteriza-se pelos aspectos de viabilidade, simplicidade e efetividade, conforme Fernandes (38).

ampliar o envolvimento comunitário no processo político em defesa do Parque Canela de Ema. Também envolveu a identificação do contexto social e ambiental do território do Ribeirão Sobradinho e as principais demandas para o desenvolvimento local, e a análise da arena de disputas políticas em torno da criação do Parque Canela de Ema, com enfoque na influência da participação comunitária na formação da agenda.

Para tornar claro o objetivo e o contexto do problema desta pesquisa é necessário, de antemão, definir o conceito de saúde que sustenta sua argumentação e que define o seu posicionamento ideológico. Esse é o foco da sessão seguinte, que traz o referencial teórico que orientou o desenvolvimento da pesquisa, define os conceitos chave e pressupostos epistemológicos. A sessão 4 apresenta e justifica os procedimentos metodológicos adotados nessa investigação, e a sessão 5 discute os resultados obtidos. A última sessão deste trabalho contém as considerações finais seguida das referências e dos apêndices com produtos da pesquisa-ação.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. SAÚDE, AMBIENTE E TERRITÓRIO

“Quando eu uso uma palavra - disse Humpty Dumpty num tom escarinho - ela significa exatamente aquilo que eu quero que signifique, nem mais nem menos. A questão - ponderou Alice - é saber se o senhor pode fazer as palavras dizerem coisas diferentes. A questão - replicou Humpty Dumpty - é saber quem é que manda. É só isso.”

Lewis Carroll, 1980, p. 196 (3).

O conceito ampliado de saúde, operacionalizado na abordagem socioambiental da Promoção da Saúde, para atuar sobre a Determinação Social, definem a fundamentação teórica desta pesquisa. Qualificar a participação da comunidade para a criação de ambientes saudáveis é promover a saúde.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) em seu documento de constituição, de 1946, define a saúde como “um completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade”. Apesar de ser uma visão afirmativa da saúde é criticada pelo seu caráter idealizado e inalcançável (4)(5)(6)(7).

O conceito de saúde que fundamenta teoricamente esta dissertação é o que está na Carta de Ottawa, produto da I Conferência Internacional de Promoção da Saúde, realizada em Ottawa, Canadá, em 1986, que define a saúde como um meio, um recurso para vida das pessoas. Desse modo, a saúde é tomada como um dos elementos da qualidade de vida e uma das condições objetivas para o desenvolvimento humano (7). A saúde enquanto bem-estar e qualidade de vida é um processo dinâmico e socialmente construído e encontra suporte para ser desenvolvida no campo da Promoção da Saúde (PS). A Promoção da Saúde é o campo de conhecimento e de prática para a qualidade de vida (4).

Segundo a Carta de Ottawa, a promoção da saúde é o processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo. A promoção da saúde transcende o setor saúde. As condições e requisitos para a saúde são: paz, educação, habitação, alimentação, renda, ecossistema estável, recursos sustentáveis, justiça social e equidade (8).

Para implementar a estratégia de promoção da saúde foram definidos cinco campos operacionais na Carta de Ottawa, que definiram as diretrizes para o desenvolvimento das agendas subsequentes, são eles: 1) elaboração de políticas públicas saudáveis; 2) criação de ambientes favoráveis; 3) fortalecimento da ação comunitária; 4) desenvolvimento de habilidades pessoais e mudanças nos estilos de vida e 5) reorientação dos serviços de saúde (8).

A III Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Sundsvall, na Suécia, em 1991 determina a importância do ambiente para a saúde - dimensão física, social, econômica, política e cultural. O ambiente enquanto espaços em que as pessoas vivem: a comunidade, suas casas, seu trabalho e os espaços de lazer. Também as estruturas econômicas e políticas e o acesso aos recursos para viver e as oportunidades para ter maior poder de decisão. Define ainda quatro dimensões do Ambiente importantes para a promoção da saúde: 1) dimensão social - normas, costumes e processos sociais que afetam a saúde, o crescente isolamento social e a perda de valores tradicionais e da herança cultural em muitas sociedades; 2) dimensão política - requer garantia da participação democrática nos processos de decisão e a descentralização dos recursos e das responsabilidades; 3) dimensão econômica - requer reescalonamento dos recursos para setores sociais, incluindo a saúde e o desenvolvimento sustentável; 4) dimensão de gênero - capacidade e conhecimento das mulheres em todos os setores, inclusive o político e o econômico (9).

A Declaração de Bogotá, de 1992, declarou: “o desafio da promoção da saúde na América Latina consiste em transformar as relações excludentes, conciliando os interesses econômicos e os propósitos sociais de bem-estar para todos, assim como trabalhar pela solidariedade e a equidade social, condições indispensáveis para a saúde e o desenvolvimento”. E elencou os seguintes princípios: 1) Necessidade de superação das profundas desigualdades de tipos econômico, ambiental, social, político e cultural; 2) A necessidade de novas alternativas na ação de saúde pública, orientadas a combater simultaneamente as enfermidades causadas pelo atraso e a pobreza e aquelas que se supõe derivadas da urbanização e industrialização; 3) A reafirmação da democracia nas relações políticas e sociais; 4) Identificar os fatores que favorecem a iniquidade, e propor ações para aliviar seus efeitos, atuar como agente de transformações radicais nas atitudes e condutas da população e seus dirigentes; 5) O desenvolvimento integral e recíproco dos seres humanos e das sociedades (10).

Essas cartas e declarações entraram na agenda política brasileira, desencadeando diversos programas no território e a consolidação da Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), que teve uma primeira versão em 2006 e foi reeditada em 2014. Seus princípios derivam do Paradigma da Saúde Coletiva, que começa a surgir a partir dos anos 70, em contraponto a Medicina Preventiva, e se consolida na VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, que define a saúde como direito de todos e dever do estado e entende a saúde numa perspectiva ampliada, envolvendo condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio-ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde (4)(11).

Posteriormente, tal definição foi sintetizada no conceito de Determinantes Sociais de Saúde (DSS)(12). Nos anos de 1990, o Ministério da Saúde informado pelo Relatório

Lalonde⁴, as Cartas de Promoção à Saúde (13) e pela VIII Conferência Nacional de Saúde começou o processo de institucionalização do debate em torno da definição da PNPS (14). Este movimento concretiza-se com a formalização da cooperação internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do Projeto nº98/006, que pretendia transformar o modelo de atenção pelo eixo da promoção da saúde, operacionalizada nos cinco campos da Carta de Ottawa (15)(16).

A construção da PNPS foi permeada por uma tensão entre uma concepção mais preventiva, baseada em uma abordagem focada no indivíduo, e outra baseada no conceito ampliado de saúde e nos DSS (17). Esta dualidade é ainda atual e facilmente identificada quando se analisa o processo de formulação e implementação da política. O próprio texto da política revela estas duas concepções. Na prática, ao observar as normas e programas em andamento, vê-se uma tendência maior a uma abordagem que responsabiliza o indivíduo pela sua saúde, àquelas ações intersetoriais que atuam sobre as condições de vida e sobre os DSS.

Laverack esclarece que a promoção da saúde é uma prática estabelecida e não uma abordagem da saúde (6). A PS contemporânea têm duas principais variantes, uma abordagem médica/comportamental focalizada em ações preventivas e de mudança de hábitos e uma abordagem social que considera os determinantes estruturais como as desigualdades econômicas, a degradação ambiental a discriminação racial (4)(6)(7).

Faz-se necessário resgatar o debate sobre a dimensão social da saúde, que desde o século XVIII, tendo como marco o nascimento da Medicina Social na Europa e no século XIX na América Latina, vem questionando o papel da medicina no enfrentamento das causas mais amplas e gerais dos problemas de saúde (5). Essa preocupação surge quando aparecem

⁴ O relatório Lalonde intitulado *A new perspective on the health of Canadians*, de 1974 no Canadá, foi considerado o primeiro relatório governamental do ocidental a reconhecer que é necessário olhar além do sistema tradicional de saúde, que enfatiza a assistência médica, para melhorar a saúde da população.

as doenças relacionadas com o processo de industrialização, tanto das classes trabalhadoras, quando do crescimento das cidades.

Os trabalhos de Thomas McKeown e Edwin Chadwick, na Inglaterra e Villermé na França e Rudolf Virchow na Alemanha, defendem reformas sociais e econômicas para melhorar as condições de vida e saúde da população (4)(6). Virchow tinha a convicção de que a ação política é fundamental para saúde. Acreditava que para resolver os problemas de saúde da população seria necessário motivá-la para atuar em conjunto na luta por melhores condições de moradia, trabalho, alimentação e saneamento (6).

Essa abordagem social da saúde foi sublimada com o desenvolvimento das ciências biológicas que deu origem à Medicina Preventiva, em meados dos anos 50 do século XX. Conhecida como abordagem biologicista, tornou-se o pensamento dominante que ainda hoje fundamenta ações políticas e outras teorias no campo da saúde (5). A abordagem médico/comportamental, ou biologicista dos problemas da saúde apoia-se na perspectiva dos DSS, que pelo selo de estar utilizando uma abordagem ampla e complexa realiza, na verdade, ações focalizadas que culpabilizam o indivíduo e solicitam uma mudança dos estilos de vida. O paradigma biomédico se reflete também nos programas e ações da Promoção da Saúde e da Saúde Ambiental.

No campo da Saúde Coletiva se desenvolveu a Saúde Ambiental. Influenciada pela teoria da História Natural da Doença e pela Medicina Social que tratavam da exposição do homem ao ambiente e dos fatores de riscos a ele relacionados, dos processos de doença advindas do trabalho e das questões de saneamento. Desenvolve-se com influência da epidemiologia se aproximando mais da Medicina Preventiva (18).

A Saúde Ambiental está ligada a área da Saúde do trabalhador, pois nasce da luta de classe, relacionada às condições de trabalho e das doenças relacionadas com os modos de produção e reprodução, determinados pelo modelo de desenvolvimento econômico adotado

no país. O campo atua, dentre outros, na área da Saúde do Trabalhador, Populações de Campo, da Floresta e das Águas, Agrotóxicos, Produtos Químicos, Saneamento e Preservação de Ecossistemas. Estabeleceu-se institucionalmente no MS do Brasil na área da Vigilância em Saúde.

Uma das correntes teóricas do campo da Saúde Ambiental considera a abordagem da Determinação Social da Saúde, em contraposição a corrente que utiliza a abordagem dos DSS. Porém, o campo, tanto na academia quanto no governo atua mais na perspectiva dos DSS e do paradigma biomédico, ou seja, numa abordagem preventivista baseada em dados epidemiológicos (19).

A Determinação Social da Saúde encontra as mais amplas evidências, seja na análise histórica, seja dentro dos próprios padrões de pesquisa epidemiológica contemporânea (20). A abordagem dos DSS apesar de apresentar a complexidade dos determinantes, em escala micro e macro acaba por setorizar as ações, justificando as ações focalizadas e ainda centradas na abordagem médica/comportamental (4). Considerando a abordagem social da PS, que busca o empoderamento comunitário (21)(22), e os princípios da Carta de Ottawa, sugerem-se um resgate ao conceito de Determinação Social da Saúde.

O conceito de Determinação Social da Saúde fundamentou a Reforma Sanitária (20). Como pode ser visto no art.196 da CEF/88: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de riscos de doenças e outros agravos, além do acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção proteção e recuperação”. O texto constitucional deixou gravada a crença dos constituintes na Determinação Social, na saúde como resultante de condições de vida e trabalho e um estado coletivo que pode ser alcançado por meio de políticas econômicas e sociais (23).

Fleury afirma que as condições sociais são efetivamente base para o padrão sanitário de um povo, assim como a posição de cada indivíduo na sociedade é uma base da própria saúde. Isso se comprova pelo fato de que:

“Ao retrocedermos nas séries causais dos principais grupos de patologias e agravos daqueles que têm maior impacto negativo para a saúde nas diversas sociedades, encontramos, entre os determinantes finais e com grande peso as condições sociais de vida (7).”

Além da maior exposição aos riscos a vulnerabilidade das populações carentes é ampliada pela deficiência no acesso à educação e aos serviços de saúde, o que reduz a sua capacidade de lidar com tais riscos. “A correlação entre o nível de saúde e as condições sociais se manifesta também quando se considera não a posição dos indivíduos na hierarquia social, mas o seu nível educacional ou o nível educacional do seu país (7).”

Na Determinação Social da Saúde além dos campos físico e ambiental tem grande relevância o campo psicossocial. Entendido como o grau de conhecimento, o nível de autonomia e de segurança, assim como o balanço entre esforço e recompensa e entre expectativas, realizações e frustrações que os indivíduos obtêm no curso de suas vidas determinam também as suas condições de saúde (7). Isso leva ao entendimento de que a qualidade e o padrão das relações sociais são elementos que possuem ampla e inquestionável determinação sobre a saúde.

Considerando a abordagem socioambiental da PS (6), para alcançar qualidade de vida é necessário um ambiente saudável e uma comunidade participativa. Pois, em última instância, a saúde é determinada pela forma de organização social e econômica (7). Dessa forma, assume-se aqui a escolha pelo conceito da Determinação Social em Saúde, em contraposição ao conceito dos Determinantes Sociais da Saúde.

Assim entende-se como necessário utilizar uma abordagem multidimensional do processo saúde e doença, para superar o modelo médico assistencialista, desenvolvendo

conceitos e práticas de Promoção da Saúde que incorporem as relações complexas entre saúde, ambiente e sociedade e promovam a participação comunitária.

Abordagem mais recente da Saúde Ambiental a Eco-Sócio-Sanitária vista por Tambellini e Miranda (24), considera o ambiente como um sistema sócio-ecológico, onde ao transformar o ambiente o ser humano se transforma, e vice-versa. Assim, indica uma abordagem emancipatória da ciência ao afirmar que para resolver os problemas de saúde relacionados ao meio ambiente faz-se necessário promover participação comunitária, pois a partir da emancipação da comunidade vulnerável é que será possível formular políticas públicas ascendentes de acordo com a complexidade do território.

A OMS enquanto organismo internacional que “dita as regras” de funcionamento político, econômico, adota o conceito ampliado de saúde e reconhece a Determinação Social. Entretanto, financia o desenvolvimento de políticas e programas que apenas amortecem o efeito das causas dos problemas sanitários da população. Isso mostra o pertinente papel da academia em construir conhecimento sobre a Promoção da Saúde emancipatória e influenciar nos processos de tomadas de decisão. Bem como, o papel da comunidade em ocupar os espaços de participação política para agir sobre a Determinação Social da Saúde.

3.2. POLÍTICAS PÚBLICAS SAUDÁVEIS

O termo Políticas Públicas Saudáveis surge no debate internacional durante a I Conferência Internacional de Promoção da Saúde, em 1986, como um dos campos operacionais da Carta de Ottawa, no mesmo ano em que, no Brasil, aconteceu a VIII Conferência Nacional de Saúde, marco do processo brasileiro de Reforma Sanitária.

Políticas Públicas Saudáveis são políticas voltadas para assegurar meios e situações que ampliem a qualidade da vida “vívada”, ou seja, ampliem a capacidade de

autonomia e o padrão de bem-estar que, por sua vez, são valores socialmente definidos, importando em valores e escolhas. São requisitos das políticas públicas saudáveis (4):

- ✓ (Re)formulação do conceito de saúde quanto do conceito de Estado e do seu papel perante a sociedade;
- ✓ Interlocução e pactuação entre atores sociais em situação em fóruns controlados pela participação ativa da sociedade;
- ✓ Base na interdisciplinaridade e na intersetorialidade; e
- ✓ Pactos horizontais com parceiros de outros setores governamentais e de outras comunidades epistêmicas, como urbanistas, educadores, ambientalistas, etc.

A noção de Políticas Públicas Saudáveis destaca a vinculação entre as políticas sociais e econômicas, expressa a necessidade de assegurar a participação democrática no processo de formulação de políticas, chama atenção da responsabilização compartilhada entre o setor público e o setor privado, incorpora a proposta de estabelecimento de parcerias entre os diversos setores e enfatiza a capacidade de as pessoas e grupos se mobilizarem e se organizarem para o desencadeamento de ações políticas coletivas voltadas à intervenção sobre os determinantes da saúde em diferentes contextos e territórios (25).

Segundo Buss, as políticas públicas saudáveis se expressam por diversas abordagens complementares, que incluem legislação, medidas fiscais, taxações e mudanças organizacionais, e por ações coordenadas que apontam para a equidade em saúde, a distribuição mais equitativa da renda e políticas sociais (25). Assim, destaca-se que as condições para implantação de políticas públicas saudáveis no território dependem de capacitação da população organizada e da participação da comunidade na tomada de decisão sobre políticas públicas saudáveis no território e de ações intersetoriais.

O movimento Cidades ou Municípios Saudáveis chegou à América Latina no início da década de 1990 e se desenvolveu em alguns estados brasileiros. Baseado na noção de Políticas Públicas Saudáveis buscava a articulação de políticas públicas multissetoriais na criação dos ambientes e das condições para qualidade de vida e bem estar social (26). O enfoque é centrado na participação da comunidade, para ampliar as atitudes pessoais e a capacidade da comunidade de melhorar as condições físicas e psicossociais nos espaços onde as pessoas vivem, estudam, trabalham e se divertem (4).

Adriano et al., explica que a proposta de Cidades Saudáveis é uma estratégia de operacionalização dos cinco campos da promoção da saúde no nível local (26). Westphal corrobora definindo-a como uma estratégia de promoção da saúde de longo prazo, compreensível nos termos de um projeto e de um movimento pensados para experimentar a gestão democrática e participativa dos problemas da cidade (27).

A estratégia das Cidades Saudáveis propicia por meio de uma nova institucionalidade social a ser construída em cada momento histórico específico em que vivem as diferentes formações sociais, a promoção da saúde por intermédio da ação intersetorial, que viabiliza as políticas públicas saudáveis (4).

A intersetorialidade na formação de políticas públicas e a necessidade de vontade política dos governantes para a efetivação da promoção de saúde dos povos é reafirmada durante a VIII Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde: Saúde em Todas as Políticas, realizada em Helsinque, Finlândia, em 2013 (28). Assim, a Declaração de Helsinque sobre Saúde em Todas as Políticas propõe como imperativa a articulação das agendas internacionais da Promoção da Saúde, do Desenvolvimento Sustentável, Cidades/Municípios Saudáveis, com as agendas nacionais (29).

A concepção de Cidades Saudáveis vem se modificando ao longo das últimas décadas e novas estratégias de intervenção estão em desenvolvimento, dando espaço para

questões mais amplas como, pobreza, violência, meio ambiente, perfil associativo local, passarem a ocupar as agendas locais de saúde, na medida em que elas interferem nas condições de saúde da população (30).

A estratégia dos Municípios Saudáveis possui uma ampla rede de municípios, cidades e iniciativas governamentais, institucionais e comunitárias. Hoje é entendida e utilizada pela Fiocruz como Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS), tanto TSS do meio urbano, como do meio rural, consolidando-se como uma nova institucionalidade social, política e acadêmica.

A Declaração de Helsinque, a partir da afirmação “a saúde é a maior meta dos governos, e a pedra angular do desenvolvimento sustentável”, reconhece que é imprescindível promover o diálogo entre saúde, economia e desenvolvimento sustentável. Declara que o mote ‘Saúde em Todas as Políticas’ como integrante dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) deve permanecer um elemento-chave no processo de elaboração da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 (28).

A Agenda Pós-2015 definida como Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável⁵ foi aprovada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de setembro de 2015. A Agenda 2030 constitui-se de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que sucederam os ODM. O tema da saúde e a equidade explícitos no ODS 3: “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”, estão presentes de forma transversal nos demais dezesseis temas.

A Agenda 2030 é universal, indivisível, integrada e “aspiracional”. Integra as dimensões econômica, social e ambiental; sintetiza em seu lema central – Ninguém deixado

⁵ A Agenda 2030 é uma combinação dos processos dos ODM e dos os processos resultantes da Rio+20. É uma Declaração que contém um quadro de resultados - os 17 ODS e suas 169 metas -, uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais e um roteiro para acompanhamento e revisão. Os ODS são o núcleo da Agenda e deverão ser alcançados até o ano 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/> Acesso em: 20 de outubro de 2017.

para trás – a ideia-força da equidade na busca de atingimento dos princípios diretores voltados para Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias (31).

Gadelha e Martins em um informe sobre os dois anos do acordo da agenda 2030 destacam que os principais desafios que marcam os ODS está na compatibilização dos objetivos e metas globais com as políticas públicas municipais, onde encontra-se a fundamental tarefa de construção de capacidades dos atores locais. O desafio para difusão da Agenda 2030 no campo da saúde ainda é visibilizá-la e torná-la significativa para o conjunto de atores e atrizes sociais diretamente envolvidos em sua implementação e integrá-la a uma consciência cidadã que lhe dê suporte. (31).

A agenda abre possibilidades para a definição de uma Agenda contra-hegemônica de implementação dos ODS e de mecanismos de participação política capazes de implementá-los territorialmente, na implantação de um novo modo de produção e organização social, mais cooperativo e solidário, capaz de promover a justiça socioambiental (32).

3.3. TERRITÓRIOS SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

O olhar na perspectiva do território é o caminho para fundamentar a teoria e prática da promoção da saúde enquanto empoderamento comunitário, na formulação de políticas públicas saudáveis. O olhar na perspectiva de território também é pertinente, uma vez que se faz imperativo para a sustentabilidade, a equidade e a qualidade de vida, resultantes das ações de promoção da saúde e das Cidades Saudáveis (29).

Para Milton Santos o território é o conjunto indissociável da materialidade (que inclui a natureza e os objetos produzidos pelo homem) e o seu uso, que inclui as ações humanas, isto é, o trabalho e a política (33). Claude Raffestin contribui para o entendimento

acrescentando que o território é o espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder (34).

Assim, o território é locus privilegiado da política. Cada território é diferente e possui várias territorialidades. Territorialidades significa a apropriação identitária do território pela coletividade que nele vive. A coexistência de várias relações de poder no mesmo território é chamada de multiterritorialidade (35).

O território não é só entendido pela dimensão material (física), mas também pela dimensão simbólica, que compreende outras dimensões: a sociocultural, a econômica, a política, etc. A intervenção no território deve levar em conta especialmente a dimensão simbólica (cultural e identitária) (23).

Para conhecer o que se passa no território o ator social precisa territorializá-lo. Conforme Ceccim explica: “torná-lo seu, ser sensível às suas questões... colando-se em relação aos fluxos diversos, não só cognitivos, mas políticos comunicativos, afetivos...” (36). A territorialização, portanto, implica em desterritorialização dos saberes e práticas vigentes antes de entrada do ator no território.

A concepção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis nasce a partir do movimento de territorialização dessas agendas internacionais, que na perspectiva filosófica e social do termo território reconhece as múltiplas territorialidades do contexto brasileiro. Diferentes iniciativas e ações da comunidade, e do governo, podem ser entendidas como agendas territorializadas.

Essas agendas estão ligadas ao meio rural ou urbano, aos povos tradicionais, aos grupos de interesse que lutam pelo direito à saúde, à cidade, ao meio ambiente. Entende-se assim, que a concepção de TSS conforma uma agenda nacional para a promoção da equidade, da autonomia e da sustentabilidade nos territórios.

A agenda do TSS, segundo Gallo e Setti objetiva promover a inclusão social e o desenvolvimento humano sustentável, visando ampliar o acesso à cidadania, a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida, tendo a participação política intersetorial e participativa como modo de gestão e o território como elemento contextualizador de sua implantação (32).

Alguns estudos nesse campo vêm discutindo a necessidade de se vislumbrar o território vivido, enquanto lócus para operacionalizar intersectorialidades, dar voz às pessoas que ali vivem, desejam e resolvem seus problemas, como também às redes sociais já existentes e as emergentes, a partir das demandas e complexidades do território, do local ou da região (29). Como diz Gallo e Setti:

“Toda investigação ou formulação parte de um território vivo, de uma territorialidade, entendida como o conjunto de valores e de práticas referidos a determinado espaço e em determinado tempo e que caracterizam a sua produção social, que se dá a partir e sobre uma realidade particular onde os vetores da racionalidade dominante entram em embate com a emergência de outras formas de vida, o que exige projetos e ações que sejam capazes de compreender e – consequentemente – de transformar as práticas sociais referidas a territórios, produzindo autonomia individual e coletiva (37)”.

Na agenda local do TSS os projetos “Territórios Sustentáveis, promoção da equidade e da saúde em comunidades tradicionais do Mosaico da Bocaina⁶”, de 2012 e o projeto Observatório dos Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), foram implementados por meio de um termo de cooperação entre a Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) e Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) da Fiocruz em 2013.

⁶ O Mosaico da Bocaina é constituído por um conjunto de unidades de conservação de âmbitos federal, estadual e municipal e suas respectivas zonas de amortecimento, de gestão integrada, visando contribuir para a preservação e conservação dos recursos naturais e pesqueiros, bem como promover o desenvolvimento sustentável. Totalizando cerca de 216 mil hectares de florestas sob condições especiais de manejo e proteção legal, abrange cinquenta e nove comunidades tradicionais, sendo quarenta e quatro comunidades caiçaras, sete de indígenas e oito quilombolas. Essas comunidades são ameaçadas pela especulação imobiliária, por grandes projetos de construção e por empreendimentos turísticos predatórios (63).

O OTSS se realiza por meio da parceria com o Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubatuba (SP), desenvolvendo ações e projetos com foco em saneamento ecológico, agroecologia, turismo de base comunitária, educação diferenciada, cartografia social, sistematização de dados sobre o território, assessoria de gestão e planejamento estratégico, assessoria de comunicação social, assessoria jurídica, fortalecimento das mobilizações e articulações estratégicas do Fórum das Comunidades Tradicionais. No ano de 2015 foi criado o espaço OTSS que funciona como sede do projeto, na cidade de Paraty-RJ.

O OTSS desencadeou o projeto “Territórios Saudáveis e Sustentáveis do Semiárido”, que estende a parceria da FUNASA com a Fiocruz para desenvolver a aplicação do conceito de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) na região do semiárido brasileiro.

O projeto tem como objetivo apresentar, debater e pactuar ações integradas para saúde e sustentabilidade ambiental, com foco no saneamento ambiental a serem realizadas nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Piauí e Pernambuco até 2021. O projeto prevê a identificação, articulação e avaliação das agendas sociais, para o desenvolvimento de métodos, tecnologias, parâmetros e indicadores de caracterização e análise de experiências de Cidades Saudáveis, a serem validadas por meio da Rede de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (RTSS).

A noção de TSS é uma agenda local onde, ao mesmo tempo em que implementa a agenda internacional da promoção da saúde, se reinventa pelo seu contexto científico, cultural e político, levando a criação de novas abordagens teórico metodológicas. Para se construir um TSS é necessário desenvolver a equidade, autonomia e a sustentabilidade nos territórios.

3.4. GOVERNANÇA AMBIENTAL PARA SAÚDE

O termo governança está em constante evolução, ao longo da história teve diferentes significados e usos. Atualmente, o termo segue duas vertentes: uma econômica, ligada ao fenômeno da globalização e outra sociopolítica, ligada ao paradigma do desenvolvimento sustentável. Segundo Fernandes, a governança, numa abordagem sociopolítica, procura definir modos de intervenção de acordo com o contexto do território. “A abordagem favorece a aprendizagem coletiva, na construção de identidades coletivas, de cidadania, de comportamentos apropriados e coesão social (38).” Deste modo, uma abordagem sociopolítica da governança favorece as mudanças e o desenvolvimento de políticas públicas saudáveis e sustentáveis.

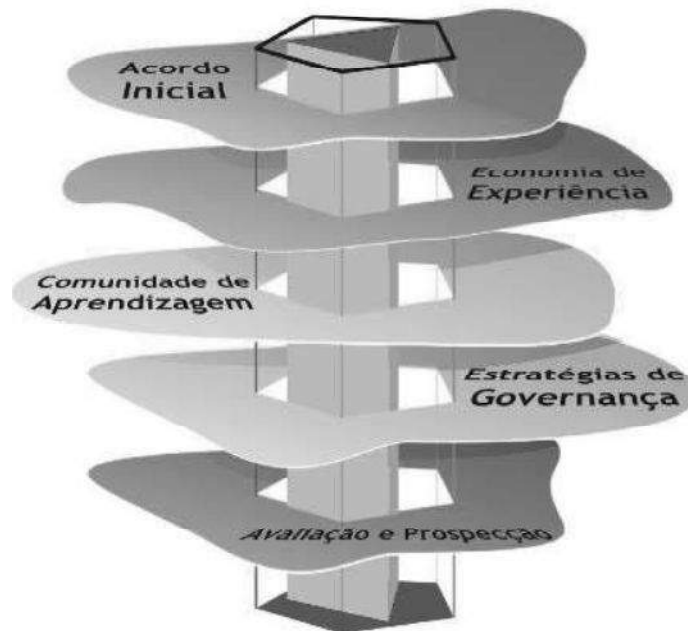
O conceito de governança desenvolvido por Silva caracteriza a participação política sobre três dimensões: a política, a cultural e a pedagógica (39). Esta concepção deu origem ao Modelo Urubici de Governança da Água e do Território, desenvolvido no âmbito do projeto Tecnologias Sociais para Gestão Água (TSGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com resultado efetivo em comunidades daquele estado. O modelo se organiza em torno de cinco Ciclos de Aprendizagem, abordados numa perspectiva transdisciplinar entre eles, que em síntese podem ser descritos (38):

- 1- O Acordo Inicial - acordo de cooperação estratégica entre as pessoas e as organizações participantes;
- 2- A Economia de Experiência - identifica na comunidade as melhores práticas para uma ação presente de desenvolvimento sustentável local;
- 3- A Comunidade de Aprendizagem - um grupo de pessoas que decide trabalhar pedagogicamente sua autonomia na perspectiva de transformação do ambiente ao qual estão inseridas, de acordo com seus tempos, temas e textos;

- 4- As Estratégias de Participação política - elaboração de estratégias de ação local, de forma cooperativa entre todos os participantes do processo, incluindo as esferas pública, privada, sociedade civil organizada, família e indivíduos da comunidade; e
- 5- A Avaliação e Prospecção – avaliação do processo de participação política junto às comunidades envolvidas, e prospecção de novas iniciativas para as quais estas comunidades possam direcionar seus esforços.

A representação tridimensional do modelo (Figura 1) permite compreender a perspectiva transdisciplinar que existe entre os ciclos⁷. Fernandes esclarece que o Modelo GAT é um modelo cognitivo, ou seja, ele acontece e se materializa dentro de cada um dos participantes, com isso a sua representação é apenas uma proposta de um esquema para valorizar o processo que ocorre internamente durante a sua aplicação (38).

Figura 1 - Arquitetura do Modelo Urubici de Governança da Água e do Território



Fonte: Fernandes (38)

⁷ Cada um dos planos determinado pelos ciclos representa uma dimensão de produção do conhecimento. A disposição dos ciclos valoriza o horizonte cognitivo que representam, de modo que, nenhum é mais importante que outro. O tubo pentagonal representa a verticalidade do processo cognitivo, onde suas arestas reafirmam os objetivos a cada momento. O tubo de seção triangular representa os produtos do processo de participação política nas suas três dimensões.

Palavizini em sua tese apresenta a ideia de uma Gestão Transdisciplinar do Ambiente sobre a interação social e gestão do ambiente. A autora desenvolve a abordagem das Leis Irmãs para o Desenvolvimento Sustentável, baseada nas Políticas Nacionais de Recursos Hídricos - Lei 9.433/97, Educação Ambiental - Lei 9.597/97, Unidades de Conservação – Lei 9.985/00 e do Estatuto da Cidade - 10.257/01. Esses estatutos apresentam uma convergência na definição de processos participativos de planejamento e gestão do ambiente, e na busca de uma relação sustentável entre a sociedade humana e a natureza (38).

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), instituída pela Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 reconhece a água como um bem público e orienta a articulação das ações com os demais setores, a adequação do planejamento e da gestão à realidade local e a participação da sociedade. Entretanto, há um grande distanciamento entre as técnicas e as teorias do modelo brasileiro de gestão das águas e a realidade vivida nas comunidades de bacias do país, caracterizada pelo abandono cultural, pela falta de perspectivas econômicas e pela degradação ambiental (38) *apud* Silva.

Às Leis Irmãs para o desenvolvimento sustentável podem ser acrescentadas às políticas públicas em saúde, pois trazem consigo também a perspectiva da participação e do controle social, e atuam na perspectiva da qualidade de vida. Cidadania e participação da comunidade são motivos recorrentes na Constituição Federal de 1988 e determinados no campo da Saúde (40).

A participação social é um dos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde (SUS). O art. 198 da Constituição Federal (CF) de 1988 traz como uma das diretrizes de organização do SUS a participação da comunidade. Sendo estabelecida e regulada pela Lei nº 8.142/90, a partir da criação de Conselhos de Saúde e Conferências de Saúde, nas três esferas de governo, bem como de colegiados de gestão nos serviços de saúde. São espaços de participação política, para os atores sociais historicamente não incluídos nos processos

decisórios do país participem, com o objetivo de influenciarem a definição e a execução da política de saúde.

A Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), criada em 2005, adota como um de seus princípios a participação social e representa a demanda por ações intersetoriais no campo da saúde, meio ambiente, cultura, educação. A PNPS tem como um dos seus temas prioritários o Desenvolvimento Sustentável e como um dos temas transversais o Ambiente e Territórios Saudáveis (41). Essa política e outras fundamentam legalmente a participação da comunidade na gestão social do seu território, para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população.

O Estatuto da Cidade lei nº 10.257/2001, regulamenta os arts. 182 e 183 da CF de 1988 e estabelece a política urbana, representando um importante instrumento para a efetivação da participação social. Tendo como diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; o estabelecimento de cidades sustentáveis.

A participação social está prevista também no art. 225, da CF de 1988, na qual, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

A lei 9.985/2000 que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da CF de 1988, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). O

sistema é baseado nos paradigmas: preservacionista e socioambientalista. Determina duas categorias de Unidades de Conservação (UC): de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Na tentativa de compatibilizar a preservação do ecossistema e a proteção da biodiversidade com o aproveitamento dos recursos e os benefícios sociais e econômicos das populações locais, o SNUC obriga a participação da população diretamente envolvida tanto no processo de criação quanto no processo de gestão para algumas categorias.

As UCs prestam serviços públicos das áreas protegidas, os chamados serviços ecossistêmicos: conservação (biodiversidade, valores históricos, sociais e culturais, saúde e serviços ambientais) e também geram oportunidades (emancipação – emprego e renda, lazer, turismo, bem estar, valores espirituais).

A abordagem das Leis Irmãs induz para o desenvolvimento de modelos de gestão coletiva que expressem a transformação social e o desenvolvimento local. A comunidade precisa perceber-se como protagonista e reivindicar seus direitos fundamentais e sociais: saúde, educação, meio ambiente, habitação, apropriando-se dos espaços de participação e dos processos de formulação e implementação de políticas públicas saudáveis.

A criação de uma unidade de conservação feita com a participação efetiva da comunidade pode ser considerada uma política pública saudável no território. Pois, além do direito e do dever da participação ativa e autônoma da comunidade, esta política cria espaços de qualidade de vida no território, por meio dos serviços ecossistêmicos prestados pela unidade de conservação.

A Determinação Social, enquanto paradigma da saúde reforça a necessidade da abordagem emancipatória da promoção da saúde no território, na construção da agenda do TSS. O Modelo de Governança da Água e do Território pode ser um caminho para qualificar a participação comunitária na definição e controle social de políticas locais.

Desse modo, a participação comunitária qualificada pode contribuir para implementação de políticas e práticas visando à promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida, pois ao qualificar a sua participação estará promovendo sua saúde e garantindo a inclusão de seus interesses na política, o que facilitara o controle social na formulação, na implementação e no acompanhamento das políticas públicas.

4. METODOLOGIA

"O enigma reside nisto: meu corpo é ao mesmo tempo vidente e visível. Ele, que olha todas as coisas, também pode olhar a si e reconhecer no que está vendo então o "outro lado" do seu poder vidente. Ele se vê vidente, toca-se tateante, é visível e sensível por si mesmo."

Maurice Merleau Ponty, *O Olho e o Espírito*, 2004, p 17 (42).

4.1. PESQUISA-AÇÃO

A pesquisa-ação pode ser concebida como método, isto quer dizer um caminho ou um conjunto de procedimentos para interligar conhecimento e ação, ou extrair da ação novos conhecimentos (43). Uma das especificidades da pesquisa-ação é a relação entre seus dois objetivos: reforçar a eficácia da ação e adquirir novos conhecimentos. Ela se insere em uma abordagem coletiva que integra, ao mesmo tempo, uma estratégia de pesquisa e uma estratégia de ação. Com isso, fortalece o relacionamento entre a teoria e a prática, e entre o pesquisador e os participantes da pesquisa (44). Nela coexistem diversos métodos ou técnicas particulares para cada momento do processo investigativo. A configuração da pesquisa-ação depende dos seus objetivos e do contexto no qual é aplicada.

Michel Thiollent define pesquisa-ação como uma “estratégia metodológica da pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema, estão envolvidos de modo cooperativo e colaborativo (43)”.

A pesquisa-ação configura-se, portanto, em estratégia de conhecimento voltada para a resolução de problemas do mundo real. Aplica-se, especialmente, para questões de

pesquisa que possuem um tema dinâmico, cujos contextos e participantes estão em constante movimento, na dinâmica própria do seu território. “Pela pesquisa-ação é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomada de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação (43)”.

Na pesquisa-ação os pesquisadores desempenham um papel ativo na condução dos problemas encontrados, assim como no acompanhamento e na avaliação das ações desencadeadas pelos problemas. Ela exige uma estrutura que promova a participação do pesquisador e das pessoas envolvidas. Dessa forma, há uma ampla e explícita interação entre pesquisadores e pessoas implicadas na situação investigada (43).

A interação das pessoas implicadas com a situação estudada e com o pesquisador permite um estudo aprofundado e realista do problema, ampliando as possibilidades de efetividade das proposições que surgem no processo investigativo. Neste sentido, “a pesquisa-ação proporciona um resgate da valorização das pessoas em suas subjetividades, saberes e percepções e realidades sociais, culturais e cognitivas distintas (45)”.

Podem-se destacar três aspectos essenciais que definem a pesquisa-ação: tem compromisso com a resolução de um problema da sociedade que auxilia no desenvolvimento social; promove a tomada de consciência das pessoas envolvidas com a questão estudada, motivando-as para construir as perspectivas de soluções; e produz mais conhecimento para as pessoas envolvidas no processo da pesquisa.

Roseane Palavizini, por meio do desenvolvimento de pesquisas sociais e ambientais que relacionam o planejamento, a gestão social e a educação, na construção de perspectivas para o desenvolvimento sustentável de comunidades, propõe uma abordagem transdisciplinar à pesquisa-ação, a partir dos fundamentos da pesquisa transdisciplinar (45).

A abordagem transdisciplinar agrega aos aspectos essenciais da Pesquisa-ação (resolução de um problema, tomada de consciência e produção de conhecimento):

A Metodologia de Mediação Transdisciplinar da lógica ternária, nos processos de resolução de problemas da sociedade. Para a formação da consciência dos envolvidos, a Ética do Sagrado oferece a estrutura de reflexão ética necessária aos processos complexos que envolvem a sociedade. Na questão da produção do conhecimento, a Metodologia Pedagógica Transdisciplinar – Pedagogia do Amor auxilia a construção do conhecimento a partir da valorização da diversidade de saberes e percepções, ampliando o intercâmbio de informações e experiências entre os envolvidos (45).

O caminho trilhado na Metodologia de Mediação Transdisciplinar reconhece a dialogia, em oposição à dialética, que pela perspectiva da transdisciplinaridade oportuniza a construção de um espaço de não resistência, lugar da mediação, onde as pessoas podem transitar livremente, dialogando com diversos saberes e áreas do conhecimento.

Michel Thiollent ao explicar o processo argumentativo da pesquisa-ação identifica a presença de vários níveis de discussão na estrutura de um mesmo auditório, no sentido real e figurado: o nível do grupo de participantes da pesquisa; o nível da população abrangida pela pesquisa na interação de informações e divulgação de resultados; o nível dos diferentes setores da sociedade, que atuam no universo pesquisado; e o nível dos setores acadêmicos envolvidos com a pesquisa. Essa multiplicidade de níveis reforça uma percepção complexa, transdisciplinar, da caracterização do universo estudado (43).

A Ética do Sagrado oferece as dimensões de reflexão ética fundamentais para a construção de uma transformação intencional da realidade, baseada na visão de mundo definida entre o pesquisador e os participantes. As decisões entre pesquisadores e participantes passam por um processo de consciência de suas implicações na realidade, suas contribuições às transformações sociais e seu compromisso explícito com a construção da autonomia e participação social efetiva nos processos de decisão. Na chamada Pesquisa Ação Transdisciplinar a ética está estruturada na permanente reflexão sobre as ações, os sentimentos, os pensamentos e a expansão da consciência (45).

A Metodologia Pedagógica Transdisciplinar oferece um caminho para mediar conflitos e valorizar a diversidade social, cultural e cognitiva dos envolvidos, na realização do intercâmbio entre saberes e experiências e na construção coletiva de conhecimentos, planos e ações do processo investigativo. Os participantes interagem com o pesquisador desde a construção da questão pesquisada até a decisão das suas soluções, em um processo contínuo de intercâmbio de visões, percepções e conhecimentos.

Neste caso, além de resolver um problema imediato, a pesquisa-ação desenvolve a consciência da coletividade nos planos político ou cultural, a respeito dos problemas importantes que enfrenta (43). O pesquisador e os participantes avançam em seus conhecimentos e passam por um processo de transformação pessoal, a partir do qual se torna possível a implementação de ações para a transformação da realidade estudada (45).

Os aspectos elucidados da pesquisa-ação evidenciam a pertinência da sua utilização para alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa. Como explicita Palavizini:

“A principal questão da pesquisa-ação é a sua utilidade social na contribuição para a ação de cidadãos simples, de organizações sociais e de populações carentes, assumindo um compromisso explícito com o fortalecimento da autonomia social, com a ampliação do conhecimento das comunidades, com o empoderamento da sociedade civil nos processos decisórios e com as transformações da realidade para a construção de um mundo cooperativo, interativo e com diálogo (45).”

Dessa forma, se reconhece a utilidade de aplicação da pesquisa-ação na área de atuação da prática política, ao tomar como objeto de pesquisa uma atividade explicitamente política (43). Como descrita nos capítulos seguintes: a sensibilização e mobilização da comunidade em torno da luta pelo Parque Canela de Ema; a formação do grupo APCE; sua participação do processo político de criação das unidades de conservação são atividades essencialmente políticas.

Na teoria da pesquisa-ação encontram-se diferentes formas de organização do processo da pesquisa que definem roteiros com etapas ou fases específicas para intervenção

prática. Adverte-se que os roteiros apresentados aqui não se enquadram num processo linear, em virtude do caráter dinâmico e autônomo da pesquisa-ação. Os roteiros são um ponto de partida que orientam o planejamento da intervenção.

Hugues Dionne propõe um planejamento composto por quatro fases: identificação das situações iniciais; projeção das ações; realização das atividades previstas e avaliação dos resultados. Cada uma destas fases compreende 14 etapas e 35 operações diferentes. O autor reconhece os elementos circunstanciais e conjunturais da complexidade da pesquisa-ação, e sugere, como referência imagética do processo a figura de uma espiral ou de uma boneca russa (44).

Michel Thiollent apresenta um roteiro para a intervenção da pesquisa-ação composto por doze temas, mas destaca a não linearidade temporal da sequência, ao definir apenas o ponto de partida e o ponto de chegada, e a flexibilização das fases intermediárias, que serão determinadas pelo contexto. Os temas por ele definidos são:

- 1- A fase exploratória;
- 2- O tema da pesquisa;
- 3- A colocação dos problemas;
- 4- O lugar da teoria;
- 5- As hipóteses;
- 6- Os seminários;
- 7- O campo de observação, amostragem e representatividade qualitativa;
- 8- A coleta de dados;
- 9- A aprendizagem;
- 10- O saber formal/saber informal;
- 11- O plano de ação; e
- 12- A divulgação externa.

A Pesquisa-Ação-Transdisciplinar proposta por Palavizini foi escolhida como referência para estruturar metodologicamente o processo de pesquisa em desenvolvimento na comunidade dos Amigos do Parque Canela de Ema. Esta vertente organiza a sequência de sete estratégias, que dialogam entre si, de forma transdisciplinar. São elas:

- 1- Reconhecimento das relações e interações presentes na realidade estudada;
- 2- A formação e capacitação continuada dos envolvidos na pesquisa;
- 3- O conhecimento complexo da realidade;
- 4- A reflexão sobre a transformação e a preservação da realidade estudada;
- 5- O plano de ação de transformação e preservação;
- 6- O plano de gestão para a sustentabilidade das ações; e
- 7- A gestão do processo de pesquisa.

A estratégia do reconhecimento das relações presentes na realidade trabalhada permite que o pesquisador construa um mapa demonstrativo das forças convergentes e divergentes sobre o tema de estudo. Essa é a base fundamental para a construção das estratégias de mediação necessárias ao processo de construção coletiva de um projeto comum.

A segunda estratégia, a formação e capacitação dos envolvidos na pesquisa é uma estratégia de comunicação educativa, que possui um caráter contínuo e permanente, fortalecendo a concepção do caráter dinâmico da realidade estudada e do compromisso com o desenvolvimento das pessoas no processo de transformação permanente da realidade. Assim, o processo de formação, capacitação e comunicação são iniciados com a pesquisa e são estruturados para permanecerem com estratégias de gestão social, permanentes no cotidiano das comunidades.

A terceira estratégia estrutura a caracterização complexa do ambiente, a partir das múltiplas dimensões de complexidade que o organizam, percebidas por meio da percepção complexa do pesquisador e dos participantes. Perceber a complexidade do ambiente ou da

realidade pesquisada implica em desenvolver uma episteme complexa com o pesquisador e os participantes, capaz de perceber a multidimensionalidade que conforma a realidade.

A quarta estratégia orienta a reflexão dos participantes sobre aquilo que deve ser preservado e aquilo que deve ser transformado na realidade. Essa reflexão é construída a partir do referencial ético revelado e do diálogo entre as diferentes visões de mundo compartilhadas entre os participantes. A quinta prevê a mediação entre as diferentes forças que estão presentes na realidade estudada, reconhecendo e valorizando suas diferentes lógicas como ponto de partida para o diálogo e a interação na perspectiva da construção de um acordo coletivo entre a comunidade e o pesquisador, favorecendo um compromisso assumido de forma solidária e corresponsável.

A sexta estratégia se refere à construção de um plano de gestão transdisciplinar, que oriente o processo de transformação da realidade como um sistema complexo, permanente, que deve estar ajustado à realidade cotidiana da comunidade. É nesse plano que devem estar os programas de educação e comunicação comprometidos com a ampliação do processo de formação continuada da comunidade e com a difusão permanente de informações para a comunidade em geral.

A sétima estratégia trata do rigor científico da pesquisa transdisciplinar, sugerindo o olhar vigilante e atento do pesquisador para a sua atuação transdisciplinar em todo o processo, no cumprimento dos fundamentos da Pesquisa-Ação-Transdisciplinar. O quadro abaixo traz de forma detalhada as etapas sugeridas para cada uma das estratégias:

Quadro 1 - Etapas da Pesquisa Ação Transdisciplinar

PESQUISA-AÇÃO-TRANSDICIPLINAR	
ESTRATÉGIAS	ETAPAS
1ª - Reconhecimento das relações e interações presentes na realidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Identificação e mapeamento de pessoas e instituições que atuam como forças determinantes da realidade local. 2. Reconhecimento dos padrões que determinam a lógica de cada uma dessas forças, representando assim uma posição definida sobre o tema estudado. 3. Conhecer o sentido dessa lógica, a partir do conhecimento do sagrado de cada pessoa ou instituição, da sua história, sua cultura e sua visão de mundo.
2ª - A formação e capacitação continuada dos envolvidos na pesquisa	<ol style="list-style-type: none"> 1. Oportunidade de interação e intercâmbio entre saberes e percepções. 2. Oportunidade da ampliação da consciência ética – para o exercício da reflexão crítica e consequente. 3. Construção do conhecimento técnico necessário para a interação sobre o tema pesquisado. 4. Desenvolvimento da episteme complexa para o exercício da percepção complexa da realidade e do tema trabalhado.
3ª - O conhecimento complexo da realidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dimensão ecológica, onde é compreendida a lógica dos ecossistemas locais, com seus limites e potencialidade. 2. Dimensão social, onde são percebidas as formas de organizações da sociedade e suas lógicas de desenvolvimento. 3. Dimensão cultural, a partir da qual se localizam as diferentes culturas, com suas crenças e visões de mundo. 4. Dimensão ambiental, onde podem ser explicitados os conflitos ambientais e as estratégias de preservação, recuperação e manejo. 5. Dimensão econômica e tecnológica, a partir da qual são reveladas as forças de desenvolvimento econômico local, a sustentabilidade ou insustentabilidade de suas tecnologias e suas relações com as demais dimensões. 6. Dimensão jurídica, com a qual se torna possível mapear a legalidade ou ilegalidade do existente e do planejado, como referência para a pesquisa. 7. Dimensão política, a partir da qual são identificadas as forças políticas atuantes e seus projetos de desenvolvimento local. <p>Além dessas dimensões podem ser identificadas as chamadas dimensões específicas, que surgem com a especificidade do tema estudado, a exemplo da dimensão educacional, urbanística, de infraestrutura, de saúde, dos meios de comunicação, etc.</p>
4ª - A reflexão sobre a transformação e a preservação da realidade estudada	Reflexão dos participantes sobre aquilo que deve ser preservado e aquilo que deve ser transformado na realidade. Essa reflexão é construída a partir do referencial ético revelado e do diálogo entre as diferentes visões de mundo compartilhadas entre os participantes.
5ª - O plano de ação de transformação e preservação	Mediação entre as diferentes forças presentes na realidade estudada, reconhecendo e valorizando suas diferentes lógicas como ponto de partida para o diálogo e a interação na perspectiva da construção de um acordo coletivo entre a comunidade e o pesquisador, favorecendo um compromisso assumido de forma solidária e corresponsável.
6ª - O plano de gestão para a sustentabilidade das ações	Construção de um plano de gestão transdisciplinar, que oriente o processo de transformação da realidade como um sistema complexo, permanente, que deve estar ajustado à realidade cotidiana da comunidade. É nesse plano que devem estar os programas de educação e comunicação comprometidos com a ampliação do processo de formação continuada da comunidade e com a difusão permanente de informações para a comunidade em geral.
7ª - A gestão do processo de pesquisa	Trata do rigor científico da pesquisa transdisciplinar, sugerindo o olhar vigilante e atento do pesquisador para a sua atuação transdisciplinar em todo o processo, no cumprimento dos fundamentos da Pesquisa-Ação-Transdisciplinar.

Fonte: Própria Adaptada de Palavizini (44)

Palavizini conclui que “o compromisso de transformação da Pesquisa-ação-transdisciplinar é antes de tudo, um compromisso com a transformação do pesquisador e dos participantes no processo de aprendizado contínuo resultante do desenvolvimento do trabalho (45)”.

A pesquisa-ação tem um compromisso explícito com a transformação da realidade e com o desenvolvimento social, exigindo uma ligação explícita entre o tema estudado e o compromisso do pesquisador com a sociedade. A transformação da realidade objetiva resulta da transformação da realidade subjetiva dessa sociedade, do pesquisador, dos participantes do envolvidos no processo.

Dessa forma, a implicação do pesquisador e dos participantes envolvidos explicitados no processo transdisciplinar, torna-se essencial promover a transformação cognitiva e política dos participantes. Portanto, não há neutralidade na pesquisa-ação.

Minayo e Deslandes esclarecem sobre o aspecto ideológico da pesquisa-ação ao afirmar que “na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudos se estabelece definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho e à sua aplicação (46)”.

René Barbier explana sobre a implicação do pesquisador enquanto noção básica da pesquisa-ação, definindo a implicação como um sistema de valores, manifestados de forma consciente ou inconsciente, que por meio da interação do sujeito no mundo, permite a comunicação:

“... um engajamento pessoal e coletivo do pesquisador, em e por sua prática científica, em função de sua história pessoal e libidinal, de suas posições passada e atual nas relações de produção e de classe, e de seu projeto sociopolítico em ato, de tal sorte que o investimento, que é necessariamente a resultante disto, é parte integrante e dinâmica de toda atividade de conhecimento (47)”.

O autor acrescenta que a implicação do pesquisador consiste em reconhecer simultaneamente que ele implica o outro e é implicado pelo outro no processo interativo da pesquisa. O pesquisador transdisciplinar no processo de imersão do território estabelece relações de proximidade, afetividade e confiança com os moradores e com o meio. Com isso, torna-se o próprio objeto da pesquisa. O pesquisador se reconhece como observador e observado.

Logo, a imersão da pesquisadora no contexto desta pesquisa, na qual se situa como um membro do grupo APCE, traz à tona a narrativa dos seus pensamentos e suas opiniões reflexivas ao ter que analisar a sua própria experiência pessoal.

4.2. COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM

A noção de Comunidade de Aprendizagem foi debatida junto ao grupo APCE, baseada no Modelo Urubici de Governança da Água e do Território (38), por apresentar uma metodologia de participação política capaz de aumentar o poder de gestão local das comunidades por meio de três estratégias: a cultural, a partir da valorização da experiência local e de outras comunidades; a pedagógica com a formação de um grupo implicado no aprendizado em temas relacionados ao Desenvolvimento Sustentável e a política com o empoderamento da comunidade para a gestão local.

Assim, esta pesquisa define como foco desenvolver a estratégia pedagógica do modelo, numa perspectiva transdisciplinar, onde a pesquisa-ação entra como reguladora de ações empíricas das experiências do grupo APCE.

A concepção de Comunidade de Aprendizagem (CA) foi cunhada por Orellana, oriunda de suas pesquisas em didática realizadas na província de Québec, no Canadá (48). A esta concepção articulou-se a experiência do Modelo Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável (39), para fundamentar teoricamente a abordagem do ciclo da

CA, do Modelo Urubici de Governança da Água e do Território. Este modelo é uma tecnologia social, sistematizada por Fernandes, descrita na fundamentação teórica esta dissertação.

A noção de CA também se vale das seguintes fontes: a Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire (1997); A Teoria de Autopoiese, de Maturana e Varela (1980); A Transdisciplinaridade, de Nicolescu (1994) e as Estratégias Cooperativas, de Silva (1998). Em síntese, a noção de Comunidade de Aprendizagem utilizada nesta pesquisa é a descrita por Fernandez:

“Um grupo de pessoas que decide trabalhar pedagogicamente sua autonomia na perspectiva de transformação do ambiente na qual estão inseridas, reconhecendo suas limitações internas e as potencialidades de diálogo e de intercâmbio externo. Este trabalho pedagógico acontece com a definição de temas específicos locais de interesses das comunidades e da organização de textos e tempos para realizar o diálogo com os temas transversais contextualizadores da aprendizagem, resultando em estratégias cooperativas para o desenvolvimento sustentável local (38).”

O conceito preliminar da CA vem da Pedagogia da Autonomia que diz que a autonomia de um ser reside na sua capacidade de autorealização num dado espaço delimitado e no entorno deste, por meio do reconhecimento da utilidade deste espaço e lhe dando sentido. O conceito pedagógico de autonomia propõe que cada pessoa, com seu histórico e sua capacidade de ação, constitui um texto de aprendizagem. E a realidade de vida desta pessoa - histórica e ecológica - por sua vez, possui um contexto, um ambiente externo ao qual sua vida está ligada. Ou seja, a pedagogia da autonomia é uma relação de aprendizagem que articula texto e contexto.

A teoria da Autopoiese, segundo conceito da CA, determina duas condições limitantes para a existência e permanência de fenômenos autônomos: a autonomia de um sistema é condicionada pelo limite que possui; um sistema autônomo será sempre uma unidade inserida no ambiente em que está contida.

O terceiro conceito que fundamenta a CA é a teoria da Transdisciplinaridade que apresenta e justifica a utilização de metodologias pedagógicas de mediação transdisciplinar, para os conflitos entre os diferentes temas específicos das comunidades e os temas transversais do contexto.

Por fim, a teoria das Estratégias Cooperativas argumenta que a sustentabilidade da natureza resulta na construção de comportamentos cooperativos, complementares e sinérgicos. E que nas sociedades humanas o melhor para todos não emerge da integração daquilo que é melhor para cada um. Então, a teoria atua como elemento de convergência, de produção de conhecimento que seja útil para cada pessoa, família, comunidade numa perspectiva de cooperação no sentido de transformação da realidade.

Os elementos teóricos que embasam a CA, também estão de certa forma, presentes nos outros ciclos do Modelo Urubici refletindo a dinâmica transdisciplinar do processo. Assim como, também estão presentes no ciclo CA os outros ciclos de aprendizagem do modelo. No decorrer da vivência, na medida em que surgem novos eventos, parceiros, o acordo inicial é refeito, novas experiências são incorporadas e novas estratégias de participação política identificadas.

4.3. MODELO FPSEEA

No percurso metodológico desta pesquisa a perspectiva da saúde e ambiente ofereceu o instrumento conceitual do modelo de organização de indicadores Força-Pressão-Situação-Exposição-Efeito-Ação (FPSEEA) (49) como possibilidade de analisar o contexto do território numa abordagem transdisciplinar.

Foi feito um exercício análise do contexto ambiental e social do território da pesquisa, a partir do modelo FPSEEA, utilizando os dados coletados pesquisa exploratória e

documental. A sistematização desses dados por meio do modelo colaboram para construir conhecimento sobre o objeto de estudo, e compreender a complexidade deste território, suas relações de determinação e as possíveis ações para mitigar seus efeitos sobre a saúde.

O modelo desenvolvido pela OMS, com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e com a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (USEPA), tem o objetivo de mensurar e monitorar os possíveis agravos à saúde decorrentes das constantes e intensas mudanças sociais, econômicas e ambientais (49). Na matriz FPSEEA, as forças motrizes geram as pressões que modificam o estado no ambiente, o qual, em condições adversas, fica exposto aos riscos, ocasionando, então, efeitos nocivos sobre a saúde.

A área da Saúde Ambiental vem utilizando diferentes modelos de construção de indicadores que ofereçam evidências científicas para subsidiar os processos decisórios. Indicadores ambientais têm sido amplamente utilizados e cumprem um importante papel na identificação de tendências e na contribuição no estabelecimento de prioridades, formulação de políticas e avaliação do estado do meio ambiente. Indicadores são também cruciais para informar o público e tomadores de decisão sobre a importância e as consequências dos problemas ambientais e de saúde, e ações requeridas para seu gerenciamento integrado (50).

A estrutura do modelo FPSEEA considera a relação complexa entre saúde, trabalho e ambiente, e pode ser adaptada e ser desenvolvida para atender a um objetivo específico ou a um foco desejado de um programa de monitoramento específico. Por meio desse método, é possível compreender como o modelo de desenvolvimento, a implementação das políticas e a ocupação do território interferem no ambiente e nos aspectos socioeconômicos, com reflexos na saúde e na qualidade de vida da população (51). Dessa forma, coopera para o desenvolvimento de projetos e políticas públicas saudáveis, pois

consiste em um método estruturado para determinar e melhorar as consequências sobre a saúde dos projetos e políticas de outros setores.

O modelo FPSEEA permite analisar a complexidade do contexto socioambiental do território do Parque Canela de Ema, em Sobradinho II - DF na perspectiva de identificar, a partir das características, físicas, políticas, econômicas e culturais do território, argumentos a favor tanto de uma intervenção política e cognitiva, quanto da formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável local. Sendo assim, esta análise contribui para fundamentar as ações necessárias para a resolução dos problemas ambientais e sanitários do território, como também contribui para a valorização das experiências e oportunidades de geração de renda e formação de arranjos produtivos locais.

4.4. CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA

No campo de análise de políticas públicas, vários modelos foram desenvolvidos para ajudar a compreender o momento de construção da agenda da política pública, especificamente o processo de tomada de decisão governamental. A incorporação de problemas na agenda do governo pode ser o ponto de partida para analisar o processo de elaboração de propostas de políticas públicas e de ação governamental.

A literatura sobre análise política distingue três dimensões da política pública: a dimensão institucional (*polity*) que se refere à organização do sistema político, delineada pelos sistemas legal e jurídico e pela estrutura institucional do sistema político administrativo; a dimensão processual (*politics*) que se refere ao processo político, frequentemente conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição dos custos e benefícios de uma dada política pública; a dimensão material

(*policy*), que se refere aos conteúdos concretos que envolvem a configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas (53).

John W. Kingdon (1994) desenvolve o modelo de correntes múltiplas (*multiple streams*), no qual, identifica a teoria das “janelas de oportunidade” (*policy windows*), conjunto de condições favoráveis a alterações nas agendas governamental e de decisão e à entrada de novos temas nestas agendas(52). Ela é que possibilita a formulação e reformulação de políticas públicas. Uma janela de oportunidade surge na convergência dos fluxos de problemas (*problem stream*), de alternativas (*policy stream*) e o fluxo da política (*politics stream*) (53).

O fluxo dos problemas analisa de que forma as questões são reconhecidas e os motivos que as levam a compor a agenda do governo. O fluxo da política é baseado na barganha e na negociação política. São características: compartilhamento das questões relevantes na sociedade, que configura um ambiente favorável para a formação da agenda política; as pressões exercidas por grupos, que leva a consensos ou conflitos na arena política; e as mudanças no governo, que influenciam a agenda tanto de pessoas em posições estratégicas como na composição do legislativo. O fluxo das alternativas refere-se a um amplo conjunto de propostas para solucionar os problemas políticos. Essas alternativas são geradas nas "comunidades políticas", compostas por especialistas que se ocupam de uma determinada área, pesquisadores, consultores, assessores parlamentares, funcionários governamentais, ONGS, grupos de interesse (52).

Longe de fazer uma análise de política do processo de recriação do Parque Canela de Ema, interpretando o objeto de estudo como uma “janela de oportunidade” (*policy windows*), utilizou-se seus elementos para descrever, entender e até encontrar formas de sustentar a agenda até a efetiva implementação, acompanhamento e avaliação dessa política pública.

4.5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realização da pesquisa-ação transdisciplinar no território do Parque Canela de Ema, para qualificar a participação comunitária na participação política local, como dito anteriormente, deu-se por meio do desenvolvimento da noção de Comunidade de Aprendizagem junto aos atores do grupo APCE; da identificação do contexto social e ambiental do território do Ribeirão Sobradinho e de suas principais demandas para o desenvolvimento local; da mobilização e sensibilização da comunidade local e da sistematização e análise da arena política de criação do Parque Canela de Ema.

Os métodos utilizados nessa pesquisa estão relacionados com os seus objetivos específicos, e foram definidos pelo grupo APCE de acordo com os temas transversais do processo político. Os temas refletem tanto os seus interesses, quanto as oportunidades presentes no contexto do território. De acordo com o objetivo específico, um conjunto de métodos foi delineado. Esses métodos estão descritos no Quadro 2.

A noção de Comunidade de Aprendizagem foi trabalhada junto ao grupo APCE por meio da realização de atividades como: reconhecimento de território, construção de conhecimento participativo, planejamento estratégico, intervenção, mobilização, dentre outros. A mobilização da comunidade para ampliar sua participação no processo político de criação do Parque se desenvolve por meio das ações e práticas de promoção da saúde no território realizadas pelo grupo APCE, junto a comunidade.

Para analisar a arena política de criação do Parque Canela de Ema foi feita uma pesquisa exploratória e documental utilizado o método da Observação Participante e do Diário de Campo, a luz da teoria de Múltiplos Fluxos do Kingdon (52), descrita no capítulo dos resultados. Esses dados também serviram para identificar o contexto e as demandas do

território do Ribeirão Sobradinho, por meio da construção de uma matriz de indicadores do modelo FPSEEA.

As estratégias da pesquisa-ação transdisciplinar foram identificadas no processo do desenvolvimento das atividades referentes aos quatro objetivos específicos desta pesquisa. Sendo que algumas delas se repetem de forma constante e outras ficam mais evidentes de acordo com o objetivo e método utilizado, conforme caráter não linear do método.

O desenvolvimento da noção de Comunidade de Aprendizagem se ancora em todas as sete estratégias da pesquisa-ação transdisciplinar principalmente na segunda, quinta e sexta estratégias: a formação e capacitação continuada dos envolvidos na pesquisa; o plano de ação de transformação e preservação; o plano de gestão para a sustentabilidade das ações.

A mobilização comunitária para inserção no processo político de criação do Parque se valeu mais da segunda, terceira e quinta estratégias: a formação e capacitação continuada dos envolvidos na pesquisa; o conhecimento complexo da realidade e o plano de ação de transformação e preservação.

A contextualização do território do Ribeirão Sobradinho refere-se a primeira, terceira e quarta estratégias: o reconhecimento das relações e interações presentes na realidade; o conhecimento complexo da realidade e a reflexão sobre a transformação e a preservação da realidade estudada.

Por fim, a análise da arena política de criação do Parque valeu-se da primeira e da terceira estratégias: o reconhecimento das relações e interações presentes na realidade e o conhecimento complexo da realidade.

Quadro 2 – Quadro resumo da metodologia

METODOLOGIA		
OBJETIVOS	MÉTODOS	ATIVIDADES
Desenvolver a noção de Comunidade de Aprendizagem com os atores do grupo Amigos do Parque Canela de Ema, de Sobradinho-DF.	Pesquisa Ação Transdisciplinar Comunidade de Aprendizagem	Reuniões periódicas Seminários Temáticos Construção de instrumentos de participação política
Mobilizar grupos da comunidade local para ampliar o envolvimento comunitário no processo político em defesa do Parque Canela de Ema.	Pesquisa Ação Transdisciplinar Comunidade de Aprendizagem	Atividades de mobilização e sensibilização Oficinas de Planejamento Participativo Audiências Públicas
Identificar o contexto social e ambiental do território do Ribeirão Sobradinho e as principais demandas para o desenvolvimento local.	Observação participante Diário de campo Modelo FPSEEA	Coleta de dados Sistematização Análise
Analisar a arena política de criação do Parque Canela de Ema, com enfoque na participação comunitária na formação da agenda.	Observação participante Diário de campo Ciclo da Política Pública	Coleta de dados Sistematização Análise

Fonte: própria

5. RESULTADOS

Os resultados dessa pesquisa-ação são apresentados numa abordagem cartográfica (1), uma vez que a intenção é mostrar o percurso metodológico da pesquisa, ao invés de tentar representar o objeto de pesquisa. O método cartográfico permite apresentar a construção e o desenvolvimento do objeto de forma processual e contextual, incluindo as implicações da própria pesquisadora. Desse modo, a abordagem foi identificada como mais apropriada, tanto por ser coerente com os seus pressupostos teóricos e metodológicos, como por refletir uma abordagem de produção de conhecimento participativa.

Cabe ressaltar que o método cartográfico, como define Prado Filho *et al*, não é uma proposição de regras, procedimentos ou protocolos de pesquisa, mas, sim, uma estratégia de análise crítica e ação política, olhar crítico que acompanha e descreve campos de forças e relações, trajetórias, movimentos de ruptura e resistência (54).

Para visualizar o percurso metodológico da pesquisa e refletir sobre a relação entre o objeto de estudo e suas influências foi elaborado um desenho (Diagrama 1) baseado no princípio da Cartografia da teoria do Rizoma (1). O diagrama com a cartografia da pesquisa foi desenhado a partir de uma analogia entre o rizoma e o rio. Compõem-se por platôs, vetores e linhas de fuga, como as nascentes, córregos e tributários, que representam respectivamente, o problema, o método, os resultados, as teorias e os atores da pesquisa.

O território da pesquisa é o Território do Ribeirão Sobradinho. A montante está a nascente Canela de Ema. Ela é o ponto da partida, o problema da pesquisa. A partir dela descortinam-se as pressões do território e a arena política que caracterizam o objeto de estudo. O território é alimentado pelos platôs aquíferos por onde brotam as teorias que fundamentam a pesquisa. Através da pesquisa-ação percorre-se o território, que com suas intervenções cria novas territorialidades e agenciamentos, até desaguar nos resultados da pesquisa a jusante do

Ribeirão Sobradinho. O ciclo hidrológico evidencia a necessidade de uma abordagem transdisciplinar do processo.

A cartografia torna visível a complexidade e multiplicidade das experiências e relações obtidas por essa pesquisa-ação. O diagrama da cartografia da pesquisa permite demonstrar apenas parte do caminho metodológico, aquele que foi escolhido para ser utilizado para a reflexão e construção de conhecimento. Ela é um recorte de um dado momento, que foi desenhado conforme os ideais da pesquisadora.

Com isso infere-se que a interpretação do objeto de estudo foi direcionada pelo seu próprio percurso metodológico, que por sua vez recebeu influência direta dos conceitos discutidos no referencial teórico, relacionados às circunstâncias do campo de estudo. O texto induziu o contexto. O contexto deu sentido ao texto, criando novos textos. Isso é o que apresento nas subseções que esmiúçam os resultados dessa investigação.

A Cartografia do Território do Ribeirão Sobradinho (Diagrama 1) contém uma síntese da pesquisa-ação, que resultou em diferentes produtos, processos e práticas de promoção da saúde, relativas às atividades desenvolvidas para alcançar os objetivos específicos.

Os resultados foram organizados e relatados em três subtítulos deste capítulo. Os produtos técnicos estão nos apêndices. O item Território do Ribeirão Sobradinho apresenta os dados da pesquisa exploratória, de campo e documental, mostrando o contexto histórico, político e cultural das regiões administrativas de Sobradinho e Sobradinho II, ligadas ao Parque Canela de Ema. Apresenta também um exercício de análise do contexto do território utilizando a matriz de indicadores do modelo FPSEEA (49), que forneceu uma síntese das demandas da comunidade para o desenvolvimento local, na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.

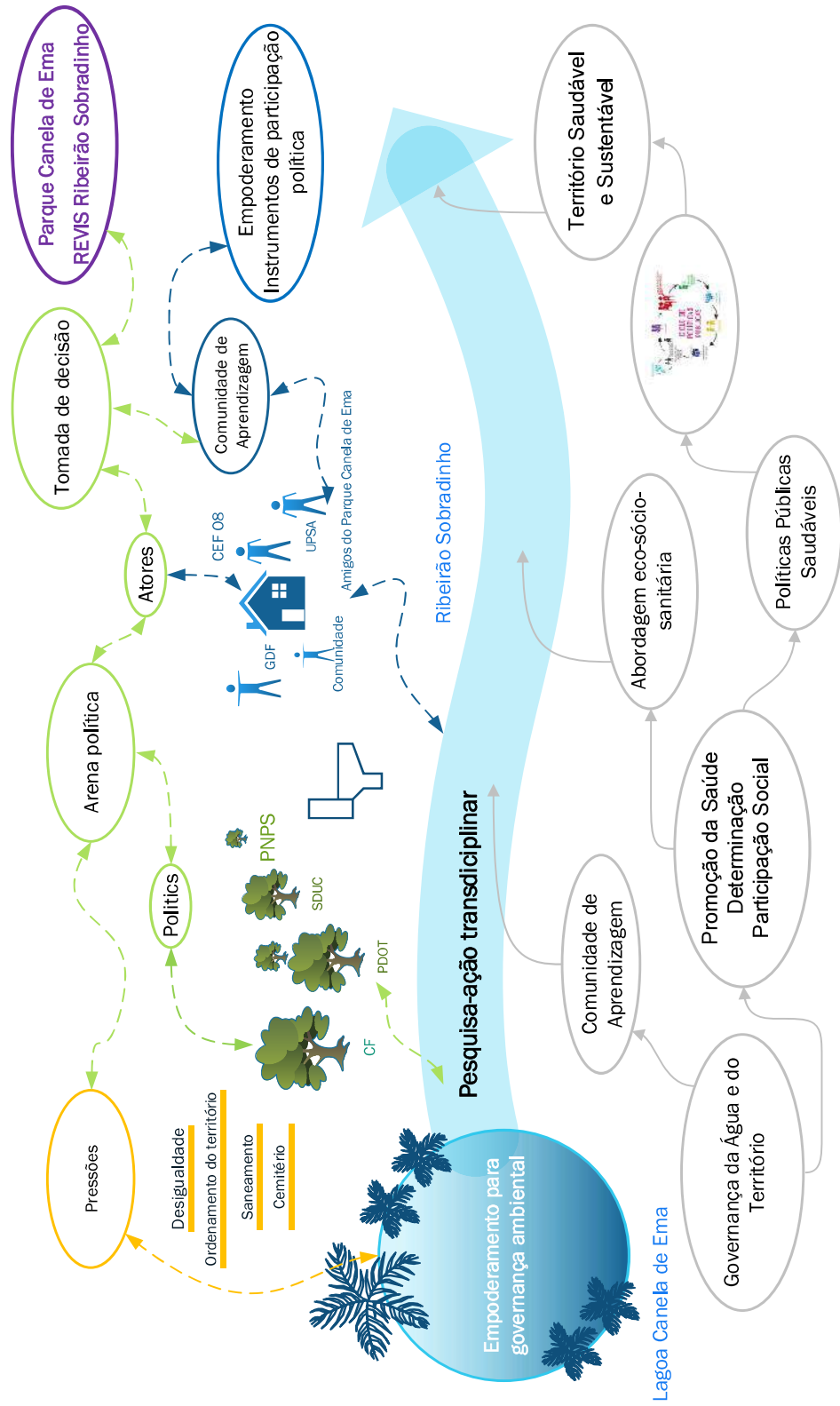
O item Arena política da criação do Parque Canela de Ema⁸ apresenta uma análise da formação da agenda política da recriação do Parque. Contém a sistematização da atuação política do grupo APCE, as alternativas políticas para o Parque e os diálogos entre os atores da política ambiental local.

O item Comunidade de Aprendizagem Amigos do Parque Canela de Ema apresenta os resultados obtidos nas atividades, eventos, acompanhamento da agenda política e na construção de estratégias cooperativas realizadas pelo grupo APCE. A experiência do grupo APCE é relatada a partir de três categorias de atividades: Ações, Diálogos no Território e Instrumentos de Participação política, que foram e analisadas a luz dos conceitos de Comunidade de Aprendizagem e pesquisa-ação.

⁸ Essa sessão gerou um artigo que está no prelo, para a revista Comunicação e Ciências da Saúde, da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (Apêndice 1)

Diagrama 1 - Cartografia da pesquisa

Território da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho



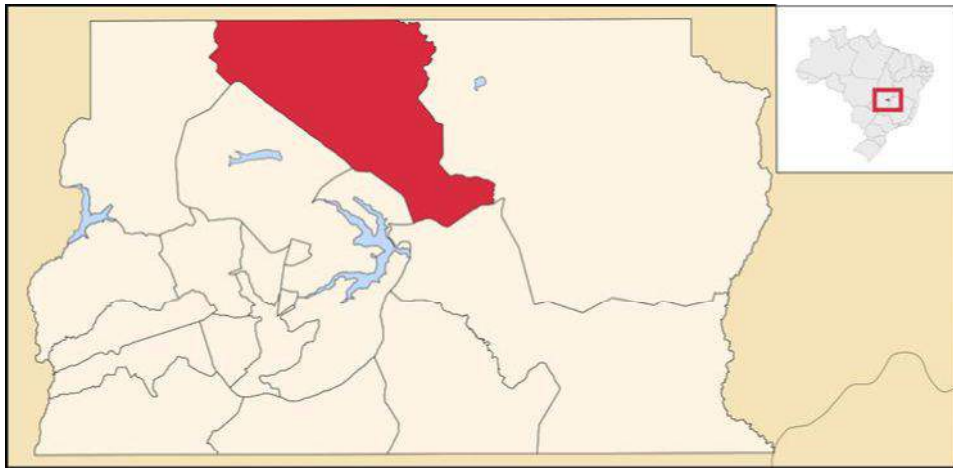
Cartografia da pesquisa – dezembro de 2017

Fonte: própria

5.1 TERRITÓRIO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRÃO SOBRADINHO

O Distrito Federal é dividido geopoliticamente em regiões administrativas (RA), com características distintas que se formaram a partir de doação de lotes, grilagem e assentamentos de programas habitacionais para populações de baixa renda. O DF tem status de município e estado. As RAs possuem orçamento independente, mas não têm autonomia política.

Figura 2 – Mapa DF Regiões Administrativas – RA V e RAXXVI



Fonte: Caio Vicente Disponível em:
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=44159067>
 Acesso: 17 de maio de 2017

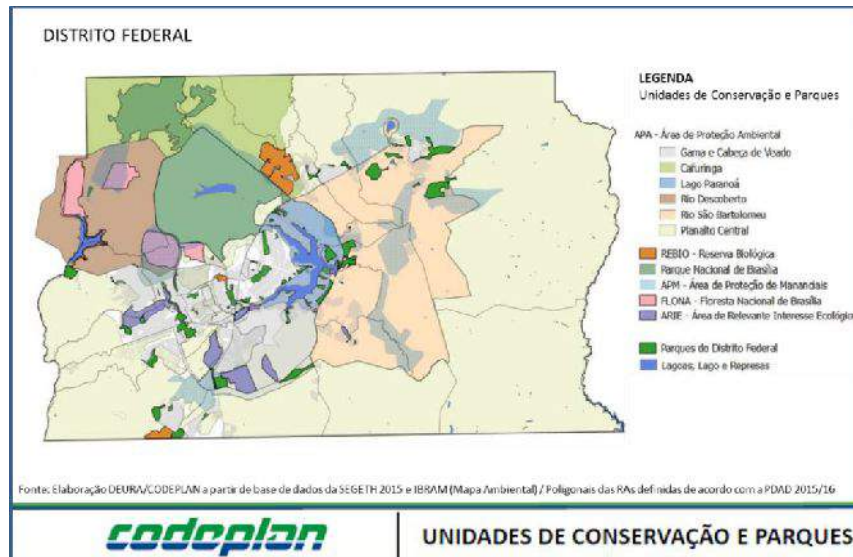
O território do DF possui um número considerável de áreas protegidas para conservação da biodiversidade e prestação de serviços ecossistêmicos⁹, dentre áreas verdes, parques urbanos e unidades de conservação (UC)¹⁰. No entanto, a maior parte das UCs distritais, ainda não foram implementadas. Há falta de infraestrutura, segurança e manutenção,

⁹ São os benefícios que os processos naturais geram para os seres humanos, tais como: controle do clima e da erosão, absorção do gás carbônico, produção de água e de alimentos, paisagismo, recreação, educação, etc.

¹⁰ Das 106 UCs localizadas no DF, 95 são Unidades do DF, sob responsabilidade do Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), e 11 são unidades federais, administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

nas que foram criadas, e outras, só existem no papel. Elas demandam de regularização fundiária, ambiental e de plano de manejo (55).

Figura 3 - Mapa Unidades de Conservação do Distrito Federal



Fonte: GDF Disponível em:
<http://www.codeplan.df.gov.br/areas-tematicas/estudos-urbanos-e-ambientais.html>.
 Acesso em: 12 de novembro de 2017

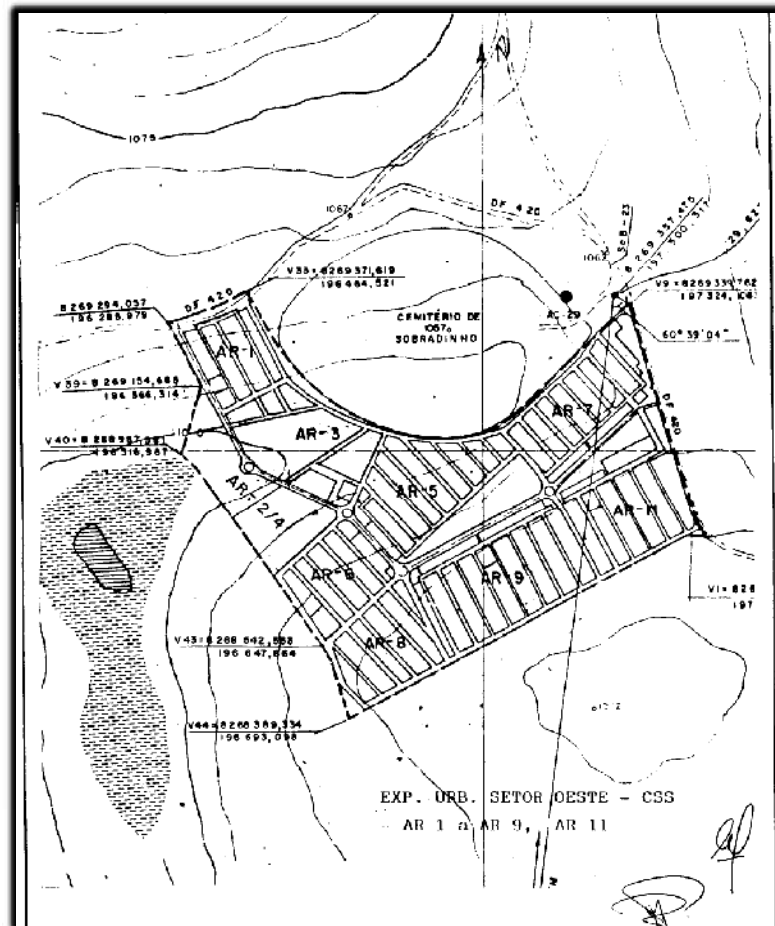
As UCs que deveriam ser espaços de preservação ambiental, promoção da saúde da cultura e qualidade de vida, representam um problema para o governo e para população. O quadro de degradação ambiental destas áreas, cujo abandono público gera violência e exposição de riscos à saúde, anda ao lado da carência que as RAs têm por ambientes de lazer, para prática de esportes e promoção da saúde e da cultura.

Sobradinho II é uma RA do DF criada em 2004 (Lei Nº 3.314 de 2004 - DODF), a partir de um projeto de urbanismo de expansão urbana do setor oeste da RA de Sobradinho. Integrante do Programa de Assentamento Emergencial do Governo Distrital, o qual tinha por finalidade o atendimento de famílias de baixa renda, residentes em fundo de quintal e invasões do DF, com transferência para lotes semiurbanizados. Conforme projeto urbanização disponível no Memorial Descritivo (MDE) - 19/90, a região foi planejada em torno do

cemitério existente, da nascente que forma a Lagoa Canela de Ema e de áreas de solo hidromórfico (56).

Apesar de a RA ter começado a partir de um planejamento urbanístico teve uma ocupação desordenada pela subvenda de lotes e pela falta de investimento do governo na implementação da infraestrutura urbana básica, saneamento, equipamentos públicos e vias de acesso. Do projeto original, surgiram mais dois bairros, a Vila Buritis e o Buritizinho na área recomendada para ser zona de amortecimento da Lagoa Canela de Ema, descumprindo os condicionantes do projeto¹¹.

Figura 4 - Memorial Descritivo da Expansão Urbana Sobradinho II (MDE 19/90 folha 4/131)



Fonte: GDF (56)

¹¹ O projeto foi objeto de EIA/RIMA, havendo sofrido exigência pelo mesmo de redefinição da AR-2/4 em apenas dois lotes, um de área ambiental, englobando a área de feira e outro de uso institucional, encerrando a ocupação existente no local, lote este definido anteriormente como lote rural.

O nome da cidade é carregado de estigma, como uma cidade marginal, que surgiu da periferia de sua cidade de origem, Sobradinho. A poligonal da RA Sobradinho II foi refeita no ano de 2016 e alguns moradores se sentiram prejudicados, por não conseguirem anexar seu condomínio/bairro à RA Sobradinho. Já outros moradores, com uma territorialidade identitária forte têm um projeto para mudar o nome de Sobradinho II para Colorado.

O território biofísico sobre a perspectiva da bacia hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, abrange as duas RAs, e pertence à bacia do Rio São Bartolomeu, que deságua no Rio Paraná. Seu principal efluente é o córrego Paranozinho, que liga a Lagoa Canela de Ema ao ribeirão. O ribeirão é o principal conector ambiental entre as UCs: Reserva Biológica (REBIO) Contagem, Área de Proteção Ambiental (APA) de Cafuringa e APA do Rio São Bartolomeu, e se sobrepõe a APA do Planalto Central, em uma de suas Zonas de Preservação da Vida Silvestre.

O Ribeirão Sobradinho está situado dentro da malha urbana das duas RAs. Recebe grande pressão antrópica advinda do crescimento desordenado, da ausência do poder público e da inadequação do sistema de saneamento (57). Apesar destes impactos o território do ribeirão possui ainda diversos atributos ambientais. Têm preservado mostra significativa de mata de galeria, representando um refúgio para fauna silvestre que ainda existe. Representa grande importância para manutenção dos serviços ambientais prestados pelas suas áreas preservadas e principalmente para a conservação dos recursos hídricos.

Figura 5 - Unidades de Conservação e Parque Canela de Ema



Fonte: própria

O território urbano do Ribeirão Sobradinho possui cinco parques: o Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema - Lei nº 1.400, de 10/03/1997, o Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho - Lei 1.457, de 05/06/1997, o Parque Recreativo Sobradinho II - Lei nº 923, de 19/09/1995, Parque Centro de Lazer e Cultura Viva - Lei nº 743, de 25/10/2007 e o Parque Ecológico dos Jequitibás - Decreto nº 16.239, de 28 de dezembro de 1994. Dentre eles apenas o Parque dos Jequitibás foi implantado (58). O Parque Vivencial de Sobradinho, o Parque Recreativo Sobradinho II e o Parque Canela de Ema tiveram suas leis revogadas, nos anos de 2013, 2014 e 2015 respectivamente, por Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI.

Figura 6 – Parques do território do Ribeirão Sobradinho



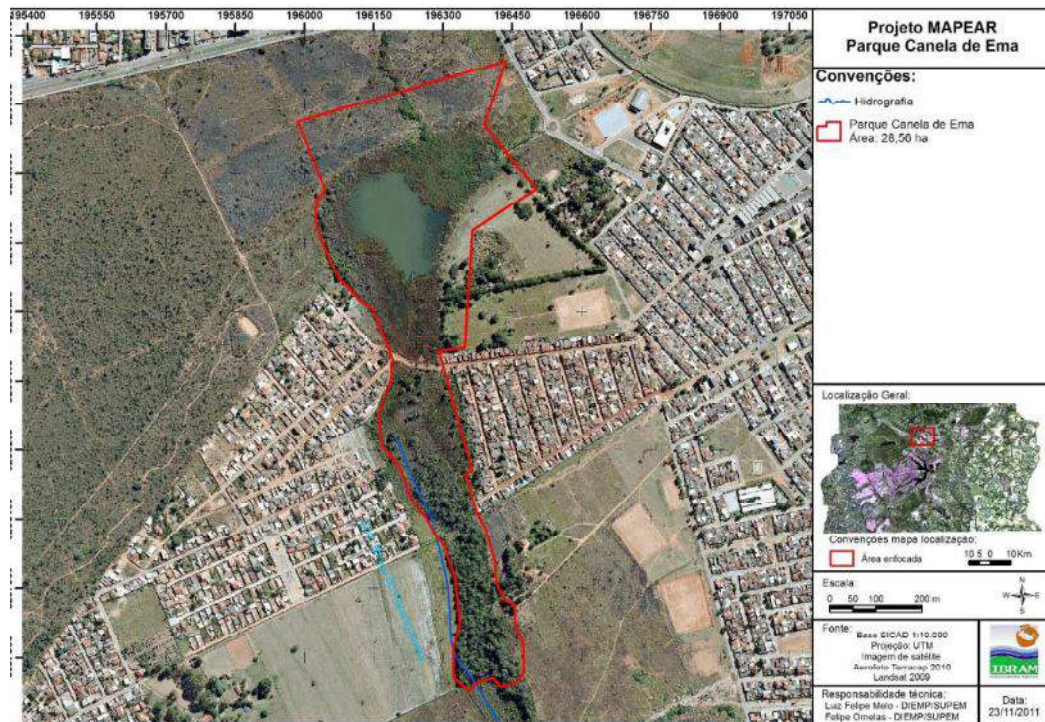
Fonte: própria

As áreas destes parques apresentam um quadro de abandono e alta degradação ambiental, principalmente pela poluição do Ribeirão Sobradinho. Os maiores impactos do ribeirão estão relacionados ao saneamento ambiental inadequado, como erosão pelas águas pluviais, despejo de resíduos sólidos e ligação clandestina de esgotos. A própria Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB), não faz o tratamento de metade do esgoto que recebe, despejando 53% do esgoto direto no ribeirão, além de não finalizar os sistemas de coleta – há vários trechos em que falta a elevatória de esgotos (59).

Ao longo das Áreas de Preservação Permanente (APP) do Ribeirão Sobradinho existem, a mais de vinte anos ocupações e loteamentos irregulares de famílias agricultoras, grupos religiosos e carroceiros. As APPs são constantemente invadidas por novas ocupações irregulares e estão sujeitas a introdução de espécies exóticas e queimadas. Hoje a área desses parques com exceção ao Parque dos Jequitibás representa um espaço de insalubridade, criminalidade e insegurança para a população residente no seu entorno.

O Parque Canela de Ema, situado no centro da região de Sobradinho II, é formado por uma lagoa natural, nascente que deságua no córrego Paranoazinho, tributário do Ribeirão Sobradinho. Sua vegetação é composta por veredas, buritizais, murundus, além de matas de galeria e de áreas com vegetação típica do Cerrado, onde se encontra a espécie *Vellozia squamata*, de nome popular Canela de Ema. O Parque abriga uma diversidade de fauna silvestre, principalmente de aves.

Figura 7 - Mapa Canela de Ema. Projeto Mapear IBRAM



Fonte: GDF Disponível em:
http://www.ibram.df.gov.br/pdfs/projeto_mapear/mapear.pdf
 Acesso em: 02 de novembro de 2016

Os atributos ambientais do Parque Canela de Ema refletem sua beleza cênica, seu potencial para a qualidade de vida e exploração do ecoturismo e do turismo histórico. Ele está em um dos pontos mais altos do DF, onde da vista principal da Lagoa Canela de Ema vê-se a Torre Digital, ponto turístico da cidade projetada por Oscar Niemeyer. Existem relatos de que a Lagoa estava na rota da Estrada Real dos Goiazes no século XVIII, da Missão Cruls no final do século XIX e da Coluna Prestes no início do século XX¹².

Contudo a Lagoa Canela de Ema é contaminada pelo chorume do cemitério, sofre erosão das águas pluviais dos condomínios que não tem drenagem e ainda está descaracterizada pela barragem construída para dar acesso aos condomínios, além dos outros

¹² Os historiadores Rocha Junior, D. A. ,Vieira Júnior, W. C. J. e Cardoso, R. C.C. no livro a Estrada Real dos Goyazes mostram a descoberta do mais antigo relato de viagem por terras do Distrito Federal e minas de Goiás, feita em 1734 por José da Costa Diogo. Viagem pela de Deusedith Alves Rocha Junior, Wilson Vieira Júnior, Rafael Carvalho C. Cardoso, Paralelo 15, Brasília, 2006. Estrada Real dos Goiazes Disponível em: <http://doc.brazilia.jor.br/Bibliografia/Viagem-pela-Estrada-Real-Goyazes.shtml> Acesso: 20/09/2017

impactos ligados as constantes ocupações irregulares, falta de manejo dos resíduos sólidos e introdução de espécies exóticas.

Este território caracterizado pela relação desarmônica de suas áreas protegidas, que estão abandonadas, com a dinâmica da cidade é um espaço de diferentes tensões relações de poder, um território com multiterritorialidades.

Se por um lado parte da comunidade não se apropriou – criou territorialidade – destas áreas, como espaços de lazer e qualidade de vida, devido à falta de estrutura, a poluição do ribeirão, e pelos problemas de saúde relacionados à falta de saneamento ambiental. Por outro lado, outros grupos da comunidade se apropriaram do território e se fixaram no espaço mesmo sem legalidade. São grupos de carroceiros, pequenos produtores rurais, grupos religiosos que habitam as áreas de preservação permanente do ribeirão há décadas.

O território em sua dimensão simbólica ou cultural fala sobre as relações de poder, a economia, o social e a cultura (35). Um aspecto importante deste território é a forma com que sua comunidade se organiza para agir politicamente. A comunidade das duas RAs é conhecida por pela sua prática politizada. Diferentes coletivos e movimentos sociais são estabelecidos, em sua maioria estão ligados a partidos políticos com ideologias distintas. As regiões tem forte representação na eleição de deputados distritais e federais. Alguns deputados são “padrinhos” da região, influenciando na dinâmica da cidade. Por outro lado, parte dessa comunidade é dependente dos favores que os políticos, sendo facilmente manipuladas por interesses próprios dos políticos.

Entretanto, outra parte dela ocupa alguns espaços de participação política locais como: a Rede Serrana que conta com a participação da sociedade civil e de alguns serviços do governo local; o Fórum Social de Sobradinho, que nasceu do conselho de juventude da região; o movimento cultural e social Boi de Seu Teodoro; a Associação de Mulheres de Sobradinho; os Amigos do Parque Canela de Ema (APCE); a Associação SOS Ribeirão; a Associação

Cristão de Moços de Brasília (ACM); o Futebol Social; o grupo cultural Azulim; o grupo OPA- Onde a Periferia Acontece; a Casa de Recuperação Mar Vermelho; a comunidade de ciganos da etnia Calon, o Assentamento José Wilker do Movimento de Luta pela Terra (MLT), dentre outros grupos e projetos que revelam uma gama de interesses sociais, quase em sua maioria convergentes. Alguns pautados e apoiados por interesses particulares, mas a maioria representa a luta de classe.

Outros atores importantes que impactam nos fluxos das relações do território são os “donos das terras” e empresários, com destaque para a Urbanizadora Paranoazinho (UPSA). A empresa possui a escritura de maior parte das poligonais de Sobradinho II. Os moradores dos condomínios de Sobradinho II compraram seus terrenos de grileiros nas décadas de 1980 e 1990, e agora precisam se regularizar com a urbanizadora. São inúmeros litígios fundiários do território não só com esta empresa, mas entre chacareiros, outros proprietários de terra, União e GDF.

A urbanizadora nos últimos anos desenvolve diversas ações no território e influencia o planejamento urbano e ambiental da região. Ela está em fase de licenciamento da implantação do urbanismo de um condomínio vertical na Fazenda Paranoazinho, área de influência direta do Parque Canela de Ema. Existem recursos de compensação ambiental para o parque, dos licenciamentos desta empresa e de outras, mas que não são acessados para sua destinação, por falta de projetos e conhecimento do recurso, como também pelo efeito da ADI na lei do Parque.

O território marcado pela dinâmica das duas RAs com o Ribeirão Sobradinho e pelos fluxos das forças do setor privado, instituições governamentais e da comunidade, sofre a influência das políticas de ordenamento do território e de implementação do SDUC. O território carece de regularização fundiária, ambiental e sanitária, sendo o saneamento ambiental um dos impactos mais relevantes, que expõe a população a diversos riscos à saúde.

Dessa forma, o território do Ribeirão Sobradinho caracteriza-se como um território de conflito de terra e de abandono do poder público, mas também pode ser descrito como um território de alta biodiversidade e com uma comunidade ativa.

Assim, o território, locus privilegiado da política (34) revela seu potencial para desenvolver programas de promoção da saúde que promovam o empoderamento comunitário, a melhoria da saúde da população e da qualidade ambiental, fortalecendo sua participação na participação política local (38).

O território sobre a perspectiva da relação saúde e ambiente, mostra como o ambiente afeta a saúde do ser humano a partir das transformações que o ser humano faz sobre o ambiente. Nessa perspectiva é possível compreender a interdependência entre os fatores que determinam a saúde e a sustentabilidade ambiental, revelando a complexidade do território, suas relações de determinação e as oportunidades de ações para mitigar ou potencializar os efeitos sobre a saúde.

O território urbano do Ribeirão Sobradinho foi analisado a partir do modelo FPSSEA com base nas pesquisas exploratórias e vivências do grupo APCE no território. A Matriz FPSEEA do Território do Ribeirão Sobradinho (Quadro 3) sintetiza os resultados obtidos nesse capítulo e abre um leque de possibilidades de interpretação do objeto de pesquisa.

Quadro 3 - Matriz FPSEEA do Território do Ribeirão Sobradinho

MODELO FPSEEA	DETERMINANTES SOCIOAMBIENTAIS DO TERRITÓRIO DO RIBEIRÃO SOBRADINHO				
FORÇA MOTRIZ	Modelo econômico	Expansão urbana Sobradinho	Saneamento ambiental inadequado	Sistema Distrital de Unidades de Conservação	Político Partidária das RAs
PRESSÃO	Desigualdade	Ordenamento do território	Oferta de saneamento	Não implementação das UCs	Regiões Administrativas comandadas por dois partidos
SITUAÇÃO	Luta de classe	Ocupações irregulares e grilagem Sem infraestrutura urbana	Água poluída Lagoa contaminada	Ausência de espaços de lazer e cultura Degradação ambiental	Segregação
EXPOSIÇÃO	Desemprego	Habitação e mobilidade precárias	Exposição à vetores e microorganismos infectocontagiosos	Criminalidade, queimadas, introdução de espécies exóticas, contaminação do solo e da água	Interesses individuais dos políticos
EFEITO	Pobreza	Desprovida das condições básicas de existência	Doenças relacionadas ao saneamento inadequado	Insegurança Perda de biodiversidade Perda de Qualidade de Vida	Manipulação
AÇÃO COMUNIDADE	Arranjos de base comunitária	Políticas <i>bottom-up</i> Ocupações Controle social	Vigilância popular	Comunidade de Aprendizagem APCE Comissão de Defesa de Meio Ambiente	Empoderamento político e cognitivo
AÇÃO GOVERNO	Distribuição de renda Ecoturismo	Regularização fundiária, e urbanística.	Implementar os Planos de gerenciamento de resíduos sólidos e de saneamento	Regularização, ambiental e sanitária. Implementação das UCs.	Políticas de estado Políticas sociais Gestão compartilhada
AÇÃO ACADEMIA	Extensão universitária	Pesquisa-ação Tecnologias sociais	Tecnologias sustentáveis Pesquisa aplicada	Pesquisas em UCs Avaliação de impacto à saúde	Popularizar a Democracia direta

Fonte: própria

Uma primeira aproximação com o modelo contribuiu para analisar o objeto de estudo da pesquisa na perspectiva de identificar, a partir das características, físicas, políticas, econômicas e culturais do território urbano do Ribeirão Sobradinho, argumentos a favor tanto da intervenção política e cognitiva, quanto da formulação da política pública do Parque Canela de Ema. Sendo assim, esta análise contribui para fundamentar as ações necessárias para responder as perguntas da pesquisa e justificar as hipóteses.

A construção de uma matriz de indicadores para analisar o problema da não participação política ambiental permite melhor compreender as causas e efeitos das políticas e das forças motrizes do território. Dessa forma, o modelo foi utilizado nos processos de tomada de decisão do grupo APCE e dos atores envolvidos. Influenciando nas escolhas do grupo APCE e da pesquisa. Como pode ser visto no grupo de ações propostas pela comunidade para o problema da não implementação do SDUC.

A leitura do contexto do território do Ribeirão Sobradinho, por meio do modelo FPSSEA representa o olhar do ponto de vista do território, da comunidade. Primeiro sob o olhar da pesquisadora, que identificou os determinantes mais pertinentes para um primeiro exercício de análise. Depois, pelo olhar dos outros membros do grupo APCE que validaram a matriz.

A flexibilidade do modelo FPSEEA permite que seja utilizado de diferentes formas e finalidades. Pode-se identificar ações para cada nível do modelo, também em escala de tempo. A comunidade cabe ações de longo prazo que a levem à emancipação política e social para agir sobre a Força Motriz do poder econômico. As ações do governo deverão ser mais ações de promoção da saúde, do que de assistência, além de favorecer práticas e políticas intersetoriais.

O uso da matriz de indicadores para os tomadores de decisão criarem seus planos e ações sejam eles atores da comunidade ou do governo, pode ser potencializado se

acrescentar como fatores/indicadores um nível que identifique os recursos e ativos disponíveis em torno do problema/política. O que permitiria a construção de ações mais eficazes, eficientes, intersetoriais, por isso, mais poderosas e efetivas. Assim, pode-se propor a inclusão do nível RECURSOS LOCAIS ao modelo.

Esse exercício evidenciou a importância do uso da abordagem eco-sócio-sanitária (24) no modelo FPSEEA, que considera que os efeitos à saúde humana são causados pela intervenção do homem no ambiente. A Determinação Social da Saúde é a Força Motriz. Alguns trabalhos mostram que as ações no nível de Força Motriz são mais eficazes do que as ações sobre efeitos gerados pelos poluentes (60). Com isso pode-se justificar a hipótese de que para resolver os problemas de saúde da comunidade é preciso agir sobre a Determinação.

A matriz do modelo FPSEEA mostrou uma síntese das demandas da comunidade para o desenvolvimento local e pode ser utilizada como um instrumento para construir um Território Saudável e Sustentável no Ribeirão Sobradinho. Ela poderia ser feita com um coletivo intersetorial e com ampla participação da comunidade local, utilizando dados epidemiológicos e dados primários. Nesse sentido, o modelo FPSEEA pode ser considerado como uma ferramenta para qualificar a participação política da comunidade, e por consequência qualificar gestores e técnicos na tomada de decisão, gestão intersetorial e no planejamento participativo da saúde e ambiente.

A descrição do Território do Ribeirão Sobradinho na perspectiva da saúde e ambiente, com seus aspectos biofísicos, sociais, econômicos e políticos contém os resultados da primeira e da terceira estratégias da pesquisa-ação transdisciplinar. Esses resultados representam dados que colaboraram para entender a situação do objeto de estudo, como também para fortalecer as ações do grupo APCE, pois foram utilizados como recurso na elaboração de instrumentos de participação política. O próximo capítulo aprofundará os aspectos da arena política do território.

5.2. ARENA POLÍTICA DE CRIAÇÃO DO PARQUE CANELA DE EMA

A criação e implementação de parques e unidades de conservação no Distrito Federal tornou-se um problema relevante para o governo local que pressionado com os diferentes conflitos de interesse quanto ao ordenamento territorial, e tendo que regulamentar o art. 279 referente ao Meio Ambiente da Lei Orgânica do Distrito Federal de 08/06/1993, o Governo do Distrito Federal – GDF institui o Sistema Distrital de Unidades de Conservação – SDUC (Lei complementar nº 827, de 22 de julho de 2010), revogando outras leis e decretos sobre a criação de áreas especialmente protegidas no DF.

O SDUC é similar ao SNUC. Prevê a criação de áreas de proteção integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Distrital, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre; e áreas de uso sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Distrital, Parque Ecológico, Reserva de Fauna, Reserva Particular do Patrimônio Natural. Diferente deste, não prevê a criação da categoria de uso sustentável Reserva Extrativista, e acrescenta a categoria de uso sustentável Parque Ecológico, para contemplar as unidades de conservação e outras áreas protegidas já existentes como os Parques Urbanos e de Uso Múltiplo.

Cada uma dessas categorias tem objetivos diferentes, características ambientais específicas, domínialidade do território, tipo de visitação e pesquisa permitidos. A escolha por uma ou outra categoria determinará a função e a forma de gestão da unidade de conservação, ou seja, a forma com que a política será implementada e os impactos que terão para a população.

O SDUC no artigo 25, parágrafo quarto estipula o prazo de cinco anos para que as UCs elaborassem seus planos de manejo. Dados cinco anos da publicação da lei que institui o SDUC as UCs e parques do DF ainda não haviam se adequado ao novo sistema. O

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) cobrou a implementação do SDUC e ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra leis de criação de vários parques do DF. Só nas RAs Sobradinho e Sobradinho II três parques tiveram suas leis declaradas inconstitucionais.

O Parque Canela de Ema teve sua lei de criação declarada inconstitucional (ADI 2015 002008012-4) em março de 2015. A ADI alegou vício de iniciativa, pois trata de alteração da destinação de área pública, matéria cuja iniciativa é exclusiva do chefe do Poder Executivo, mas teve iniciativa do deputado distrital Geraldo Magela. A Câmara Legislativa do DF (CLDF) apresentou recurso, mas, em março de 2017 a ADI foi deferida.

Com essas motivações, em agosto de 2015 o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do DF, responsável por executar as políticas ambientais, iniciou processo de Recategorização das Unidades de Conservação do DF. Iniciado por meio de uma Consulta Pública Online, o processo gerou um clima favorável à negociação das políticas públicas para as áreas protegidas. Com apoio das Administrações Regionais abriu-se espaço para o diálogo com a população local. Diferentes atores interessados na questão do Parque Canela de Ema apareceram. O poder legislativo passou a discutir o tema e pressionar o poder executivo.

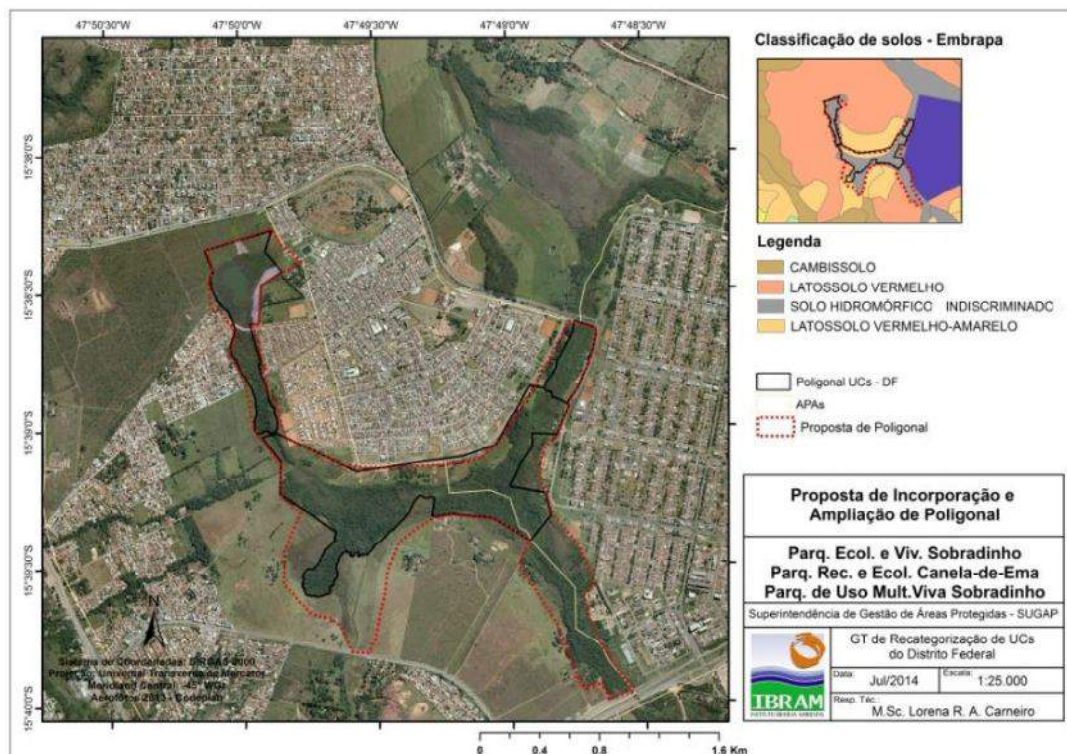
O grupo dos Amigos do Parque Canela de Ema (APCE), formado em maio de 2015, tinha como primeira alternativa para o problema do Parque Canela de Ema apresentar ao governador uma minuta de um projeto de lei de criação do parque, para ser criado via decreto, como estratégia para anular o efeito da ADI. Porém abriu o processo de Recategorização das unidades de conservação, então o grupo abandonou essa alternativa e elaborou um documento em resposta à Consulta Pública da Recategorização (Apêndice 2).

A alternativa para o parque proposta pelo IBRAM na Recategorização foi o Refúgio da Vida Silvestre Canela de Ema (REVIS), integrando o Parque Canela de Ema ao

Parque Centro de Lazer e Cultura Viva Sobradinho e ao Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho (figura 8). O órgão justificou que a proposta era a mais viável financeiramente para o governo, pois não precisaria desapropriar terras de particulares, e mais indicada por atender aos critérios de sensibilidade ambiental definidos para a categoria REVIS.

Na Consulta Pública houveram apenas duas manifestações para o Parque Canela de Ema: uma do grupo APCE e outra da Urbanizadora Paranoazinho (UPSA) (61). O grupo APCE concordou com a categoria de UC proposta pelo IBRAM (Figura 8), mas reivindicou sua participação efetiva na definição do plano de manejo, para garantir zonas de uso comunitário. Já a UPSA defendeu que o parque fosse enquadrado na categoria de Parque Ecológico, argumentando que a REVIS, por ser de proteção integral impediria o acesso da comunidade.

Figura 8 - Proposta da Recategorização IBRAM, 2015



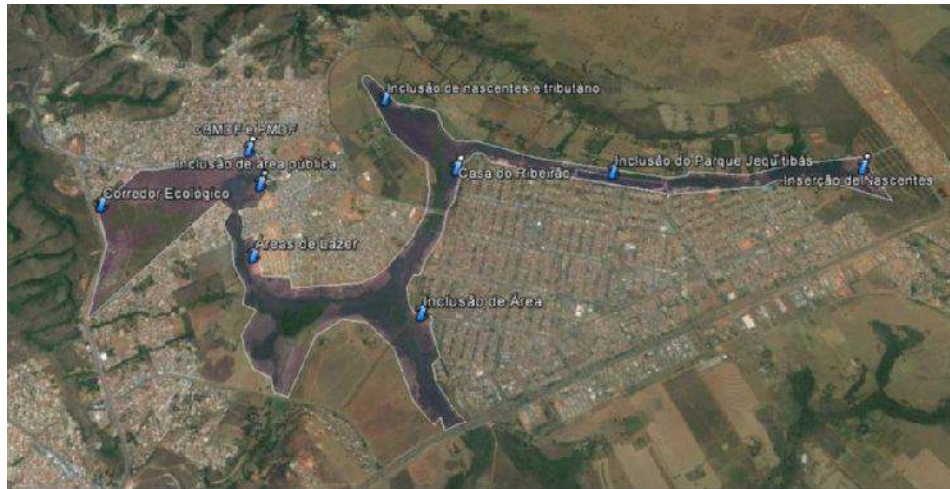
Fonte: GDF

Alguns meses depois, a Casa Civil do GDF e o deputado distrital Cláudio Abrantes (Frente Ambiental da CLDF) cobraram do IBRAM a recriação do Parque Canela de Ema. O IBRAM convidou o grupo APCE e a Administração de Sobradinho II para colaborar na definição da política do Parque, considerando o parecer que o grupo havia apresentado à Consulta Pública da Recategorização. A partir daí, três grupos de trabalho (GT) foram criados e desfeitos para tratar a questão do parque, revelando alguns consensos e muitos conflitos de interesse. Os GTs trabalharam diferentes alternativas para solucionar o problema do parque. Surgiram novos atores e mudanças de gestão dentro dos órgãos do governo, que reconfigurou a composição de seus membros.

O primeiro GT (GT1) foi criado no âmbito do IBRAM, em novembro de 2015 com: o grupo APCE, a Administração Regional de Sobradinho II, a Secretaria de Gestão do Território e Habitação (SEGETH) e a Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP). O GT1 optou por não se formalizar, e que o IBRAM e o APCE definiriam uma proposta para ser avaliada pelos outros membros, quanto às interferências fundiárias e ao projeto de urbanismo da região.

O APCE teve acesso aos documentos de ordenamento territorial, como o Plano de Desenvolvimento Local da Região Norte (PDL/2012) e as Diretrizes Urbanísticas: Região de Sobradinho e Colorado (DIUR 02/2014), referentes à região do parque, assim como informações fundiárias da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP. No final do ano de 2015 o grupo APCE elaborou uma proposta de poligonal para o Parque Canela de Ema, com a ideia de abranger as outras nascentes do Ribeirão Sobradinho, e enviou por email para o GT1(Figura 9).

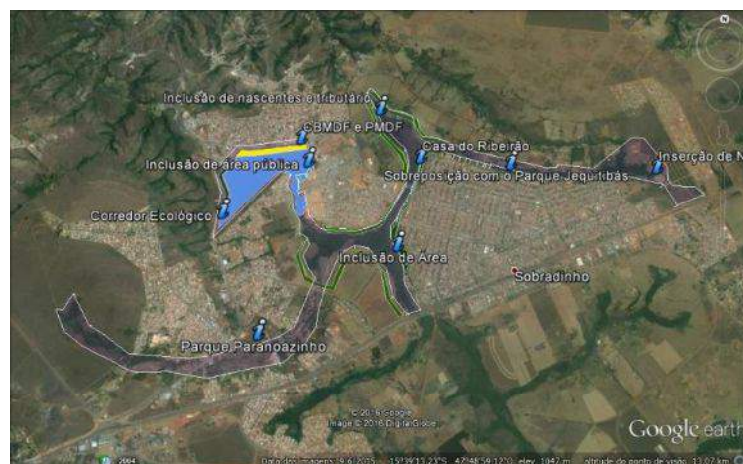
Figura 9 - Proposta dos Amigos do Parque Canela de Ema, 2015



Fonte: APCE

Em janeiro de 2016 o grupo APCE apresentou para o IBRAM uma proposta de poligonal expandida (Figura 10), que incluía as outras nascentes e córregos tributários do Ribeirão Sobradinho, presentes nas RAs Sobradinho e Sobradinho II. A proposta criava um corredor ecológico com a Reserva Biológica da Contagem através do córrego Paranoazinho e de uma área particular fronteira à REBIO. O GT1 aprimorou a proposta definindo de zonas de uso comunitário, na concepção de um parque linear ao longo da zona urbana do Ribeirão Sobradinho. Essa proposta avança com a inclusão do Córrego Paranoazinho.

Figura 10 - Proposta Amigos do Parque Canela de Ema e GT1, 2016



Fonte: APCE

Nesse momento, a busca de uma solução para o Parque Canela de Ema evoluiu para a oportunidade de resolver os problemas das outras UCs existentes ao longo do Ribeirão Sobradinho, propondo um novo planejamento integrado das unidades de conservação de Sobradinho II e Sobradinho.

Paralelamente a esse processo, o grupo APCE começou uma articulação com a UPSA, empresa proprietária das terras particulares dentro da poligonal pretendida para as UCs de Sobradinho e Sobradinho II. O objetivo desse contato foi o de buscar parceria para acelerar o processo de criação de Parque Canela de Ema, pois essa empresa possui recursos de compensação ambiental e projetos ambientais e urbanísticos em fase de aprovação na região, inclusive uma proposta para o Parque Canela de Ema.

Fotos 1 – Reunião do GT1, 2015 e reunião APCE e UPSA, 2016



Fonte: APCE

Durante três meses houve tentativas de trabalho em conjunto entre o APCE e a empresa, porém não houve consenso, uma vez que a empresa estava determinada a convencer o grupo de que sua proposta era a melhor. O grupo entendeu que os interesses da empresa eram diferentes e obscuros, e ao perceber que não teria sucesso em convencer o APCE, a empresa rompeu com o grupo. Com intuito de reafirmar a proposta que o grupo APCE vinha desenvolvendo, diante da pressão exercida pela empresa urbanizadora, o APCE consolidou a Proposta do Mosaico de UCs para Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho (Apêndice 3).

A proposta do Mosaico apresenta três diferentes alternativas de poligonal e categorias de UCs, e representou a consolidação dos interesses colhidos na comunidade durante o ano de 2015 e 2016, com os estudos do GT1. A proposta foi compartilhada via *e-mail* e para todos os atores governamentais envolvidos. Eles deveriam analisá-la, indicando interferências fundiárias e urbanísticas, que contribuiriam na definição das poligonais das UC, de forma que a alternativa escolhida fosse a mais adequada visando sua implantação e gestão.

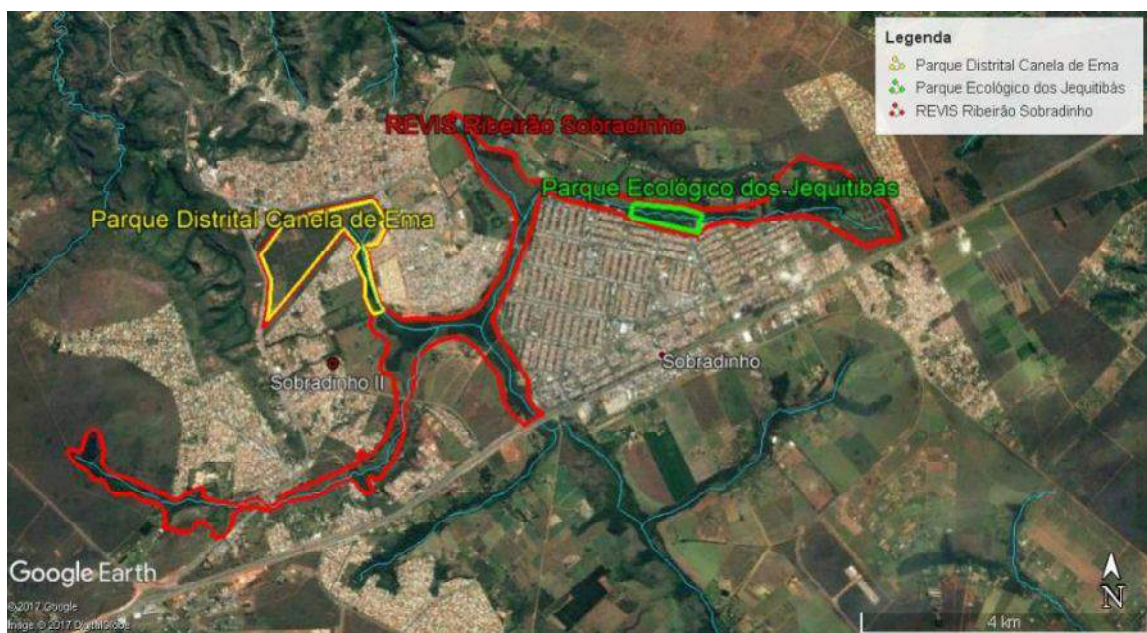
No entanto, a TERRACAP e SEGETH não deram continuidade aos encaminhamentos pactuados em reunião, o que pode representar tanto um desinteresse na pauta, como um boicote. Diante disso, o APCE adotou como estratégia formalizar a proposta nos órgãos governamentais, via Administração Regional de Sobradinho II.

O Mosaico de Sobradinho objetiva consolidar áreas de lazer, turismo e integração regional, compatibilizadas com a preservação da natureza e a recuperação das águas do Ribeirão Sobradinho. Ele é composto por três unidades de conservação: o Parque Ecológico dos Jequitibás, já consolidado em Sobradinho; o Parque Distrital Canela de Ema, com a identidade de Sobradinho II e a REVIS Ribeirão Sobradinho interligando toda a área de preservação permanente da zona urbana, do ribeirão. A REVIS incorpora três parques não implementados da região: o Parque Centro de Lazer Cultura Viva, o Parque Ecológico e o Parque Vivencial e o Recreativo Sobradinho II. A figura 11 traz uma das alternativas apresentadas na proposta do Mosaico.

O grupo justificou a categoria REVIS por ser a mais adequada tendo como diretriz a recuperação do Ribeirão Sobradinho em conformidade com o conceito de gestão territorial por bacia hidrográfica da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Outro benefício relevante da REVIS seria a não necessidade de desapropriação, que facilitaria a implementação do parque. O estímulo à exploração do turismo nas diversas propriedades rurais existentes ao longo do ribeirão é outra vantagem identificada pelo grupo.

O Parque Distrital foi escolhido para o parque Canela de Ema por estar mais alinhado com os objetivos previstos no SDUC em consonância com os objetivos determinados pela comunidade representada no grupo. Há ainda por parte do grupo a percepção de que o parque distrital deve ter sua imagem associada à RA de Sobradinho II, devido ao poder simbólico que a Lagoa Canela de Ema tem para os moradores da região. Assim tem-se um parque ligado a Sobradinho II, o Parque Ecológico dos Jequitibás associado a Sobradinho e a REVIS Ribeirão Sobradinho destacando-se como UC que integra as duas cidades entorno da preservação do ribeirão.

Figura 11 - Mosaico de Unidades de Conservação na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, 2016



Fonte: APCE

O quadro a seguir traz as preferências pelas alternativas políticas para criação do Parque Canela de Ema e das unidades de conservação na bacia do Ribeirão Sobradinho.

Quadro 4 - Preferências dos atores pelas alternativas políticas

ATORES	CAPACIDADES	INTERESSES	PREFERÊNCIAS
Comunidade (APCE)	Acesso à informação; Representação; e Mobilização da Sociedade.	Desenvolvimento sustentável local; Mosaico de UCs; Recuperar o Ribeirão Sobradinho; Áreas de lazer e uso comunitário; Turismo para geração de emprego e renda; Regularização Fundiária; e Saneamento ambiental.	REVIS Ribeirão Sobradinho Parque Distrital Canela de Ema
GDF (IBRAM/SEMA)	Acesso à informação; Organização para utilizar recursos; Representação; Negociação e influência.	Regulamentar o SNUC; Compartilhar a gestão das UCs; e Utilizar recurso de compensação ambiental.	REVIS Canela de Ema
Urbanizadora (UPSA)	Acesso à informação; Organização para utilizar recursos; Negociação e influência.	Regularização fundiária; Licenciamento ambiental; e Utilizar recurso de compensação ambiental.	Parque Ecológico Canela de Ema Parque linear urbano do Paranoazinho.

Fonte: Própria

A proposta do Mosaico foi encaminhada para um dos membros do Conselho da APA do Planalto Central por meio da rede de contato (capital social) do grupo APCE. Com essa estratégia foi possível incluí-la na pauta da 58ª reunião do Conselho APA do Planalto Central. Essa pauta foi facilmente acolhida, pois a criação e gerenciamento de novas UCs é uma das atribuições do conselho e a área do parque está dentro da Zona de Refúgio da Vida Silvestre da APA PC.

Na reunião da 58ª reunião do Conselho APA PC, o APCE pediu apoio e uma monção para a proposta do Mosaico. A empresa UPSA esteve presente e rebateu a proposta do grupo, causando divergências no conselho. Os conselheiros se ofereceram para mediar um próximo encontro, com a presença do IBRAM, que naquela ocasião não estava presente. Diante desse encaminhamento do Conselho da APA PC formou-se o GT 2, que realizou três oficinas técnicas no IBRAM.

Fotos 2 – 58ª Reunião do Conselho da APA PC e reunião GT 2, 2016



Fonte: Jarbas Chagas

As três oficinas técnicas no IBRAM contaram com a participação dos conselheiros, órgãos governamentais e todos os atores envolvidos na criação e recategorização das UCs de Sobradinho. As oficinas se realizaram na tentativa de alinhar as três propostas em análise: a do IBRAM, a do APCE e a da empresa urbanizadora com a mediação dos conselheiros da APA do Planalto Central.

O GT 2 concluiu que seria necessário realizar estudos ambientais para subsidiar a definição da proposta do parque, seguindo o rito ideal de criação de uma UC. A Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA), que já dispunha de recurso para a realização de um diagnóstico ambiental para o Ribeirão Sobradinho, oportunizou a redefinição do objeto da contratação, contemplando a proposta de poligonal discutida no GT 2. Foi acordado que o termo de referência para o diagnóstico seria elaborado

pelo IBRAM e pela ADASA, e que o GT 2 acompanharia a realização dos estudos e faria um levantamento das demandas da região.

A 4ª oficina técnica do GT 2 agendada para o começo de agosto de 2016 foi cancelada pelo IBRAM, com o argumento da falta de equipe técnica, e de que teria que esperar o resultado do diagnóstico ambiental para continuar os trabalhos. Assim, suspendeu a formalização do GT e as atividades em campo. Este fato levou o APCE e a Administração Regional de Sobradinho II a procurar ajuda na SEMA para não interromper às atividades do GT 2. Na época, o gestor que apoiava a recategorização do Parque Canela de Ema no IBRAM, havia sido transferido para a SEMA, e propôs a criação do GT no âmbito daquela secretaria, constituindo o terceiro grupo de trabalho, o GT Mosaico Sobradinho.

O GT Mosaico Sobradinho (Portaria nº 79 de 7 de outubro de 2016, publicado no DODF) instituído para criação do mosaico de unidades de conservação dos tributários do córrego Sobradinho, de caráter interinstitucional, era constituído por: SEMA, IBRAM, Administração Regional de Sobradinho, Administração Regional de Sobradinho II, Associação Amigos do Parque Canela de Ema e Associação SOS Ribeirão.

A portaria não incluiu outras instituições que vinham participando dos trabalhos, o que gerou descontentamento e desacordo político. A ADASA, que ficou de fora, ameaçou suspender a contratação do diagnóstico ambiental. Para contornar essa indisposição entre SEMA e ADASA, após reunião com o antigo GT2, o secretário de meio ambiente decidiu revogar a portaria após um mês de ter sido publicada (Portaria nº 87, de 10 de novembro de 2016 – DODF).

Fotos 3 - Reunião do GT2 com o secretário Meio Ambiente

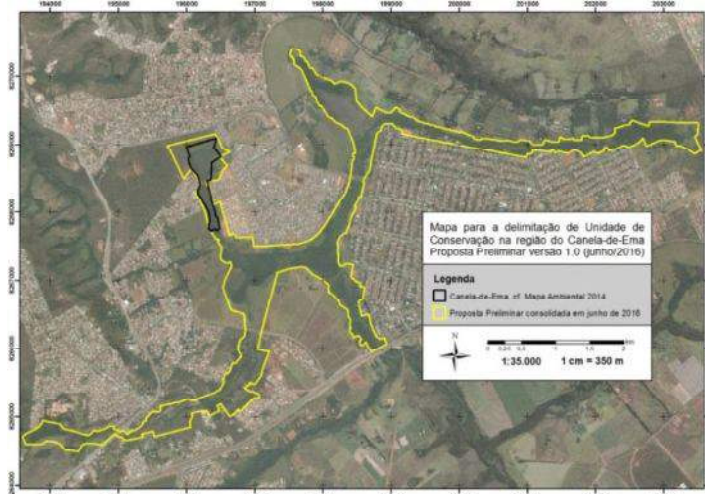


Fonte: Jarbas Chagas

O grupo APCE, sem mais espaço para atuar com o executivo e preocupado com a possível morosidade do resultado do diagnóstico ambiental, retomou sua primeira alternativa e apresentou uma minuta de projeto de decreto de lei para a criação do Parque Canela de Ema. Uma cópia foi protocolada na SEMA e outra entregue pessoalmente ao governador, em dezembro de 2016.

Em janeiro de 2017, a ADASA abriu a licitação do Diagnóstico Ambiental do Ribeirão Sobradinho via pregão eletrônico (Pregão nº 18/2016), que foi concluída em maio de 2017. O diagnóstico tem como objeto a proposta de poligonal para a criação da Unidade de Conservação Canela de Ema (Figura 12).

Figura 12 - Proposta Objeto do Diagnóstico Ambiental, junho 2016



Fonte: ADASA Disponível em: <http://www.adasa.df.gov.br/licitacoes-em-andamento/pregoes-eletronicos/licitacoes-em-andamento/pregoes-eletronicos/590-pregao-eletronico-18-2016> Acesso em: 23 de janeiro de 2017

O diagnóstico ambiental prevê a realização de estudos técnicos para embasar a definição de uma poligonal ideal para a recriação da Unidade de Conservação Canela de Ema, levando em conta as áreas de abrangência dos três Parques (Parque Centro de Cultura e Lazer Viva Sobradinho, Parque Recreativo Sobradinho II e Parque dos Jequitibás localizados na Região Administrativa de Sobradinho/DF). No seu termo de referencia constam três produtos: um plano de trabalho, um diagnóstico ambiental, uma proposta de poligonal e zoneamentos para uso e preservação.

O deputado Wasny de Roure e a Deputada Celina Leão realizaram em março de 2017 uma audiência pública sobre o Parque Canela de Ema. Naquela ocasião, o APCE, que compunha a mesa com o diretor da ADASA, a presidenta do IBRAM, e com os administradores de Sobradinho e Sobradinho II, solicitou à ADASA a recriação do GT para poder acompanhar e participar da realização do diagnóstico ambiental. O pedido foi acatado, mas não teve prosseguimento. A ADASA chegou a realizar uma reunião para instituir o GT, onde apresentou um termo de cooperação técnica, entretanto não deu continuidade a demanda.

O diagnóstico está sendo realizado sem a participação da comunidade e de outros atores interessados. Houve problemas na entrega do plano de trabalho do diagnóstico que atrasou bastante o início do levantamento de dados. A empresa vencedora cobrou um valor abaixo do necessário para seguir as recomendações do TR. A empresa já tem todos os mapas e dados secundários.

Nesse momento, houve uma baixa no fluxo das articulações políticas na questão do Parque Canela de Ema. O grupo APCE, ficou sem diálogo com o IBRAM e ADASA e ainda passou pela mudança na gestão das RAs de Sobradinho e Sobradinho II. Apesar disso, no final do ano de 2017 o fluxo da política possibilitou a criação da Comissão de Defesa de Meio Ambiente da RA de Sobradinho II, que foi encabeçada pelo grupo APCE.

O grupo APCE preparou um ofício em nome da Administração de Sobradinho II, solicitando a SEMA a criação do GT Mosaico Sobradinho, para acompanhar o diagnóstico e construir a proposta das UCs. Pedindo também a criação do Conselho Gestor do Parque Canela de Ema, mesmo sem haver o Parque. Essa possibilidade foi vislumbrada, pois o grupo APCE e os outros atores formam uma rede de articulação, que já é reconhecida pelo governo local como um colegiado do Parque Canela de Ema. O fato do conselho gestor do parque existir na fase de formulação da política do parque vai facilitar sua implementação e garantir uma participação social efetiva.

A dinâmica dos múltiplos fluxos da política, problemas e alternativas descritas até aqui, se traduz na “janela de oportunidade “(policy windows), para que a pauta de discussão da recriação do Parque Canela de Ema fosse incluída na agenda política ambiental local. A criação do grupo APCE, o processo político de recategorização dos parques do DF e a ADI que impugna a lei do Parque Canela de Ema, concomitantes, caracterizam a formação da agenda da política, de acordo com análise de política pública do modelo de Múltiplos Fluxos (*multiple streams*) elabora por Kingdom (52).

Esta agenda política traz a oportunidade para a comunidade participar de forma ativa no processo. A formulação, a criação e implantação das UCs com a participação da comunidade garante a sustentabilidade do processo, evitando assim que haja distanciamento entre a formulação e a implementação da política. Contribuindo também para a resolução de outras demandas locais.

Os gestores públicos atuantes neste processo podem utilizar a participação política ambiental enquanto ferramenta de planejamento urbanístico do território, pois a criação e a implementação de uma UC disciplinam o uso do território em seu entorno, prevendo qual a melhor alocação de recursos, equipamentos públicos e mobilidade urbana.

Considerando que saúde é qualidade de vida, e qualidade de vida é estar bem em um ambiente saudável; considerando a promoção da saúde como estratégia para o empoderamento comunitário; considerando que a participação qualificada possibilita enfrentar a determinação social da saúde; considerando o contexto do território e a janela de oportunidade da criação do Mosaico de UCs de Sobradinho, o trabalho realizado nessa pesquisa permite concluir que o grupo APCE tem o potencial para construir políticas saudáveis para o seu território. Entretanto, para isso, precisou desenvolver a capacitação técnica dos membros do grupo para construção de estratégias mais eficazes de participação política local.

Neste processo político de criação das UCs, o contado desta pesquisa com a o Modelo Urubici de Governança da Água e do Território mostrou-se como um espelho da experiência do grupo APCE. O caminho empírico percorrido até aqui perpassou pelos ciclos de aprendizagem do Modelo Urubici (38), de forma espontânea, mostrando lacunas e assertivas que o modelo responde. Os ciclos se repetem a cada nova ação/estratégia.

Esta análise ressaltou a importância e necessidade atuar na dimensão pedagógica do grupo APCE por meio de intervenções utilizando metodologias de construção de conhecimento participativa e de reconhecimento do território, para qualificar sua participação neste processo. Por tanto, esta pesquisa entendeu como pertinente o desenvolvimento metodológico da noção da Comunidade de Aprendizagem como estratégia de participação política local.

5.3. COMUNIDADE DE APRENDIZAGEM DOS AMIGOS DO PARQUE CANELA DE EMA

“Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da história, da cultura, da política, constato, não para me adaptar, mas para mudar”. Paulo Freire. *Pedagogia da autonomia* 2011, p. 75 (62).

A experiência da pesquisa-ação transdisciplinar realizada com aos atores do grupo Amigos do Parque Canela de Ema (APCE) foi fundamentada na abordagem da promoção da saúde socioambiental, como estratégia para qualificar a participação comunitária na formulação e implementação de políticas públicas saudáveis visando sua atuação sobre a determinação social da saúde.

A pesquisa-ação foi conduzida pelo desenvolvimento da noção de Comunidade de Aprendizagem, do Modelo GAT (38), que fortaleceu e delineou a forma de atuação do grupo APCE, levando-o a uma agenda de reuniões periódicas, a produção e participação de eventos, atividades de mobilização e sensibilização e ao desenvolvimento de instrumentos de participação política qualificada. O movimento do grupo APCE pela perspectiva da Comunidade de Aprendizagem serviu de diagnóstico e de prospectiva para o desenvolvimento desta pesquisa-ação.

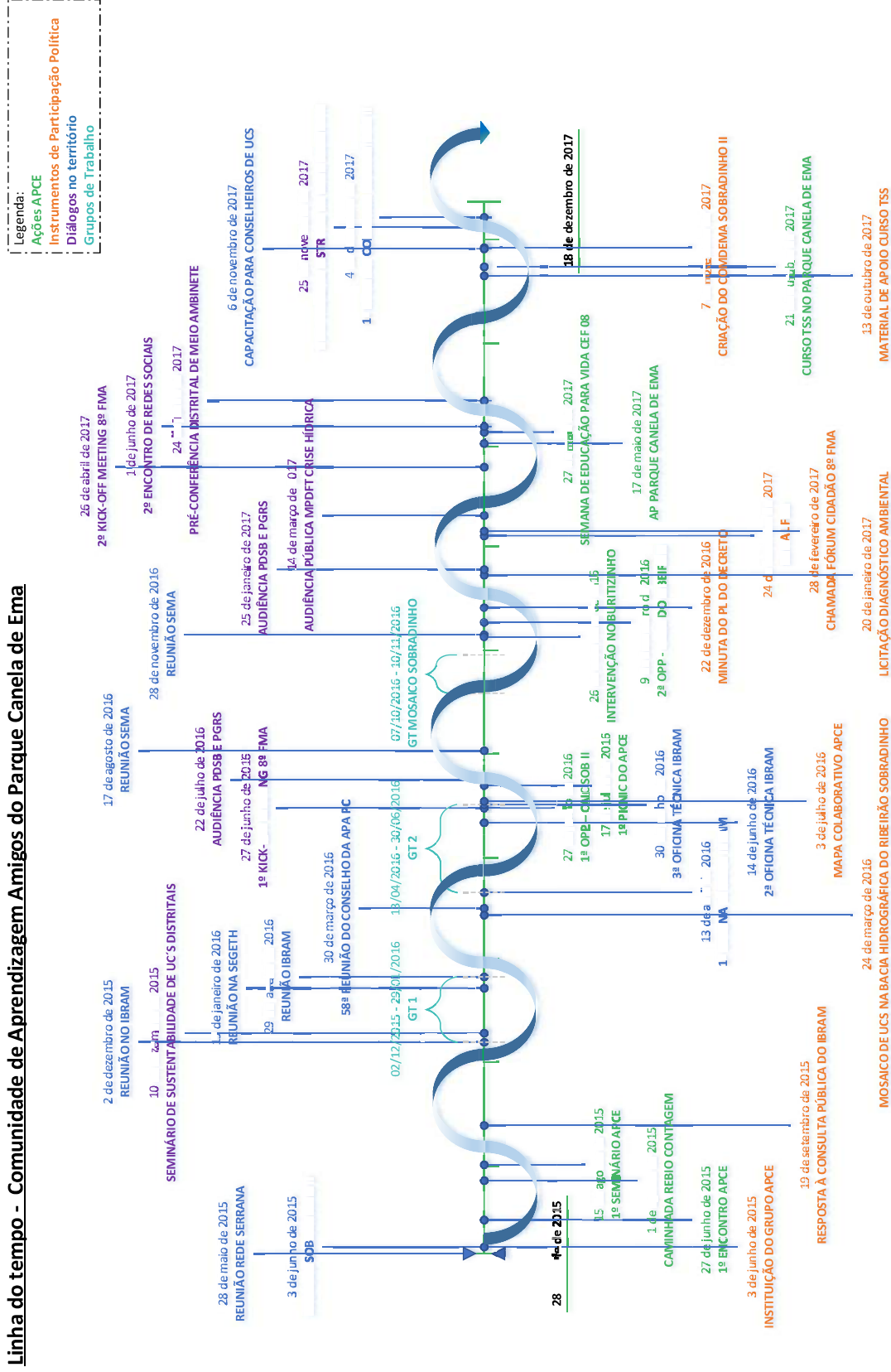
A experiência vivida pelo grupo APCE descrita nessa pesquisa ocorreu no período de maio de 2015, momento da criação do grupo até o mês de dezembro de 2017. No ano de 2015, a pesquisadora participou da criação do grupo, tanto como FIOCRUZ, por meio da Rede Serrana, quanto como moradora do território de Sobradinho II. No ano de 2016, a pesquisa se torna institucionalizada pelo MPPPS-EFG.

As experiências relatadas foram elaboradas com os dados obtidos no diário de campo da pesquisa, nas atas das reuniões e na memória da pesquisadora. As atividades realizadas pelo grupo APCE geraram espaços e instrumentos de participação política. Os resultados dessa experiência foram divididos em três categorias: Ações, Diálogos no Território e os Instrumentos de Participação política, e estão sintetizadas na Linha do Tempo da Comunidade de Aprendizagem APCE (Figura 21).

As teorias que fundamentam a noção de CA perpassam as três categorias de análise, com algum destaque. A teoria de Autonomia está diretamente relacionada com as Ações e atividades do grupo APCE. A teoria da Aupoiese mais diretamente ligada a Diálogos no Território. A teoria das Estratégias Cooperativas ligada aos Instrumentos de Participação Política. Por sua vez, a teoria da Transdisciplinaridade acompanhou todas as atividades. Na perspectiva da pesquisa-ação transdisciplinar, as quatro teorias que fundamentam a CA estão presentes nas três categorias, elucidando toda a experiência empírica do grupo APCE.

A distribuição das categorias de análise dos resultados, na linha do tempo mostra o sentido espiral dinâmica da pesquisa-ação, onde os ciclos (fases, etapas, estratégias) se repetem, evidenciando a metodologia da pesquisa-ação transdisciplinar realizada com aos atores do grupo APCE. Na linha do tempo as categorias Diálogos, Instrumentos de Participação Política e Ações fazem referencia as estratégias da pesquisa-ação transdisciplinar que sinteticamente correspondem respectivamente às Reflexões (1ª à 4ª estratégias); Planejamento (5ª e 6ª estratégias) e Ações (1ª à 6ª).

Diagrama 2 - Linha do Tempo da Comunidade de Aprendizagem dos Amigos do Parque Canela de Ema



Fonte: própria

5.3.1. O grupo Amigos do Parque Canela de Ema

O grupo Amigos do Parque Canela de Ema (APCE) nasceu a partir das articulações feitas durante a reunião mensal da Rede Serrana, em 28 de maio de 2015, cuja uma das pautas era a questão do parque. Os atores do território afins a questão do parque foram convocados pelo mediador da Rede Serrana, que oportunizou a retomada dessa antiga demanda da rede social, a pedido da pesquisadora, que a época trabalhava na Fiocruz e apoiava as ações da Rede Serrana.

Na ocasião, os atores levantaram uma série de desafios e possibilidades para a implementação do parque e destacaram a importância do local para a qualidade de vida da população. Discutiram uma solução para a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) contra a lei de criação do parque que acabara de ser impugnada. A promotora que estava presente sugeriu que se apresentasse ao governador um novo projeto de lei, para anular o objeto da ADI. O administrador de Sobradinho II pediu à Fiocruz para agendar um encontro na administração e dar prosseguimento as sugestões levantadas.

Fotos 4 – Reuniões na Rede Serrana e na Administração de Sobradinho II, 2015



Fonte: Jarbas Chagas

Esse encontro ocorreu na Administração Regional de Sobradinho II no dia 03 de junho de 2015 e marcou o início da formação do grupo APCE. Lá os atores presentes se reconheceram enquanto grupo identificando um objetivo em comum, o de implementar o

Parque Canela de Ema e recuperar o Ribeirão Sobradinho, e assim criar espaços de promoção da saúde e qualidade de vida, para o desenvolvimento sustentável da região. Esta iniciativa pode ser interpretada como o Acordo Inicial do ciclo do modelo Urubici, que é reafirmado por Quintas no modelo de educação ambiental emancipatória (10)(2). O método da pesquisa-ação, em suas diferentes abordagens apresentadas no capítulo metodologia, também define uma etapa onde os participantes reconhecem um problema e um “sagrado” em comum.

O APCE inicialmente foi composto por representantes das Administrações Regionais de Sobradinho II, Sobradinho e Fercal; lideranças comunitárias; representantes do Fórum Social de Sobradinho; representantes da Rede Serrana; representantes do GT SOS Ribeirão Sobradinho, Conselho de Saúde da região, ONGs, representantes da comunidade local e alguns atores de instituições governamentais. O grupo conta com o apoio da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), por meio da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Região Norte do DF.

A composição do grupo se alterou ao longo do tempo, de acordo com o desenvolvimento das atividades e a chegada de novos parceiros. A dinâmica do território evidenciou conflitos e diálogos, internos e externos ao grupo, que revelam as diferentes formas de interação que as pessoas têm com dado problema e como esta interação determina sua implicação e participação. As relações com as instituições locais e instituições do governo: GDF: IBRAM, SEMA, CAESB, SLU, ADASA, ICMBio, FIOCRUZ, MPDFT, possibilitaram uma troca de experiência e aprendizado para o grupo APCE. Alguns dessas pessoas tornaram-se APCE.

O grupo que se consolidou como APCE e participou da maior parte das ações descritas nessa pesquisa é composto por sete pessoas: uma assistente social, uma artista, um turismólogo, um engenheiro, um político, um historiador, um assessor parlamentar. Todos são moradores de Sobradinho e Sobradinho II e tem experiência em comum na área de saúde e de

ambiente. Na verdade, uma formação é pouco para descrever o perfil do grupo. Dois são conselheiros de saúde e líderes comunitários, com múltiplas áreas de atuação. Dois são da docência e da academia. Um é técnico político do governo local. Outros dois artistas. Há ainda nem nível mais macro os nossos parceiros no território que são reconhecidos como APCE.

As atividades realizadas pela Comunidade de Aprendizagem APCE estão diretamente relacionadas com os tempos, textos e temas contextualizadores da realidade. Elas mostram o uso das habilidades do grupo APCE para atuar no território articulando parcerias e construindo conhecimento, acerca de seus interesses e problemas, dentro de suas limitações de tempo e ação. As capacidades adquiridas no processo da pesquisa-ação permitiram ao grupo construir estratégias de ação política, instrumentos de participação política e novas e autonomia do grupo para sustentar suas ações.

5.3.2. As Ações

O grupo APCE realizou no período de maio de 2015 e dezembro de 2017 diversas atividades políticas e de práticas de promoção da saúde. Dentre as ações realizadas pelo grupo destacam-se nove ações: 2 Caminhadas, 1 Seminário, 1 Picnic, 2 Oficinas de Planejamento Estratégico (OPP), 1 Oficina na escola, 1 Audiência Pública e 1 Curso.

- 1ª Encontro dos Amigos do Parque Canela de Ema – 27 de junho de 2015

Como primeira estratégia o grupo APCE, instintivamente e de forma equânime, percebeu que deveria mobilizar o maior número de pessoas da comunidade e a mídia local, para isso realizou o 1ª Encontro dos Amigos do Parque Canela de Ema. O evento contou com

a presença de mais de 150 pessoas, contando com as Administrações Regionais de Sobradinho e Sobradinho II, grupos ambientalistas, empresários e representantes dos deputados da região, a época, Celina Leão, Drº Michel, Raimundo Ribeiro e Ricardo Valle. Foram produzidas camisetas e faixas. A caminhada oportunizou a limpeza da principal trilha e com o passeio de caiaque foram retirados os lixos da lagoa.

Fotos 5 – 1º Encontro dos Amigos do Parque Canela de Ema, 2015. Marca do grupo e folder de divulgação



Nas sucessivas reuniões de planejamento e produção da caminhada apareceram as principais lideranças da região que compartilharam suas experiências e expertises. Neste momento elas perceberam que seus interesses em melhorar a realidade do seu território eram os mesmos, apesar de terem ideologias e interesses específicos. Perceberam também que se fortaleciam com a implementação do parque e a recuperação do ribeirão.

Vieram diferentes atores do território, cada um com uma história pessoal do parque e do ribeirão. Na primeira reunião duas lideranças femininas trouxeram o primeiro morador de Sobradinho II. Contam que o senhor também foi o primeiro a militar pelo parque. Encomendou uma camiseta com a imagem da flor da planta Canela de Ema, *Vellozia squamata*, nativa do cerrado brasileiro e que dá nome ao parque. Interessados que trouxeram experiências passadas na luta do parque e pesquisas para recuperar o ribeirão. Moradores com projetos empreendedores para serem implementados no parque. Outros moradores, principalmente os moradores do bairro Buritizinho e Vila Buritis, preocupados com a degradação ambiental e seus impactos na saúde e qualidade de vida. Ainda aqueles, cuja intenção era acompanhar a pauta para ganhar cena política.

Observando de fora, a entrada da pesquisadora no processo foi catalizadora de vários fluxos de interesses que estavam isolados. O fato de resgatar as articulações do projeto Cidades Saudáveis reavivou os ânimos dos outrora participantes. Essas pessoas se sentiram acolhidas e reativaram os laços, demonstrando esperança para resolver os problemas socioambientais do seu território.

Depois desta mobilização o grupo fez uma lista das ações que precisava fazer como: denúncia à Promotoria de Patrimônio Cultural e Meio Ambiente do MPDFT (PRODEMA), minuta do projeto de lei para criar o parque, mapeamento dos atores interessados, projeto de ecoturismo para gerar emprego e renda, licenciamento da elevatória de esgoto e da ponte da lagoa, dentro outros. Revelando os temas de maior interesse da

comunidade. Assim começou uma série de atividades que foram facilitadas pela abertura institucional na figura do administrador da região como, por exemplo, a vistoria pela vigilância sanitária no cemitério que direciona suas águas pluviais para a lagoa.

- Caminhada Parque Canela de Ema e Reserva Biológica da Contagem - Grupo de Caminhadas de Brasília - 1 de agosto de 2015

O APCE organizou uma caminhada no Dia de Caminhada Simultânea em vários parques do DF, organizado pelo Grupo de Caminhadas de Brasília. A Caminhada saíria do Parque Canela de Ema até a Cachoeira do Cimento, na REBIO Contagem, porém no dia, ninguém do grupo de caminhadas conhecia as trilhas do Parque Canela de Ema decidiu-se ir direto para a entrada da REBIO, pela DF 150. O grupo percebeu a contiguidade da área da REBIO com a proposta da poligonal ampliada que estende o Parque Canela de Ema até a DF 150. Percebeu também o potencial para a implantação de um corredor de fauna entre as duas UCs, e novas zonas para uso comunitário.

- 1º Seminário Amigos do Parque Canela de Ema - 15 de agosto de 2015

O 1º Seminário APCE foi organizado a princípio para estudar o SDUC e as outras legislações ambientais para subsidiar a construção da minuta do projeto de lei de criação do parque. Essa atividade foi entendida como primordial, pois anularia o objeto da ADI que estava em curso e liberaria os recursos de compensação ambiental, já rubricados para o parque. Durante a produção do seminário abriu o processo de Recategorização dos parques da DF, reorientando seu o objetivo para se responder à Consulta Pública da Recategorização.

O IBRAM participou do seminário, esclarecendo sobre a proposta da Recategorização. Os outros temas foram apresentados pelos próprios moradores do território: turismo para região, diagnóstico socioambiental do Ribeirão Sobradinho, o SDUC e mobilização social. Aproveitando as expertises dos membros do grupo, como o conhecimento técnico e científico dos membros da Associação SOS Ribeirão, que mostrou os resultados de suas pesquisas, bem como os conceitos de turismo mostrados por líder comunitário do bairro Buritizinho.

Fotos 6 – 1º Seminário APCE e reunião preparatória, 2015



Fonte: APCE

O resultado deste seminário foi o documento de resposta à Consulta Pública da Recategorização que teve a colaboração direta de 10 membros do grupo. Foi um momento de empoderamento. O grupo percebeu que pode participar efetivamente dos espaços de decisão. O grupo se assume como sujeito e constrói conhecimento para si e para transformar a realidade (10). Foi a primeira vez que aquelas pessoas participaram de uma consulta pública de forma autônoma, por estarem por interesse próprio, e de forma esclarecida, pois os conhecimentos adquiridos no 1º Seminário APCE e estudando o SDUC serviram como base para fundamentar os argumentos apresentados na consulta pública.

Até o final do ano de 2015, o APCE além das ações de mobilização na comunidade manteve uma agenda ativa de reuniões técnicas e intervenções nos eventos da cidade, dessa forma foi construindo conhecimento e consolidando seus interesses e demandas

para o território do Parque Canela de Ema. O APCE conseguiu ganhar espaço na arena política e ser reconhecido como grupo comunitário de militância e ação social, constituindo uma rede de articulação intersetorial em prol do Parque.

- 1ª Oficina de Planejamento Pedagógico (OPP) - 27 de junho de 2016

No ano de 2016, o grupo APCE iniciou uma agenda política incisiva para a implementação dos parques de Sobradinho e Sobradinho II, participando de GTs governamentais, mas mantendo as ações junto à comunidade. Após intensa exposição e discussão da proposta do Mosaico de UCs nos GTs o APCE realizou a 1ª OPP do Parque Canela, no CAIC de Sobradinho II, a exatamente um ano realização do 1º Encontro dos APCE.

A OPP foi oportunizada pela Administração Regional e contou com a participação de 20 pessoas. No primeiro momento da OPP a ADM debateu a regularização de lotes. O APCE apresentou a proposta do Mosaico de UCs e do projeto de Turismo para o Parque Canela de Ema. A comunidade presente interviu com as suas demandas e interesses do projeto. A UPSA, em troca de uma cópia do seu EIA/RIMA, pediu espaço para defender a sua proposta para o Parque Canela de Ema e divulgar a regularização de suas terras.

Fotos 7 - 1ª Oficina de Planejamento Participativo, 2016



Fonte: APCE

- 1º Picnic dos Amigos do Parque Canela de Ema - 17 de setembro de 2016

Em parceria com a Administração de Sobradinho II e a UPSA o APCE realizou o 1º Picnic dos Amigos do Parque Canela de Ema, na área do antigo pomar. No Picnic contou com atividades culturais e pedagógicas e uma caminhada para Lagoa Canela de Ema, para retirada de entulhos. Foi realizado um mapeamento dos atores locais. O MLT trouxe membros de outros estados que estavam em comitiva para a esplanada. O evento foi bem divulgado e teve a participação de aproximadamente 100 pessoas, com boa representatividade.

Fotos 8 - Picnic Amigos do Parque Canela de Ema, 2016



Fonte: APCE

- 2ª Oficina de Planejamento Participativo

A 2ª OPP foi organizada para ter apenas a participação da comunidade, sem falas de deputados, administradores ou de empresários. Essa decisão permitiu que os participantes, tivessem mais abertura para poder trocar memórias e aspirações. A OPP contou

como participação de 24 pessoas, que em sua maioria são lideranças locais amigas de infância, além de três jovens que sugeriram uma atuação junto às escolas. Muitas ideias de ações e colaboração, como a definição de uma agenda de ações nas escolas a ocupação do parque por meio da construção de brinquedos e um portal para marcar uma das entradas do parque. O portal seria construído no deck da lagoa com materiais reciclados e a força de trabalho dos usuários do centro de reabilitação Mar Vermelho.

A proposta seria que logo em janeiro de 2017, quando a lei do Parque Canela de Ema completava 20 anos faríamos a inauguração do portal, junto com a assinatura do PL de criação do Parque. Já havia sido entregue em novembro de 2016 uma minuta da PL na mão do governador quando esteve no bairro Buritizinho entregando as cartas de “Habite-se” (Intervenção do Butitizinho, no dia 26 de novembro de 2016). Na ocasião o governador disse que a minuta do PL precisaria passar pelo órgão técnico, então o grupo protocolou a minuta do PL na SEMA em dezembro de 2016, como também sugerido pelo próprio secretário de meio ambiente em uma reunião do GT (Reunião SEMA, 28 de novembro de 2016).

A proposta do portal não teve continuidade, provavelmente pela inação dos órgãos quanto a minuta da PL do parque, bem como a reestruturação política que estava ocorrendo nas administrações regionais. As próximas ações do grupo APCE só foram ocorrer após a estratégia de reconhecer e redefinir o espaço junto aos novos administradores.

Fotos 9 – Reuniões na Casa do Ribeirão e mobilização no Buritizinho, 2016



Fonte: APCE

Fotos 10 - 2ª Oficina de Planejamento Participativo, 2016



Fonte: APCE

- Audiência Pública do Parque Canela de Ema e Ribeirão Sobradinho - 17 de maio de 2017

Uma dessas ações seria a realização de uma audiência pública, pré-agendada com o deputado Wasny de Roure. Porém, um dos membros do grupo, antigo administrador de Sobradinho II, voltou para assessorar a deputada Celina Leão, e puxou a pauta da audiência para ela. Fato que causou certo descompasso político, entre PT e o DEM. Para contornar solicitamos que a audiência fosse de propositura da deputada Celina Leão e do deputado Wasny de Roure, e que o grupo APCE que construiria a mesa da audiência.

A AP do Parque Canela de Ema e Ribeirão Sobradinho ocorreu no colégio LaSalle, com a mesa composta por: grupo APCE; os dois novos administradores de Sobradinho II e Sobradinho respectivamente, Charles Magalhães e Valter Soares; a presidenta

do IBRAM, a época Jane Vilas Boas – IBRAM e o diretor de recursos hídricos da ADASA, Diógenes Mortari. Além do tema do Parque Canela de Ema e da Recuperação do Ribeirão Sobradinho, entrou na pauta a questão fundiária e social para reabertura do clube da Sociedade Desportiva Sobradinhense (Sodeso) que fica na margem do Ribeirão Sobradinho. O clube foi leiloado por dívida trabalhista.

A audiência teve um quórum razoável, mesmo tendo pouca divulgação e certa indisposição político partidária. Contou com a participação de 47 pessoas com boa representação das lideranças ambientais locais e do grupo de escoteiros Guarda Mirim. As intervenções da comunidade foram mais voltadas para aproveitar a presença dos deputados e cobrar outras demandas ligadas ao transporte e educação, do que a questão ambiental.

O grupo APCE fez uma apresentação com o histórico legal do parque e de suas ações, destacando a situação atual da proposta do Mosaico de UCs para Ribeirão Sobradinho e do diagnóstico da ADASA que iria subsidiá-lo. Percebemos que falamos tudo que o IBRAM e a ADASA deveriam falar, mostrando que nosso conhecimento técnico sobre o tema estava bem avançado, pois sabíamos mais do que os órgãos técnicos do governo. Além do conhecimento do contexto do território havíamos acumulado ao longo de mais de um ano de atuação, o conhecimento técnico e legal ligados ao Parque Canela de Ema.

A presidenta do IBRAM reconheceu nosso papel dizendo que como a comunidade já está mobilizada, vai ser mais fácil implementar o parque e criar o seu conselho gestor. Pedimos para a ADASA que recriasse o GT, responsável pelo acompanhamento do diagnóstico, no âmbito da agência. Discutiu-se que enquanto o diagnóstico era feito nós deveríamos fazer mutirões de limpeza e ações de educação ambiental junto a comunidade que mora no entorno do Ribeirão Sobradinho.

A audiência funcionou mais para divulgar a situação política do parque do que para escutar a comunidade. O momento foi útil no sentido de sermos reconhecidos pelos

órgãos, administradores e comunidade, como entidade capaz de atuar politicamente em prol do parque e para nós mesmos reconhecermos nosso potencial articulador e difusor de conhecimento.

- Oficina na Semana de Educação para Vida - Centro de Ensino Fundamental 08 de Sobradinho II (CEF 08) - 27 de maio de 2017

Na primeira reunião que tivemos com o novo Administrador de Sobradinho II, no início de mês de maio de 2017, conhecemos também novos parceiros no território como a diretora do Centro de Ensino Fundamental 08 de Sobradinho II, que necessitava resgatar as atividades da escola no parque, que desde 2004 já realizava pesquisa e ações de educação ambiental. A escola fica ao lado da área do parque. Após esse contato a diretora do CEF 08 convidou o APCE para propor uma oficina, durante a Semana de Educação para Vida da Secretaria de Educação (SEE) do GDF.

A oficina começou com a apresentação das ações do grupo APCE e sobre o processo político de criação do Parque, destacando a importância da participação social na gestão dos bens públicos. Seguido de uma caminhada em volta da Lagoa. Participaram da oficina os alunos atendidos pela sala de recursos de Altas Habilidades e Superdotação, alguns de seus pais e professores. Os alunos têm entre dez e treze anos de idade.

Essa oficina desencadeou a criação do projeto PRECE - Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema: Por uma política de cidadania em Sobradinho II; coordenado pelas professoras Lucy Mary Rocha Bispo e Raquel Souza Rabelo. O projeto é uma construção coletiva dos alunos de Altas Habilidades/Superdotação com o objetivo de investigar e descrever a importância ecológica, social, histórica e educativa da área do Parque, para elaboração de um documento com uma nova proposição de lei de criação do Parque. O

projeto ganhou a etapa regional do Circuito de Ciências do SEE-GDF (15 de setembro de 2017) e o 2º lugar no Prêmio FAP/DF de Ciência, Tecnologia e Inovação na escola pública, Edital nº 08/2017¹³.

O resultado dessa oficina pode ser considerado um dos resultados mais importantes dessa pesquisa-ação, pois representou a sustentabilidade da pesquisa no território. Foi uma surpresa quando a diretora do CEF 08 nos procurou para levar os alunos novamente ao parque e nos informou sobre o desdobramento da nossa ação, quase 4 meses depois, com a criação do projeto PRECE para o Circuito de Ciências. Os alunos é que escolhem um tema/problema para desenvolverem ao longo do ano, e a questão da criação e implementação do Parque deixou-os instigados para participarem do processo. Essas crianças assumiram o compromisso de tirar o parque do papel e torná-lo seu espaço de lazer e educação.

Fotos 11 - Oficina Semana de Educação para Vida CEF 08 e Circuito de Ciências Etapas Regional e Distrital, 2017



Fonte: própria

- Curso Construindo um Território Saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema -21 de outubro de 2017

A parceria com os alunos de Altas Habilidades/Superdotação culminou com a produção conjunta do Curso Construindo um TSS no Parque Canela de Ema. Sem saber as

¹³ O valor do prêmio Primeiro lugar: R\$ 3,2 mil para a equipe de estudantes, R\$ 4 mil para professor/ coordenador do trabalho, R\$ 10 mil para a escola. Segundo lugar R\$ 2,4 mil para a equipe de estudantes, R\$ 3 mil para professor/ coordenador do trabalho, R\$ 8.000,00 para a escola.

agendas do APCE e do projeto PRECE convergiram para o mesmo objetivo. Uma das ações planejadas pelo grupo APCE, como demanda latente, e assumida como um dos objetivos específicos dessa pesquisa foi à realização de uma capacitação para a comunidade sobre as questões ambientais e legais do Parque, que também identificaria os interesses e as demandas locais para área do Parque.

Inicialmente a proposta era fazer uma série de seminários e uma Cartografia Social no território da bacia hidrográfica do Ribeirão Sobradinho (área da proposta do Mosaico de UCs), para isso participamos de dois editais (FBB e para Chamada do 8º FMA) e procuramos outras parcerias para obter recurso. Como não conseguimos desenhemos um curso livre, de extensão universitária pela Escola Fiocruz de Governo (EFG). A ideia do curso seria direcionar a ação para a comunidade do entorno do Parque Canela de Ema, com o objetivo de mobilizar e sensibilizá-los para o processo político de criação do Parque, a partir de suas visões e sonhos.

No retorno a escola para conhecer o projeto PRECE e ajudá-los no seu desenvolvimento, pedimos um espaço para a realização do curso, que seria direcionado para toda comunidade escolar. O espaço da escola é ideal pela centralidade na cidade e proximidade com o parque.

O projeto PRECE previa em sua metodologia quatro etapas: Sentir, Fazer, Imaginar e Compartilhar. Eles convidaram o APCE para construir a Etapa Imaginar, cujo objetivo seria pensar e propor soluções para o Parque para ser apresentada na Etapa Distrital do Circuito de Ciências. Dessa forma, a Etapa Imaginar acabou integrando-se a proposta do curso do APCE, formatando uma proposta que se materializou na construção do Mapa de uma Ocupação Sonhada para o Parque Canela de Ema.

O curso desenvolvido no âmbito do Programa de Promoção à Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT) da Fiocruz insere-se como uma atividade de extensão universitária da

EFG, que possibilitou a sua certificação. O projeto pedagógico do curso está detalhado no Formulário de Aprovação e Acompanhamento de Cursos Livre FAC-L (Apêndice 5). Teve como base a concepção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, na perspectiva da promoção da saúde, do empoderamento comunitário e na construção de ambientes saudáveis, e utilizou como abordagem prática o método do *Dragon Dreaming*¹⁴, para a construção do Mapa de uma Ocupação Sonhada.

A concretização do curso gerou um material didático: “Material de Apoio para Construção de um Território saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema” (Apêndice 6); e um documento com os resultados do curso: “O Relatório do Curso de TSS” (Apêndice 7).

O curso ocorreu em um sábado de manhã no CEF 08 e contou com a participação de trinta e duas pessoas, dentre alunos, professores, pais, comunidade e membros do grupo APCE. Os alunos do projeto PRECE e o APCE conduziram as atividades do curso, com o apoio dos professores e do gestor da SEMA. A participação dos pais foi fundamental para apoiar as futuras ações dos alunos.

A primeira atividade foi o diálogo com o projeto PRECE e com o Material de Apoio do APCE (Apêndice 6), na sala de projeção. As ideias encaminharam-se para a possibilidade de se ampliar a poligonal do Parque e da definição de qual categoria de UC ele se enquadraria. A segunda atividade foi a construção do Mapa sonhado, a partir da dinâmica do Círculo dos Sonhos, onde os participantes puderam compartilhar e juntar sonhos, que foram materializados no desenho do parque. Os resultados detalhados do curso estão no Relatório (Apêndice 7).

Uma das conclusões do relatório é de que o interesse dos participantes pelo Parque Canela de Ema está voltado para a necessidade da comunidade em ter áreas de lazer e

¹⁴ A metodologia do *Dragon Dreaming* foi desenvolvida pelo australiano John Croft (2012), é voltada para a realização de projetos criativos, colaborativos e sustentáveis a partir dos sonhos e das visões coletivas. Disponível em: <http://www.dragondreaming.org/>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

recreação na sua região, como também para necessidade de preservar e recuperar os atributos naturais já existentes no Parque. Essa preocupação aparece principalmente nos sonhos dos alunos do projeto PRECE, provavelmente porque já estavam sensibilizados sobre a importância ecológica do parque. As crianças evidenciaram a necessidade de se recuperar a água da nascente da Lagoa Canela de Ema, diante da crise hídrica. A grande inquietação das crianças era sobre a questão da regularização do Parque e da responsabilidade do GDF na criação da lei.

Os professores questionaram a viabilidade e celeridade na criação do parque, pois estavam preocupados em manter a expectativa dos alunos. Também defenderam o Parque como extensão da escola. Os pais revelaram o desejo de um Parque que ofereça segurança pública, com cercas, iluminação e policiamento para poder ser usufruído de forma segura por sua família.

Percebe-se que ao olhar para o Parque, sobre a perspectiva da saúde e da cidadania, e sobre o que o Parque pode trazer de benefício para a comunidade, os participantes reconheceram as potencialidades do ambiente e o seu papel para transformá-lo. O curso permitiu o reencontro de alguns membros do grupo APCE que estavam afastados.

Os sonhos colhidos no curso representam os interesses e demandas da comunidade para a construção de um TSS no Parque Canela de Ema. O mapa pode ser considerado um instrumento de consulta para a construção da proposta final da poligonal e de categoria de UC a serem adotadas para o Parque Canela de Ema. A construção do Mapa de uma Ocupação Sonhada para o Parque Canela de Ema pode ser entendida como instrumento de participação política da comunidade para ser utilizado no planejamento participativo na formulação e implementação de políticas e práticas de saúde no território.

O curso contribuiu para a qualificação da participação comunitária no processo político de criação do Parque Canela de Ema, e dessa forma fortaleceu a rede de Territórios Saudáveis e Sustentáveis no DF.

Fotos 12 - Material de divulgação e fotos do Curso TSS no Parque Canela de Ema



Fonte: própria

5.3.3. Diálogos no território

As atividades apresentadas nessa sessão referem-se ao acompanhamento e participação na agenda política ambiental local, são reuniões de GT interinstitucionais e atuação em eventos com os temas do grupo APCE e outros espaços de participação política. Essas atividades podem ser entendidas como atividades essencialmente políticas, mas também pedagógicas, tanto pelo ato político quanto pela capacitação proporcionada pelos eventos. Elas já foram descritas no capítulo da Arena Política, mas aqui elas aparecem com o olhar da CA, onde são relatadas seguindo a linha do tempo (Diagrama 2).

- 1º Seminário de Sustentabilidade em Unidades de Conservação - 10 e 11 de dezembro de 2015

O grupo APCE procurou participar de eventos na área ambiental para adquirir mais conhecimento desde o início de sua criação. Participaram do 1º Seminário de Sustentabilidade de UC's Distritais alguns integrantes do grupo que tiveram a oportunidade de aprender sobre os temas relacionados ao contexto das UCs e de conhecer novos interessados e potenciais parceiros. A UPSA foi uma das patrocinadoras do evento e em sua apresentação sobre sua experiência de gestão do parque em São Paulo criticou a proposta de recategorização do IBRAM para o Parque Canela de Ema.

A participação do grupo APCE nesse seminário favoreceu o diálogo com os atores governamentais e do território que se desencadeou a formação de uma rede de atores interessados no Parque Canela de Ema. Concomitante a esse seminário o grupo APCE articulava-se com o IBRAM na construção da primeira proposta para o Parque. Essa amplitude da rede de contatos e do espaço de participação política deu poder para o grupo desenvolver a sua atuação política.

Nos encontros do APCE para construção da proposta de poligonal e categoria de UC, o grupo esvaziou-se. As pessoas tinham certa dificuldade de compreender alguns termos técnicos e a implicação que as escolhas teriam, sentindo-se incapacitadas de contribuir com a proposta. Neste momento ficou nítida a necessidade de adquirir conhecimento e criar um domínio linguístico comum para ninguém ficar excluído do processo. Assim, o grupo que antes se reunia com 20 pessoas passou a se reunir com 6 pessoas.

Este esvaziamento também se deu por duas questões: uma rixa política entre uma das lideranças que possuía uma ideologia partidária diferente da do administrador de Sobradinho II, achando que a proposta estava sendo feita para o partido político dele e não

pela comunidade; um político influente na região saiu do cargo, então seus eleitores que estavam no grupo deixaram de participar, pois participavam apenas para fazer pauta para o deputado.

O grupo enquanto comunidade de aprendizagem naquele momento percebeu que é fundamental a capacitação técnica dos temas ligados ao problema que se pretende resolver, pois não há diálogo quando não se fala a mesma língua. Nas reuniões do GT1 (IBRAM Recategorização 2 de dezembro de 2015, 19 de janeiro de 2016 (SEGETH) e 29 de janeiro de 2016), os membros do grupo que tinham mais conhecimento, faziam uma “tradução” do que era dito para aqueles membros da comunidade que estavam “perdidos” na discussão.

- 58ª Reunião do Conselho da APA do Planalto Central - 30 de março de 2016

Com a proposta do Mosaico de UCs na mão, o grupo APCE buscou novos espaços e parceiros para defendê-la. Utilizando seu capital social, um dos membros é amigo de um dos conselheiros, conseguiu incluir sua proposta na pauta da 58ª Reunião do Conselho da APA do PC. A partir dessa abertura o ICMBIO, um órgão federal passou a acompanhar e apoiar as atividades do grupo. No desdobramento dessa reunião foi criado o GT2 que realizou três oficinas técnicas (13 de abril, 14 de junho e 30 de junho de 2016).

Esses encontros oportunizaram um aprendizado diferente, com troca de experiências com atores de diferentes áreas e níveis conhecimento. O Conselho da APA do PC trazia membros de outras instituições como ADASA, CAESB e IBAMA, que levantaram outras questões para discussão, e trouxeram um histórico de atuação no território do Ribeirão Sobradinho. O MPDFT participou das duas últimas oficinas.

Observou-se nesse período um enriquecimento nas falas dos membros do grupo APCE que permaneceram em todas as atividades, eles desenvolveram certa autonomia,

mostrando coerência nas suas argumentações e a utilização dos termos técnicos. Antes, eles utilizavam exemplos do cotidiano para defender a necessidade de se preservar o meio ambiente. O canto da Curicaca que já não se ouve, os ninhos das araras azuis passaram a ser descritos como os atributos ambientais do parque, a necessidade de preservação do habitat natural das espécies de aves.

Nosso crescimento na cena política foi frustrado quando o IBRAM pediu para suspender as atividades do GT2 até o diagnóstico ficar pronto. Acabava de mudar a gestão da Superintendência de áreas Protegidas do IBRAM, que tocava nossa pauta. O grupo que até então se sentia valorizado, por ser escutado pelo governo teve algumas discussões internas para tentar se adaptar aos tempos da burocracia e a dificuldade do governo em trabalhar junto com a comunidade. Esse “balde de água fria” ficou como aprendizado para o grupo, que entendeu que não dá para depender exclusivamente da vontade do governo.

Assim passou a investir nas ações do território até que não resistiu e procurou novamente o antigo gestor de áreas protegidas do IBRAM, que acabará de assumir cargo de mesma função na SEMA, solicitando a instituição do GT. Que foi recriado como GT Mosaico Sobradinho mais logo destituído por conta de divergências internas do órgão que não colocou o nome da ADASA, que estava patrocinando do diagnóstico ambiental, como membro do GT. Uma nova tentativa de retomar os trabalhos foi feita com a ADASA em 2017, porém sem sucesso.

Depois dessas sucessivas tentativas de institucionalizar um GT e de manter o diálogo com o governo, o grupo ficou novamente desanimado com as limitações externas, por conseguinte identificou suas potencialidades de diálogo internas com sua comunidade e voltou para suas ações com a comunidade.

O grupo APCE sempre esteve nesse vai e vem entre atuar com o governo e atuar contra o governo, atuar com a comunidade, mas não atuar para o governo. Esse último mais

difícil, pois por vezes, para conseguirmos abertura nos órgãos do governo tivemos que escrever os ofícios, dar na mão do Administrador e levar no protocolo. Na maioria das vezes, apenas por meio da Administração fomos recebidos.

Outros diálogos importantes no território ocorreram durante os eventos temáticos que o grupo APCE participou:

- Audiência do Plano Distrital de Saneamento (PDS) e do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGRS), dias 22 de setembro de 2016 e 25 de janeiro de 2017.

Na primeira audiência, ficamos frustrados com a metodologia do evento, que foi terceirizada para uma empresa de fora que não entendia nada de saneamento e nem conhecia a realidade do DF. Levamos uma carta com nossas demandas (Apêndice 8). Na segunda sessão foram mais representantes do APCE que se distribuíram nos eixos temáticos, consolidamos mais algumas propostas e publicamos na plataforma online do evento.

- Audiência Pública da Crise Hídrica do MPDF, no dia 14 de março de 2017. Pedimos ao MPDFT capacitação para participação nas audiências.
- 1º Kick-off Meeting do 8º Fórum Mundial da Água 27 e 28 de abril de 2016 e 2º Kick-off Meeting do 8º FMA, em 26 e 27 de abril de 2017.

Observamos que a Lagoa Canela de Ema não aparece nos mapas oficiais como lagoa natural. Ficamos frustrados, pois o evento não é participativo e democrático. Não irão responder a proposta do grupo APCE para a Chamada do Fórum Cidadão. Vimos que temos que participar é do Fórum Alternativo das Águas - FAMA.

- V Encontro Formativo Nacional de Educação Ambiental para Gestão das Águas – Agência Nacional de Águas e Ministério do Meio Ambiente, 9 à 11 de maio de 2017.

O encontro oportunizou aprendizado sobre os desafios de inserir a educação ambiental dentro dos Comitês de Bacia, evidenciando o papel dos COMDEMAS para superar isso. Destacou a relevância em se construir ferramentas metodológicas para garantir que a participação social seja representativa e legítima na gestão social da água.

- Pré-Conferência Distrital de Meio Ambiente, no dia 24 de junho de 2017.

A metodologia da conferência dificultou a participação efetiva da comunidade local. A comunidade não teve representação na construção do documento de base e do regimento interno, pois a única cadeira que ela ocupa no Conselho de Meio Ambiente Distrital, que foi responsável pela elaboração do documento estava vaga. Durante a pré-conferência o regimento interno não foi apreciado e o documento base já veio com metade do número de propostas estipuladas prontas.

- Capacitação de representantes de Colegiados de Unidades de Conservação Distritais – SEMA e IBRAM, nos dias 6 a 10 de novembro de 2017.

Essa capacitação foi direcionada para os colegiados de UC que já existiam. O grupo APCE convidado, o que representou seu reconhecimento do grupo, perante os órgãos ambientais como “futuros conselheiros” do Parque Canela de Ema.

- Conferência Distrital de Meio Ambiente, no dia 24 de novembro de 2017.

Oportunizou articulações com outras lideranças que atuam nas UCs do DF.

5.3.4. Instrumentos de Participação Política

Os instrumentos de participação política resultam do conhecimento construído ao longo da atuação da Comunidade de Aprendizagem APCE na elaboração de suas estratégias de ação local, que ocorreu de forma colaborativa entre os membros do grupo e de outros atores do território de diferentes setores. As estratégias cooperativas criadas pelo grupo APCE refletem a convergência da produção de conhecimento que foi útil tanto para a resolução dos problemas do Parque, como para a comunidade, para o governo e para o próprio grupo.

Como produtos da pesquisa-ação transdisciplinar, os instrumentos de participação política trazem consigo sua essência: a tomada de consciência, a resolução de um problema e a produção de conhecimento. Como pode ser observado também nas ações realizadas pelo grupo pelos espaços de participação política que o APCE criou e participou.

O processo de construção dos resultados dos instrumentos de participação política foram apresentados no capítulo anterior da Arena Política. Com exceção dos documentos Diagnóstico Ambiental e portaria de criação do COMDEMA de Sobradinho II. Os documentos dos quais o grupo APCE foi autor estão apêndices a este texto.

- Resposta a Consulta Pública Online da Recategorização - 19 de setembro de 2015.
(Apêndice 2)

Documento que teve a maior representatividade da comunidade e diversidade de contribuições. Motivou o IBRAM a nos convocar para participar do GT que iria recriar o Parque Canela de Ema.

- Proposta do Mosaico de Unidades de Conservação na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho - 24 de março de 2016 (Apêndice 3).

A construção da proposta do Mosaico foi uma das atividades que mais proporcionou o empoderamento do grupo. Tanto pelo aprendizado do processo de elaboração, como pela resposta que o instrumento gerou e pelas ações que daí vieram e continuaram a ensinar, a partir da prática política. A repercussão que a proposta teve no cenário político, permitiu a criação de novos espaços de participação política e a chegada de novos atores. O grupo APCE ganhou voz, e com esse instrumento conseguiu incluir seus interesses na agenda do governo.

- Mapa Colaborativo APCE - *Google Maps*. Disponível em: <https://drive.google.com/open?id=1mexhzszLM5AmkF2EBSCSyZDOO5c&usp=sharing>

Mapa colaborativo público criado no *Google Maps* pelos Amigos do Parque Canela de Ema, utilizando alguns dados governamentais abertos e dados obtidos no território do Ribeirão Sobradinho. O mapa mostra pontos notáveis, impactos ambientais, hidrografia e unidades de conservação, propostas de poligonais para as UCs, eventos, obras públicas, habitações. O Mapa foi utilizado em algumas das ações e reuniões do APCE, como ferramenta pedagógica e como repositória dos dados coletados nos encontros. O mapa é compartilhado para as pessoas acessarem pelo *link* de internet.

- Diagnóstico ambiental (Pregão ADASA 18/2016) - 20 de janeiro de 2017.

O Diagnóstico Ambiental do Ribeirão Sobradinho incorporou a poligonal da proposta do Mosaico de UCs do APCE, que foi lapidada nas reuniões do GT 2, tiraram a áreas da Ulbraz e da REBIO Contagem. Os técnicos do IBRAM e a ADASA construíram o termo de referência do diagnóstico e acompanham sua realização, que está em andamento. Apesar de o grupo APCE ter influenciado diretamente o objeto do diagnóstico ambiental a participação da comunidade foi anulada do processo do diagnóstico. O grupo APCE tentou participar da construção do TR, para garantir que os seus interesses e demandas fossem atendidos na metodologia e para contribuir com seu conhecimento contextualizado do território. O IBRAM argumentou que a proposta do Mosaico de UCs já era um diagnóstico que representava os interesses da comunidade, e que por ser um documento estritamente técnico não poderíamos participar. Noutro momento o órgão disse que eles colocaram na sessão da socioeconômica do TR a existência de grupos organizados e que seríamos ouvidos na coleta de dados. No ano seguinte, depois de assinado o contrato com a Geológica, empresa que venceu a licitação, as atividades do GT seriam retomadas para acompanhar o diagnóstico e trabalhar na proposta do Mosaico. A ADASA se comprometeu a instituir o GT, mas não o fez. Durante o ano de 2017 o grupo APCE tentou por diferentes estratégias participar efetivamente da realização do diagnóstico.

- Minuta do projeto de lei do decreto de criação do Parque Canela de Ema - 22 de dezembro de 2016 (Apêndice 4).

O grupo APCE desde 2015 tinha como estratégia apresentar para o governador uma Minuta de PL para criar o Parque via decreto, entre tanto só no final do ano de 2016,

quase que em um ato de desespero, protocolou o documento na SEMA. O clima político não estava favorável, apesar de ter sido solicitado pelo próprio governador em diversas ocasiões, assim como pelo secretário de meio ambiente, na reunião em que ele decidiu destituir o GT Mosaico Sobradinho, recém-publicado. Esse instrumento não teve uma boa repercussão externa. O governador definiu que iria esperar os resultados do diagnóstico, conforme sugerido pelo órgão ambiental. Como também gerou divergências internas no grupo, quanto à escolha da categoria de UC. Uma parte do grupo achava que deveria ser a REVIS, pois era a opção do órgão ambiental. Outras acreditavam que seria mais coerente manter a categoria originária, uma vez que a ADI contra a lei do Parque ainda estava em andamento. O documento continha uma justificação, com os argumentos do grupo e uma minuta de lei de um parque ecológico. Uma cópia foi direcionada via ofício para o secretário de meio ambiente e depois entregue em mãos para o governador.

- Edital Fundação Banco do Brasil – 24 de fevereiro de 2017 (Apêndice 09).

A ideia de participar de editais veio com a necessidade de obter recursos para aumentar a mobilização, capacitar para atuar no processo político do Parque e identificar as demandas locais para o desenvolvimento sustentável. O edital era para propostas de patrocínios da Fundação Banco do Brasil para o ano de 2017. Várias pessoas do grupo APCE, que em parceria com a Associação SOS Ribeirão se mobilizaram na elaboração da proposta do 2º Seminário Amigos do Parque Canela de Ema e ASSOCIAÇÃO SOSRIBEIRÃO: Pela Revitalização, Conservação e Proteção do Ribeirão Sobradinho. (Slogan – “ÁGUA PARA A VIDA”). O APCE depois soube que o edital é carta marcada e só ganha os eventos de ampla visibilidade e que já possuem outros patrocinadores. Ficou a aprendizagem da elaboração de uma proposta com orçamento definido. No mês seguinte essa

mesma proposta de evento foi adaptada para o edital do Instituto Casa, porém não foi finalizado o cadastro, pois a Associação SOS Ribeirão não tinha conta bancária do CNPJ.

- Proposta chamada Fórum Cidadão 8º Fórum Mundial da Água - 28 de fevereiro de 2017 (Apêndice 10).

Para a chamada do Fórum Cidadão do 8º FMA, foi feita a proposta: Participação Social dos moradores de Sobradinho e Sobradinho II-DF na criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho e na recuperação da nascente Canela de Ema. A metodologia previa a realização de um ciclo de 7 atividades, 4 atividades pré-fórum: 1- Articulação Política, 2- Compartilhar experiências, 3- Reconhecer território e 4- Construir instrumentos de participação política; e 3 atividades na programação do 8º FMA: 5- Relato de Experiência, 6- Dinâmica do Mapa Colaborativo e 7- Visita para a Lagoa Canela de Ema. O processo de aprendizagem decorrente da elaboração dos editais da FBB e do 8º FMA foi suficiente para compensar a não entrada nos editais. O grupo ficou bastante satisfeito com a proposta final da Chamada para o Fórum Cidadão do 8º FMA. Na reunião preparatória do fórum compreendeu-se parte da lógica do funcionamento do FMA, um evento para comercializar a água, sem acesso para a participação da comunidade local. O custo para participar é excludente. Os espaços serão segregados, então o Fórum Cidadão não se comunicaria com os outros ambientes, e eles só ajudarão financeiramente quem eles quiserem. E ainda pediram para fazermos caridade, bancando o Espaço Cidadão, e a Vila Cidadã. O grupo APCE, em 2017 começou a colaborar na construção do Fórum Alternativo Mundial da Água – FAMA 2018.

- Material de apoio para Curso Construindo um Território Saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema - 21 de outubro de 2017 (Apêndice 6) .

A Comunidade de Aprendizagem APCE tinha em mãos as informações sobre arena política do Parque Canela de Ema, seus temas e textos, para serem compartilhadas com os atores do território, e transformadas em instrumentos de participação política. Esse conhecimento foi utilizado como conteúdo teórico do curso, integrando o Material de Apoio para Construção de TSS. A redação foi feita pelo grupo APCE, a revisão pelo PSAT e a diagramação feita pela ASCOM da Fiocruz. O material abarca o contexto histórico político do Parque Canela de Ema, noções de direito à saúde, à cidade e ao meio ambiente e o papel da participação comunitária no processo político de criação das unidades de conservação, e na construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis. Ele servirá para apoiar a mobilização e sensibilização da população de Sobradinho e Sobradinho II sobre o processo de recriação do Parque. A ideia é que depois esse material seja utilizado como base para a produção de uma cartilha pelos alunos do CEF 08, que irão mobilizar outras escolas da região no ano de 2018.

- Criação da COMDEMA de Sobradinho II – 07 de novembro de 2017.

A criação da Comissão de Defesa do Meio Ambiente de Sobradinho II desde 2015 é um dos objetivos do grupo APCE, mas acabou ficando com segunda prioridade. No fim de 2017 se torna uma necessidade para garantir a sustentabilidade das ações do grupo APCE. Para conseguir bastou decidir fazer e a vontade do administrador regional. O grupo levou os documentos legais do COMDEMA e em uma reunião marcou-se a data da eleição e o nome dos órgãos convidados. A administração enviou os ofícios convite e publicou no DODF a

chamada para eleição do COMDEMA. A eleição quase não aconteceu por falta de representantes governamentais. O segurança que passava por ali na hora salvou a eleição representando a Secretaria de Segurança. O IBRAM e a SEMA não enviaram representantes. Foram eleitos os doze representantes, sendo sete da comunidade, entidades de classe e/ou clubes de serviços locais: Amigos do Parque Canela de Ema - APCE, Conselho Regional de Saúde; ONG Viveiro Cultural Green Life; Urbanizadora Paranoazinho S.A.; Comunidade; Associação dos Amigos das Florestas; bem como 05 representantes da Administração Pública e de órgãos envolvidos com a Política Ambiental do Distrito Federal: ICMBIO - Conselho da APA PC; SLU; CONSEG/SSP-DF; EMATER; SEDF. A primeira reunião do COMDEMA foi estabelecida duas ações para fechar o ano. Desativar o Lixão do polo de cinema, dia 11 de dezembro e cercar o Parque Canela de Ema, no dia 18 de dezembro de 2017.

Os resultados classificados como instrumentos de participação política revelam não só a tomada de consciência e a autonomia dos atores envolvidos, como também mostram a produção de conhecimento técnico para o ato político. Ao ter que estudar, coletar e analisar dados, relacioná-los com o nosso contexto, com a influência ideológica e teórica dessa pesquisa e com as experiências dos atores envolvidos, o grupo adquiriu conhecimento para suas estratégias de ação, que foram materializados em instrumentos políticos e ações. Por estes instrumentos de participação política evidencia-se o impacto imediato dessa pesquisa-ação na implementação de políticas e práticas de promoção da saúde.

A Comunidade de Aprendizagem APCE apresentada por meio de suas ações, diálogos e instrumentos representa o resultado fim desta pesquisa-ação. A CA é a própria pesquisa-ação. Ela se compõe pelos ciclos do processo – reflexão, planejamento, ação - como diálogos, ações e instrumentos de participação política (figura 21), e esses momentos do

processo quando relacionados aos atores locais envolvidos, definem o tamanho do campo de atuação da CA. Para ilustrar isso foi feito um gráfico com o processo, a partir da referência imagética da figura espiral ou da boneca russa (44), onde observa-se a CA nas diferentes fases de sua rede de articulação (figura 36).

O Diagrama 3 mostra as fases da CA para cada ano de atuação. No ano de 2015 tem-se a Fase 1 - Amigos do Parque Canela de Ema caracterizada pela formação do grupo APCE; em 2016 tem-se a Fase 2 - Comunidade de Aprendizagem momento em que o grupo se expande; em 2017 a Fase 3 - Comunidade e Escola representa o período em que a CA entra na escola e institucionaliza o COMDEMA e em 2018, a Fase 4 - Redes Locais indica a expansão das ações do CEF 08, pelo projeto PRECE para outras escolas e instituições locais.

Diagrama 3 - Espiral das fases da Comunidade de Aprendizagem

Fases da Comunidade de Aprendizagem Amigos do Parque Canela de Ema

Fase 2 Comunidade de Aprendizagem APCE 2016

APCE, SOS Ribeirão, Fiocruz, Administração Regional, UPSA, CLDF, SEMA, IBRAM, SEGETH, ADASA, CAESB, ICMBIO, IBAMA, MPDFT

Fase 3 Comunidade e escola 2017

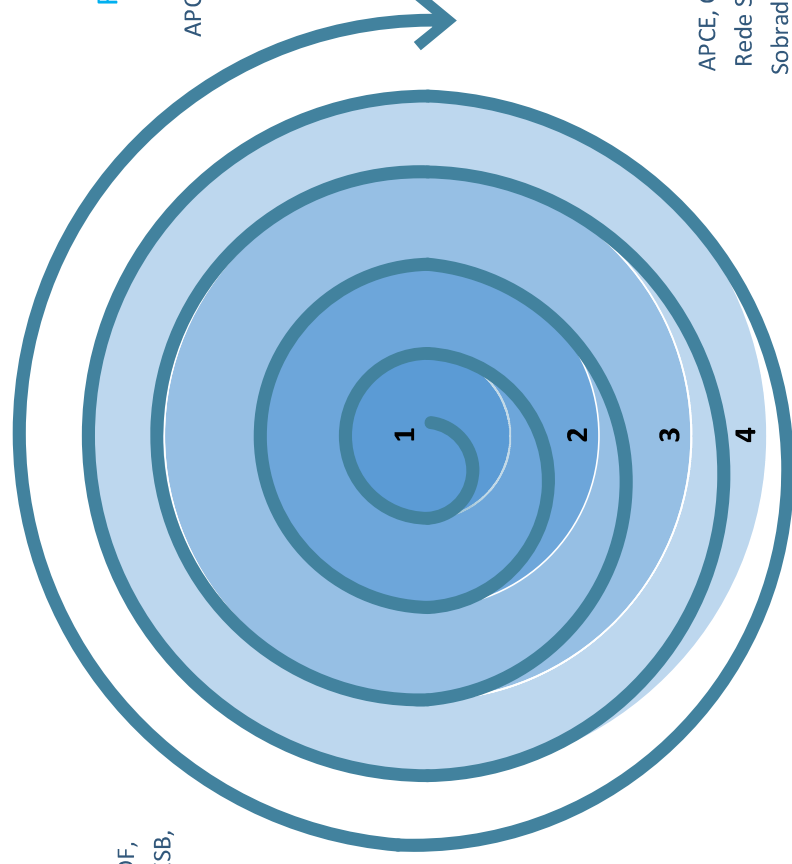
APCE, CLDF, SEMA, COMIDEMA, CEF08

Fase 1 Amigos do Parque Canela de Ema 2015

Comunidade, Rede serrana, Administração Regional, Fiocruz Movimentos sociais

Fase 4 Redes Locais 2018

APCE, CEF08, COMIDEMA, SEMA, CLDF, Rede Serrana, Comunidade escolar de Sobradinho, Sobradinho II, Fercal; Rede de Conselhos de Ucs; Comitê de Bacia...



Fonte: própria

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Essa é a diferença profunda entre o ser condicionado e o ser determinado.”

Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*, 2011, p. 53 (62).

Os resultados descritos na sessão anterior mostram que os objetivos da pesquisa foram alcançados. A experiência vivida pelo grupo APCE, no processo da pesquisa-ação, permitiu evidenciar os resultados positivos da aplicação dessa metodologia, bem como analisar de que maneira a construção colaborativa de conhecimento, conforme a noção de Comunidade de Aprendizagem qualificou a participação dos atores locais no processo político de criação do Parque Canela de Ema, capacitando-os, talvez, para a atuação em outras esferas. A experiência vivida pelos atores nesse processo contribuiu significativamente para um aumento da sua capacidade de definir, analisar e atuar sobre os problemas sociais da sua comunidade. Dessa forma, considera-se que esta pesquisa respondeu as perguntas colocadas.

O uso da noção de Comunidade de Aprendizagem junto aos atores do grupo APCE deu sentido à práxis do grupo orientando suas atividades e potencializando seus recursos. Os elementos essenciais da pesquisa-ação presentes na noção de Comunidade de Aprendizagem, reforçam a convergência dos recursos utilizados para a gestão da pesquisa.

A aplicação da metodologia da pesquisa-ação, com a abordagem da Comunidade de Aprendizagem, permitiu ao grupo APCE tornar-se uma entidade com poder de participação política no território, conformando a criação de uma rede de articulação entre comunidade, escola, pesquisadores, gestores e técnicos, que tem obtido êxito na implementação de políticas e práticas socioambientais no território do DF.

A análise da arena política em torno da criação do Parque Canela de Ema revelou uma janela de oportunidade, que propiciou a inclusão do tema na agenda do governo local. O papel do grupo APCE foi decisivo para a agregação de diferentes atores na arena, e na definição de estratégias para a incorporação de seus interesses nas alternativas para política do parque. Isto se verificou na formulação da proposta do Mosaico de Unidades de Conservação para a região apresentada pelo APCE, que induziu a realização de estudos ambientais para a viabilidade da proposta.

A experiência prévia de mobilização dos atores locais que formaram o grupo APCE facilitou a participação comunitária na agenda política local. Essa participação, com seus desafios e limitações, propiciou o aprendizado técnico dos atores da comunidade levando-os a materializar suas demandas e expectativas em propostas viáveis de política pública para o Parque Canela de Ema, bem como levou-os a criar novos espaços de atuação e parcerias.

Cabe ressaltar que a participação da comunidade na definição e no controle social de políticas públicas passa por um momento atual de ofensiva. Desde a ruptura da ordem democrática ocorrida em 2016, testemunhamos sucessivos ataques aos direitos de cidadania, pondo em risco conquistas históricas no direito à participação, à saúde, à educação e ao meio ambiente. Com isso, evidencia-se a importância e urgência de buscar novos mecanismos (práticos e teóricos) de participação política para efetivar os direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988, e recuperar o Estado Democrático de Direito que fundamenta e a participação política cidadã.

A pesquisa sugere ainda a necessidade de expandir as ações de mobilização e qualificação política para outros membros da comunidade, para que ela seja mais inclusiva e representativa, adquirindo assim maior legitimidade. A pesquisa também evidenciou a importância da avaliação dos riscos à saúde da população do território do Parque Canela de

Ema; e da avaliação dos impactos socioambientais da implementação do Parque na região, para que esses riscos sejam considerados na formulação das políticas. Nesse sentido, é imprescindível identificar os recursos e potenciais locais que possam ser utilizados para desenvolver projetos em benefício dos cidadãos e em conjunto com a comunidade, visando o desenvolvimento econômico e social. É importante também avaliar o grau relativo de qualificação da participação política entre os atores envolvidos no processo, para analisar o alcance dessas metodologias participativas. Esses desdobramentos poderão levar à construção de um Território Saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema.

A comunidade ao tomar consciência da complexidade do território, compreendendo os fatores que determinam sua saúde e a sustentabilidade ambiental, pode desenvolver ferramentas de percepção que permitam atuar sobre a Determinação Social. Assim, a comunidade descobre demandas, interesses, mas também recursos e potenciais. Aprende seus direitos e deveres, para poder transformar o ambiente. Como diz Freire, “Minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere” (62). Aprendemos que o território em que vivemos não é um território determinado, determinante; mas sim um território condicionado pela determinação. Portanto, um território saudável e sustentável é um território onde a comunidade tem consciência de ser condicionada, e por isso, capaz de reconstruí-lo.

REFERÊNCIAS

1. Deleuze G, Guattari F. *Mil platôs: Vol. 1, Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34; 1995.
2. Quintas JS, organizador. *Por uma educação ambiental emancipatória: considerações sobre a formação do educador ambiental para atuar no processo de gestão ambiental. Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente*. Brasília: Instituto Brasileiro de Meio Ambiente; 2006.
3. Carroll L. *Alice no País das Maravilhas*. 9.ed. São Paulo: Summus; 1980.
4. Buss PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência e Saúde de Coletiva* [Internet]. 2000 [Acesso em 8 de abr 2016], 5 (1):163–77. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7087.pdf>
5. Minayo MCS, Hartz ZMA, Buss PM. Qualidade de vida e saúde : um debate necessário. *Ciência e Saúde de Coletiva* [Internet]. 2000 [Acesso em 8 de abr 2016], 5 (2):7–18. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7075.pdf>
6. Laverack G. *Promoção de Saúde: Poder e Empoderamento*. Loures: Lusodidática; 2008.
7. Fleury-Teixeira P. Uma introdução conceitual à determinação social da saúde. *Saúde em Debate* [Internet]. 2009 [Acesso em 17 de out 2016], 33 (83):380–7. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4063/406345800005.pdf>
8. Organização Mundial da Saúde. *Carta de Ottawa*. Ottawa: 1986. [Acesso em 24 mai 2016], Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf
9. _____. *Declaração de Sundsvall*. Promoção da saúde e ambientes favoráveis à saúde. Sundsvall: 1991. [Acesso em 24 mai 2016], Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_sundsvall.pdf
10. _____. *Declaração de Santafé de Bogotá*. Santafé de Bogotá: 1992. [Acesso em 24 mai 2016], Disponível em: <https://pgsaudemental.files.wordpress.com/2009/04/declaracao-de-santafe-de-bogota.pdf>
11. Rocha DG, Alexandre VP, Marcelo VC, Rezende R, Nogueira JD, Franco de Sá R. Processo de revisão da Política Nacional de Promoção da Saúde : múltiplos movimentos simultâneos. *Ciência e Saúde de Coletiva* [Internet]. 2014 [Acesso em 26 de mai 2016], 19 (11):4313–22. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csc/2014.v19n11/4313-4322/pt>
12. Buss PM, Pellegrini Filho A. A Saúde e seus Determinantes Sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [Internet]. 2007 [Acesso em 23 de mar 2016], 17 (1):77–93. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v17n1/v17n1a06.pdf>
13. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Políticas de Saúde. *As Cartas da Promoção da*

- Saúde* [Internet]. 2002 [Acesso em 22 de mar 2016]. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartas_promocao.pdf
14. Ministério da Saúde (BR). *Anais da 8ª Conferência Nacional de Saúde* [Internet]. 1986 [Acesso em 23 de mar 2016]. Brasília: Ministério da Saúde, 1987. Disponível em: http://www.ccs.saude.gov.br/cns/pdfs/8conferencia/8conf_nac_anais.pdf
 15. Vargas T, Baptista DF. A Política Nacional de Promoção da Saúde : texto e contexto de uma política. *Saúde e Debate* [Internet]. 2015 [Acesso em 2 de jun 2016], 39 (esp):91–104. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v39nspe/0103-1104-sdeb-39-spe-00091.pdf>
 16. Kind L, Colen NS. Processos da construção da Política Nacional de Promoção da Saúde. *Caderno de Saúde Pública* [Internet]. 2013 [Acesso em 2 de jun 2016], 29 (10):1997–2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v29n10/a16v29n10.pdf>
 17. Ferrás Araújo da Silva P, Vargas de Faria Baptista T. Os sentidos e disputas na construção da Política Nacional de Promoção da Saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* [Internet]. 2014 [Acesso em 2 de jun 2016], 24 (2):441–65. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v24n2/0103-7331-physis-24-02-00441.pdf>
 18. Tambellini AT, Câmara VM. A temática saúde e ambiente no processo de desenvolvimento do campo da saúde coletiva : aspectos históricos , conceituais e metodológicos. *Ciência e Saúde Coletiva* [Internet]. 1998 [Acesso em 18 de ago 2016], 3 (2):47–59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v3n2/7150.pdf>
 19. Rigotto RM, Augusto LGS. Saúde e ambiente no Brasil : desenvolvimento , território e iniquidade social. *Caderno de Saúde Pública* [Internet]. 2007 [Acesso em 18 de ago 2016], 23 (4): 475–85. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v23s4/02.pdf>
 20. Nogueira RP, organizador. *Determinação Social da Saúde e Reforma Sanitária* [Internet]. Rio de Janeiro: Cebes; 2010. [Acesso em 17 de out 2016]. Disponível em: <http://www.cebes.org.br/media/File/Determinacao.pdf>
 21. Carvalho SR. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção à Saúde. *Caderno de Saúde Pública* [Internet]. 2004 [Acesso em 5 de nov 2016], 20 (4):1088–95. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Os_multiplos_sentidos_da_categoria_empowerment_no_projeto_da_promocao_da_saude.pdf
 22. _____. As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e a mudança social. *Ciência e Saúde Coletiva* [Internet]. 2004 [Acesso em 5 de nov 2016], 9 (3):669–78. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n3/a13v09n3.pdf>
 23. Fernandez JCA, Mendes R, organizadores. *Promoção da Saúde e Gestão Local*. Centro de Estudos, Pesquisas e Documentação em Cidades Saudáveis. São Paulo: Aderaldo & Rothshild; 2007.
 24. Tambellini AT, Miranda A. Saúde e Ambiente. In: Giovanella L, Al E, editors. *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2013. p. 1037–73.

25. Buss PM. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: Czeresnia D, Freitas CM. *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2003. p. 15–38.
26. Adriano JR, Azeredo G, Werneck F. A construção de cidades saudáveis : uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida? *Ciência e Saúde Coletiva* [Internet]. 2000 [Acesso em 10 de jan 2017], 5 (1): 53–62. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v5n1/7079.pdf>
27. Westphal MF. Municípios Saudáveis: aspectos conceituais. *Saúde em Debate* [Internet]. 1997 [Acesso em 10 de jan 2017];6 (2):9–18. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sausoc/article/download/7007/8476>
28. Declaração de Helsinque sobre Saúde em Todas as Políticas - 8ª Conferência Internacional de Promoção da Saúde. Tradução da União Internacional de Promoção da Saúde e Educação em Saúde/Oficina Regional Latino-Americana. 2013 [Acesso em 8 de ago 2017]. Disponível em: <http://dssbr.org/site/wp-content/uploads/2013/09/8%C2%AA-Confer%C3%A7%C3%A3o-da-Sa%C3%BAde.pdf>
29. Freire M do SM, Salles RPS, Sá RMPF. Mapeando iniciativas territoriais saudáveis, suas características e evidências de efetividade. *Ciência e Saúde Coletiva* [Internet]. 2016 [Acesso em: 8 de ago 2017], 21 (6):1757–66. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v21n6/1413-8123-csc-21-06-1757.pdf>
30. Magalhães R, Ramos CL, Bodstein R, Peres F, Burlandy L, Coelho AV, *et al.* Análise da Implementação de Ações Intersetoriais: desafios e alternativas metodológicas. In: Silveira CB, Fernandes TM, Pellegrini B. *Cidades Saudáveis? Alguns olhares sobre o tema*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2014. p. 225–41.
31. Gadelha P, Martins R. Opinião - Dois anos da Agenda 2030: desafios para a saúde no Brasil hoje [Internet]. *Notícias Portal da Fiocruz*. 6 de out 2017 [Acesso em 6 de out 2017]. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/content/opinioao-dois-anos-da-agenda-2030-desafios-para-saude-no-brasil-hoje>
32. Gallo E, Setti AFF. Território, intersetorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Ciência e Saúde Coletiva* [Internet]. 2014 [Acesso em 22 de mar 2017], 19 (11):4383–96. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n11/1413-8123-csc-19-11-4383.pdf>
33. Lima EMFDA, Yasui S. Territórios e sentidos: espaço, cultura, subjetividade e cuidado na atenção psicossocial. *Saúde em Debate* [Internet]. 2014 [Acesso em 6 nov 2016], 38 (102):593–606. Disponível em: <http://www.gnresearch.org/doi/10.5935/0103-1104.20140055>
34. Raffestin C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática; 1993.
35. Bosco J, Tonucci M. Espaço e território : um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. *Revista Espinhaço* [Internet]. 2013 [Acesso em 23 out 2016], 2 (1):41–

50. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2015/2253-1439915319.pdf>
36. Ceccim RB. Réplica. *Interface - Comunicação, Saúde e Educação* [Internet]. 2005 [Acesso em 23 out 2016], 9 (16):175–7. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a16.pdf>
37. Gallo E, Setti AFF. Abordagens ecossistêmica e comunicativa na implantação de agendas territorializadas de desenvolvimento sustentável e promoção da saúde. *Ciência e Saúde Coletiva* [Internet]. 2012 [Acesso em 22 de mar 2017], 17(6):1433–46. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a08.pdf>
38. Fernandes JASN. *Modelo Urubici de Governança da Água e do Território: Uma Tecnologia Social a Serviço do Desenvolvimento Sustentável Local*. [Tese]. Florianópolis Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina; 2010.
39. Silva DJ. *Uma abordagem cognitiva ao planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável* [Tese] [Internet]. Florianópolis, Programa de Pós-Graduação de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina; 1998. [Acesso em 6 mar 2016] Disponível em: http://www.gthidro.ufsc.br/arquivos/tese_daniel_jose_da_silva.pdf
40. Carvalho G, Cássia M. *Participação da Comunidade na Saúde*. Campinas: Saberes; 2014.
41. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.446, de 11 de novembro de 2014. Redefine a Política Nacional de Promoção da Saúde. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil. (13 nov 2014); Seção 1, 68-70.
42. Merleau-Ponty M. *O Olho e o Espírito*. São Paulo: Cosac Naify; 2004.
43. Michel T. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez; 2011.
44. Dionne H. *A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local*. Brasília: Liber Livro; 2007.
45. Palavizini R. Uma Abordagem Transdisciplinar à Pesquisa-Ação. *Revista Terceiro Incluído* [Internet]. 2012 [Acesso em 10 abr 2016], 2 (1):67–85. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/download/20140/11725>
46. Deslandes SF, Minayo CS, organizadores. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes; 2011.
47. Barbier R. *A Pesquisa-Ação*. Brasília: Leber Livro; 2007.
48. Orellana I. La estrategia pedagógica de la comunidad de aprendizaje en educación ambiental: aprendiendo a construir un saber-vivir-juntos en un medio de vida compartido. *Carpeta Informativa del Centro Nacional de Educación Ambiental. Ministerio de Medio Ambiente, España* [Internet]. 2005 [Acesso em 10 abr 2016]. Disponível em: http://www.mapama.gob.es/ca/ceneam/articulos-de-opinion/2005_05orellana_tcm8-53056.pdf

49. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. *Saúde ambiental: guia básico para construção de indicadores*. Brasília: Ministério da Saúde; 2011.
50. Kligerman DC, Vilela H, Cardoso TAO, Cohen SC, Sousa D, *et al.* Sistemas de indicadores de saúde e ambiente em instituições de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva* [Internet]. 2007 [Acesso em 17 set 2016], 12 (1):199-211. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n1/19.pdf>
51. Silveira M. *A implantação de hidrelétricas na Amazônia brasileira, impactos socioambientais e à saúde com as transformações no território: o caso da UHE de Belo Monte*. [Tese]. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília; 2016.
52. Kingdon JM. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 2. ed. Nova York USA: Harper Collins College Publishers; 1995.
53. Pinto ICM. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. *Revista Políticas Públicas* [Internet]. 2008 [Acesso em set 2016], 12 (1):27–36. Disponível em: http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/download.php?id_publicacao=153
54. Prado Filho K, Montalvão Teti M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. *Barbarói, Santa Cruz do Sul* [Internet]. 2013 [Acesso em 17 nov 2017], (38):45–59. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471/2743>
55. Marques AAB. As unidades de conservação e os parques: desafios para conservação da natureza no Distrito Federal. [Internet]. Vol. 1, *Textos para discussão/Acessoria Legislativa da Câmara Legislativa do Distrito Federal*. Distrito Federal; 2015 [Acesso em 10 jan 2016]. Disponível em: <http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/1695>
56. Governo do Distrito Federal. Memorial Descritivo MDE 19/90. *Projeto de Urbanismo. Parcelamento URB 19/90*. Distrito Federal: Diário Oficial do Distrito Federal; 2000.
57. _____. Grupo de Trabalho Ribeirão Sobradinho. *Relatório de Diagnósticos e Soluções para a Recuperação Ambiental do Ribeirão Sobradinho*. 2012 [Acesso em 10 jan 2016]. Disponível em: http://www.cbhmaranhao.df.gov.br/ribeirao_sobradinho/documentos/Diagnostico_Solucoes.pdf
58. _____. Instituto Brasília Ambiental, Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Brasília. *Guia de Parques do Distrito Federal*. 2014 [Acesso em 10 jan 2016]. Disponível em: http://www.ibram.df.gov.br/images/GUIA-DE-PARQUES-PAGINAS-SOLTAS_2_1_1.pdf
59. _____. *Relatório Síntese Plano Distrital de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - Diagnóstico situacional - Esgotamento Sanitário*. Vol. 2. Distrito Federal; 2017 [Acesso em 6 mar 2017]. Disponível em: <http://www.planodesaneamentodf.com.br/>

60. Câmara V de M, Tambellini AT, Castro HA, Waissmann W. Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador: Epidemiologia das Relações entre Produção, o Ambiente e a Saúde. *Epidemiologia & Saúde*. 2003;469–97.
61. Governo do Distrito Federal. *Respostas à Consulta Pública da Recategorização dos Parques do DF* [Internet]. Distrito Federal; 2015 [Acesso em 20 nov 2015]. Disponível em: [http://www.ibram.df.gov.br/images/IT consulta externa Recategoriza%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.ibram.df.gov.br/images/IT_consulta_externa_Recategoriza%C3%A7%C3%A3o.pdf).
62. Freire P. *Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra; 2011.
63. Setti AFF. *Efetividade de estratégias territorializadas de desenvolvimento sustentável e saúde : construção e aplicação de uma matriz avaliativa*. [Tese][Internet] São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo; 2015. [Acesso em 5 nov 2017]. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6134/tde-08102015-111606/pt-br.php>

APÊNDICES

Apêndice 1 - Artigo Original - Arena política do Parque Canela de Ema em Sobradinho II, Distrito Federal. Revista Comunicação em Ciência da Saúde. FEPECS, Brasília, 2017. No prelo.

Apêndice 2 - Documento em Resposta à Consulta Pública da Recategorização dos Parques.

Apêndice 3 - Proposta do Mosaico de Unidades de Conservação na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho.

Apêndice 4 - Minuta do Projeto de Lei de criação do Parque Canela de Ema.

Apêndice 5 - Projeto do Curso Construindo um Território Saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema (Formulário de Acompanhamento de Cursos Livres – EFG).

Apêndice 6 - Material de Apoio para Curso Construindo um Território Saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema, Sobradinho II - DF.

Apêndice 7 - Relatório do curso Construindo um Território Saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema, Sobradinho II - DF.

Apêndice 8 - Carta do grupo Amigos do Parque Canela de Ema para o Plano Distrital de Saneamento Ambiental e Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Apêndice 9 - Proposta para o Edital Fundação Banco do Brasil.

Apêndice 10 - Proposta para a Chamada Fórum Cidadão 8º Fórum Mundial da Água.

Artigo Original

Arena política do Parque Canela de Ema em Sobradinho II, Distrito Federal

Political arena of the Canela of Ema Park in Sobradinho II, Federal District

Ana Schramm¹

André Luiz Dutra Fenner²

¹Escola Fiocruz de Governo - Fiocruz Brasília-DF, Brasil

Correspondência: Caixa Postal 4404 Agência Correios EQN 204 lote B

CEP: 70842-970 - Brasília-DF

schrammana@gmail.com

²Fiocruz Brasília-DF, Brasil

Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT)

Correspondência: Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A

CEP: 70.904-130 - Brasília – DF Telefone: (61) 3329-4708

andre.fenner@fiocruz.br

19 Páginas, 1 Tabela, 4 Figuras.

Resumo

Trata-se de um artigo, cujo objetivo foi analisar a arena política da recriação do Parque Canela de Ema, em Sobradinho II, no Distrito Federal, com enfoque na influência da participação comunitária na formação da agenda, para formulação de políticas públicas saudáveis, tendo como base teórica o modelo dos múltiplos fluxos. As estratégias utilizadas para a busca de evidências empíricas foram a análise documental e a observação participante. A arena política analisada revelou uma janela de oportunidade, que permitiu a inclusão do tema na agenda do governo local. O papel dos atores da comunidade local foi decisivo para a agregação de diferentes atores na arena, e a incorporação de seus interesses nas alternativas para política do parque. Eles formularam a proposta de um Mosaico de Unidades de Conservação para a região, que induziu a realização de estudos ambientais para a viabilidade da proposta. Essa participação foi facilitada pela mobilização prévia e preparo técnico dos atores da comunidade. A participação comunitária na arena política mostrou-se frágil frente a influência de outros atores com maior poder econômico, cultural e político, e pela dificuldade dos órgãos governamentais trabalharem de forma cooperativa com a comunidade. O estudo sugere a necessidade de qualificar a participação política da comunidade, para que ela seja efetiva, permitindo a construção de políticas públicas saudáveis.

Palavras chaves: Análise de Política; Políticas Públicas Saudáveis; Unidade de Conservação; Participação Comunitária.

Abstract

It is an article, whose objective was to analyze the political arena for the re-creation of the Canela de Ema Park, in Sobradinho II, in the Federal District, focusing on the influence of community participation in the formation of the agenda, for the formulation of healthy public policies, based on the multiple streams model. The strategies used to search for empirical evidence were documentary analysis and participant observation. The political arena analyzed revealed a police window, which allowed the inclusion of the theme in the local government agenda. The role of the local community actors was decisive for the aggregation of different actors in the arena, and the incorporation of their interests in the alternatives for park policy. They formulated a proposal for a Mosaic of Conservation Units for the region, which led to environmental studies for the feasibility of the proposal. This participation was facilitated by the prior mobilization and technical preparation of the community actors. Community participation in the political arena has proved fragile in the face of the influence of other actors with greater economic, cultural and political power and the difficulty of government agencies working cooperatively with the community. The study suggests the need to qualify the political participation of the community, so that it is effective, allowing the development of healthy public policies.

Key words: Policy Analysis; Healthy Public Policies; Conservation Unit; Community Participation.

Introdução

O Parque Canela de Ema (Lei distrital 1.400, de 10/03/1997), único parque da Região Administrativa (RA) de Sobradinho II, no Distrito Federal, é rico em atributos ambientais, mas sofre vários impactos negativos devido à ausência do poder público. A população residente no entorno do parque, caracterizada pelo abandono cultural e pela falta de perspectiva econômica está exposta aos problemas de saúde ligados à contaminação da nascente que forma a Lagoa Canela de Ema, à criminalidade e à degradação das áreas de preservação permanente do Ribeirão Sobradinho.

A implementação do Parque Canela de Ema é uma demanda reprimida da população local, que há mais de 20 anos anseia a sua efetivação. No ano de 2015, a população local criou o movimento Amigos do Parque Canela de Ema (APCE), mobilizados por uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) que derrubou a lei de criação do Parque. Nesse mesmo ano, o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) abriu processo de Recategorização dos parques, para enquadrá-los no Sistema de Distrital de Unidades de Conservação (SDUC).

De acordo com análise de política pública do modelo de Múltiplos Fluxos (*multiple streams*) elabora por Kingdom¹ para explicar a formação da agenda pública, o processo político de Recategorização dos parques do DF, a ADI que impugnou a lei do Parque Canela de Ema e a formação do grupo APCE levaram a abertura de uma “janela de oportunidade” (*policy windows*), para que a pauta de discussão da recriação do Parque Canela de Ema fosse incluída na agenda política ambiental local.

Esta agenda política oportunizou aos atores locais, uma participação ativa no processo de construção de alternativas para a política do parque. A formulação, a criação e implantação de uma unidade de conservação com a participação da comunidade local garante a sustentabilidade do processo, evitando assim que haja distanciamento entre a formulação e a implementação da política. Contribuindo também para a resolução de outras demandas locais.

A participação social é um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e rege também a legislação ambiental, como a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Porém, a participação da sociedade na formulação e implementação de políticas públicas apresenta enormes desafios quando se tem um cenário de desigualdade social, precariedade da educação formal e falta de acesso aos direitos básicos de sobrevivência. Nesse sentido a promoção da saúde por intermédio de ações intersetoriais, pode viabilizar a participação social na formulação de políticas públicas saudáveis².

Diante da ausência de uma política para o Parque Canela de Ema, e dos anseios dos atores locais em se apropriar dessa área, levando em consideração também a contribuição que a implementação das políticas públicas socioambientais poderá dar para a melhoria da saúde e da qualidade de vida no território, este estudo buscou entender em que medida os atores locais influenciam na formação da agenda política de parques, e como eles atuam para incluir seus interesses na formulação da política pública.

Este artigo tem o objetivo de analisar a Arena Política da Recriação do Parque Canela de Ema, em Sobradinho II, no DF, utilizando a abordagem teórica do modelo de Múltiplos Fluxos, para compreender como se dá a participação dos atores locais na formulação e implementação de políticas públicas saudáveis.

Referencial Teórico-Metodológico

Foi realizada uma pesquisa exploratória tendo como objeto a recriação do Parque Canela de Ema, proposto e elaborado no âmbito do Programa de Pós Graduação da Escola Fiocruz de Governo, de Brasília. Trata-se de uma análise de política, com enfoque na participação dos atores locais na inclusão de seus interesses na formação da agenda política.

O referencial teórico utilizado foi o modelo de Múltiplos Fluxos² com aportes do conceito das Políticas Públicas Saudáveis³. O modelo de Múltiplos Fluxos contribuiu para detalhar os fatores

que determinaram a entrada da pauta da recriação do parque na agenda do governo, e a dinâmica das relações entre os diferentes atores e sua influencia na formulação da política. O conceito de Políticas Públicas Saudáveis¹ traz referencial para compreender importância e influencia da participação comunitária na formulação da política pública do parque, enquanto uma política de saúde.

Políticas Públicas Saudáveis são políticas voltadas para assegurar meios e situações que ampliem a qualidade da vida “vivida”, ou seja, ampliem a capacidade de autonomia e o padrão de bem-estar, e tem como requisitos: (re)formulação do conceito de saúde quanto do conceito de Estado e do seu papel perante a sociedade; interlocução e pactuação entre atores sociais em situação em fóruns controlados pela participação ativa da sociedade; base na interdisciplinaridade e na intersetorialidade; e pactos horizontais com parceiros de outros setores governamentais e de outras comunidades epistêmicas, como urbanistas, educadores, ambientalistas, etc.

A literatura sobre análise política distingue três dimensões da política pública: a dimensão institucional (*polity*) que se refere à organização do sistema político, delimitada pelos sistemas legal e jurídico e pela estrutura institucional do sistema político administrativo; a dimensão processual (*politics*) que se refere ao processo político, frequentemente conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição dos custos e benefícios de uma dada política pública; a dimensão material (*policy*), que se refere aos conteúdos concretos que envolvem a configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas³. Na realidade política essas dimensões são entrelaçadas e se influenciam mutuamente⁴.

Kingdon desenvolve o modelo de Múltiplos Fluxos (*multiple streams*), no qual, identifica a teoria das “janelas de oportunidade” (*policy windows*), conjunto de condições favoráveis a alterações nas agendas governamental e de decisão e à entrada de novos temas nestas agendas. Ela é

que possibilita a formulação e reformulação de políticas públicas. Uma janela de oportunidade surge na convergência dos fluxos de problemas (*problem stream*), de alternativas políticas (*policy stream*) e o fluxo da política (*politics stream*)².

As estratégias utilizadas para a busca de evidências empíricas foram: a análise documental e a observação participante. Para a análise documental realizou-se consulta aos documentos e publicações oficiais. Foram analisados documentos tais como: publicações no Diário Oficial do DF; portarias; leis e decretos. A observação participante utilizou o diário de campo, atas e registros de reuniões realizadas nas instituições governamentais e no território de atuação do grupo APCE. Os dados foram coletados no período entre junho de 2015 e setembro de 2017.

Fluxo dos Problemas

O fluxo dos problemas do modelo Kingdon analisa de que forma as questões são reconhecidas e os motivos que as levam a compor a agenda do governo. O conceito tem por fundamento a ideia de que os problemas são construídos social e politicamente, conforme diferentes representações por parte dos indivíduos, grupos e organizações que atuam no sistema político.

A criação e implementação de parques e unidades de conservação no DF tornou-se uma questão relevante para o governo local que pressionado com os diferentes conflitos de interesse quanto ao ordenamento territorial, e tendo que regulamentar o art. 279 referente ao Meio Ambiente da Lei Orgânica do Distrito Federal de 08/06/1993, o Governo do Distrito Federal – GDF instituiu o Sistema Distrital de Unidades de Conservação – SDUC⁵ (Lei complementar nº 827, de 22 de julho de 2010), revogando outras leis e decretos sobre a criação de áreas protegidas no DF.

O território do DF possui um número considerável de áreas protegidas para conservação da biodiversidade, dentre áreas verdes, parques urbanos e UCs. Das 106 UCs localizadas no DF, 95 são UC do DF, sob responsabilidade do IBRAM e 11 são unidades federais, administradas pelo

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Essas áreas quando protegidas geram benefícios para os seres humanos, tais como: controle do clima e da erosão, absorção do gás carbônico, produção de água e de alimentos, paisagismo, recreação, educação, etc. No entanto, a maior parte das UCs distritais, ainda não foram implementadas. Há falta de infraestrutura, segurança e manutenção, nas que foram criadas, e outras, só existem no papel. Elas demandam de regularização fundiária, ambiental e de plano de manejo⁶.

O Parque Canela de Ema é um desses exemplos. Em março de 2015 teve sua lei de criação declarada inconstitucional por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2015 002008012-4)⁷, ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). A ADI alegou vício de iniciativa, pois trata de alteração da destinação de área pública, matéria cuja iniciativa é exclusiva do chefe do Poder Executivo, mas teve iniciativa do deputado distrital Geraldo Magela. A Câmara Legislativa do DF (CLDF) apresentou recurso, mas, em março de 2017 a ADI foi deferida.

A população residente no entorno do parque anseia em poder usufruir e se beneficiar dos recursos ambientais e de um espaço urbano que lhes ofereçam infraestrutura para a qualidade de vida. Ademais, sofre com os efeitos da falta de ordenamento do território e do saneamento ambiental ineficiente.

Com isso, a população local por meio da Rede Serrana – rede social das RAs de Sobradinho, Sobradinho II e Fercal, composta por membros do governo e da comunidade local, que atua nas áreas de saúde, educação, cultura e meio ambiente – com o apoio da Administração Regional de Sobradinho II e de alguns deputados criou em junho de 2015 o movimento Amigos do Parque Canela de Ema, com o objetivo de pressionar o governo para recriar o parque e resolver os problemas fundiários, ambientais e sanitários da região. Esses atores utilizaram diversos recursos de argumentação e persuasão, para que esses problemas do território fossem reconhecidos, e fossem incluídos e priorizados na agenda do governo.

O Fluxo da Política (*politics*)

O fluxo da política é dinâmico e extremamente fluido. Ele é baseado na barganha e na negociação política. São características: compartilhamento das questões relevantes na sociedade, que configura um ambiente favorável para a formação da agenda política; as pressões exercidas por grupos, que leva a consensos ou conflitos na arena política; e as mudanças no governo, que influenciam a agenda tanto de pessoas em posições estratégicas como na composição do legislativo.

Em agosto de 2015 o Instituto Brasília Ambiental (IBRAM), órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do DF, responsável por executar as políticas ambientais, iniciou processo de Recategorização das Unidades de Conservação do DF⁸, após exigência do MPDFT para implementação do SDUC. O processo de Recategorização, iniciado por meio de uma Consulta Pública Online, gerou um clima favorável à negociação das políticas públicas para as áreas protegidas. Com apoio das Administrações Regionais abriu-se espaço para o diálogo com a população local. Diferentes atores interessados na questão do Parque Canela de Ema apareceram. O poder legislativo passou a discutir o tema e pressionar o poder executivo.

Alguns meses depois, a Casa Civil do GDF e o deputado distrital Cláudio Abrantes (Frente Ambiental da CLDF) cobraram do IBRAM a recriação do Parque Canela de Ema. O IBRAM convidou o grupo APCE e a Administração de Sobradinho II para colaborar na definição da política do Parque, considerando o parecer que o grupo havia apresentado à Consulta Pública da Recategorização. A partir daí, três grupos de trabalho (GT) foram criados e desfeitos para tratar a questão do parque, revelando alguns consensos e muitos conflitos de interesse. Os GTs trabalharam diferentes alternativas para solucionar o problema do parque. Surgiram novos atores e mudanças de gestão dentro dos órgãos do governo, que reconfigurou a composição de seus membros.

O fluxo da política marcado pelas forças do setor privado, instituições governamentais, do poder legislativo e da comunidade, revelou a arena política da implementação do SDUC, da

formulação do Plano Distrital de Saneamento Básico e Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos (PDSB e PDGIRS) e da reformulação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do DF.

Fluxo das Alternativas

O fluxo das alternativas refere-se a um amplo conjunto de propostas para solucionar os problemas políticos. Envolve ideias que diversos atores têm sobre "como as coisas devem ser feitas". Para Kingdon, essas alternativas são geradas nas "comunidades políticas", compostas por especialistas que se ocupam de uma determinada área, pesquisadores, consultores, assessores parlamentares, funcionários governamentais, analistas vinculados a organismos internacionais, ONGS, grupos de interesse. Nelas as propostas de política pública podem surgir ser abandonadas ou combinadas entre si, ou podem permanecer intactas e sobreviver⁹.

O contexto da formação da agenda explica como a política está sendo formulada por meio das características dos atores envolvidos. Pode-se buscar entender como foram feitas as opções pelo tipo da política, baseada em diretrizes e objetivos que nem sempre convergem. O jogo de interesses na escolha das alternativas de categorias de UCs e de poligonal para a política do Parque Canela de Ema representa o fluxo de alternativas da política.

A primeira alternativa para o problema do Parque Canela de Ema encontrada pelo grupo APCE foi apresentar ao governador uma minuta de um projeto de lei de criação do parque, para ser criado via decreto, como estratégia para anular o efeito da ADI. Porém abriu o processo de Recategorização das unidades de conservação, então o grupo abandonou essa alternativa e elaborou um documento em resposta à Consulta Pública da Recategorização.

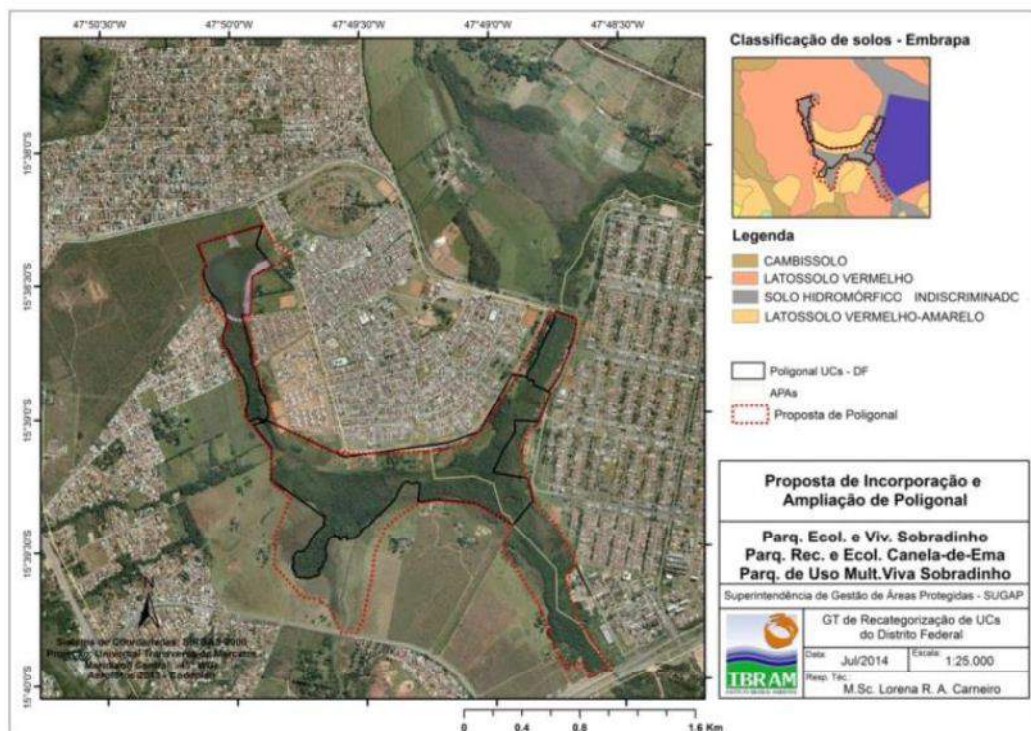
Cabe explicar que no SDUC, as UCs são divididas em dois grupos: de proteção integral com as categorias Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Distrital; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre; e de uso sustentável com as categorias Área de Proteção Ambiental;

Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Distrital; Parque Ecológico; Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural. Cada uma dessas categorias tem objetivos diferentes, características ambientais específicas, domínialidade do território, tipo de visitação, tipo pesquisa permitido. A escolha por uma ou outra categoria determinará a função e a forma de gestão da unidade de conservação, ou seja, a forma com que a política será implementada e os impactos que terão para a população.

A alternativa para o parque proposta pelo IBRAM na Recategorização foi o Refúgio da Vida Silvestre Canela de Ema (REVIS), integrando o Parque Canela de Ema ao Parque Centro de Lazer e Cultura Viva Sobradinho e ao Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho. O órgão justificou que a proposta era a mais viável financeiramente para o governo, pois não precisaria desapropriar terras de particulares, e mais indicada por atender aos critérios de sensibilidade ambiental definidos para a categoria REVIS.

Na Consulta Pública¹⁰ houve apenas duas manifestações para o Parque Canela de Ema: uma do grupo APCE e outra da Urbanizadora Paranoazinho (UPSA), empresa que detém domínio de parte da área do parque e está em fase de licenciamento de um condomínio na Fazenda Paranoazinho, na área de influência direta do parque. O grupo APCE concordou com a categoria de UC proposta pelo IBRAM (Figura 1), mas reivindicou sua participação efetiva na definição do plano de manejo, para garantir zonas de uso comunitário. Já a UPSA defendeu que o parque fosse enquadrado na categoria de Parque Ecológico, argumentando que a REVIS, por ser de proteção integral impediria o acesso da comunidade.

Figura 1 - 1ª Proposta - Recategorização IBRAM (julho 2015)



O primeiro GT (GT1) foi criado no âmbito do IBRAM, em novembro de 2015 com: o grupo APCE, a Administração Regional de Sobradinho II, a Secretaria de Gestão do Território e Habitação (SEGETH) e a Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP). O GT1 optou por não se formalizar, e que o IBRAM e o APCE definiriam uma proposta para ser avaliada pelos outros membros, quanto às interferências fundiárias e ao projeto de urbanismo da região.

O grupo APCE apresentou para o IBRAM uma proposta de poligonal expandida, que incluía as outras nascentes e córregos tributários do Ribeirão Sobradinho, presentes nas RAs Sobradinho e Sobradinho II. A proposta criava um corredor ecológico com a Reserva Biológica da Contagem através do córrego Paranoazinho e de uma área particular fronteira à REBIO. O GT1 aprimorou a proposta definindo de zonas de uso comunitário, na concepção de um parque linear ao longo da zona urbana do Ribeirão Sobradinho.

Paralelo ao trabalho do GT1, o grupo APCE e a UPSA iniciaram parceria para recriar o parque e tentar construir uma proposta conjunta, porém não houve consenso quanto a melhor

alternativa de tipo de UCs para a região. Com intuito de reafirmar os interesses do grupo APCE, que estava alinhado com o trabalho do GT 1, diante da pressão exercida pela empresa urbanizadora, o APCE consolidou a proposta de um Mosaico de UCs para Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho (Figura 2).

A proposta continha três diferentes alternativas de poligonal e categorias de UCs, e representou a consolidação dos interesses colhidos na comunidade durante o ano de 2015 e 2016, com os estudos do GT1. A proposta foi compartilhada via *e-mail* e encaminhada oficialmente para todos os atores governamentais envolvidos. Entretanto, a TERRACAP e SEGETH não deram continuidade aos encaminhamentos pactuados em reunião. Diante disso, o APCE adotou como estratégia formalizar a proposta nos órgãos governamentais, via Administração Regional de Sobradinho II.

Figura 2 - Proposta – Amigos do Parque Canela de Ema (março de 2016)



O Mosaico de Sobradinho objetiva consolidar áreas de lazer, turismo e integração regional, compatibilizadas com a preservação da natureza e a recuperação das águas do Ribeirão Sobradinho. Ele é composto por três unidades de conservação: o Parque Ecológico dos Jequitibás, já

consolidado em Sobradinho; o Parque Distrital Canela de Ema, com a identidade de Sobradinho II e a REVIS Ribeirão Sobradinho interligando toda a área de preservação permanente da zona urbana, do ribeirão. A REVIS incorpora três parques não implementados da região: o Parque Centro de Lazer Cultura Viva, o Parque Ecológico e o Parque Vivencial e o Recreativo Sobradinho II.

A proposta também foi encaminhada para o Conselho da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central (APA PC), UC federal gerenciada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Com essa estratégia foi possível incluí-la na pauta da 58ª reunião do Conselho APA PC. Essa pauta foi facilmente acolhida, pois a criação e gerenciamento de novas UCs é uma das atribuições do conselho e a área do parque está dentro da Zona de Refúgio da Vida Silvestre da APA PC.

Na reunião da 58ª reunião do Conselho APA PC, o APCE pediu apoio e uma moção para a proposta do Mosaico. A UPSA esteve presente e rebateu a proposta do grupo, causando divergências no conselho. Os conselheiros se ofereceram para mediar um próximo encontro, com a presença do IBRAM, que naquela ocasião não estava presente. Diante desse encaminhamento do Conselho da APA PC formou-se o GT 2, que realizou três oficinas técnicas no IBRAM. Esse GT caracteriza a “comunidade política”, como também uma “comunidade epistêmica”, por causa do perfil dos Conselheiros.

O GT 2 concluiu que seria necessário realizar estudos ambientais para subsidiar a definição da proposta do parque, seguindo o rito ideal de criação de uma UC. A Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF (ADASA), que já dispunha de recurso para a realização de um diagnóstico ambiental para o Ribeirão Sobradinho, oportunizou a redefinição do objeto da contratação, contemplando a proposta de poligonal discutida no GT 2. Foi acordado que o termo de referência para o diagnóstico seria elaborado pelo IBRAM e pela ADASA, e que o GT 2 acompanharia a realização dos estudos e faria um levantamento das demandas da região.

A 4ª oficina técnica do GT 2 agendada para o começo de agosto de 2016 foi cancelada pelo IBRAM, com o argumento da falta de equipe técnica, e de que teria que esperar o resultado do diagnóstico ambiental para continuar os trabalhos. Assim, suspendeu a formalização do GT e as atividades em campo. Este fato levou o APCE e a Administração Regional de Sobradinho II a procurar ajuda na SEMA para não interromper às atividades do GT 2. Na época, o gestor que apoiava a recategorização do Parque Canela de Ema no IBRAM, havia sido transferido para a SEMA, e propôs a criação do GT no âmbito daquela secretaria, constituindo o terceiro GT.

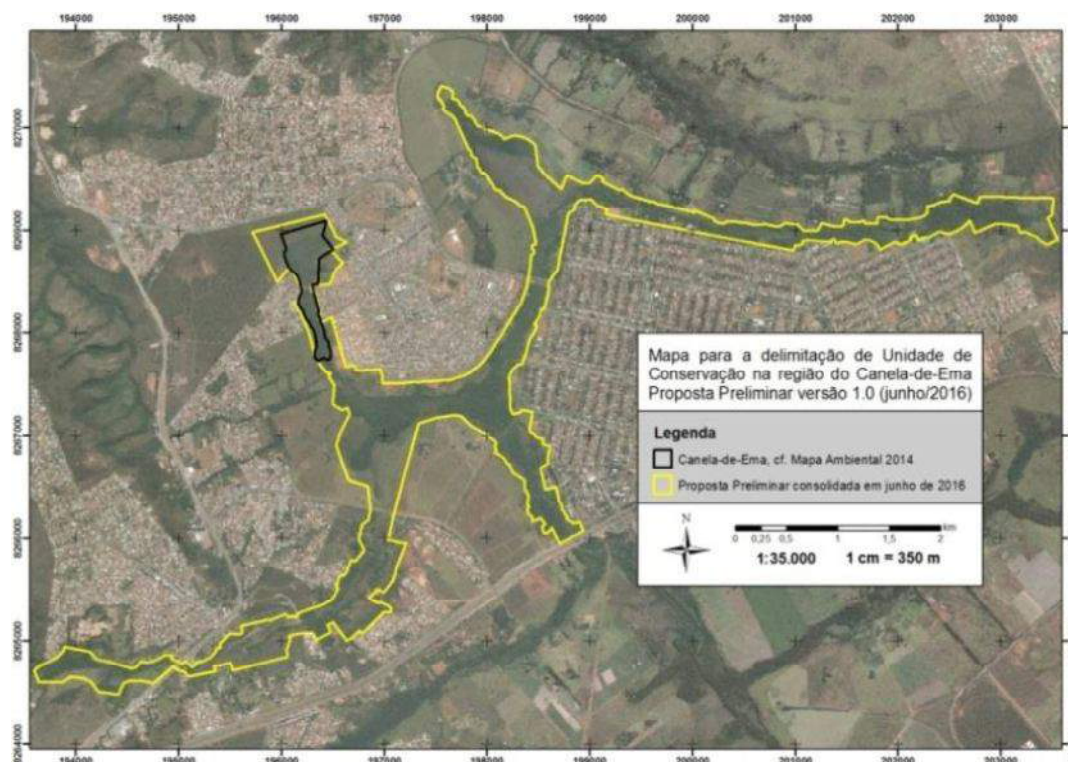
O GT Mosaico Sobradinho¹¹ instituído para criação do mosaico de unidades de conservação dos tributários do córrego Sobradinho, de caráter interinstitucional, era constituído por: SEMA, IBRAM, Administração Regional de Sobradinho, Administração Regional de Sobradinho II, Associação Amigos do Parque Canela de Ema e Associação SOS Ribeirão.

A portaria não incluiu outras instituições que vinham participando dos trabalhos, o que gerou descontentamento e desacordo político. A ADASA, que ficou de fora, ameaçou suspender a contratação do diagnóstico ambiental. Para contornar essa indisposição entre SEMA e ADASA, o secretário de meio ambiente decidiu revogar a portaria após um mês de ter sido publicada¹².

O grupo APCE, sem mais espaço para atuar com o executivo e preocupado com a possível morosidade do resultado do diagnóstico ambiental, retomou sua primeira alternativa e apresentou uma minuta de projeto de decreto de lei para a criação do Parque Canela de Ema. Uma cópia foi protocolada na SEMA e outra entregue pessoalmente ao governador, em dezembro de 2016.

Em janeiro de 2017, a ADASA abriu a licitação do Diagnóstico Ambiental do Ribeirão Sobradinho via pregão eletrônico (Pregão nº 18/2016)¹³, que foi concluída em maio de 2017. O diagnóstico tinha como objeto a proposta de poligonal para a criação da Unidade de Conservação Canela de Ema (Figura 3).

Figura 3 - Proposta Objeto do Diagnóstico Ambiental (junho 2016)

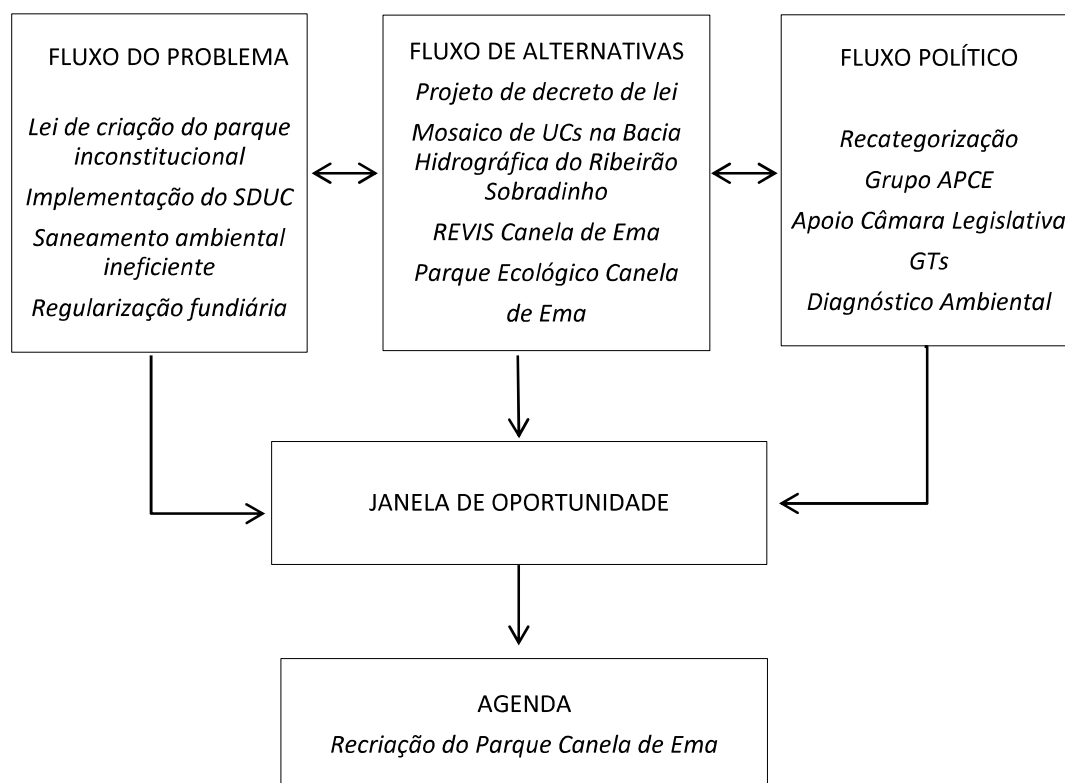


O deputado Wasny de Roure e a Deputada Celina Leão realizaram em março de 2017 uma audiência pública sobre o Parque Canela de Ema. Naquela ocasião, o APCE, que compunha a mesa com o diretor da ADASA, a presidenta do IBRAM, e com os administradores de Sobradinho e Sobradinho II, solicitou à ADASA a recriação do GT para poder acompanhar e participar da realização do diagnóstico ambiental. O pedido foi acatado, mas não teve prosseguimento. A ADASA chegou a realizar uma reunião para instituir o GT, onde apresentou um termo de cooperação técnica, entretanto não deu continuidade a demanda. O diagnóstico está sendo realizado sem a participação da comunidade e de outros atores interessados.

Os fatores que levaram à formação da agenda da recriação do Parque Canela de Ema, descritos pelo modelo de múltiplos fluxos de Kingdon estão sintetizadas na figura 4.

Figura 4 – Formação da Agenda Parque Canela de Ema

Elaboração própria com base em Capella¹⁴



Atores

Um dos aspectos fundamentais para entender o processo de determinação da agenda, é a atuação dos atores na arena política. Esses atores, chamados por Kingdon de “empreendedores políticos” são responsáveis por fazer a ligação entre os fluxos para a abertura da “janela de oportunidade”. Esses atores estão dispostos a investir recursos como tempo, energia e dinheiro para promover uma ideia e influenciar o processo de formulação de políticas, unindo soluções a problemas¹⁴.

Eles estão no governo (Poder Executivo, ocupando altos postos ou em funções burocráticas; no Congresso, sejam parlamentares ou assessores), ou fora dele (em grupos de interesse, na comunidade acadêmica, na mídia). São movidos por interesses ideológicos e promoção de valores que lhes são caros até a busca por benefícios materiais ou uma maior importância na esfera de poder. Assim, os “empreendedores de política” desempenham um papel fundamental para manter a

“janela de oportunidade aberta” até que a agenda leve a fase de tomada de decisão. Os principais atores identificados para na arena do Parque Canela de Ema, seus interesses e preferências para a política do parque são apresentados na tabela 1.

Tabela 1 Atores da arena política Parque Canela de Ema

Atores	Interesses/ Expectativas	Preferências/ Alternativas
Comunidade (APCE)	Desenvolvimento sustentável local Mosaico de UCs Recuperar o Ribeirão Sobradinho Áreas de lazer e uso comunitário Turismo para geração de emprego e renda Regularização Fundiária Saneamento ambiental	Parque Distrital Canela de Ema REVIS Ribeirão Sobradinho
GDF (IBRAM/ SEMA)	Regulamentar o SDUC Compartilhar a gestão das UCs Utilizar recursos de compensação ambiental	REVIS Canela de Ema
Urbanizadora (UPSA)	Regularização fundiária Licenciamento ambiental Recurso de compensação ambiental	Parque Ecológico Canela de Ema Parque linear urbano do Paranoazinho

Discussão

O presente estudo, tendo como referência teórica o modelo de Múltiplos Fluxos e o conceito de Políticas Públicas Saudáveis, procurou analisar a influência da participação comunitária na formação da agenda da recriação do Parque Canela de Ema. Diante da análise dos três fluxos do modelo, é possível afirmar que a arena política levou a uma “janela de oportunidade”, que permitiu a inserção da questão da recriação do Parque Canela de Ema na agenda do governo local. A participação comunitária foi decisiva para a formação da agenda e inclusão de seus interesses nas propostas para a política do parque.

No fluxo do problema a mobilização prévia dos atores locais que formaram o grupo APCE, facilitou sua participação comunitária no fluxo político. Essa participação, com seus desafios e limitações, propiciou o aprendizado técnico dos atores da comunidade levando-os a materializar

suas demandas e expectativas em propostas de política pública para o Parque Canela de Ema. O grupo APCE pode ser interpretado, como sendo também uma “comunidade política”, como uma “comunidade de aprendizagem”¹⁵.

A incorporação dos interesses da comunidade nas alternativas para a política do parque pode ser comprovada pela formulação da proposta do Mosaico de Unidades de Conservação para a região apresentada pelo APCE, que induziu a realização de estudos ambientais para a viabilidade da proposta. A busca de uma solução para o Parque Canela de Ema evoluiu para a oportunidade de resolver os problemas dos outros parques da região, que também só existiam no papel.

O papel da comunidade local foi determinante para a agregação de diferentes atores na arena. Isso pode ser inferido pelos resultados da articulação com o ICMBio, que culminou com a formação do GT 2. No fluxo da política, ficou evidente o impacto que as mudanças de gestão causam na formação da agenda. A mudança do gestor de áreas protegidas do IBRAM, levou ao término do GT 2, pois a nova gestão não priorizou o trabalho em desenvolvimento. Esse fato pode ser entendido como o fim da “comunidade política” que tinha a maior representatividade de atores, órgãos e instituições distritais e federais dedicados à recriação do parque Canela de Ema até aquele momento.

Diante dos fatos, restou comprovado que a formalização de intenções e ações que envolvem a participação comunitária e o governo precisa ser efetiva, para evitar que questões ligadas à mudança de gestores ou de técnicos inviabilizem o processo democrático. Dessa forma, entende-se que a participação dos atores locais foi inibida pela incapacidade dos órgãos trabalharem de forma intersetorial e intrasetorial.

Os conflitos de interesse entre o grupo APCE e a UPSA revelaram alguns desafios na realização de trabalhos em cooperação, ligados à disparidade de capacidade técnica e de acesso a informação, além do poder de barganha, por ser o maior proprietário de terras na região de

Sobradinho II. Apesar de esses atores terem o objetivo em comum de recriar o parque Canela de Ema, a APCE estava focada nos interesses sociais, enquanto a UPSA desenvolvia estratégias visando o sucesso financeiro de seus empreendimentos imobiliários na região.

Com isso, infere-se que a participação comunitária na arena política é frágil frente à influência de outros atores com maior poder econômico, cultural e político. Isso também fica claro na dificuldade dos órgãos governamentais em trabalhar de forma cooperativa com a comunidade. O estudo sugere a necessidade de qualificar a participação política da comunidade, para que ela seja efetiva, permitindo assim a construção de políticas públicas saudáveis.

Colaboradores

Ana Schramm trabalhou na concepção, coleta de dados, análise e redação, e André Luiz Dutra Fenner participou na revisão crítica.

Referências

¹ Kingdon, J. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 3. Ed. New York: Harper Collins. 2003.

² Buss, PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro. 2000;5(1):163-77.

³ Pinto, ICDM. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. *Revista Políticas Públicas*. 2008;12(1):27-62. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3832/1960>. Acesso em: 10/11/2016

⁴ Frey K. Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. *Planejamento e Políticas Públicas*, nº 21, junho de 2000.

⁵ Governo do Distrito Federal. Sistema Distrital de Unidades de Conservação. Lei complementar nº 827, de 22 de julho de 2010. *Diário Oficial Distrito Federal* nº 141, de 23/7/10 – Págs. 1 a 5. 2010.

⁶ Marques AAB. As unidades de conservação e os parques: desafios para a conservação da natureza no Distrito Federal. Assessoria Legislativa. Câmara Legislativa do Distrito Federal. *Textos para Discussão* nº 7. 2015. Disponível em: <http://biblioteca.cl.df.gov.br/dspace/handle/123456789/1695>. Acesso em: 10/01/2016.

⁷ Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Disponível em: http://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/component/adi/?act=visualizar_processo&id=503 Acesso em: 06/08/2015.

⁸ Governo do Distrito Federal. Instituto Brasília Ambiental. Superintendência de Áreas Protegidas. Parecer da Recategorização de Unidades de Conservação. Disponível em: <http://www.ibram.df.gov.br/images/Arquivos%20site/1.Parecer%20Final%20Recategorizacao.pdf>. Acesso em: 20/08/2016.

⁹ Romanini MGRR. Para Entender Políticas Públicas. Unidade VII Teorias e Modelos de Análises Contemporâneas de Políticas Públicas. Instituto de Gestão Econômica e Política. Disponível em: http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_06.pdf. Acesso em: 29/09/2017.

¹⁰ Governo do Distrito Federal. Instituto Brasília Ambiental. Coordenação de Unidades de Conservação. Respostas à Consulta Pública. Disponível em: <http://www.ibram.df.gov.br/images/IT%20consulta%20externa%20Recategoriza%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 17/03/2016.

¹¹ Governo do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal. Portaria nº 79 de 7 de outubro de 2016. Sessão I, p. 26. Brasília. 2016.

¹² Governo do Distrito Federal. Diário Oficial do Distrito Federal. Portaria nº 87, de 10 de novembro de 2016. Seção I p. 15. Brasília. 2016.

¹³ Governo do Distrito Federal. Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal. Diagnóstico Ambiental. Pregão Eletrônico nº 18/2016. Disponível em: http://www.adasa.df.gov.br/images/pdf/28_12_2016/edital_pregao_sobradinho_18.pdf. Acesso em: 20/01/2017.

¹⁴ CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais*, v. 61, p. 25-53, 2006. Disponível em: https://perguntasapo.files.wordpress.com/2012/02/capella_2006_perspectivas-tec3b3ricas-sobre-o-processo-de-formulac3a7c3a3o-de-polc3adticas-pc3bpublicas.pdf. Acesso em: 02/10/2017.

¹⁵ Fernandes, J.A.S.N. Modelo Urubici de Governança da Água e do Território: Uma Tecnologia Social a Serviço do Desenvolvimento Sustentável Local Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/93870/284765.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 03/02/2016.



Resposta a Consulta Pública Online sobre o processo de Recategorização dos Parques do DF

Sumário

1. Introdução	1
2. Histórico das ações em prol do parque	2
3. O grupo Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema	2
4. Ações realizadas neste ano	3
4.1 Reuniões de planejamento	3
4.2 Ocupação e mobilização (Caiaques, visitas, caminhadas)	7
4.3 1º Encontro dos Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema	9
4.4 Seminário dos Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema	11
5. Diagnóstico ambiental Parque Ecológico Recreativo Canela de Ema e Parque Centro de Lazer e Cultura Viva	13
6. Proposta de recategorização	17
a. Categoria	17
b. Poligonal	18
c. Plano de manejo	19
d. Proposta de implantação do ecoturismo como fonte de sustentabilidade para o Parque Canela de Ema e região	20
7. Considerações finais	22

1. Introdução

A implementação do Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema criado em 1997, e do Parque de Uso Múltiplo Centro de Lazer e Cultura Viva, criado em 2007, há muitos anos é esperada pela comunidade de Sobradinho, que reivindica melhores condições para usufruir dos benefícios que estas áreas oferecem. Visando garantir a destinação adequada dessas áreas, compatibilizando a legislação vigente com as necessidades e interesses da comunidade, foi realizada uma ampla mobilização na região que resultou neste documento para responder a



Consulta Pública da Recategorização dos Parques do DF. O documento apresenta um histórico da luta em prol dos parques, especialmente do Parque Canela de Ema, o contexto atual destas áreas e as propostas da comunidade sobre a Recategorização.

2. Histórico das ações em prol do parque

Ao longo dos últimos dez anos diversas iniciativas de uso foram ensejadas para o parque, tanto pela comunidade quanto por instituições governamentais. Destacam-se o trabalho que vem sendo realizado pelo Centro de Ensino Fundamental nº 8, localizado ao lado do parque, através do trabalho da direção e de alguns professores do laboratório de atividades ambientais. O projeto de revitalização e conservação do Ribeirão Sobradinho, através do movimento popular SOSRIBEIRÃO, com a criação do Centro de Atividades Socioambientais na Casa do Ribeirão. O projeto de Formação e Capacitação de Lideranças do Buritizinho, no âmbito do projeto “Rumo à Cidade Saudável”, e Ciclo de Mobilização da Comunidade da Vila Buritizinho para empoderamento da comunidade que vive no em torno do parque em situação precária, ambos em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Brasília e Jardim Botânico de Brasília - JBB. Ressalta-se ainda o Concurso Público Nacional de Estudos Preliminares de Arquitetura e Paisagismo para o Parque Canela de Ema, promovido pela Secretaria de Habitação Regulação e Desenvolvimento Urbano - SEDHAB, porém o projeto apresentado para o parque não teve resultados satisfatórios que justifica-se sua indicação como premiado.

3. O grupo Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema

O Grupo Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema nasceu a partir das articulações feitas durante reunião da Rede Serrana, ocorrida no dia 28 de maio de 2015, que possibilitou o encontro de diversos atores sociais, ligados a instituições da saúde, educação, cultura, sociedade civil, etc, interessados pela luta em prol do parque. Após esse encontro estes atores reuniram-se na



Administração Regional de Sobradinho II, onde se reconheceram enquanto grupo, se intitulando Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema e a partir daí passou a desenvolver diversas estratégias e ações de mobilização, ocupação e monitoramento ambiental para implementação do parque.

O grupo atualmente é composto por representantes das Administrações Regionais de Sobradinho II, Sobradinho e Fercal; lideranças comunitárias; representantes do Fórum Social de Sobradinho; representantes da Rede Serrana; representantes do GT SOS Ribeirão Sobradinho, ONGs e representantes da comunidade local. O grupo recebe apoio da CLDF (Câmara Legislativa do Distrito Federal) por meio da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Região Norte do DF.

4. Ações realizadas neste ano

4.1 Reuniões de planejamento

-Dia 28 de maio de 2015, pauta da Reunião da Rede Serrana. Retomar ações em prol do parque, projeto Cidades Saudáveis. ADIN contra lei de criação do Parque. Vários projetos da comunidade. Atuação CEF 8, turismo ecológico e histórico (Estrada Real Goyazes e Coluna Prestes). Não tem Promotoria de Meio Ambiente em Sobradinho. Ação no Parque com a comunidade para mobilização e apelo à mídia. Deputados locais interessados na pauta.





-Dia 03/06/2015, fizemos a primeira reunião na Administração Regional de Sobradinho II, onde os participantes compartilharam suas expectativas e projetos desenvolvidos sobre o parque. Encaminharam uma série de estratégias para implementação do parque. Pactuaram o nome do grupo e os princípios que nos norteariam. A primeira ação de mobilização seria uma caminhada pelo parque intitulada de 1º Encontro dos Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema.

Existe uma enorme demanda da região por espaços de lazer e prática de esportes. Vale ressaltar o importantíssimo trabalho que vem sendo realizado pelo professor Ivacy e professor Raimundo para revitalização do Ribeirão Sobradinho. Será solicitada audiência pública para o IBRAM com a finalidade de elaborar proposta de projeto de lei para criação do parque para anular efeito da ADIN. Foi sugerida uma mobilização social para a realização da caminhada no parque no dia 27/06: 1º Encontro dos Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema. Convocar a comunidade, instituições, pesquisadores, entidades para a ação. Celina Leão, Dr. Michel e Ricardo Vale com a participação das Administrações Regionais de Sobradinho e Sobradinho II irão apoiar.

-Realizamos uma série de reuniões (11/6, 19/6, 23/6, 26/6) para planejamento, produção e mobilização do 1º Encontro, além de outras ações no parque, entre visitas técnicas e ações de limpeza e ocupação.



-Dia 01/07/2015 reunimos na administração para avaliar 1º Encontro e definir agenda de ações. A caminhada foi um sucesso, a comunidade está com sentimento de pertencimento. Recolhemos 87 assinaturas no abaixo assinado para implementação do parque, porém mais de 150 pessoas participaram do



evento. Os caiaques ficarão disponíveis gratuitamente para comunidade, todos os dias das 9h as 18h. Desde a caminhada o parque está sendo mais utilizado, principalmente por pescadores que identificam espécies como tilápia e traíra. Espécies exóticas introduzidas que possivelmente estão causando perda da biodiversidade na lagoa. Urgente acionar órgãos competentes para o problema da vala do cemitério que cai diretamente na lagoa, as águas pluviais, esgotos clandestinos e focos de dengue. Refazer a ponte que corta a córrego Paranozinho, projeto com bloquetes de concreto e canaletas. Unir forças com a administração de Sobradinho extendendo nossas ações ao Ribeirão Sobradinho. Reativar a Casa do Ribeirão. Administrador de Sobradinho II esteve com a diretora do IBRAM, que está disposta a ajudar. A deputada Celina Leão liberou meio milhão, em emenda de infraestrutura para o parque. Organizar planilha de ações com as seguintes frentes de trabalho: educação ambiental, ocupação, saneamento, limpeza e projetos. Buscar apoio da CAESB e UNB para avaliar a água e biota.

-Dia 07/07/2015 reunião no Parque – deck lagoa. Definiu-se o GT Seminário para construir proposta Projeto de Lei que cria o Parque, para anular objeto da ADIN e termo de referencia para implementação do parque.



-Dia 10/07/2015 foi realizada reunião na Administração Regional de Sobradinho II, na qual os membros do Grupo Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema desenvolveram uma proposta inicial de uma poligonal que tivesse potencial de atender os usos pretendidos.



-Dia 14/07/2015 reunião na Rádio Comunitária com GT Seminário. A primeira proposta do seminário seria para elaborar termo de referência para implementação do parque e minuta de projeto de lei de criação do parque, para anular objeto da ADIN. Com estes documentos pediríamos uma audiência pública junto ao IBRAM. A abertura da Consulta Pública Online do processo de recategorização dos parques do DF redefiniu o objetivo do seminário.



-Dia 15/07/2015 visita técnica com integrantes da Rede Serrana, para verificar possibilidade para realizar duas ações de ocupação lá: a reunião mensal da Rede Serrana e o roteiro para o Grupo de Caminhadas de Brasília.

-Dia 27/07/2015 Reunião com diretor do Jardim Botânico de Brasília - JBB e Fiocruz Brasília com intuito de ver possíveis projetos em conjunto com o Centro de Excelência do Cerrado. Membros do grupo, inclusive a Administração de Sobradinho II estiveram presentes. O JBB poderá disponibilizou-se para fazer



levantamento florístico e um PRAD para o parque. Ofereceu bolsas para grupos nos cursos que eles promovem de viveirista, permacultura. Abertura para desenvolver projetos de pesquisa em parceria com a Fiocruz para qualificação comunitária. A Administração Regional de Sobradinho II enviou ofícios ao JBB para viabilizar elaboração de PRAD e levantamento florístico.



-Dia 11/08/2015. Reunião Seminário. Nesse encontro foram acertados os detalhes do seminário bem como a elaboração de questionamentos sobre a recategorização e estratégias de mobilização para participação da comunidade.

4.2 Ocupação e mobilização (Caiaques, visitas, caminhadas)

- Ações de limpeza da lagoa e estrutura de acesso para caiaques.
- Aluguel de caiaques gratuitos para comunidade durante aproximadamente um mês até a polícia proibir o uso. Foram realizados 127 passeios de caiaque pela lagoa.
- Mobilização comunitária junto aos moradores do entorno da lagoa e usuários do parque, pescadores.
- A Administração Regional de Sobradinho II disponibilizou uma pá-carregadeira, 03 reeducandos da FUNAP (Fundo de Apoio ao Preso - SEJUS) e dois caminhões toco-basculante para a realização de limpeza semanal, passando a fazer parte da rotina de limpeza de áreas públicas na RA-XXVI.



- **Dia 01/8/2015.** Caminhada do Grupo de Caminhadas de Brasília. Dia de caminhada simultânea em vários parques do Distrito Federal, do Grupo de Caminhadas de Brasília. A trilha começava pelo Parque Canela de Ema e seguia para a Serra da Contagem, para as cachoeiras do Basevi e Quebrada dos Deuses. De cima da Serra observou-se a contiguidade entre a poligonal ampliada pela proposta recategorização do Parque Canela de Ema e a poligonal da Reserva Biológica da Contagem. Essa parte da poligonal, área sub judicis da Urbanizadora Paranoazinho e Ulbrás, com perceptível potencial para implantação de corredor ecológico, dessa forma ressaltamos a importância da inclusão desta área. O que oportuniza também novas zonas possíveis para uso comunitário.

Dia da Caminhada
01/08/2015
Às 8h30min em vários
Parques da Cidade

Detalhes no evento na Página do Grupo de Caminhadas no Facebook.
Locais e Wtsp para contato:
1. JARDIM BOTÂNICO Wtsp: 99646237
2. TAGUAPARK Wtsp: 82072578
3. Pq OLHOS D'ÁGUA Wtsp: 98257136
4. Pq do CORTADO (Tagua Norte) Wtsp: 86127807
5. FLOIA (BR 070) Wtsp: 99955455
6. Pq ÁGUAS CLARAS Wtsp: 85373768
7. Pq da CIDADE Wtsp: 9902-5750
8. Pq CANELA de EMA (Sobradinho II) Wtsp: 92387484

- Importante que conheçam suas condições para a caminhada e se preparem com vestuário adequado, água e alimentos leves.
- Após as Caminhadas, a partir das 12h, almoço e confraternização no Churrasquinho da Rosa, Cruzeiro Novo.
- Sejam todos muito bem vindos! Compartilhe com seus amigos!

GRUPO DE CAMINHADAS BRASÍLIA



- **Dia 20/08/2015.** Caminhada percorrendo a poligonal proposta pelo IBRAM para ver possibilidades de uso e ocupação, adequação poligonal e impactos ambientais. Foi verificada a necessidade de formalizar reclamação sobre a poluição, degradação ambiental e problemas de saúde pública durante a caminhada no parque. Desta caminhada foi elaborada carta de denúncia a ser entregue a PRODEMA.



4.3 1º Encontro dos Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema

O 1º Encontro dos Amigos e Amigas dos Parque Canela de Ema, ocorreu no dia **27/07/2015**, no período matutino conforme programação. Foi uma caminhada com intuito de sensibilizar e mobilizar a comunidade de Sobradinho e DF pela urgência na preservação do parque. A caminhada teve como ponto de partida e retorno o ginásio de esportes de Sobradinho II, passando pelo centro de comercial e rodeando a Lagoa Canela de Ema. Durante a caminhada, ocorreu uma feira de artesanato de materiais reciclados no espaço do ginásio e passeios de caiaque e stand up paddle na lagoa. O evento contou com a participação de aproximadamente 150 pessoas, dentre moradores da região, administrações, associações, escoteiros, ciganos, Movimento dos Sem Terra, Fórum Social de Sobradinho, etc.



CONVITE
1º ENCONTRO DOS AMIGOS DO PARQUE CANELA DE EMA
SÁBADO DIA 27/6 às 8 horas

VOCE É NOSSO CONVIDADO ESPECIAL.
CONCENTRAÇÃO EM FRENTE AO GINÁSIO DE ESPORTE DE SOBRADINHO II, NA AR-3
DESDE JÁ AGRADECEMOS SUA VALIOSA PRESENÇA

AMIGOS DO PARQUE

O PARQUE CANELA DE EMA É NOSSO! JUNTOS PODEMOS SALVA-LO!

CAMINHADA COM VISITA AO PARQUE IMPLANTAÇÃO JÁ!

CANELA DE EMA





4.4 Seminário dos Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema

Os Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema realizaram no dia 15 de agosto de 2015, no CEF – 08, Sobradinho II um seminário para debater com a comunidade e instituições afins sobre os desafios e potencialidades do parque. O seminário teve o intuito de colher sugestões e opiniões sobre a proposta de recategorização apresentada pelo IBRAM para consolidar o documento em resposta à consulta pública que refletisse os anseios da comunidade. O Seminário contou com os seguintes painéis: Preservação e Recuperação (Miguel - Funatura); Unidades de Conservação do DF (Marcela Versiane - IBRAM); Plano de Uso – Urbanismo e Impactos Ambientais (Rodolfo - Adm Regional de Sobradinho II), Contexto Ambiental (Raimundo) e Ecoturismo fonte gerador de emprego, renda e lazer para região (Jarbas Chagas. Turismólogo).

Participaram 17 (dezessete) pessoas com representantes do IBRAM, comunidade, pesquisadores, Administração Regional de Sobradinho,



Administração Regional de Sobradinho II, FUNATURA, Fórum Social de Sobradinho e Clube dos Escoteiros.

A análise da discussão gerada pelos painéis apresentados resultou em uma série de propostas e conclusões a cerca do processo de recategorização e sobre a implementação do parque, que possibilitou a consolidação das propostas presentes neste documento.





5. Diagnóstico ambiental Parque Ecológico Recreativo Canela de Ema e Parque Centro de Lazer e Cultura Viva

Os dois parques vêm sofrendo muito nas últimas décadas, devido à ocupação irregular do solo no seu entorno, ao desmatamento, a queimadas, a deposição irregular de lixo e entulho, poluição e contaminação, de córregos e de nascentes por meio do despejo de esgoto sem tratamento, uso de agrotóxicos entre outros impactos ambientais.

Para agravar ainda mais este quadro de degradação o necrochorume produzido no cemitério local – sob a gestão da empresa Campo da Boa Esperança Serviços Ltda está sendo diretamente despejado na Lagoa que dá nome ao Parque. Existem estudos que analisam o risco de contaminação dos cemitérios, provando que a decomposição cadavérica pode comprometer a qualidade do solo e das águas subterrâneas, causando alterações físicas químicas e biológicas, além de tornar o ambiente propício a disseminação de doenças infectocontagiosas. Nesse sentido, o Grupo dos Amigos e Amigas do Parque Canela de Ema entrará com representação junto à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Cultural - PRODEMA.

Conforme imagens observar-se invasões, lixo e entulho espalhado por toda extensão do Centro de Lazer e Cultura Viva Sobradinho, iniciando pela quadra 1 entre Sobradinho e Sobradinho II até o Condomínio Buritizinho.



Além da enorme quantidade de lixo e entulho espalhados por toda parte também as queimadas consome a vegetação prejudicando a flora e a fauna afugentando os animais e aves do seu habitat. A poluição e a contaminação do Córrego Ribeirão é visível a olho nu uma maldade contra a natureza, uma mata



nativa com raras espécies como açazeiros, buritis, além disso, nascentes contaminadas no solo hidromórfico as margens do Ribeirão pisoteado pelos seus predadores. Os caminhões pipas aproveitam a água cristalina que jorra abundantemente desaguando no Ribeirão, segundo informações esta água vem diretamente de um dos reservatórios da Caesb.

Nas imediações do Condomínio Buritizinho é visível a contaminação do pântano irrigado por esgoto contaminando as nascentes prejudicando a vegetação nativa, além disso, há muitos invasores ao longo da margem entre Sobradinho I e Sobradinho II, com maior evidencia próximo ao chão de flores até chegar aos fundos do Condomínio Buritizinho, também há invasões próximo a APAE Sobradinho.



A situação dos invasores que vivem próximo ao seu leito é de extrema vulnerabilidade, sem educação sanitária princípios básicos para saúde. Convivem com o acúmulo de lixo e entulho oferecendo riscos para a saúde, como exemplo a proliferação de ratos, Mosquito Palha, *Aedes aegypti* hospedeiros da leptospirose, dengue, febre amarela, leishmaniose, entre outras doenças causadas por falta de saneamento básico higiene e desequilíbrio ecológico. Da



mesma forma os moradores do Buritizinho convivem com a falta de saneamento básico.

Além disso, as quadras residenciais em frente ao Ribeirão Sobradinho diariamente convivem com o mau cheiro do esgoto oriundo da ETE quadra 1, tendo sua capacidade esgotada devido ao inchaço populacional ao longo dos anos. Entende-se que atualmente o Ribeirão Sobradinho serve apenas para receber a grande descarga de esgoto oriundos da ETE e de alguns moradores a margem do Ribeirão.

De acordo com o diagnóstico realizado, se faz necessário adotar medidas imediatas para ajudar salvar a fauna, a flora e as nascentes. Entretanto, para salvá-lo propõe - se cercar a área verde iniciando pela quadra 1 passando pelo chão de flores seguindo a margem do Ribeirão até as proximidades do condomínio Buritizinho Sobradinho II. Investir em ETE, fiscalizar e notificar possíveis irregularidades junto CAESB, conscientizar a comunidade e informar aos órgãos públicos sobre a importância de preservar o meio Ambiente e as irregularidades, informar a Vigilância Sanitária sobre os impactos negativos e possíveis riscos para saúde da população, falta de saneamento básico e possíveis epidemias.

É dever do Estado e da coletividade preservar o meio Ambiente, de acordo com a Lei da Constituição Federal art. 225 assegura o direito de um meio ambiente sadio e com qualidade de vida, é crime a violação deste direito. Assim será crime qualquer dano causado ao meio ambiente protegido pela Lei 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.

Lei 8080/90 | Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990:

“Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

“Art. 1º Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em



caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.

Art. 2º *A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.*

§ 1º *O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.*

O dever do Estado não exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade.”

Projeto RRP Moura

O projeto RRP Moura localiza-se em uma APP na quadra 01 Sobradinho próximo a ETE. O projeto RRP MOURA nasceu da própria iniciativa do senhor Antônio Moura o qual tem grande preocupação em preservar e revitalizar área que também serve como área de lazer para as crianças e moradores próximos a este espaço.

“ Este projeto iniciou-se em 22/03/1009, com a finalidade de revitalizar reciclar e preservar Áreas degradadas de nossa comunidade desfavorecida de apoio do Governo, venho desenvolvendo este projeto na intenção de abrir os olhos da nossa população em geral em prol do meio ambiente. “



6. Proposta de recategorização

a. Categoria

Entendemos a importância de realizar a recategorização do Parque Ecológico e Recreativo Canela de Ema Sobradinho II, criado pela Lei Distrital 1.400/1997. Sabemos que isso será fundamental para adequá-lo ao SNUC/SDUC, principalmente no que se refere à obtenção de recursos públicos para viabilizar a implantação e operação do parque.

A categoria REVIS (Refúgio da Vida Silvestre) sugerida pelo IBRAM também é considerada adequada pelo Grupo Amigas e Amigos do Parque Canela de Ema por levarmos em conta seus valiosos atributos ecológicos que compreendem uma vasta Área de Preservação Permanente, pelo córrego Paranoazinho e Ribeirão Sobradinho, o alto grau de vulnerabilidade ambiental da



Lagoa Canela de Ema e do Ribeirão Sobradinho e os impactos ambientais que vem sofrendo.

Entretanto, a mudança de uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável para uma de proteção integral, preocupa a comunidade no sentido da restrição do uso comunitário. Uma vez que a comunidade está praticamente dentro da APP do parque, e existe uma carência por espaços de lazer e esportes na região, acreditamos que a melhor forma de garantir a preservação da fauna e da flora do parque é incluir a comunidade na gestão e na utilização controlada dos seus atributos ambientais, definindo uma “zona tampão” e espaços de governança comunitária.

Sendo assim, nós sugerimos que seja estabelecido no ato de criação da Reserva da Vida Silvestre Canela de Ema:

- Zona de Amortecimento
- Conselho Consultivo Gestor e/ou Conselho Comunitário
- Gestão compartilhada da administração pública e comunidade local

b. Poligonal

- Incluir viveiro comunitário da Quadra 1 (projeto RRP Moura) de Sobradinho na poligonal da REVIS e as sete nascentes em processo de erosão na região onde existe solo hidromórfico a montante da ETE-Sobradinho.
- Adequar demais áreas com invasões e tensões urbanas.
- Evidenciamos a importância de acrescentar área da Ulbrás de cerrado típico, que margeia a rodovia DF 420, para ampliar as possibilidades de uso comunitário e formação de corredor ecológico com a Reserva Biológica da Contagem - REBIO Contagem, conforme previsto PDOT, 2009.



c. Plano de manejo

- Garantir que durante a elaboração do Plano de Manejo o Grupo de Amigas e Amigos do Parque Canela de Ema tenha participação efetiva nos trabalhos a serem desenvolvidos. Considerando de maneira significativa a socioeconomia, além dos fatores bióticos, abióticos, antrópicos a compatibilização da preservação com o uso sustentável tendo em vista a grande demanda reprimida por espaços de lazer para a comunidade e projetos de ecoturismo na região de Sobradinho II.
- Destinar recurso de compensação ambiental para cercamento imediato do parque e para o Plano de Manejo.
- Obra prioritária: ponte que margeia a lagoa atravessando o córrego Paranoazinho. Sugestão que a ponte receba o nome de “Ponte Real” em alusão a Estrada Real, se for confirmada a hipótese. A obra em questão necessita de estudos técnicos e ambientais que considerem a diminuição do perímetro da lagoa com o aumento da vazão da água, que atualmente está bloqueada pelo aterro feito para dar acesso aos condomínios.
- Incluir no plano de manejo zonas para explorar o ecoturismo. Convocar órgão e instituições competentes como Secretaria de Turismo, MTur e IPHAN para comprovar a hipótese da Estrada Real Goyases, Caminho do Ouro e Coluna Prestes.
- Projetos sociais comunitários de economia solidária e para o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.
- Incluir zonas para uso comunitário na área que acompanha a Avenida do Contorno de Sobradinho II, com ciclovia e outras estruturas de lazer e esportes.



d. Proposta de implantação do ecoturismo como fonte de sustentabilidade para o Parque Canela de Ema e região

A preocupação com os impactos decorrentes da intervenção do homem sobre o meio ambiente faz parte da história recente da sociedade moderna. Por essencial à manutenção da vida humana, a conservação e a proteção da natureza. Nessa perspectiva, salienta-se a exploração do ecoturismo, que se configura como o segmento da atividade turística, mais apropriado para as áreas naturais com biomas ameaçados, haja vista embasar-se nos princípios da conservação da natureza, tornando-se um importante instrumento de alcance da sustentabilidade. O Parque Canela de Ema distingue-se com significativa importância histórico-cultural e ambiental para a humanidade e configura-se como alternativa de desenvolvimento para a Cidade de Sobradinho II e região através do ecoturismo. Nesse sentido, temos o ecoturismo como atividade geradora de melhorias socioeconômicas, demonstrando um ótimo mecanismo indutor da melhoria na geração de emprego, renda e preservação ambiental. Todavia esse contexto ainda se apresenta como potencial, haja vista que tais propostas expressam mudança na forma de perceber a realidade da região, no sentido de não apreendê-la apenas como um lugar de falta, mas também de possibilidades, a fim de tornar o Parque canela de Ema um território de interação equilibrada entre natureza e cultura. Logo, esse cenário ressalta a necessidade de implementação de ações amparadas nos pressupostos do desenvolvimento sustentável. Por conseguinte, o Parque Canela de Ema apresenta-se uma forte vocação como atração de fluxos ecoturísticos para a região de Sobradinho, com a possibilidade de valorização do patrimônio cultural e natural. Neste cenário vale ressaltar a relevância de analisar o ecoturismo enquanto uma atividade geradora de melhorias econômicas e sociais para as comunidades locais e a disposição de preservação, mudando um conceito de parque que gera custo para o governo em um parque que gere receitas para o estado, além de vários benefícios à sociedade, trás sustentabilidade e desenvolvimento socioeconômico e cultural. Os recursos para implantação do ecoturismo no Parque Canela de emma poderão ser



captados através do FUNGETUR (Fundo Geral do Turismo) e do FCO (Fundo centro-oeste) do Mtur do governo federal.

Abordou-se através de pesquisas dos historiadores Deusdedith Alves Rocha Junior e Wilson Carlos Jardim Vieira Júnior; e o geógrafo Rafael Carvalho Cirqueira Cardoso, no livro *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*, que na região onde se encontra o Parque Canela de Ema, passaram a antiga estrada real. Hoje a estrada real é roteiro turístico nacional consolidado pelo Ministério do Turismo. **Com essa percepção podemos deixar em evidencia o aumento da vocação do Parque Canela de Ema para o ecoturismo e a necessidade de que a recategorização que será implantada contemple as possibilidades de implantação do ecoturismo como forma de sustentabilidade do Parque Canela de ema.**

Segundo a **OMT** (Organização Mundial do Turismo), Código Mundial de Ética do Turismo (1999, p.3), no artigo 3º, explicita as diretrizes da atividade como promotora da sustentabilidade:

1. O turismo, fator de desenvolvimento sustentável:
2. É dever de todos os agentes envolvidos no desenvolvimento turístico salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico sadio, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras.
3. Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível, a produção de dejetos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais.
4. Deve ser equacionada a distribuição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente a que resulta das licenças de férias e das férias escolares, e buscar-se um melhor equilíbrio na frequência, de forma a reduzir a pressão da atividade turística sobre o meio ambiente e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local.



5. As infraestruturas devem estar concebidas e as atividades turísticas programadas de forma a que seja protegido o patrimônio natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e da flora selvagens. Os agentes do desenvolvimento turístico, principalmente os profissionais, devem permitir que lhes sejam impostas limitações ou obstáculos às suas atividades quando elas sejam exercidas em zonas particularmente sensíveis: regiões desérticas, polares ou de altas montanhas, zonas costeiras, florestas tropicais ou zonas úmidas, propícias à criação de parques naturais ou reservas protegidas.

6. O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais se ajustem à capacidade de carga dos locais turísticos.

Nessa perspectiva, reconhece-se que a atividade ecoturística exige a participação efetiva da comunidade local, responsabilidade social, cultural e ecologia, interação com o turista, preocupação e comprometimento com a preservação do meio ambiente, no sentido de minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

7. Considerações finais

Diante de tudo o que foi exposto espera-se que a comunidade de Sobradinho seja ouvida e respondida neste processo de Recategorização. Que as propostas aqui apresentadas sejam consideradas na formulação do projeto de lei que criará a REVIS e nas futuras ações para sua implementação. Dessa forma, garantindo o direito à participação da comunidade na gestão das suas unidades de conservação.

Certos de podermos contar com a dedicação, comprometimento e competência deste órgão desde já agradecemos.



**PROPOSTA DE MOSAICO DE UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO
RIBEIRÃO SOBRADINHO**

Brasília, março de 2016.



Sumário

1. Apresentação.....	2
2. Amigos do Parque Canela de Ema (APCE)	2
3. Premissas do grupo	3
4. Objetivos da proposta	4
5. Propostas	5
5.1. Proposta 1 - REVIS Ribeirão Sobradinho e Parque Distrital Canela de Ema (poligonal menor)	5
5.2. Proposta 2 - REVIS Ribeirão Sobradinho e Parque Distrital Canela de Ema (poligonal maior) 6	
5.3. Proposta 3 - REVIS Ribeirão Sobradinho (poligonal maior) e Parque Distrital Canela de Ema	7
6. Justificativas.....	7
6.1. Parque Distrital Canela de Ema	7
6.2. O Refúgio da Vida Silvestre Ribeirão Sobradinho.....	10
7. Considerações finais	14

Lista de Figuras

Figura 1 Proposta REVIS RS e Parque Distrital Canela de Ema (poligonal menor).....	5
Figura 2 Proposta REVIS RS e Parque Distrital Canela de Ema (poligonal maior)	6
Figura 3 REVIS Ribeirão Sobradinho (poligonal maior) e Parque Distrital Canela de Ema.....	7
Figura 4 Proposta de Recategorização IBRAM (julho 2015).....	8
Figura 5 Zoneamento do Uso do solo. DIUR 2014.	9
Figura 6 Proposta grupo Amigos do Parque Canela de Ema (dezembro de 2015)	10
Figura 7 Conector ambiental Córrego do Paranoazinho	11
Figura 8 Proposta do grupo Amigos do Parque Canela de Ema (janeiro 2016)	11
Figura 9 Linhas de transporte público. DIUR 2014.....	13



1. Apresentação

Este documento apresenta as propostas de recategorização e criação de novas unidades de conservação para as administrações regionais de Sobradinho e Sobradinho II desenvolvidas pelo grupo Amigos do Parque Canela de Ema (sociedade civil organizada). As propostas foram desenvolvidas com base no SDUC e no DIUR 2014 da região, considerando ainda as discussões realizadas em sucessivas reuniões com a comunidade, interessados, IBRAM, SEGETH e TERRACAP. A proposta central é a criação de um Mosaico de Unidades de Conservação na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, composto pelo Refúgio da Vida Silvestre Ribeirão Sobradinho, o Parque Distrital Canela de Ema e o Parque Ecológico dos Jequitibás. O principal objetivo do grupo Amigos do Parque Canela de Ema (APCE) é consolidar áreas de lazer, turismo e integração social na região compatibilizadas com a preservação da natureza e recuperação das águas do Ribeirão Sobradinho.

2. Amigos do Parque Canela de Ema (APCE)

O grupo Amigos do Parque Canela de Ema nasceu a partir das articulações feitas na reunião da Rede Serrana – Rede Social de Sobradinho, ocorrida em maio de 2015, que possibilitou o encontro de diversos atores sociais, ligados a instituições da saúde, educação, cultura, meio ambiente, turismo, sociedade civil, etc, interessados na luta pela criação e implantação do parque. Após esse encontro, esses atores reuniram-se na Administração Regional de Sobradinho II, onde se reconheceram enquanto grupo, se intitulando Amigos do Parque Canela de Ema. A partir daí passou a desenvolver diversas estratégias e ações de mobilização, ocupação e monitoramento ambiental, como: caminhadas, seminário, reuniões, mutirões, participação em eventos da área ambiental e no processo de recategorização dos parques realizado pelo IBRAM.

O grupo atualmente é composto por representantes das Administrações Regionais de Sobradinho, Sobradinho II e Fercal; lideranças comunitárias; representantes do Fórum Social de Sobradinho; representantes da Rede Serrana; representantes do Associação SOS Ribeirão Sobradinho, ONGs e representantes da comunidade local. O grupo recebe apoio da CLDF (Câmara Legislativa do Distrito Federal) por meio da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento da Região Norte do DF.



3. Premissas do grupo

- a. Os parques de Sobradinho e Sobradinho II, com exceção do Parque dos Jequitibás, nunca foram implantados.
- b. O Ribeirão Sobradinho está situado dentro da malha urbana, sofrendo grande pressão antrópica advinda do crescimento desordenado e da ausência do poder público.
- c. O Ribeirão Sobradinho, suas nascentes e tributários sofrem graves impactos ambientais, apresentando um alto grau de degradação ambiental, oferecendo riscos à saúde da população do DF.
- d. O Ribeirão Sobradinho é o principal conector ambiental entre a REBIO Contagem, APA de Cafuringa e APA do Rio São Bartolomeu, e está inserido na APA do Planalto Central.
- e. A Lagoa Canela de Ema simboliza uma importante área para comunidade de Sobradinho II, pelo seu potencial de exploração do turismo histórico, ecológico e recreativo, acessibilidade e grande beleza cênica.
- f. A região destaca-se pela sua grande vocação para o turismo.
- g. A população da região Sobradinho I e II carece de equipamentos públicos, espaços culturais, de lazer e para prática de esportes.
- h. A comunidade da região Sobradinho I e II necessita de vias de acesso para os diferentes condomínios e regiões. Passeios, ciclovias, eco trilhas e sistemas viários para melhorar a mobilidade urbana e a integração da comunidade com as unidades de conservação.
- i. A comunidade que mora no entorno do Ribeirão Sobradinho, principalmente de Sobradinho II carece de infraestrutura urbana e saneamento básico.
- j. A comunidade que mora no entorno do Ribeirão Sobradinho, principalmente de Sobradinho II carece de emprego e renda.
- k. A comunidade que mora no entorno da Lagoa Canela de Ema aterrou a saída da lagoa para poder acessar o comércio local de Sobradinho II. Essa passagem está bloqueando o fluxo da água, aumentando o tamanho da lagoa e levando-a a perda de seus atributos ambientais.
- l. Solicitamos uma solução para o chorume do cemitério de Sobradinho II, que está sendo despejado diretamente na Lagoa Canela de Ema, que é uma nascente. Queremos o fim desse crime ambiental!



- m. A CAESB não consegue tratar 100% dos esgotos domésticos coletados, que são lançados no Ribeirão Sobradinho.
- n. Existem diversos pontos de lançamento de efluentes sem tratamento e deposição indevida de resíduos sólidos nas margens do Ribeirão Sobradinho.
- o. A comunidade da região Sobradinho I e II entende que precisa se apropriar das unidades de conservação e ser responsável pela sua preservação e gestão.
- p. Manter um canal de comunicação permanente e participativo com os órgãos e instituições governamentais ambientais responsáveis pela preservação, regulação e operação das unidades de conservação de Sobradinho e Sobradinho II e dos recursos hídricos do Ribeirão Sobradinho. (IBRAM, ICMBio, MMA, ANA, ADASA, CAESB, SEMA, NOVACAP, SLU, TERRACAP, SEGETH, MPDFT, APA do RSB, APA do PC, APA de CF e REBIO Contagem)
- q. Participar de eventos nacionais e regionais nas áreas de meio ambiente, turismo e saúde. Em março de 2018, vai ser realizado em Brasília o 8º Fórum Mundial da Água. Na oportunidade desejamos apresentar a gestão do Ribeirão Sobradinho como exemplo de atuação participativa da sociedade civil organizada no gerenciamento dos recursos hídricos de um rio e das unidades de conservação.
- r. Formalização do grupo enquanto sociedade civil organizada para captação de recursos e participação em editais.

4. **Objetivos da proposta**

Criar um mosaico de Unidade de Conservação com os objetivos de:

- Recuperar e preservar as águas do Ribeirão Sobradinho;
- Desenvolver atividades de exploração do turismo;
- Desenvolver atividades de pesquisa e educação ambiental;
- Incentivar o empreendedorismo comunitário;
- Criar zonas de uso comunitário ao longo de suas bordas, com instalação de equipamentos de esporte e lazer;
- Incentivar e apoiar a implantação e desenvolvimento do saneamento ambiental no Ribeirão Sobradinho (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem pluvial).

As UCs ainda deverão:



- Ter gestão por mosaico compartilhada com a comunidade;
- Conselho gestor consultivo e deliberativo;
- Criar “zona tampão” de uso comunitário, uma vez que a maior parte de sua área é composta por Área de Preservação Permanente;
- Ter acesso integral;
- Ter planejamento urbanístico e ambiental integrado, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

5. Propostas

5.1. Proposta 1 - REVIS Ribeirão Sobradinho e Parque Distrital Canela de Ema (poligonal menor)

Refúgio da Vida Silvestre Ribeirão Sobradinho - Macrozona de proteção ambiental integrando as áreas protegidas da região que estão ligadas ao Ribeirão Sobradinho, abrangendo as nascentes e córregos tributários até a BR - 020. A REVIS Ribeirão Sobradinho incorporará três parques: o Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho - Lei 1.457, de 05/06/1997 (conhecido como Horto florestal), o Parque Recreativo Sobradinho II - Lei nº 923, de 19/9/1995 e Parque Centro de Lazer e Cultura Viva. Dentro de sua poligonal estarão o Parque Distrital Canela de Ema e o Parque Ecológico dos Jequitibás.

Parque Distrital Canela de Ema - Poligonal menor - da Lagoa até o início do bairro Buritizinho e da Lagoa até a DF-150 com a criação do corredor ecológico para a REBIO Contagem.



Figura 1 Proposta REVIS RS e Parque Distrital Canela de Ema (poligonal menor)



5.2. Proposta 2 - REVIS Ribeirão Sobradinho e Parque Distrital Canela de Ema (poligonal maior)

Refúgio da Vida Silvestre Ribeirão Sobradinho - Macrozona de proteção ambiental integrando as áreas protegidas da região que estão ligadas ao Ribeirão Sobradinho, incorporar suas nascentes e córregos tributários até a BR - 020. A REVIS Ribeirão Sobradinho incorporará três parques: o Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho - Lei 1.457, de 05/06/1997 (conhecido como Horto florestal), o Parque Recreativo Sobradinho II - Lei nº 923, de 19/9/1995 e Parque Centro de Lazer e Cultura Viva. Dentro de sua poligonal estarão o Parque Distrital Canela de Ema e o Parque dos Jequitibás.

Parque Distrital Canela de Ema - Poligonal maior contemplando área do antigo parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema com acréscimo dos parques Sobradinho II, Centro de Lazer e Cultura Viva Sobradinho seguindo até a BR-020 com criação de corredor ecológico até a DF-150/REBIO Contagem.



Figura 2 Proposta REVIS RS e Parque Distrital Canela de Ema (poligonal maior)



5.3. Proposta 3 - REVIS Ribeirão Sobradinho (poligonal maior) e Parque Distrital Canela de Ema

Considera-se ainda a possibilidade de uma terceira proposta que englobe todos os tributários do Ribeirão Sobradinho até o Rio São Bartolomeu. Dentro de sua poligonal estarão o Parque Distrital Canela de Ema (poligonal menor) e o Parque Ecológico dos Jequitibás.



Figura 3 REVIS Ribeirão Sobradinho (poligonal maior) e Parque Distrital Canela de Ema

6. Justificativas

6.1. Parque Distrital Canela de Ema

A proposta defendida no processo de recategorização previa transformar o parque em REVIS incorporando também, o Parque Cultura Viva Sobradinho conforme figura 4. Agora a ideia é retomar a proposta do Parque Ecológico Recreativo Canela de Ema (lei de criação 1400 de março de 1997), porém enquadrado na categoria Parque Distrital e com uma poligonal ampliada para a área adjacente a Lagoa chegando até a DF-150.

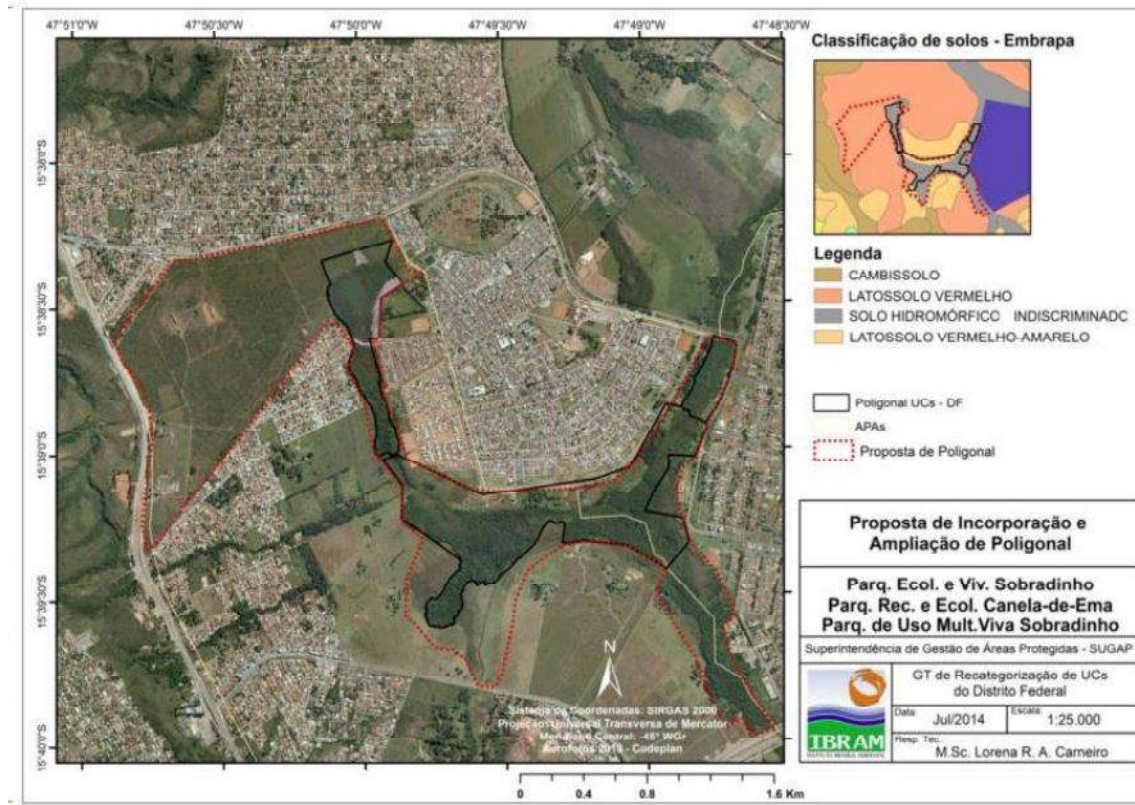


Figura 4 Proposta de Recategorização IBRAM (julho 2015)

Justifica-se a ampliação da poligonal para permitir a criação de zonas para uso comunitário, instalação de equipamentos e infraestrutura para o desenvolvimento de atividades de turismo, uma vez que a área da antiga poligonal era de Área de Preservação Permanente – APP e solo hidromórfico. Soma-se a isso o fato da área abrigar significativo remanescente do cerrado *strito sensu*, e possibilitar a formação de um corredor ecológico com a REBIO Contagem, prevendo a construção de passagens de fauna. Indica-se a necessidade de um estudo técnico para avaliar esta área.

Ademais, ressalta-se que a área é contemplada pelo PDOT (DIUR 2014) como área de Centralidade 2, conforme mapa abaixo, destinada a comércio de serviços associados a atividades de lazer e cultura, além da construção de mirante. Sugere-se a construção de dois portais para o parque, um junto a DF-150 e outro na Lagoa Canela de Ema, próximo ao bairro Buritis.

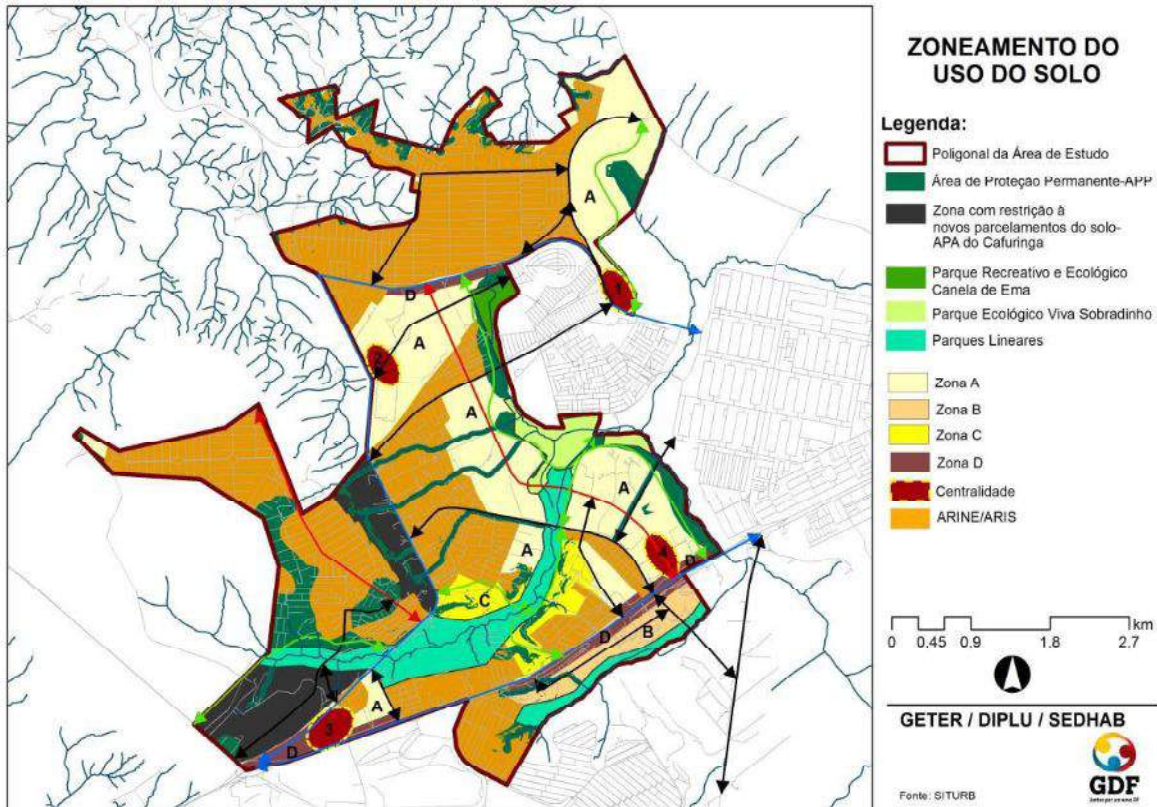


Figura 5 Zoneamento do Uso do solo. DIUR 2014.

A categoria ideal identificada é a de Parque Distrital, tendo em vista que essa categoria apresenta as seguintes vantagens:

- a. A UC poderá integrar o SNUC conforme parágrafo único do Artigo 6º dessa legislação, fazendo parte do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.
- b. Viabilização de recursos distritais e federais para o Parque.
- c. No âmbito do SDUC, está prevista explicitamente no texto a obrigatoriedade da criação do conselho gestor consultivo.
- d. Exigência de zona de amortecimento para o parque e corredores ecológicos.
- e. Seus objetivos principais, conforme SDUC são: preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica possibilitando a realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental; recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.



6.2. O Refúgio da Vida Silvestre Ribeirão Sobradinho

A categoria REVIS - Refúgio da Vida Silvestre sugerida pelo IBRAM também foi entendida como adequada pelo grupo dos Amigos do Parque Canela de Ema considerando seus valiosos atributos ecológicos, que compreendem uma vasta Área de Preservação Permanente, pelo córrego Paranoazinho e Ribeirão Sobradinho, o alto grau de vulnerabilidade ambiental da Lagoa Canela de Ema e nascentes e os impactos ambientais que vem sofrendo. Por conseguinte, o grupo percebeu que a poligonal deveria ser estendida para abranger as outras nascentes do Ribeirão Sobradinho, elaborando a proposta contida na figura 6.

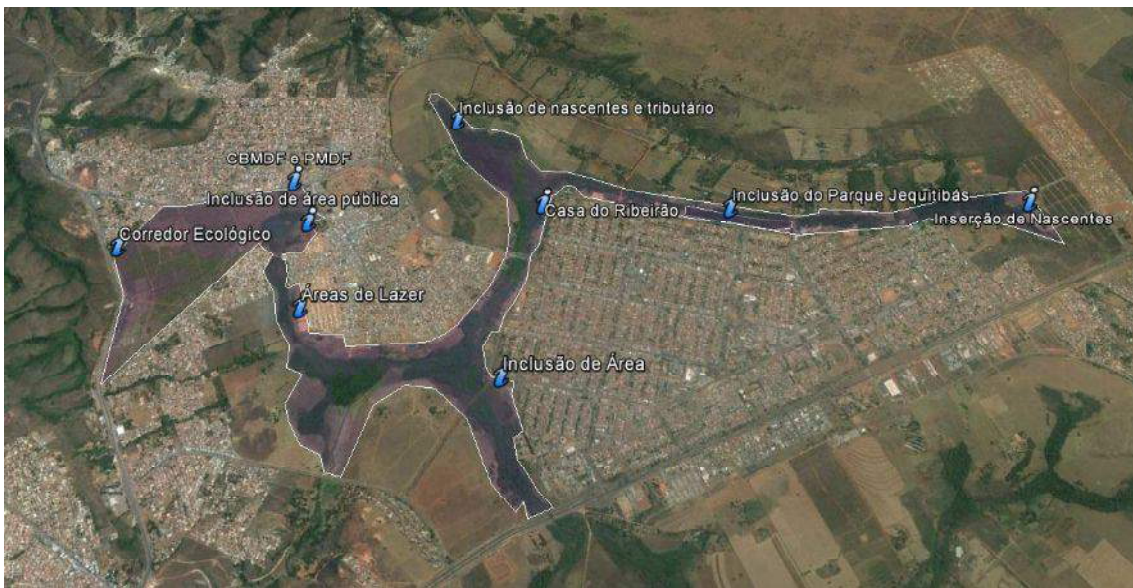


Figura 6 Proposta grupo Amigos do Parque Canela de Ema (dezembro de 2015)

A REVIS também parece ser mais adequada tendo como diretriz a recuperação do Ribeirão Sobradinho através da gestão social da água e do território. A categoria permite abranger uma grande extensão como a do ribeirão e admite propriedades particulares, não sendo necessário desapropriar. O que representa uma economia para o governo e por outro lado, poderá estimular o empreendedorismo com a exploração do turismo nas diversas propriedades rurais existente ao longo do ribeirão.

Nesse sentido, e com base nas diretrizes urbanísticas da região (figura 7) o grupo elaborou outra proposta, ampliando a poligonal para incluir o Córrego Paranoazinho, principal tributário do Ribeirão Sobradinho (figura 8).

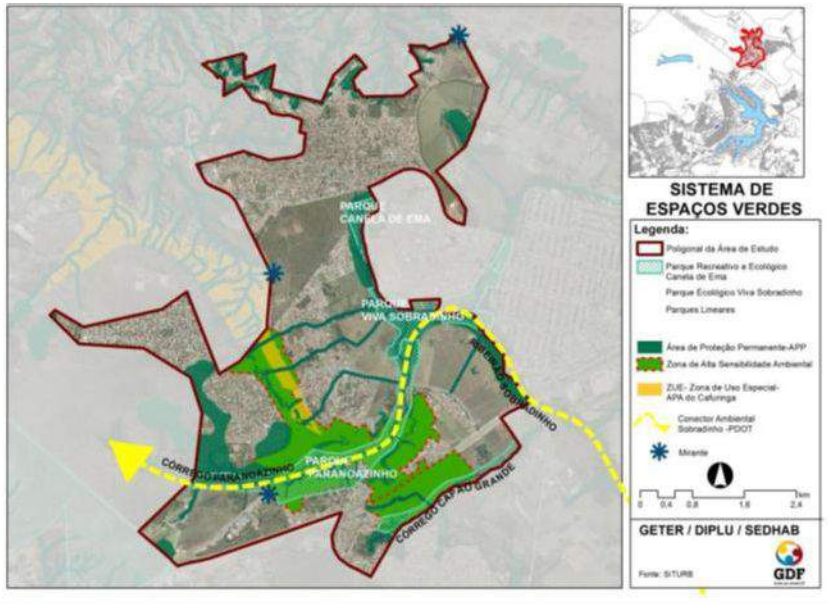


Figura 7 Conector ambiental Córrego do Paranoazinho

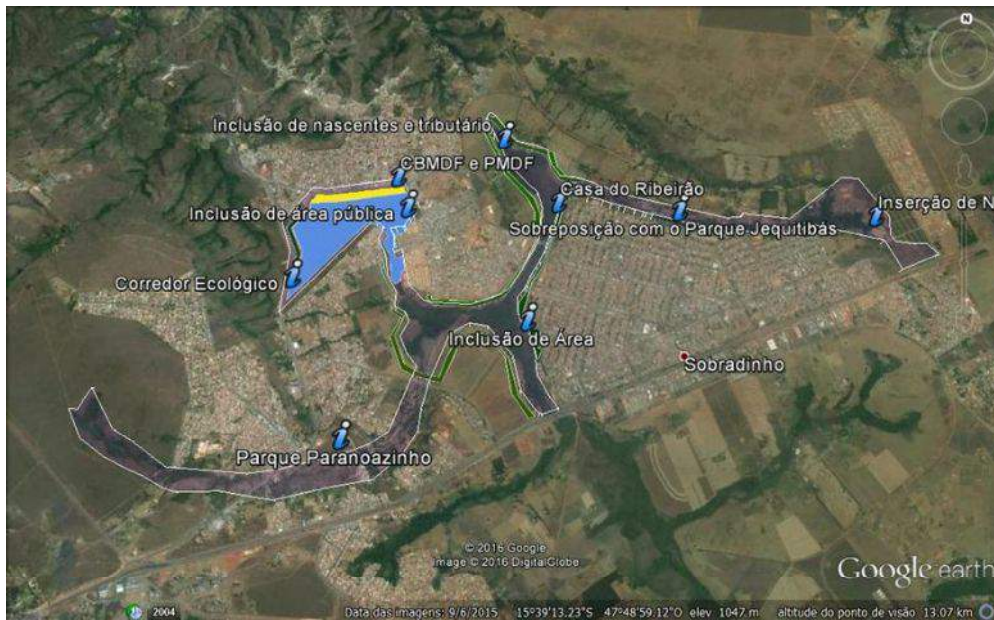


Figura 8 Proposta do grupo Amigos do Parque Canela de Ema (janeiro 2016)

Entretanto, sendo essa categoria de unidade de conservação de proteção integral, a comunidade se preocupa no sentido da restrição para o uso comunitário. Uma vez que a comunidade está praticamente dentro da APP do parque e existe uma carência por espaços de lazer e esportes na região, acreditamos que a melhor forma de garantir a preservação da fauna e da flora do parque é incluir a comunidade na gestão e na utilização controlada dos seus atributos ambientais, definindo uma “zona tampão” com a instalação de equipamentos públicos que garantem acessibilidade para o parque e a criação de espaços de governança comunitária.



Sendo assim, nós sugerimos que seja estabelecido no ato de criação da Reserva da Vida Silvestre Canela de Ema:

- Zona de Amortecimento
- Conselho Gestor Consultivo e Deliberativo e/ou Conselho Comunitário
- Gestão compartilhada da administração pública e comunidade local

Com relação a poligonal sugerimos:

- Incluir viveiro comunitário da Quadra 1 (projeto RRP Moura) de Sobradinho na poligonal da REVIS e as sete nascentes em processo de erosão na região onde existe solo hidromórfico, a montante da ETE-Sobradinho.
- Adequar demais áreas com invasões e tensões urbanas.
- Evidenciamos a importância de acrescentar área de cerrado *strito sensu*, que margeia a rodovia DF-420 e DF-150, para ampliar as possibilidades de uso comunitário e formação de corredor ecológico com a REBIO Contagem.

E para o Plano de Manejo:

- Garantir que durante a elaboração do Plano de Manejo o grupo dos Amigos do Parque Canela de Ema tenha participação efetiva nos trabalhos a serem desenvolvidos. Considerando de maneira significativa a socioeconomia, além dos fatores bióticos, abióticos, a compatibilização da preservação com o uso sustentável. Tendo em vista a grande demanda reprimida por espaços de lazer para a comunidade e projetos de ecoturismo na região de Sobradinho II.
- Destinar recurso de compensação ambiental para cercamento imediato do parque e para o Plano de Manejo.
- Obra prioritária: ponte que margeia a lagoa atravessando o córrego Paranoazinho. Sugestão que a ponte receba o nome de “Ponte Real” em alusão a Estrada Real, se for confirmada a hipótese. A obra em questão necessita de estudos técnicos e ambientais que considerem a diminuição do perímetro da lagoa com o aumento da vazão da água, que atualmente está bloqueada pelo aterro feito para dar acesso aos condomínios.
- Incluir no plano de manejo zonas para explorar o turismo.



- Convocar órgão e instituições competentes como Secretaria de Turismo, MTur e IPHAN para comprovar a hipótese da Estrada Real Goyases, Caminho do Ouro e Coluna Prestes¹.
- Projetos sociais comunitários de economia solidária para o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.
- Incluir zonas para uso comunitário dentro do parque e na zona de amortecimento.

Sugere-se ainda que a área que acompanha a Avenida do Contorno de Sobradinho II, seja zona de amortecimento da REVIS/Parque. A área pode ser ordenada como Espaço de Livre de Uso Público - ELUP, podendo conjugar áreas para implantação de Equipamento Público Urbano - EPU, bem como Equipamentos Públicos Comunitários - EPC (Ciclovía, Avenida do Lazer, etc).

Ademais, a área que margeia a antiga DF-420, contida também na possível zona de amortecimento do parque seja definida como Marginal Canela de Ema destinada ao comércio de baixo impacto, voltado para atividades socioculturais, com exceção da implantação de unidades da PMDF e CBMDF conforme processos em andamento nessas instituições. O DIUR (2014) apresenta a área como Zona D - faixa ao longo da via de circulação expressa (figura 7), em torno 50 m, destinada a atividades econômicas de médio e grande porte, devido à acessibilidade do sistema rodoviário.

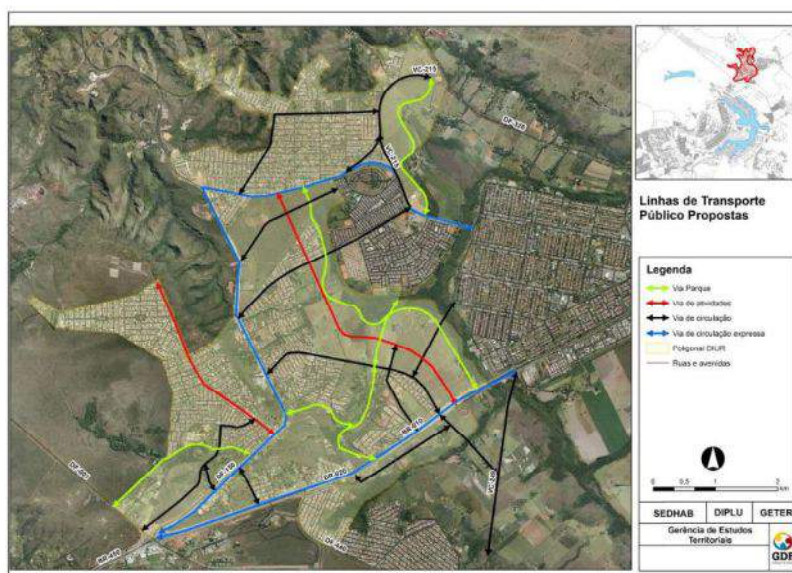


Figura 9 Linhas de transporte público. DIUR 2014.

¹ Existem pesquisas que apontam para evidências de que a Estrada Real dos Goyazes passou pela Lagoa Canela de Ema, assim como a Coluna Prestes acampou em suas margens.



7. Considerações finais

É preciso salvar as águas do Ribeirão Sobradinho, preservar as unidades de conservação e garantir lazer, saúde, emprego e renda para comunidade e para às gerações futuras de Sobradinho e Sobradinho II. Para tanto, precisamos trabalhar com perseverança, união e dedicação. Todos devem ser valorizados neste grupo, seja morador, empresário ou governo. Somente juntos será possível lograr sucesso nesse grande desafio que se apresenta diante de nós. Este grupo é aberto à participação popular e ninguém deverá ser considerado mais importante que o outro, seja pelo poder administrativo, político, financeiro ou institucional.

Queremos contribuir com o governo e com a comunidade na construção de uma legislação e de normas que preservem o meio ambiente e garantam qualidade de vida para nossas famílias, sempre respeitando as leis e utilizando as tecnologias ambientais e urbanísticas disponíveis para a execução das obras necessárias.

Nesse sentido, esperamos que os órgãos governamentais analisem essa proposta de forma comprometida e apoie o grupo Amigos do Parque Canela de Ema na construção de uma alternativa viável e eficiente de unidades de conservação para a bacia do Ribeirão Sobradinho. Ensejamos ainda que considerem nosso posicionamento na formulação do projeto de lei e de outros instrumentos como plano de manejo, garantindo nosso direito à participação e nosso dever de gerir os bens públicos, aliando bem estar social e sustentabilidade ambiental.

Atenciosamente,

Amigos do Parque Canela de Ema

Minuta de Decreto

Justificação

Considerando a Ação Direta de Inconstitucionalidade de 13 de março de 2015 (ADI 2015 00 2 008012-4) contra a Lei distrital 1.400, de 10 de março de 1997, que cria o Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema. A lei foi declarada inconstitucional, com efeitos ex tunc, por vício de iniciativa, tendo em vista que a lei impugnada é oriunda de projeto de lei de iniciativa de Deputado Distrital e trata da alteração da destinação de área, matéria da competência privativa do Governador do Distrito Federal, nos termos dos artigos 3º, inciso XI, 52, 100, inciso VI, e 321, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal, promulgada em 8 de junho de 1993. A Câmara Legislativa do Distrito Federal entrou com Recurso Extraordinário (REX 2015 00 2 008012-4, 0008012-12.2015.807.0000) contra a ADI que atualmente, encontra-se arquivado no Serviço de Agravo aos Tribunais Superiores - SERATS.

Considerando o processo atual de Recategorização dos parques do Distrito Federal para adequá-los ao Sistema Distrital de Unidades de Conservação – SDUC (Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010), iniciado em agosto de 2015 pelo Instituto Brasília Ambiental – IBRAM.

Considerando os documentos de planejamento urbanístico para a região que definem as zonas de conservação ambiental e já identificam a poligonal do parque como: Diretrizes Urbanísticas da Região de Sobradinho e Grande Colorado (DIUR 02/2014); o Plano de Diretor Local de Sobradinho (Lei Complementar nº 56, de 30 de dezembro de 1997) e o Memorial Descritivo do Planejamento Urbanístico para expansão urbana de Sobradinho (MDE 19/90).

Considerando a importância ecológica que a área do parque representa para o meio ambiente do DF devido aos: seus atributos ambientais sensíveis como as suas áreas de preservação permanente, nascente, olhos d'água, veredas, matas ciliares, campos de murunduns e mancha representativa do cerrado *strito sensu*; a ser Zona de Preservação da Vida Silvestre da Área de Proteção Ambiental do Planalto Central; a ser conector ambiental com a Reserva Biológica da Contagem, com a Área de Proteção Ambiental da Cafuringa e com a Área de Proteção Ambiental do Rio São Bartolomeu e a área do parque ser de extrema importância para a manutenção e proteção do Ribeirão Sobradinho.

Considerando a crise hídrica atual que o Distrito Federal enfrenta e os crimes ambientais que a lagoa do parque, que é uma nascente sofre como: o recebimento do necrochorume do cemitério; as águas pluviais dos condomínios; lançamento de esgoto doméstico sem tratamento; o aterro de ligação entre os condomínios que fechou o fluxo da nascente para o Córrego Paranoazinho e o despejo de resíduos sólidos.

Considerando o valor dos serviços ambientais prestados pelas unidades de conservação e a demanda da cidade por espaços para promoção da saúde da cultura e da qualidade de vida da população local.

Considerando os 20 anos de espera para a implantação do Parque Canela de Ema e a disponibilidade de recursos de compensação ambiental já destinado para o parque, mas que não podem ser utilizados por causa da ADI.

Sugere-se a recriação do Parque Ecológico Canela de Ema, na sua categoria correspondente no Sistema Distrital de Unidades de Conservação, a saber, Parque Ecológico, para anular o objeto da ADI e dar início a implementação da unidade de conservação.

DECRETO Nº XXXX, DE XX de dezembro de 2016

Dispõe sobre a criação da Unidade de Conservação denominada Parque Ecológico Canela de Ema, na Região Administrativa de SobradinhoII–RA XXVI.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, incisos VII e XXVI, e art. 279, inciso XXI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o disposto na Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010, e o que consta no processo administrativo nº 391.001.884/2014, DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Unidade de Conservação denominada Parque Ecológico Canela de Ema, situada na Região Administrativa de Sobradinho II – RA XXVI, nos termos do art. 11 da Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010.

§ 1º O Parque Ecológico Canela de Ema terá sua poligonal definida pelos órgãos competentes do Distrito Federal, de acordo com as recomendações dos projetos urbanísticos da região.

§ 2º A área do Parque Ecológico Canela de Ema está sobreposta à Área de Proteção Ambiental – APA do Planalto Central.

Art. 2º O Parque Ecológico Canela de Ema tem por objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

Art. 3º Constituem objetivos específicos do Parque Ecológico Canela de Ema:

I – conservar amostras dos ecossistemas naturais, da vegetação exótica e paisagens de grande beleza cênica;

II – propiciar a recuperação dos recursos hídricos, edáficos e genéticos;

III – recuperar áreas degradadas, promovendo sua revegetação com espécies nativas;

IV – incentivar atividades de pesquisa e monitoramento ambiental;

V - estimular a educação ambiental e as atividades de lazer e recreação e em contato harmônico com a natureza e turismo ecológico.

Art. 5º O Plano de Manejo do Parque Ecológico Canela de Ema deverá ser elaborado e aprovado no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados a partir da publicação do presente Decreto.

§ 1º O Plano de Manejo deverá definir a capacidade de suporte que restringirá a visitação e o uso de cada área, bem como onde serão instalados os equipamentos básicos, tais como sede, estacionamento, portão de acesso, quiosques, centro de visitantes e sanitários.

§ 2º O Plano de Manejo deverá prever a elaboração e execução de projetos de infraestrutura e equipamentos básicos, conforme os usos definidos no Plano de Manejo, para, no mínimo: cerca de delimitação do perímetro da Unidade de Conservação; portão de acesso; sede; centro de visitação; trilhas interpretativas; caminhos de acesso; placas de orientação e conscientização; sanitários; bebedouros; estacionamento; quiosques de venda de alimentos, bebidas não alcoólicas e souvenir; guarita; alojamento para vigia; rotas e meios de iluminação artificial; material de primeiros socorros; lixeiras; bancos para descanso; mesas para refeições e folhetos informativos contendo mapa de orientação, princípios de educação ambiental e interpretação da fauna, flora e paisagem local.

§ 3º As edificações deverão estar o mais harmonizadas possível com o meio ambiente que as circunda, devendo-se usar na sua construção materiais naturais típicos da região.

Art. 6º O Parque Ecológico Canela de Ema será administrado pelo órgão executor da Política Ambiental do Distrito Federal, responsável pela gestão das áreas protegidas, podendo sua implantação se dar mediante assinatura de Termo de Compromisso com demais órgãos e entidades, empresas e sociedade civil organizada.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, XX de dezembro de 2016.
127º da República e 56º de Brasília

RODRIGO ROLLEMBERG

FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE CURSOS LIVRES – FAC-L
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

I. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome do curso:

CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL NO PARQUE CANELA DE EMA EM SOBRADINHO II - DF.

Modalidade:

<input checked="" type="checkbox"/> Presencial	<input type="checkbox"/> momentos a distância	<input type="checkbox"/> ___ % horas a distância Tipo de atividade:
<input type="checkbox"/> A distância	<input type="checkbox"/> parte presencial	<input type="checkbox"/> ___ % horas presenciais Tipo de atividade:

Carga horária presencial:

Especificar a carga horária total do curso, incluindo as dedicadas à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando for o caso.

04 HORAS

Carga horária a distância:

Especificar a carga horária do curso a distância, quando for o caso.

NÃO SE APLICA

Local de realização:

Especificar o local onde o curso será realizado, com endereço completo.

Centro de Ensino Fundamental – CEF 08, AE 02 AR 3 04 - Setor Oeste Sobradinho, Brasília - DF, 73060-030.

II. IDENTIFICAÇÃO DO (S) COORDENADOR (ES) DO CURSO:

Indicação do nome, titulação e regime de contratação do coordenador do Programa, descrição da experiência acadêmica e profissional.

Nome: André Luiz Dutra Fenner
Titulação: Doutor em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional. Pesquisador em Saúde Pública na FIOCRUZ Brasília.
Regime de contratação: Tempo integral
Instituição de Formação: Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília
CPF: 71384790934
Data de Nascimento: 10/06/1970
Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/9917763405473063
Endereço: Gerência Regional de Brasília da Fundação Oswaldo Cruz, Programa de Promoção à Saúde, Ambiente e Trabalho - PSAT. Universidade de Brasília (UnB) - Avenida L3 Norte, s/n, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A Asa Norte, CEP: 70910900 - Brasília, DF – Brasil.

E-mail: andre.fenner@fiocruz.br; andrefenner@hotmail.com

Telefones: 33294708

a. DOCENTES DO CURSO

Tatiana Oliveira Novais e Ana Schramm.

b. COORDENADORES PEDAGÓGICOS DO TERRITÓRIO

Jarbas Farias Chagas, Maria Soares Pureza, Rodolfo Siqueira de Brito, Raquel Souza Rabelo, Lucy Mary Rocha Bispo e Leonel Graça Generoso Pereira.

Apoiadores: Direção da CEF 08, Administração Regional de Sobradinho II, Rede Serrana e SEMA-DF.

III. ORIGEM DO CURSO:

Fiocruz Brasília - Especificar Departamento(s): MPPPS-EFG e Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho – PSAT

Outra unidade Fiocruz – Especificar:

Parceria Fiocruz Brasília e Outra unidade Fiocruz – Especificar:

Parceria Fiocruz Brasília e Demanda Externa

setor público federal – qual:

estadual – qual:

distrital – qual: GDF – Adm. Regional de Sobradinho II e Secretaria de Educação E Secretaria de Meio Ambiente

municipal – qual:

setor público não estatal (sindicatos, instituições, fundações, ONGs, OSCIPs, etc) - Especificar: APCE, SOS Ribeirão, Rede Serrana.

setor privado – qual:

IV. INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA:

A reserva de salas e equipamentos é feita mediante à solicitação via e-mail reservas@fiocruz.br, com antecedência.

Não se aplica.

Equipamentos: tela de projeção computadores datashow outros – Especificar:

V. CONDIÇÕES DE OFERTA DO CURSO:

Anexar calendário provisório com datas e horários das aulas.

Início das aulas: 21 de outubro de 2017.

Término das aulas: 21 de outubro de 2017.

Horário das aulas: De 08h às 12h.

Número de vagas: 45

Processo de Seleção: (Informar as etapas do processo seletivo (análise de currículo, entrevista, prova, projeto, etc.)

Por meio de mobilização no território da Região Administrativa de Sobradinho e Sobradinho II

Perfil da Clientela: (Informar as características da clientela esperada, formação, inserção e experiência profissional)

Lideranças comunitárias, moradores e gestores de Sobradinho e Sobradinho II interessados na criação do Parque Canela de Ema e na recuperação do Ribeirão Sobradinho.

Período de Inscrição previsto: (20 dias corridos) 01 de outubro à 21 de outubro



Período de seleção previsto: (15 dias úteis após o período de inscrição) 01 de outubro à 21 de outubro
Data prevista do resultado da seleção: (até um dia antes do período de matrícula). Não se aplica
Período da matrícula previsto: (período de 5 dias úteis sendo que 15 antes do início do curso). Não se aplica

VI. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO E MATRÍCULA PADRONIZADOS PELA SECAD

Inscrição:

- Formulário de Inscrição
- Cópia autenticada da Carteira de Identidade, com o campo naturalidade (frente e verso na mesma folha).

Obs.: As cópias autenticadas em cartório podem ser substituídas por cópias autenticadas por um servidor público ou por cópias simples desde que seus originais sejam apresentados para conferência na Secretaria Acadêmica da Escola Fiocruz de Governo – EFG.

VII. PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Justificativa da oferta do curso

Apresentar um breve histórico do curso, caracterizar a demanda pelo profissional, destacando a relevância do curso para o sistema de saúde e para a qualificação dos trabalhadores da área.

O curso surge a partir da demanda de atores da Rede Serrana, na implementação do Programa Cidades Saudáveis (2012), em Sobradinho II – Distrito Federal, parceria da Gerência Regional de Brasília (GEREB) - FIOCRUZ com o Governo do Distrito Federal, para mitigar os impactos negativos à saúde advindos da degradação das áreas protegidas da região. Em 2016, a demanda é retomada com uma pesquisa-ação do Mestrado em Políticas Públicas em Saúde sobre a construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) na região. O desenvolvimento dessa pesquisa desencadeou uma série de ações de promoção da saúde no território, com o objetivo de qualificar a participação comunitária na formulação e implementação de políticas públicas saudáveis no território para a melhoria da qualidade de vida da população residente no entorno do Parque Canela de Ema, em Sobradinho II-DF.

Em 2017, a GEREB assinou o Acordo de Cooperação Técnico-Científica nº 71/2017 com a Secretaria de Estado de Saúde (SES/DF) e a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), o convênio foi publicado no Diário Oficial da União, nº116, no dia 20 de junho. Tal cooperação visa diversas ações de saúde, entre elas a construção de TSS, tendo como um dos seus objetivos desenvolver projetos para fomentar o desenvolvimento saudável e sustentável no DF com treinamento, capacitação e implementação de ações na região integrada de desenvolvimento do DF e entorno (RIDE).

O curso desenvolvido no âmbito do Programa de Promoção à Saúde, Ambiente e Trabalho – PSAT insere-se como uma atividade de extensão universitária da Escola Fiocruz de Governo – EFG e como estratégia de implementação do Programa Interno de Territórios Saudáveis e Sustentáveis PITSS da GEREB. O curso representa, ao mesmo tempo, uma atividade de Integração, Inteligência e Ensino. Dessa forma, ao fortalecer as ações intersectoriais no território o curso está contribuindo para o desenvolvimento local e para a qualidade de vida da população do DF, expandindo a Rede de Territórios Saudáveis e Sustentáveis do DF e as ações do SUS no âmbito do DF.

Com a realização do curso espera-se:

O entendimento compartilhado sobre o contexto sanitário e socioambiental do território do entorno do Parque Canela de Ema, em Sobradinho II – DF;

A promoção de um planejamento participativo, capaz de identificar as demandas e necessidades de saúde,

bem como os recursos, potencialidades e capacidades da comunidade local, considerando as especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual e definindo estratégias e ações;

O desenvolvimento de processos de formação, estudos e de instrumentos de apropriação sobre os direitos e às políticas de saúde e meio ambiente, visando à participação ativa e a inserção das populações vulneráveis de Sobradinho II nos diferentes espaços de participação e de controle social no SUS e em outras políticas sociais intersetoriais;

O fortalecimento e a ampliação de espaços formais e informais intergeracionais, de construção de vínculos de confiança, a partir dos quais possam surgir soluções criativas e formas de luta para superação da determinação social da saúde, através de atitudes e hábitos emancipatórios e de promoção de vida e saúde;

A produção de conhecimento sobre a implementação e formulação de práticas e políticas locais, que contribuam para a promoção da saúde, prevenção de doenças e inclusão social por meio do desenvolvimento sustentável, do fortalecimento da participação social, da cidadania, da qualidade de vida, assim como a redução de problemas relacionados à injustiça e as questões de saúde e ambiente;

O curso visa fortalecer a autonomia e a participação da comunidade na resolução de seus problemas ambientais e de saúde; a articulação de pesquisadores, movimentos sociais e gestores para promover intercâmbio, análise e propostas de ação, que valorizem os saberes locais, baseadas no planejamento territorializado e participativo e um modo de governança local para o desenvolvimento sustentável local.

Concepção pedagógica do curso

Descrever como o curso foi concebido. Informar a fundamentação teórico-metodológica que sustenta o curso, apresentando os princípios e pressupostos que orientam a prática pedagógica desenvolvida no Curso.

O curso foi idealizado tendo como base a Promoção da Saúde, na abordagem socioambiental, do empoderamento comunitário, reforçado pelo princípio da construção de ambientes saudáveis. Ele compõe uma das etapas da pesquisa-ação, realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde, do projeto intitulado: "Promoção da Saúde no Território: Aprendizagem ativa para fortalecer a participação da comunidade na definição e controle social de políticas locais". A prática pedagógica do curso sustenta-se na concepção da pesquisa-ação transdisciplinar que oferece um caminho para mediar conflitos e valorizar a diversidade social, cultural e cognitiva dos envolvidos, na realização do intercâmbio entre saberes e experiências e na construção coletiva de conhecimentos, planos e ações do processo investigativo. Como abordagem prática o curso utilizará a metodologia do Dragon Dreaming, de Croft (2012), voltada para a realização de projetos criativos, colaborativos e sustentáveis a partir dos sonhos e visões coletivas. As teorias que fundamentam o curso são: Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire (1997); A Teoria de Autopoiese, de Maturana e Varela (1980); A Transdisciplinaridade, de Nicolescu (1994) e as Estratégias Cooperativas, de Silva (1998).

Perfil do Egresso, Competências e Habilidades a serem desenvolvidas no curso.

Especificar o perfil que se deseja obter do aluno quando este concluir o curso. Vale observar que esse perfil deve ser coerente não só com os objetivos e com a fundamentação teórica - metodológica do curso, bem como com as demandas sociais e necessidades profissionais.

Ter adquirido ferramentas para formulação e implementação de políticas públicas locais.



Objetivos do curso:

Geral: Qualificar a participação da população de Sobradinho II para sua inserção no processo político de criação Parque Canela de Ema, visando o fortalecimento de Territórios Saudáveis e Sustentáveis no DF.

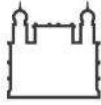
Específicos:

- Construir o entendimento sobre os desafios e potencialidades sociais, ambientais e sanitários da região.
- Promover discussão sobre o direito à saúde, à cidade e ao meio ambiente, que contribua para uma participação comunitária qualificada no processo político de criação das Unidades de Conservação da região.
- Mapear os interesses, aspirações e demandas da população local para a construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.
- Construir um mapa de uma ocupação sonhada para o Parque Canela de Ema.

Estrutura Curricular e Conteúdo Programático

Relacionar os módulos e as disciplinas com respectiva carga horária. Descrever a ementa de cada disciplina e a bibliografia básica e complementar.

O curso ocorrerá no CEF 08 onde será a realizado o planejamento participativo para a ocupação do Parque Canela de Ema.	Ch total: 04
Professor(a): Ana Schramm, Jarbas Farias Chagas, Rodolfo Siqueira de Brito, Maria Soares Pureza, Tatiana Oliveira Novais, Lucy Mary Rocha Bispo e Rachel Souza Rabelo.	E-mail: schrammana@gmail.com
Ementa: O curso abordará noções básicas sobre: determinação social da saúde; participação social na gestão dos bens públicos; Governança da Água e do Território; Sistema Distrital de Unidades de Conservação; Estatuto da Cidade, relacionados ao contexto socioambiental da região de Sobradinho II e ao processo político de criação e implementação do Parque Canela de Ema.	
Objetivo: Qualificar a participação da população de Sobradinho II para sua inserção no processo político de criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, visando o fortalecimento de TSS no DF.	
Metodologia: No primeiro momento serão abordados de forma expositiva e dialogada os conteúdos teóricos e o processo histórico e político do parque. No segundo momento será utilizada a técnica do Círculo dos Sonhos, do método do <i>Dragon Dreaming</i> para elaborar o mapa de ocupação sonhada para o Parque Canela de Ema.	
Programação:	
1. 08h00 - Acolhimento (Mística de abertura e acordo inicial)	
2. 08h30 – Apresentação do projeto PRECE (alunos de altas habilidades)	
3. 09h00 - Apresentação do material de apoio (Roda dialogada)	
4. 09h30 - Lanche	
5. 10h00 - Círculo dos Sonhos	
6. 10h30 - Construção do mapa	
7. 11h30 - Leitura do mapa (avaliação)	



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Brasília

Bibliografia básica:

ADRIANO, J. R.; AZEREDO, G; WERNECK, F. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000.

AKERMAN, M.; MENDES, R.; FICHER, A. L. Cidades Saudáveis: ainda um tema relevante? In: SILVEIRA, C. B.; FERNANDES, T. M.; PELLEGRINI, B. A. F. (Orgs.). *Cidades Saudáveis? Alguns olhares sobre o tema*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Título VIII - Da Ordem Social, Seção II – a Saúde-artigo 196-200, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS), 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. *Saúde ambiental: Guia Básico para Construção de Indicadores*. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. *Avaliação de Impacto à Saúde – AIS: metodologia adaptada para aplicação no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.*

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.163-77, 2000.

CAMPOS, R. B. F.; CASTRO, J. M. *Saúde. & Transformação Social*, ISSN 2178-7085, Florianópolis, v.8, n.1, p.106-116, 2017.

CARVALHO, Gilson de; Cássia M de. *Participação da Comunidade na Saúde. Saberes*, organizador. Campinas SP; 2014.

FERNANDES, J.A.S.N. *Modelo Urubici de Governança da Água e do Território: Uma Tecnologia Social a Serviço do Desenvolvimento Sustentável Local Florianópolis*. Universidade Federal de Santa Catarina; 2010.

FLEURY-TEIXEIRA, P. Uma introdução conceitual à determinação social da saúde. *Saúde em Debate*. 2009.

GALLO, E.; SETTI, A. F. F. Território, intersectorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p.4383-4396, 2014.

GASPAR, A. Construção de redes de cooperação. *Pensamento & Realidade*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração-FEA. ISSN 2237-4418, v. 29, n. 2, p. 21, 2014.

GDF. Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento do DF. Grupo de Trabalho Ribeirão Sobradinho Relatório de Diagnósticos e Soluções para a Recuperação Ambiental do Ribeirão Sobradinho. 2012. Disponível em: http://www.cbhmaranhao.df.gov.br/ribeirao_sobradinho/documentos/Diagnostico_Solucoes.pdf. Acesso em: 17/03/2017.

GDF. Instituto Brasília Ambiental. *Guia de Parques do DF*. 2014; Disponível em: http://www.ibram.df.gov.br/images/guia-de-parques-paginas-soltas_2_1_1.pdf

GDF. Lei Complementar nº 827, de 22 de julho de 2010. Regulamenta o art. 279, I, III, IV, XIV, XVI, XIX, XXI, XXII, e o art. 281 da Lei Orgânica do Distrito Federal, instituindo o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da



Natureza – SDUC, e dá outras providências. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 23 de julho de 2010. Nº 141, p. 1, col. 1.

GDF. Lei Distrital nº 1.400, de 10 de março de 1997. Cria o Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema na Área Especial nº 3 do Núcleo Urbano da Fazenda Sobradinho, no entorno da lagoa situada nas proximidades da Rodovia Estadual 425, em Sobradinho – RA V. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 10 de março de 1997.

KZURE-CERQUEIRA, H. A saúde da cidade sob suspeita. In: SILVEIRA, C. B.; FERNANDES, T. M.; PELLEGRINI, B. A. F. (Orgs.). Cidades Saudáveis? Alguns olhares sobre o tema. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2014.p.31-64.

LAVERACK, G. Promoção de Saúde: Poder e Empoderamento. Loures: Lusodidática; 2008.

PALAVIZINI, R. Uma Abordagem Transdisciplinar à Pesquisa-Ação. Revista Terceiro Incluído - UFG. p. 67–85. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/teri/article/view/20140>. Acesso em: 08/02/2017.

QUINTAS, J.S. Por uma educação ambiental emancipatória: considerações sobre a formação do educador ambiental para atuar no processo de gestão ambiental. IBAMA, organizador. Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente/José Silva Quintas (organizador). DF; 2006.

SANTOS, M. O papel ativo da geografia: um manifesto. Rio de Janeiro. Revista Território n. 9, p.103 – 109, 2000.

SILVA, D.J. Uma abordagem cognitiva ao planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável [Internet]. Universidade Federal de Santa Catarina; 1998. Available at: http://www.gthidro.ufsc.br/arquivos/tese_daniel_jose_da_silva.pdf

TAMBELLINI, A. T.; MIRANDA, A. C. Saúde e Ambiente. In: GIOVANELLA, L. et al. (Orgs.) Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil. 2. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2012.

THIOLLENT, M. Metodologia da Pesquisa-Ação. 18o ed. São Paulo: Cortez; 2011.

WESTPHAL, M. F. O modelo de atenção na perspectiva de saúde integral: a promoção de saúde e a estratégia de municípios saudáveis. SANARE-Revista de Políticas Públicas, Sobral, v. 2, n. 3, 2013.

Informações necessárias dos docentes

Nome: Ana Schramm
Titulação: Mestranda em Políticas Públicas em Saúde.
Instituição de Formação: FIOCRUZ Brasília.
CPF: 91114160172
Data de Nascimento: 09/10/1981
Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/5140076260006948
Nome: Tatiana Oliveira Novais
Titulação: Doutora em Ciências da Saúde
Instituição de Formação: Universidade Federal de Goiás

CPF:
Data de Nascimento:
Currículo lattes: http://lattes.cnpq.br/2707667422931628

Sistema de Avaliação

Descrever a concepção de avaliação adotada no curso, explicitando os critérios utilizados e as estratégias desenvolvidas para: reorientar o processo de formação dos alunos, realizar atividades de apoio, suprir dificuldades e complementar a aprendizagem.

Aplicação de um questionário e auto avaliação.
--

Conceitos

Notas	Menções Correspondentes	Situações Finais
Entre 9,0 e 10,0	A (excelente)	AP – aprovado: de A a C
Entre 7,5 e 8,9	B (bom)	RE – reprovado: abaixo de C
Entre 5,0 e 7,4	C (regular)	RF – reprovado por falta
Menores que 5,9 da disciplina	D (insuficiente)	CA - cancelamento AD - aproveitamento da disciplina

Certificação (Certificados são emitidos no prazo máximo de 60 dias após a realização do evento)

Farão jus ao certificado apenas os alunos que tiverem obtido aproveitamento segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos, assegurada, nos cursos presenciais, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

Emitirá certificado aos Coordenadores? Marque com um X			Sim. Total de horas? Informe o número
SIM?	X	NÃO?	04 HS

• Parcerias e apoiadores

Realizado em parceria com Grupo Amigos do Parque Canela de Ema e CEF 08 de Sobradinho II
Realizado com o apoio da Administração Regional de Sobradinho II e Rede Serrana.

• Assinaturas no certificado

<p>André Luiz Dutra Fenner Coordenador do Programa de Promoção à Saúde, Ambiente e Trabalho – PSAT Fiocruz Brasília</p>	<p>Maria Fabiana Damásio Passos Coordenadora da Escola de Fiocruz de Governo Fiocruz Brasília</p>	<p>Gerson Oliveira Penna Diretor Fiocruz Brasília</p>
--	--	--

XIII - DIVULGAÇÃO EFG X ASCOM

(A EGS possui um banco de cadastro de e-mails de ex-alunos e interessados. O *mailing* é uma ferramenta usada para a realização de marketing para estabelecer e manter o relacionamento direto e contínuo, entre a Escola de Governo em Saúde e seu egresso e público em geral, com o objetivo de informar sobre seus cursos e eventos, enviando informações por meio de mala direta e correio eletrônico).

A divulgação do curso será feita via Escola Fiocruz e ASCOM? Marque com um X			
SIM?		NÃO?	X
Caso afirmativo, quais informações a divulgar?			

Data da solicitação: 15 de setembro de 2017.

Assinatura
 (Responsável pela solicitação)



Território Saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema

MATERIAL DE APOIO PARA A CONSTRUÇÃO DE
TERRITÓRIO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL NO PARQUE
CANELA DE EMA SOBRADINHO II DF



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Brasília








Território Saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema

MATERIAL DE APOIO PARA A CONSTRUÇÃO DE
TERRITÓRIO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL NO PARQUE
CANELA DE EMA SOBRADINHO II DF



Ministério da Saúde

Ricardo Barros

Fundação Oswaldo Cruz

Nísia Trindade Lima

Gerência Regional de Brasília

Gerson Penna

Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho – PSAT

André Luiz Dutra Fenner

Amigos do Parque Canela de Ema

Ana Schramm

Jarbas Farias Chagas

Maria Soares Pureza

Rodolfo Siqueira de Brito

Sumário

6 - Apresentação

7 - O Parque Canela de Ema

9 - Um pouco de história

14 - O Sistema Distrital de Unidades de Conservação (SDUC)

16 - Como construir um Território Saudável e Sustentável

18 - Que parque queremos?

20 - Para saber mais



Apresentação

Este material foi elaborado com o objetivo de apoiar a sensibilização da população de Sobradinho e Sobradinho II sobre o processo de recriação do Parque Canela de Ema para a construção de um Território Saudável e Sustentável na região.

O Parque Canela de Ema foi criado em 1997, e em 2017 teve sua lei de criação declarada inconstitucional. O parque, que deveria ser um espaço de lazer e práticas desportivas para a promoção da saúde, atualmente é um local que apresenta enormes desafios sociais, ambientais e fundiários.

Essa unidade de conservação sem infraestrutura expõe a população a problemas de saúde devido à contaminação da Lagoa Canela de Ema, à criminalidade e à degradação ambiental.

Diante dessa situação, a população local tem se mobilizado para buscar soluções que promovam a melhoria da saúde e da qualidade de vida no território. Desde 2015, o grupo Amigos do Parque Canela de Ema (APCE) vem atuando com a comunidade, junto ao poder público para a recriação do parque.

Com este material de apoio, o APCE convida a população interessada para se juntar nessa luta e colaborar na construção de um Território Saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema.



Amigos do Parque Canela de Ema
Foto: Jarbas Chagas(2015)

O Parque Canela de Ema



O Parque Canela de Ema está no centro da região de Sobradinho II e é uma das paisagens mais bonitas da região norte do DF. Ele possui uma nascente que forma uma lagoa natural, que deságua no córrego Paranoazinho até encontrar o Ribeirão Sobradinho.

O parque é formado por uma vegetação típica de área úmida composta por veredas, buritizais, murundus, além das matas de beira de rio e de áreas de vegetação típica de Cerrado. Nessas áreas provavelmente existia a espécie *Vellozia squamata*, conhecida como Canela de Ema, que deu nome ao parque. Diversas espécies de animais silvestres encontram abrigo no parque para viver e se reproduzir.

Lagoa Canela de Ema
Foto: Jarbas Chagas
2015

A área do parque representa um importante conector ambiental com outras unidades de conservação. Ela está localizada na Zona de Preservação da Vida Silvestre da Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central, está ao lado da Reserva Biológica da Contagem, da APA de Cafuringa, e ainda influencia a APA do Rio São Bartolomeu.



Flor da Canela de Ema
Foto: J. Camillo

Unidades de Conservação e Parque Canela de Ema de Ema Autoria: APCE 2017



O Parque Canela de Ema tem grande relevância ecológica e possui uma paisagem de rara beleza cênica. Devido a esses atributos o parque precisa ser recriado a fim de garantir a preservação das águas, do bioma Cerrado e a qualidade de vida da população. Hoje a área do parque enfrenta muitos impactos ambientais:

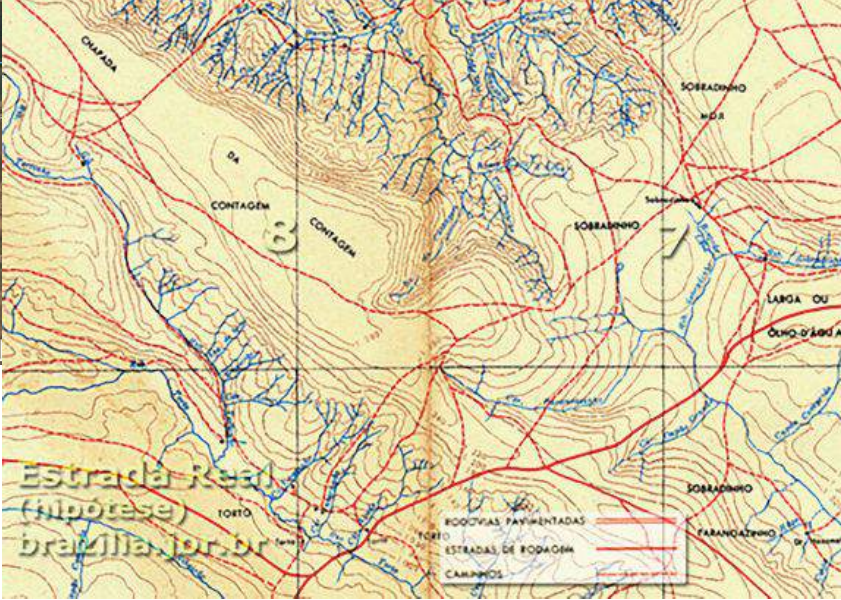
- ✓ Contaminação da nascente que forma a Lagoa Canela de Ema pelo chorume do Cemitério de Sobradinho
- ✓ Erosão pelas águas pluviais dos condomínios que não possuem drenagem
- ✓ Despejo de lixo
- ✓ Ligações clandestinas de esgoto
- ✓ Descaracterização da lagoa pela barragem construída para dar acesso aos condomínios
- ✓ Ocupações irregulares
- ✓ Introdução de espécies exóticas invasoras
- ✓ Queimadas

Todavia, o maior problema do parque é o fato de que ele não existe e está abandonado pelo poder público!

Já se passaram 20 anos e o parque nunca recebeu infraestrutura e manutenção. Em março de 2017, teve sua lei de criação (Lei 1.400 de 10/03/1997) revogada por uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 2015 002008012-4) por ter sido criado por um deputado distrital. A legislação vigente determina que somente o governador do Distrito Federal pode destinar áreas públicas.

O Parque Canela de Ema precisa ser criado por lei para poder receber recursos e iniciar a sua implementação!

Um pouco de história



A Lagoa Canela de Ema tem história!

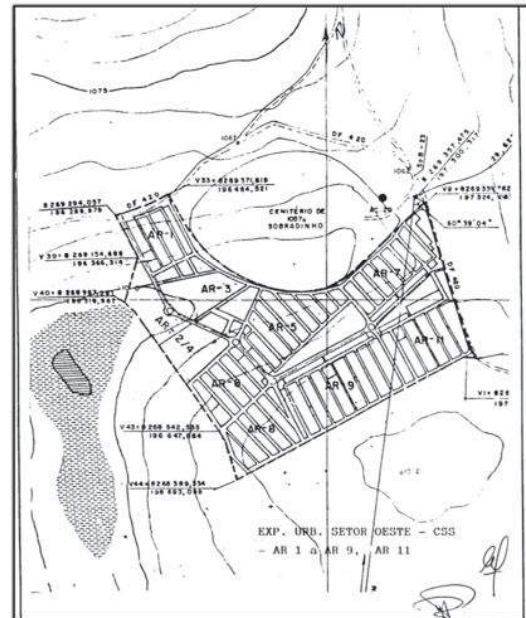
Existem relatos de que a Lagoa Canela de Ema estava na rota da expedição em busca de ouro pela Estrada Real dos Goiazes no século XVIII, e serviu de acampamento para a Coluna Prestes entre 1924 e 1927. Veja no mapa a área destaca com círculo azul:

Trecho da Estrada Real dos Goiazes Disponível em:

<http://doc.brazilia.jor.br/Historia/Estrada-Real-Goiazes-DF.shtml>
Acesso: 20/09/2017

Desde os anos 1990, já se planejava a criação de uma área para proteger a Lagoa Canela de Ema. A imagem ao lado mostra o projeto de Expansão Urbana do Setor Oeste de Sobradinho, atualmente Sobradinho II, disponível no Memorial Descritivo (MDE-19/90).

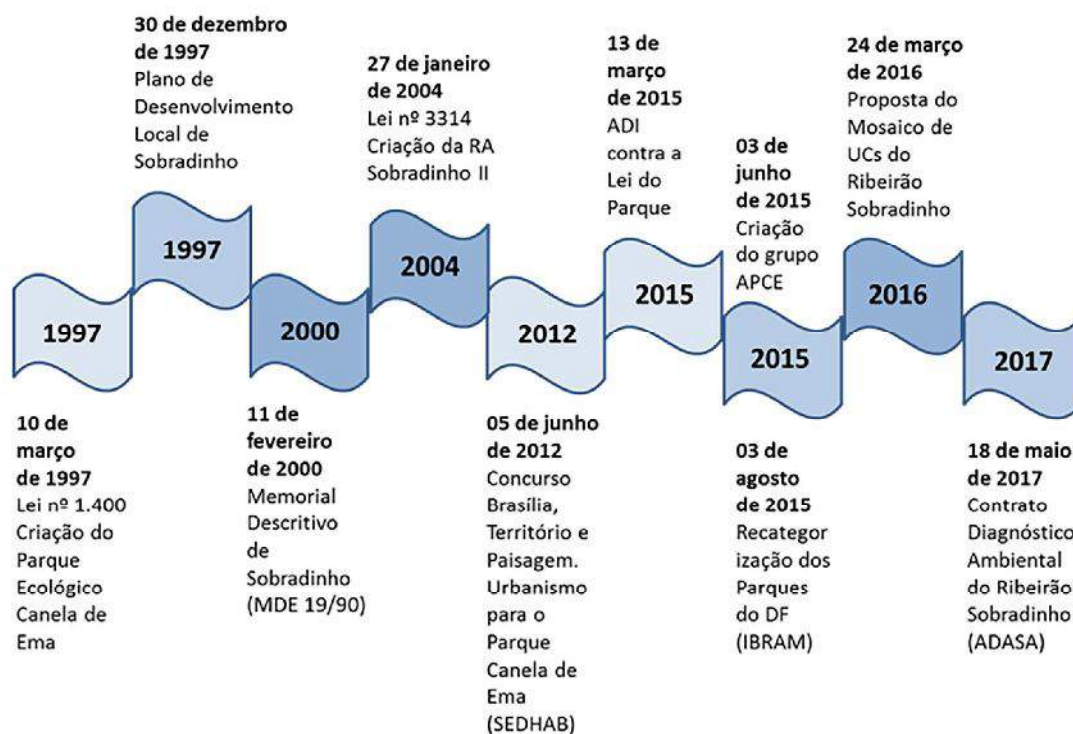
As recomendações do projeto não foram cumpridas. A região cresceu desordenadamente para dentro da área de preservação permanente.



MDE 19/90 folha 4/131(2000)

O projeto foi objeto de EIA/RIMA, havendo sofrido exigência pelo mesmo de redefinição da AR-2/4 em apenas dois lotes, um de área ambiental, englobando a área de feira e outro de uso institucional, encerrando a ocupação existente no local, lote este definido anteriormente como lote de uso rural.

LINHA DO TEMPO DO PARQUE CANELA DE EMA



Autoria: Rodolfo de Brito 2017

O movimento APCE surgiu em 2015, com apoio da Rede Serrana e da Administração Regional de Sobradinho II. Após alguns encontros, o grupo se fortaleceu e realizou uma série de ações de mobilização para a implementação do parque. A partir de então, passou a participar de grupos de trabalho no Instituto Brasília Ambiental (IBRAM) e na Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA).



1ª Caminhada dos Amigos do Parque Canela de Ema (2015)
Fotos: Jarbas Chagas

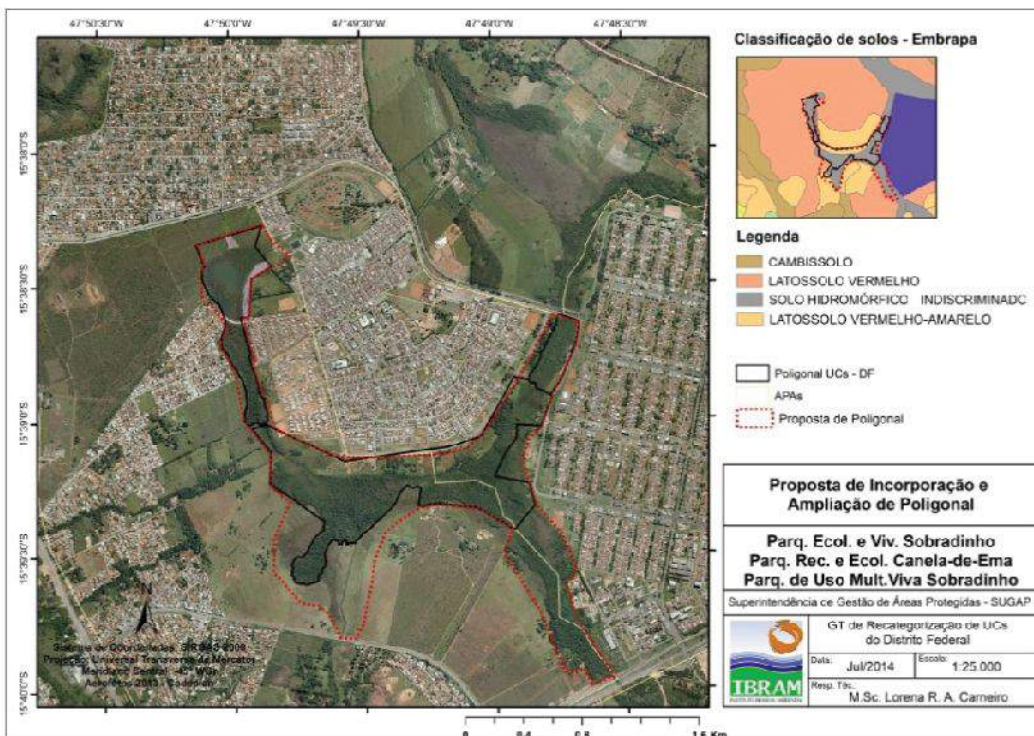


1º Seminário APCE (2015) e GT da Secretaria de Meio Ambiente (2016)
Fotos: Jarbas Chagas



No mesmo ano, o IBRAM abriu uma consulta pública online para recategorizar os parques e unidades de conservação do DF no Sistema Distrital de Unidades de Conservação (SDUC – Lei Complementar 827/2010). Todos os parques serão enquadrados nas categorias de unidades de conservação do SDUC.

O IBRAM apresentou uma proposta de integrar o Parque Canela de Ema com o Parque Cultura Viva Sobradinho e o Parque Recreativo Sobradinho II recategorizando-os como Refúgio da Vida Silvestre Canela de Ema:



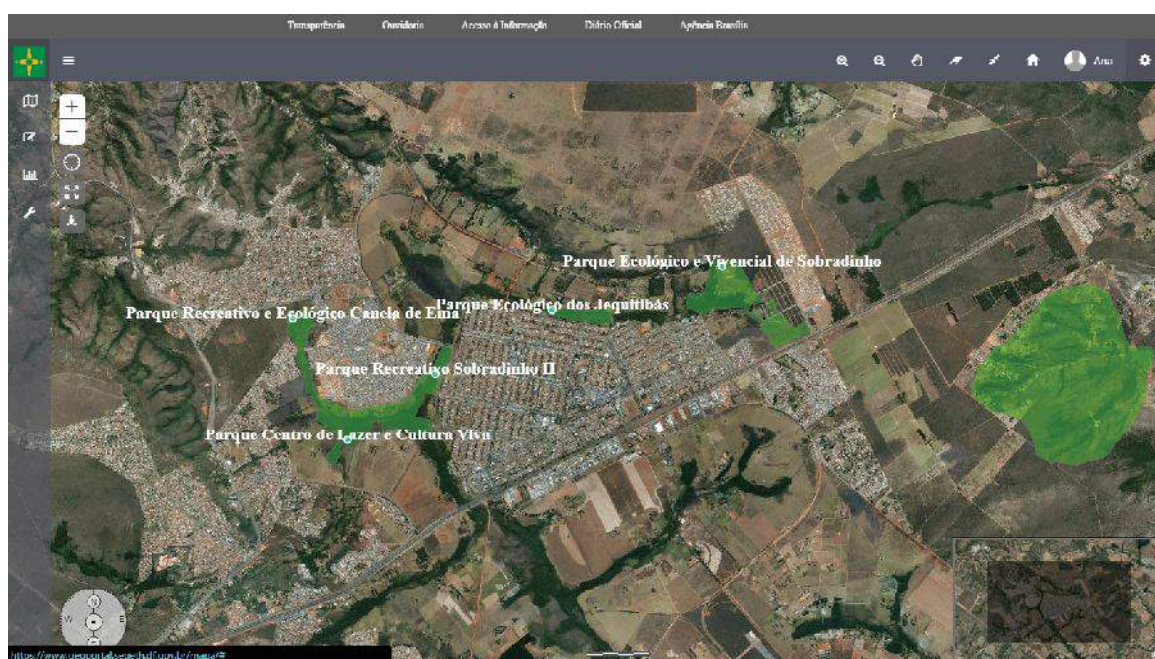
Proposta Recategorização IBRAM (2015)

Além do Parque Canela de Ema existem outros quatro parques no território do Ribeirão Sobradinho:

- ✓ Parque Ecológico e Vivencial de Sobradinho - Lei 1.457, de 05/06/1997
- ✓ Parque Recreativo Sobradinho II - Lei nº 923, de 19/09/1995
- ✓ Parque Centro de Lazer e Cultura Viva - Lei nº 743, de 25/10/2007
- ✓ Parque Ecológico dos Jequitibás - Decreto nº 16.239, de 28/12/1994

Só o Parque dos Jequitibás foi implantado. O Parque Vivencial de Sobradinho e o Parque Recreativo Sobradinho II também tiveram suas leis revogadas nos anos de 2013 e 2014 respectivamente.

Parques do território do Ribeirão Sobradinho
Autoria: APCE (2017)



O grupo APCE percebeu a necessidade de regularizar os outros parques. Assim, em 2016, apresentou ao GDF a proposta do Mosaico de Unidades de Conservação para Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho.

A proposta prevê a criação do Mosaico Sobradinho composto por três unidades de conservação, que conectam as nascentes e áreas de preservação permanente (APP), da zona urbana do Ribeirão Sobradinho:

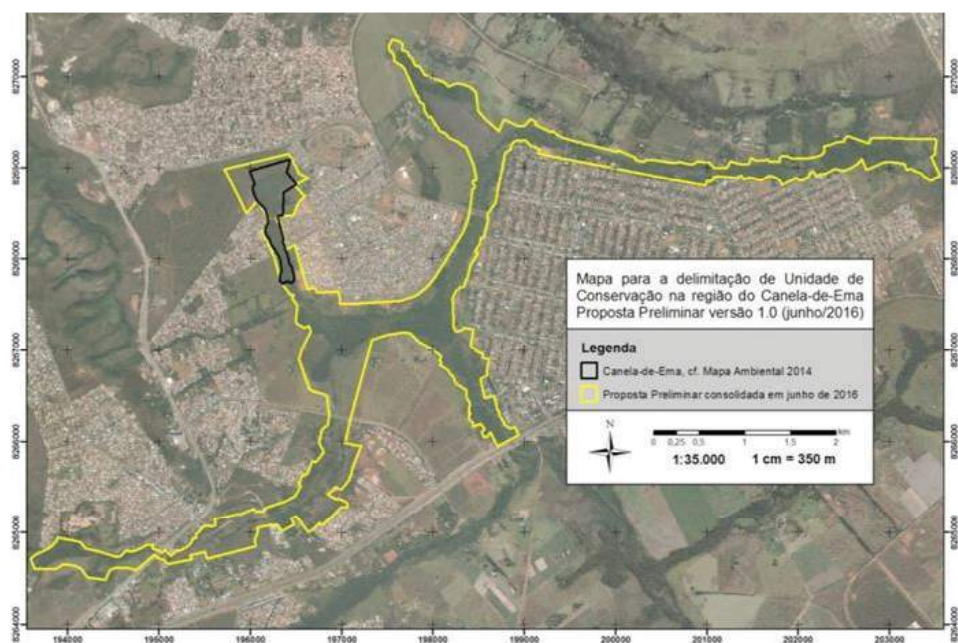
- ✓ Parque Ecológico dos Jequitibás
- ✓ Parque Distrital Canela de Ema
- ✓ Refúgio da Vida Silvestre Ribeirão Sobradinho

O mosaico tem o objetivo de consolidar áreas de lazer, ecoturismo e integração regional, compatibilizadas com a preservação da natureza e a recuperação das águas do Ribeirão Sobradinho.



Proposta Mosaico de Unidades de Conservação para bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho (2016)
Autoria: APCE

Essa proposta foi analisada pelo IBRAM que concluiu sobre a necessidade de contratar um diagnóstico ambiental (Pregão ADASA 18/2016) para definir as delimitações e categorias das unidades de conservação a serem adotadas na região. O mapa abaixo mostra a área onde serão realizados os estudos:



Proposta Preliminar para o Diagnóstico Ambiental (2016)

O Sistema Distrital de Unidades de Conservação (SDUC)

Os parques são um tipo de unidade de conservação. A legislação que estabelece os critérios e normas para a criação, implantação, alteração e gestão das Unidades de Conservação no Distrito Federal é o Sistema Distrital de Unidades de Conservação da Natureza – SDUC (Lei complementar nº 827, de 22/07/2010).

A participação social é uma das diretrizes do SDUC. O Art. 5º da lei define como sua finalidade:

I – assegurar a participação efetiva da sociedade na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

II – assegurar os mecanismos e os procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política distrital de unidades de conservação;

VIII – considerar as condições e as necessidades da população no desenvolvimento e na adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X – incentivar a população e as organizações privadas à gestão compartilhada das unidades de conservação dentro do sistema distrital;

O SDUC determina que todos têm o direito e o dever de ajudar na criação, implantação e na gestão das unidades de conservação, por isso é importante que a população conheça essa lei para garantir sua participação na recriação do Parque Canela de Ema!

As unidades de conservação são divididas em dois grupos:

USO SUSTENTÁVEL

Seu objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

- Área de Proteção Ambiental
- Área de Relevante Interesse Ecológico
- Floresta Distrital
- Parque Ecológico
- Reserva de Fauna
- Reserva Particular do Patrimônio Natural

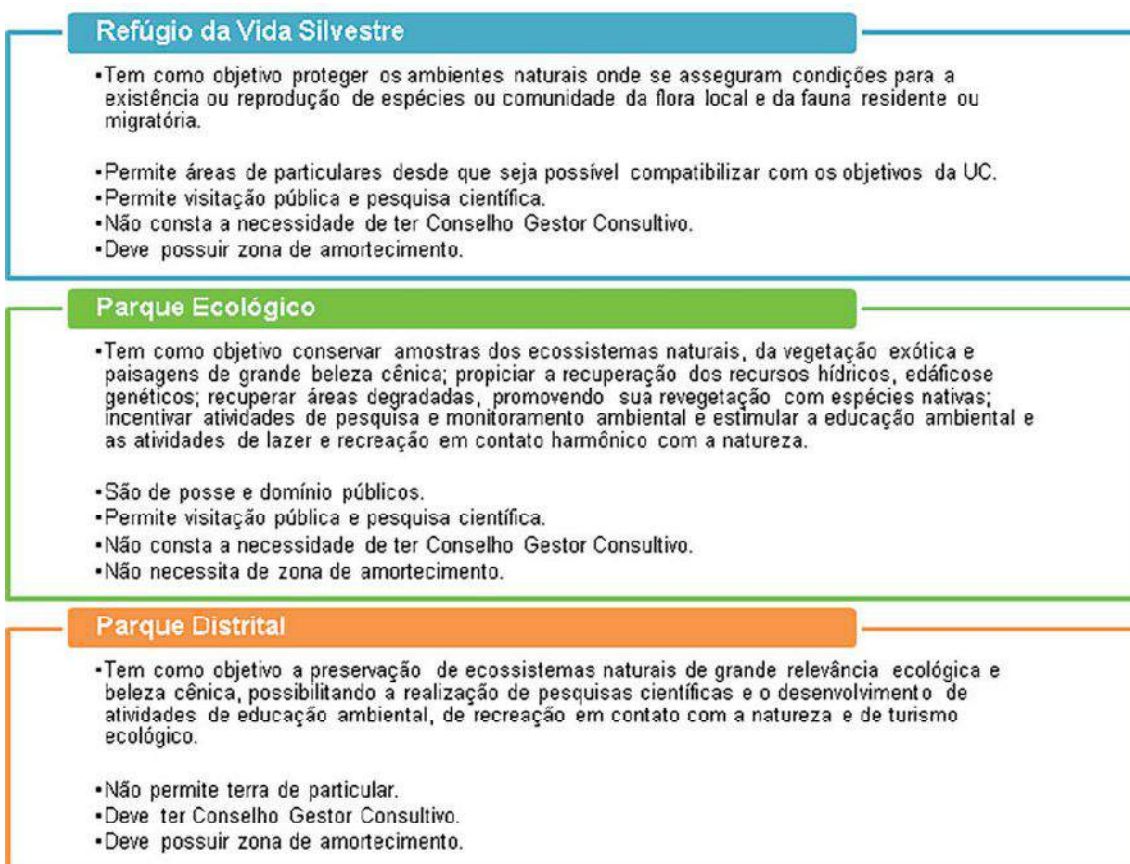
PROTEÇÃO INTEGRAL

Seu objetivo é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei Complementar.

- Estação Ecológica
- Reserva Biológica
- Parque Distrital
- Monumento Natural
- Refúgio de Vida Silvestre

Cada categoria de UCs tem objetivos e usos específicos. A escolha da categoria mais apropriada leva em consideração as características naturais, aspectos políticos, sociais, econômicos e outras questões destacadas pelo governo e pela população afetada. As três categorias de UCs possíveis para a nossa região, permitem tipos de usos bem parecidos. O que vai definir o que pode ser feito na unidade de conservação é o seu plano de manejo.

As alternativas de categorias de UCs apresentadas para recriar o Parque Canela de Ema são as seguintes:



Etapas de criação de uma Unidade de Conservação:

- ✓ A população pode participar de todas as etapas e tem o dever de acompanhar todo o processo.
- ✓ Na etapa de elaboração do diagnóstico ambiental e do plano de manejo a população deve ser ouvida para indicar as demandas socioambientais do seu território.
- ✓ Na consulta pública o poder público é obrigado a fornecer à população informações de fácil compreensão, de forma que todos possam identificar a localização, a categoria, as dimensões e os usos que a UC terá.

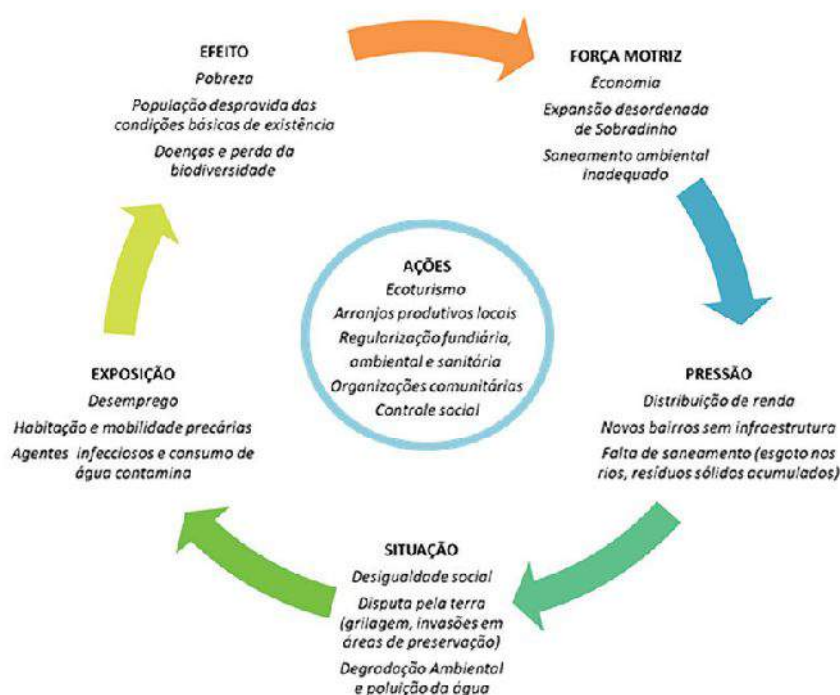


Como construir um Território Saudável e Sustentável

Para construir um Território Saudável e Sustentável é preciso tomar consciência da complexidade do nosso território e compreender os fatores que determinam a saúde e sua sustentabilidade ambiental. O ambiente afeta a saúde do ser humano a partir das transformações que o próprio ser humano faz sobre o ambiente. São vários os fatores que influenciam nossa qualidade de vida e bem estar. Esses fatores tem uma relação de causa e efeito.

Para entender isso podemos utilizar o Modelo de Indicadores Socioambientais conhecido como Matriz Força-Pressão-Situação-Exposição-Efeito-Ação (Ministério da Saúde, 2011), criado pela Organização Mundial de Saúde. No modelo, as *forças motrizes* geram *pressões* no território. Essas *pressões* modificam o estado do ambiente criando determinada *situação*. Essa *situação* leva a *exposição* da população a determinados riscos, ocasionando *efeitos* nocivos sobre a saúde.

Por exemplo: O saneamento ambiental inadequado é uma força motriz que gera uma pressão sobre a oferta de serviços e a geração de resíduos. Isso leva a uma situação de degradação ambiental e poluição da água. A população fica exposta a agentes infecciosos e ao consumo de água contaminada, causando como efeito doenças e a perda de biodiversidade. Veja na figura (matriz de indicadores) as relações entre alguns fatores que atuam no território do Parque Canela de Ema.



Matriz de indicadores socioambientais do território do Parque Canela de Ema. Autoria: Ana Schramm (2017)

Para criar um Território Saudável e Sustentável também é necessário descobrir e potencializar as experiências, capacidades e habilidades individuais, os sonhos, os recursos físicos, institucionais e econômicos existentes no território.

- O que nós podemos fazer para transformar nosso território?
- Quais são os nossos direitos e deveres?
- O que temos e o que sabemos fazer?
- Quem são nossos parceiros?



A participação social é a peça chave quando se quer construir um Território Saudável e Sustentável!

Vamos criar a nossa Comissão de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA e participar do futuro Conselho Gestor do Parque Canela de Ema!

Art. 11 - Às Comissões de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMAs incumbe promover a participação da comunidade e assessorar diretamente os Administradores Regionais, no que se refere ao planejamento, controle e fiscalização do uso racional dos recursos ambientais locais, propiciando a preservação e melhoria da qualidade de vida da comunidade. (DECRETO N.º 12.960, 28/12/1990 Política Ambiental do Distrito Federal)

Que parque queremos?

Para planejar o futuro do Parque Canela de Ema devemos levar consideração as seguintes questões:

Qual vai ser a sua poligonal? Quem fica dentro e quem fica fora?

Vai ser necessário desapropriar terras?

Quem vai administrar?

Quais as fontes de recursos?

Cabe a nós expressar nossas necessidades, interesses e aspirações sobre como deve ser o parque que queremos.

Quais são as vocações do Parque Canela de Ema?

Quais são nossos sonhos para o parque?

É possível explorar o turismo para sustentabilidade financeira do parque?

Como o parque pode transformar a nossa região e melhorar a qualidade de vida da população?

Que tipos de usos e equipamentos o parque deve ter para atender nossos sonhos?

Usos e Equipamentos Públicos

CONSERVAÇÃO E PRESERVAÇÃO	TURISMO ECOLÓGICO	INFRAESTRUTURA	ATIVIDADES SOCIOCULTURAIS	ATIVIDADES ECONÔMICAS
<ul style="list-style-type: none">• Preservação de APPs• Recuperação de áreas degradadas• Recuperação dos cursos d'água e nascentes• Conservação e manejo da Fauna Silvestre	<ul style="list-style-type: none">• Ecoturismo• Trilhas• Esporte de aventura• Tirolesa e arvorismo• Lazer contemplativo• Turismo histórico• Turismo cultural• Turismo para terceira idade• Observação de pássaros	<ul style="list-style-type: none">• Sede para administração• Ciclovias• Quadra poliesportiva• Campo de futebol• Skatepark• Parque infantil• Centro de artesanato• Centro de atividades culturais• Restaurantes• Quiosques• Centro de pesquisa• Iluminação• Acessibilidade• Banheiros públicos	<ul style="list-style-type: none">• Atividades religiosas• Atividades culturais• Atividades de promoção da saúde• Atividades educacionais• Atividades de educação ambiental	<ul style="list-style-type: none">• Eventos culturais (música / dança / teatro / cinema / exposições de arte)• Eventos comerciais• Publicidade• Artesanato• Viveiro de mudas• Comércio• Cobrança de entrada

O Centro de Ensino Fundamental 08 (CEF 08) de Sobradinho II tem promovido ações de educação ambiental e pesquisa no Parque Canela de Ema. Isso representa uma das vocações do parque!



Oficina na Semana de Educação para Vida (2017)
Foto: Ana Schramm



Este ano, os alunos com altas habilidades do CEF 08 criaram o projeto coletivo PRECE – Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema: por uma política de cidadania em Sobradinho II, com o objetivo de recriar o parque. O projeto ficou em 1º lugar na etapa regional do Circuito de Ciência na Escola!



Circuito de Ciência nas Escolas – Etapa Regional (2017) Foto: Aira Carina

Vamos nos juntar para sonhar e planejar o Parque Canela de Ema que queremos!

Precisamos descobrir as riquezas da nossa cidade, para que elas sejam preservadas e usufruídas por nós. Diante desse importante momento de definições, convocamos a população de Sobradinho e Sobradinho II para participar desse processo de planejamento. Nós sabemos o que é melhor para a nossa região!



Para saber mais

Glossário

Área de Preservação Permanente:

Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Corredores ecológicos:

Porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, interligando unidades de conservação, que possibilitam o fluxo gênico e o movimento da biota entre elas, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.

Plano de manejo:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, incluindo a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Unidade de conservação:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com o objetivo de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Uso direto:

Aquele que envolve consumo, coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais.

Uso indireto:

Aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.

Zona de amortecimento:

O entorno de uma unidade de conservação, urbano ou rural, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.



Amigos do Parque Canela de Ema

(61) 996728098 / 98413268 (Ana ou Pureza)

amigospce@gmail.com

<https://www.facebook.com/parquecaneladeema>



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Brasília

Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT)

(61) 3329-4609

psat@fiocruz.br

<https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/>



CARTILHA

TERRITÓRIO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL
NO PARQUE CANELA DE EMA
SOBRADINHO II – DF



RELATÓRIO DO CURSO “CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL NO PARQUE CANELA DE EMA”

DATA: 21 DE OUTUBRO DE 2017. PERÍODO: 8h às 12h.
LOCAL: CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL (CEF) 08
DE SOBRADINHO II - DF.

ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO
PROGRAMA DE PROMOÇÃO À SAÚDE, AMBIENTE E TRABALHO
AMIGOS DO PARQUE CANELA DE EMA

Ana Schramm

Brasília, novembro de 2017.



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	2
2. OBJETIVOS	5
3. METODOLOGIA.....	5
4. MATERIAL DE DIVULGAÇÃO.....	8
5. RESULTADOS.....	9
5.1. PARTICIPANTES	11
5.2. OS SONHOS.....	13
6. REFLEXÕES.....	20
7. CERTIFICADOS.....	22



1. APRESENTAÇÃO

O curso surge a partir da demanda de atores da Rede Serrana, na implementação do Programa Cidades Saudáveis (2012), em Sobradinho II – Distrito Federal, parceria da Gerência Regional de Brasília (GEREB) - FIOCRUZ com o Governo do Distrito Federal, para mitigar os impactos negativos à saúde advindos da degradação das áreas protegidas da região.

Em 2016, a demanda é retomada com uma pesquisa-ação do Mestrado em Políticas Públicas em Saúde sobre a construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis (TSS) na região. O desenvolvimento dessa pesquisa desencadeou uma série de ações de promoção da saúde no território, com o objetivo de qualificar a participação comunitária na formulação e implementação de políticas públicas saudáveis no território para a melhoria da qualidade de vida da população residente no entorno do Parque Canela de Ema, em Sobradinho II-DF.

Em 2017, a GEREB assinou o Acordo de Cooperação Técnico-Científica nº 71/2017 com a Secretaria de Estado de Saúde (SES/DF) e a Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde (FEPECS), o convênio foi publicado no Diário Oficial da União, nº116, no dia 20 de junho. Tal cooperação visa diversas ações de saúde, entre elas a construção de TSS, tendo como um dos seus objetivos desenvolver projetos para fomentar o desenvolvimento saudável e sustentável no DF com treinamento, capacitação e implementação de ações na região integrada de desenvolvimento do DF e entorno (RIDE).

O Curso de TSS foi idealizado tendo como base a Promoção da Saúde, na abordagem socioambiental do empoderamento comunitário, reforçado pelo princípio da construção de ambientes saudáveis. Ele compõe uma das etapas da pesquisa-ação, realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde da Escola Fiocruz de Governo (MPPPS – EFG), do projeto intitulado: “Promoção da Saúde no Território: Aprendizagem ativa para fortalecer a participação da comunidade na definição e controle social de



políticas locais”, com apoio do Programa de Promoção à Saúde, Ambiente e Trabalho – PSAT.

O curso insere-se como uma atividade de extensão universitária da Escola Fiocruz de Governo – EGF e como estratégia de implementação do Programa Interno de Territórios Saudáveis e Sustentáveis PITSS da GEREB. Com isso, a atividade representa ao mesmo tempo uma atividade de integração, inteligência e ensino.

Dessa forma, ao fortalecer as ações intersetorias de produção de conhecimento e aprendizado no território, o curso está contribuindo para o desenvolvimento local e a melhoria da qualidade de vida da população do DF, expandindo a Rede de Territórios Saudáveis e Sustentáveis do DF, além de contribuir com as ações do SUS no âmbito do DF. Com a realização do curso espera-se alcançar:

- Entendimento compartilhado sobre o contexto sanitário e socioambiental do território do entorno do Parque Canela de Ema, em Sobradinho II – DF;
- Promoção de um planejamento participativo, capaz de identificar as demandas e necessidades de saúde, bem como os recursos, potencialidades e capacidades da comunidade local, considerando as especificidades de gênero, raça/etnia, geração, orientação sexual e definindo estratégias e ações;
- Desenvolvimento de processos de formação, estudos e de instrumentos de apropriação sobre os direitos e às políticas de saúde e meio ambiente, visando à participação ativa e a inserção das populações vulneráveis de Sobradinho II nos diferentes espaços de participação e de controle social no SUS e em outras políticas sociais intersetoriais;
- Fortalecimento e a ampliação de espaços formais e informais intergeracionais, de construção de vínculos de confiança, a partir dos quais possam surgir soluções criativas e formas de luta para superação da determinação social da saúde, através de atitudes e hábitos emancipatórios e de promoção de vida e saúde;



- Produção de conhecimento sobre a implementação e formulação de práticas e políticas locais, que contribuam para a promoção da saúde, prevenção de doenças e inclusão social por meio do desenvolvimento sustentável, do fortalecimento da participação social, da cidadania, da qualidade de vida, assim como a redução de problemas relacionados à injustiça e as questões de saúde e ambiente.

O Curso de TSS visa fortalecer a autonomia e a participação da comunidade na resolução de seus problemas ambientais e de saúde; a articulação de pesquisadores, movimentos sociais e gestores para promover intercâmbio, análise e propostas de ação, que valorizem os saberes locais, baseadas no planejamento territorializado e participativo e um modo de governança para o desenvolvimento sustentável local.

A formatação final do curso deu-se pela articulação do grupo Amigos do Parque Canela de Ema (APCE), ligado à pesquisa-ação do projeto do MPPPS-EFG com o Centro de Ensino Fundamental 08 de Sobradinho II (CEF-08), por meio do projeto “PRECE - Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema: Por uma política de cidadania em Sobradinho II”. O projeto é uma construção coletiva dos alunos de Altas Habilidades/Superdotação, resultado da oficina da Semana de Educação para Vida 2017, oferecida pelo grupo APCE. O projeto ganhou a etapa regional do Circuito de Ciências do SEE-GDF (15 de setembro de 2017) e o 2º lugar no Prêmio FAP/DF de Ciência, Tecnologia e Inovação na escola pública, Edital nº 08/2017.

O curso foi certificado pela Escola Fiocruz de Governo, com a coordenação do PSAT, em parceria com o grupo APCE, CEF 08 de Sobradinho II, Administração Regional de Sobradinho II, Rede Serrana e com a SEMA-DF.



2. OBJETIVOS

Geral:

Qualificar a participação da população de Sobradinho II para sua inserção no processo político de criação do Parque Canela de Ema, visando o fortalecimento de Territórios Saudáveis e Sustentáveis no DF.

Específicos:

- Construir o entendimento sobre os desafios e potencialidades sociais, ambientais e sanitários da região.
- Promover discussão sobre o direito à saúde, à cidade e ao meio ambiente, que contribua para uma participação comunitária qualificada no processo político de criação das Unidades de Conservação da região.
- Mapear os interesses, aspirações e demandas da população local para a construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis.
- Construir um mapa de uma ocupação sonhada para o Parque Canela de Ema.

3. METODOLOGIA

A prática pedagógica do curso sustenta-se na concepção da pesquisa-ação transdisciplinar que oferece um caminho para mediar conflitos e valorizar a diversidade social, cultural e cognitiva dos envolvidos, na realização do intercâmbio entre saberes e experiências e na construção coletiva de conhecimentos, planos e ações do processo investigativo. Como abordagem prática o curso utiliza a metodologia do *Dragon Dreaming*, de Croft (2012), voltada para a realização de projetos criativos, colaborativos e sustentáveis a partir dos sonhos e visões coletivas.



O curso aborda as noções básicas sobre: determinação social da saúde; participação social na gestão dos bens públicos; Governança da Água e do Território; Sistema Distrital de Unidades de Conservação; Estatuto da Cidade, relacionados ao contexto socioambiental da região de Sobradinho II e ao processo político de criação e implementação do Parque Canela de Ema.

Divide-se em dois momentos:

No primeiro momento são abordados de forma expositiva e dialogada os conteúdos teóricos, o processo histórico e político do parque, e os resultados do projeto PRECE. Por meio de Datashow, maquetes, painéis e pelo Material de Apoio para Construção de TSS no Parque Canela de Ema.

No segundo momento é feita a técnica do Círculo dos Sonhos, do método do *Dragon Dreaming* para elaborar o Mapa de Ocupação Sonhada para o Parque Canela de Ema. Utiliza-se um mapa de base com o desenho da vista aérea do Parque, para imprimir os sonhos, registrá-los e compartilhá-los por meio: de tarjetas coloridas, canetas, bastões, giz de cera, cartões coloridos e colas.

No Círculo dos sonhos são feitas perguntas geradoras, que são respondidas individualmente em tarjetas, podendo ter várias rodadas. Os sonhos são apresentados por outra pessoa, que o descrevem como se o sonho já tivesse acontecido. Em outra rodada pode-se ler o sonho dizendo como irá realizá-lo. O mapa é elaborado registrando os sonhos que foram categorizados e discutidos, em formato de desenhos, colagens e escritas. No final faz-se uma leitura do mapa e uma reflexão sobre a prática do curso.



Programação:

08h00 - Acolhimento (Mística de abertura e acordo inicial)

08h30 – Apresentação do projeto PRECE (alunos de Altas Habilidades)

09h00 - Apresentação do material de apoio (Roda dialogada)

09h30 - Lanche

10h00 - Círculo dos Sonhos

10h30 - Construção do mapa

11h30 - Leitura do mapa (avaliação)

Para a realização do curso foi produzido pelo APCE, com o apoio do PSAT e da ASCOM da FIOCRUZ, o material didático: “Material de Apoio para Construção de um Território saudável e Sustentável no Parque Canela de Ema”, com o objetivo de apoiar a sensibilização da população de Sobradinho e Sobradinho II sobre o processo de recriação do Parque Canela de Ema para a construção de um Território Saudável e Sustentável na região.

O público alvo é composto por lideranças comunitárias, moradores e gestores de Sobradinho e Sobradinho II interessados na criação do Parque Canela de Ema e na recuperação do Ribeirão Sobradinho.



4. MATERIAL DE DIVULGAÇÃO

CURSO LIVRE
DA ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO

PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE,
AMBIENTE E TRABALHO - PSAT

CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO
SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL NO PARQUE
CANELA DE EMA, EM SOBRADINHO II - DF

Aberto para todos os interessados.

DATA: 21 DE OUTUBRO DE 2017
HORÁRIO: 8h às 12h
LOCAL: CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 08
CEF 08 DE SOBRADINHO II

MAIS INFORMAÇÕES:
61 096725098

**Curso Livre de Construção de um
Território Saudável e Sustentável no
Parque Canela de Ema**

Programação:

- # 8h - Acolhimento
- # 8h20 - Apresentação projeto PRECE CEF 08
- # 8h40 - Apresentação do APCE
- # 9h - Lanche
- # 9h20 - Círculo dos sonhos
- # 10h - Construção do mapa
- # 11h30 - Leitura do mapa
- # 12h - Feijoada Robótica (R\$ 20,00 para ajudar os alunos a participarem da Olimpíada Brasileira de Robótica em Curitiba/PR) - Opcional

Data: 21/10/2017

Local: CEF 08 Sobradinho II

Horário: 8h às 12h

Vamos sonhar e planejar juntos!



5. RESULTADOS

O curso foi divulgado nas principais redes sociais da escola e da comunidade, com uma semana de antecedência. Ocorreu em um sábado de manhã, na sala de projeção do CEF 08 de Sobradinho II, com 40 minutos de atraso. No primeiro momento os alunos apresentaram os resultados do projeto PRECE, depois o APCE trabalhou com o conteúdo do material didático e o debate terminou com a fala do gestor da SEMA. A discussão maior se fixou na necessidade de ampliar a poligonal do Parque e na definição da categoria de unidade de conservação.



Imagem 1 – Primeiro momento do Curso TSS.

No intervalo a escola forneceu um lanche. Após o lanche foi feita a dinâmica do Círculo dos Sonhos, com a utilização das tarjetas. Os participantes responderam as perguntas geradoras: *Qual é o meu sonho para o Parque Canela de Ema? Como o parque deve ser para que eu o utilize e me comprometa a cuidar dele?* Cada uma dessas perguntas gerou pelo menos uma resposta individual. As tarjetas foram trocadas e os sonhos lidos por outro participante. Os sonhos foram experimentados e compartilhados.



Imagem 2 – Tarjetas com os sonhos.

Os sonhos das tarjetas foram categorizados (Quadros 1 e 2) e materializados no mapa da área do Parque, utilizando os materiais plásticos disponíveis. O mapa de base foi feito em um tecido de Tnt branco, antes do começar o curso, enquanto as pessoas chegavam. De forma livre os sonhos foram desenhados no mapa na medida em que se discutiam os problemas e soluções, as experiências e as aspirações. Outras perguntas geradoras foram feitas para estimular a produção de mais sonhos e ideias para ilustrar o mapa.



Imagem 3 – Círculo dos sonhos.

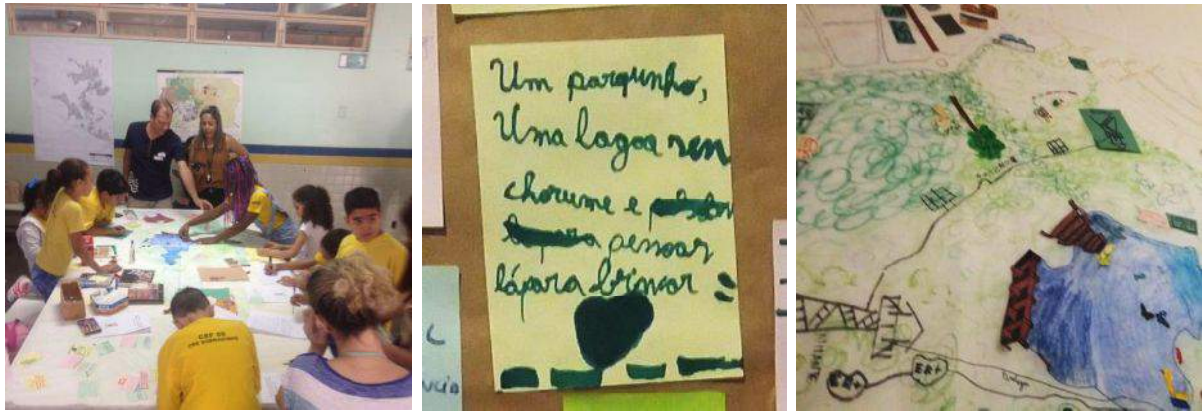


Imagem 4 – Elaboração dos mapas

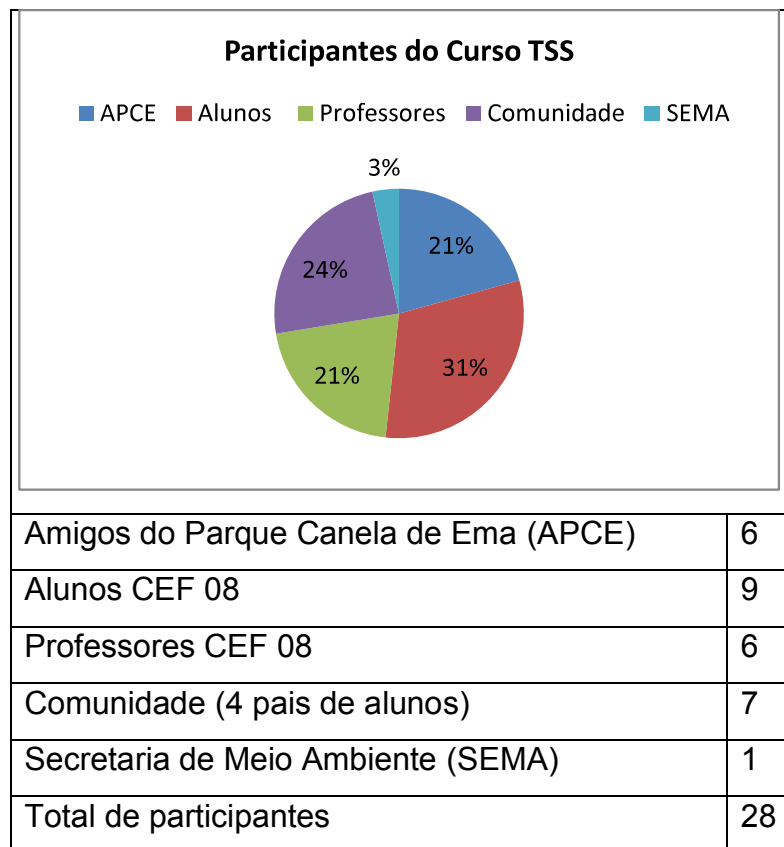


Imagem 5 – Participantes do curso

5.1. PARTICIPANTES

Participaram do curso trinta e duas pessoas, das quais apenas vinte e oito fizeram a inscrição completa para serem certificadas. Estes participantes certificados foram analisados quanto a sua origem. São eles: seis membros do grupo Amigos do Parque Canela de Ema, cinco professores do CEF 08, nove alunos do CEF 08, seis pessoas da comunidade e um gestor da SEMA-DF.

Gráfico 1 - Participantes do curso:



O Gráfico 1 mostra que a maior participação foi dos Alunos (31%), seguida da Comunidade (24%), em que 4 dos participantes são pais de alunos. Em terceiro lugar ficaram empatados os Professores e o APCE (21%). A participação da “comunidade escolar” foi a maior, pois inclui alunos, pais e professores.

Infere-se do Gráfico 1 que o curso teve uma alta representatividade, pois a participação foi bem distribuída entre seus principais públicos, a escola, a comunidade e grupo APCE. Que por sua vez representam o grande público dos moradores da região, o que confere legitimidade ao processo de participação comunitária. A presença de um gestor da SEMA-DF foi suficiente para fazer a contextualização institucional, sem inibir a participação da comunidade. Apesar disso, faltou a participação de outras importantes lideranças relacionadas à questão do Parque Canela de Ema, que justificaram suas ausências.



5.2. OS SONHOS

O conteúdo das tarjetas continham as respostas para as duas perguntas geradoras: “Qual é o meu sonho para o Parque Canela de Ema?” e “Como o parque deve ser para que eu o utilize e me comprometa a cuidar dele?”. Os resultados obtidos das tarjetas foram sistematizados e divididos em **cinco** categorias de análise a partir da classificação dos tipos de uso e equipamentos públicos apresentados no “Material de Apoio para Construção de um TSS no Parque Canela de Ema”.

As categorias de análise são as seguintes e serão utilizadas nos Quadros 1 e 2, que foram elaborados para auxiliar a avaliação dos conteúdos das tarjetas:

- Conservação e Preservação (CP)
- Turismo Ecológico (TE)
- Infraestrutura (IN)
- Atividades Socioculturais (AS)
- Atividades Econômicas (AE)

Algumas tarjetas com sonhos foram quantificadas em mais de uma categoria de análise. Um exemplo foi uma solicitação de parque infantil, que foi contabilizada nas categorias de infraestrutura (IN) e atividades socioculturais (AS) simultaneamente.

Quadro 1: Respostas e ocorrências da pergunta geradora: Qual é o meu sonho para o Parque Canela de Ema:

Categoria de tipos de uso e equipamentos					Pergunta geradora: Qual é o meu sonho para o Parque Canela de Ema?
CP	TE	IN	AS	AE	<i>Respostas (sonhos nas tarjetas)</i>
			X		<i>Um Parque para passear com a família.</i>
				X	<i>Um parque que traga desenvolvimento econômico e social para região de Sobradinho II.</i>
		X			<i>Um parque que tenha um deck.</i>
X				X	<i>Virar um dos maiores e melhores parques de Brasília.</i>
		X			<i>Uma lagoa com pedalinhas e caiaques!</i>
X	X			X	<i>Que o parque seja bonito e legalizado.</i>
			X	X	<i>Com muita participação da comunidade.</i>
X	X	X	X		<i>Parque de preservação, recreativo com um mirante!</i>
X			X	X	<i>Que o parque seja legalizado e seja um parque que todo mundo pode usar.</i>
X	X		X		<i>Um parque recreativo e ecológico.</i>
X			X		<i>Um local de preservação e diversão.</i>
		X	X		<i>Com área de lazer e poliesportiva.</i>
X	X	X			<i>Um parque de turismo, brinquedos, contato com a natureza, trilhas e tirolesa.</i>
X			X		<i>Sonho com lugares preservados, pessoas respeitando todas as espécies de vida.</i>
X					<i>Um parque seguro para os bichos, plantas e pessoas.</i>
		X	X		<i>Onde possamos estar em plenitude com deus e ser feliz.</i>
X				X	<i>Que o parque seja preservado e valorizado pelo governo e comunidade.</i>



X					<i>Que as águas brotem do chão ao som do cantar de diversos pássaros que bailam alegremente sobre as encantadoras árvores do cerrado.</i>
	X	X	X		<i>Um parque com pesca, intervenções de pesquisa e quadra de esportes. Turismo ecológico, festival, etc.</i>
X			X		<i>O parque dos meus sonhos é um parque sem sujeira, sem chorume, sem desordem, com muitos atores envolvidos.</i>
	X	X			<i>Seja um parque com trilhas e uma sede para reunir a comunidade.</i>
			X		<i>Muita coisa para se divertir. Quero que seja um parque ideal.</i>
X					<i>Um parque com água limpa para consumo.</i>
X					<i>Um parque com diversos animais.</i>
X					<i>Eu desejo que o parque tenha animais, aves, répteis, árvores, flores, samambaias, frutas, rios e lagos. Eu amo o Parque Canela de Ema.</i>
15	06	08	12	06	25 sonhos nas tarjetas
47					Categorias identificadas



Quadro 2: Respostas e ocorrências da pergunta geradora: Como o parque deve ser para que eu o utilize e me comprometa a cuidar dele?

Categoria de tipos de uso e equipamentos					Pergunta geradora: Como o parque deve ser para que eu o utilize e me comprometa a cuidar dele?
CP	TE	IN	AS	AE	<i>Respostas (Sonhos nas tarjetas)</i>
		X			<i>Tenha portais de acesso e proteção para as crianças.</i>
X	X		X		<i>Seja recreativo e ecológico.</i>
X			X	X	<i>Uma boa preservação da comunidade e do governo.</i>
X	X	X	X	X	<i>Precisa ser regularizado, educativo, parquinho, trilhas, vôlei, campo de futebol, tirolesa, ciclovia, área para observar, área social, segurança, museu, salão, show, competições, apresentações, deck, veterinário, escola, sede IBRAM, quiosque, corredor ambiental, palco e loja de canoagem.</i>
		X	X	X	<i>Anfiteatro que seja referência com relação arte/natureza. Com circo e teatro. Com parcerias de universidades e coletivos de artistas.</i>
X				X	<i>Árvores nativas. Viveiro.</i>
X		X	X		<i>Segurança, Limpo, Educação Ambiental, Lugar de convivência pacífica do homem com a natureza.</i>
X		X	X		<i>Um parquinho, uma lagoa sem chorume e pessoas lá para brincar.</i>
X		X			<i>Animais, estação de preservação, lago com águas limpas. Segurança e infraestrutura. Casas de banho.</i>
	X	X			<i>Uma pista de ciclismo.</i>
	X	X			<i>Deck.</i>
X	X	X	X	X	<i>Ampliação do parque com trilhas de caminhada e</i>

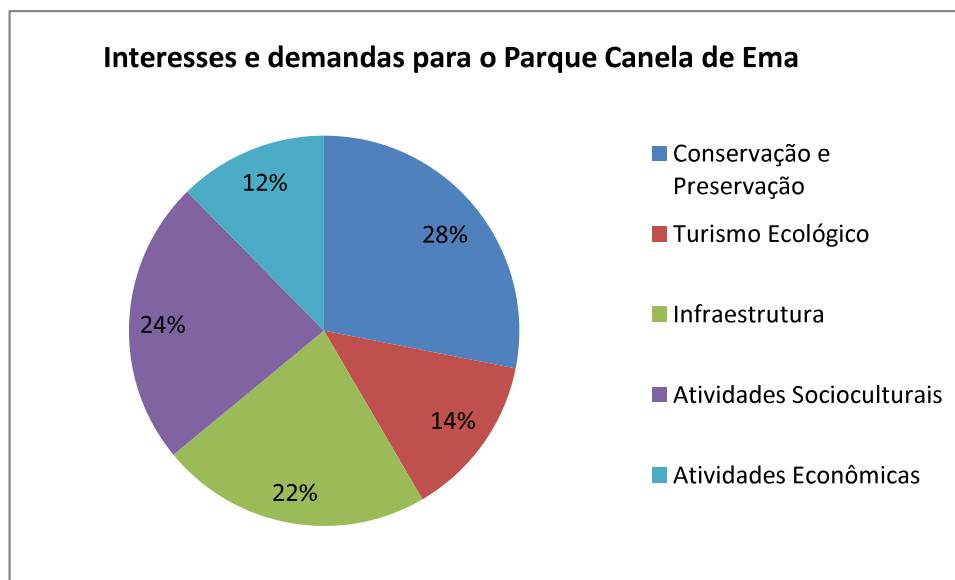


					<i>ciclismo. Estacionamento, pracinha, animais e salão de festas.</i>
	X	X			<i>Mirante.</i>
		X	X		<i>Segurança, centro de educação ambiental, área de lazer, anfiteatro.</i>
X					<i>Ampliar a área para DF-150, para corredores de fauna com a REBIO Contagem.</i>
X		X	X		<i>Estação de estudos da fauna e da flora, Centro de visitação. Animais vivendo tranquilamente.</i>
10	06	12	09	05	40 sonhos nas tarjetas
42					Categorias identificadas



Para indicar quais são os maiores interesses e as demandas do público participantes para o Parque Canela de Ema, foi gerado o Gráfico 2 apresentando o percentual de ocorrência das categorias de análise das respostas referentes às duas perguntas geradoras do CÍRCULO DOS SONHOS. As ocorrências dos dois grupos de respostas somaram: 25 para categoria Conservação e Preservação, 12 para a categoria Turismo Ecológico, 20 para a categoria Infraestrutura, 21 para categoria Atividades Socioculturais e 11 ocorrências para a categoria Atividades Econômicas.

Gráfico 2 – Interesses e demandas para o Parque Canela de Ema



No Gráfico 2 a categoria CP teve o maior número de ocorrências 25 (28%), a AS teve a segunda maior ocorrência 21 ocorrências (24%), seguidas da IN com 20 ocorrências (22%), do TE com 12 ocorrências (14%) e AE com 11 ocorrências (12%). Considera-se que as categorias AS, TE e a AE juntas traduzem o interesse pelo uso comunitário do parque. Sendo assim, teríamos um interesse maior no uso comunitário (50%) do que para a conservação e preservação (28%). A categoria IN também está relacionada com o uso comunitário, mas se referem a equipamentos públicos que podem ser tanto para preservação quanto para a recreação. O fato de que a maior parte das respostas estarem relacionadas ao uso comunitário pode ser explicado pelo



perfil dos participantes, que em sua maioria são moradores da comunidade, trazendo consigo a necessidade de apropriação da área para o uso.

Apesar dessa ponderação as respostas dos dois grupos de perguntas em suma, revelam o interesse dos participantes em se construir um ambiente para preservação das espécies da flora e da fauna e para usufruto da população que mora no entorno do parque e que não dispõe de áreas de lazer e para práticas de esportes, ensino e pesquisa ambiental.

Os interesses e demandas para o Parque Canela de Ema, extraídos dos sonhos dos participantes do curso apresentados no Gráfico 2 estão relacionados com conteúdo teórico do primeiro momento do curso, e com os anseios pessoais para a ocupação do Parque. Alguns dos participantes desconheciam os tipos e usos e os equipamentos públicos que o parque poderia ter e com o conteúdo apresentado puderam sonhá-los. Outros sonhos estavam diretamente relacionados à história que a pessoa já tinha com o Parque.

O conteúdo dos sonhos também foi analisado por uma apresentação visual utilizando a ferramenta da Nuvem de Palavras, do programa *Wordart*, disponível no sítio <https://wordart.com/>. Foi gerada uma representação gráfica (Figura 1) que descreve os termos mais frequentes das falas retiradas das tarjetas da dinâmica do Círculo dos Sonhos, referentes às respostas das perguntas geradoras: *Qual é o meu sonho para o Parque Canela de Ema?*, *Como o parque deve ser para que eu o utilize e me comprometa a cuidar dele?*



Os participantes tiveram uma noção geral sobre o direito à saúde, à cidade e ao meio ambiente, e o papel da participação comunitária no processo político de criação das unidades de conservação. Esses conceitos foram explorados nos dois momentos do curso, primeiro na exposição didática e apresentação do projeto PRECE, e depois reforçados nos diálogos durante a construção do mapa.

Ao olhar para o Parque sobre a perspectiva da saúde e da cidadania, e sobre o que o Parque pode trazer de benefício para a comunidade, os participantes reconheceram as potencialidades do ambiente e o seu papel para transformá-lo.

A análise dos sonhos evidenciou que o interesse dos participantes pelo Parque Canela de Ema está voltado para a necessidade da comunidade em ter áreas de lazer e recreação na sua região, como também para necessidade de preservar e recuperar os atributos naturais já existentes no Parque.

Essa preocupação aparece principalmente nos sonhos dos alunos do projeto PRECE, provavelmente porque já estavam sensibilizados sobre a importância ecológica do parque. As crianças evidenciaram a necessidade de se recuperar a água da nascente da Lagoa Canela de Ema, diante da crise hídrica. A grande inquietação das crianças era sobre a questão da regularização do Parque e da responsabilidade do GDF na criação da lei.

Os professores questionaram a viabilidade e celeridade na criação do parque, pois estavam preocupados em manter a expectativa dos alunos. Também defenderam o Parque como extensão da escola. Os pais revelaram o desejo de um Parque que ofereça segurança pública, com cercas, iluminação e policiamento para poder ser usufruído de forma segura por sua família.

O curso permitiu o reencontro de alguns membros do grupo APCE que estavam afastados. No final os participantes disseram ter gostado do curso, pois viram que os sonhos são bem parecidos e possíveis de acontecer, e que se juntassemos as forças seria mais fácil transformar o ambiente. O curso foi uma atividade interativa, leve, divertida e esperançosa. As crianças ficaram emocionadas e declararam seu amor pelo futuro parque e seu

comprometimento em lutar para criá-lo. A participação dos pais foi fundamental para apoiar as futuras ações dos alunos.

Os sonhos colhidos no curso representam os interesses e demandas da comunidade para a construção de um TSS no Parque Canela de Ema. O mapa pode ser considerado um instrumento de consulta para a construção da proposta final da poligonal e de categoria de UC a serem adotadas para o Parque Canela de Ema.

A construção do Mapa de uma Ocupação Sonhada para o Parque Canela de Ema pode ser entendida como instrumento de governança da comunidade para ser utilizado no planejamento participativo na formulação e implementação de políticas e práticas de saúde no território.

O curso contribuiu para a qualificação da participação comunitária no processo político de criação do Parque Canela de Ema, e dessa forma fortaleceu a rede de Territórios Saudáveis e Sustentáveis no DF.

7. CERTIFICADOS

Quadro 6 – Quadro de participantes para certificação

Certificados Curso Territórios Saudáveis e Sustentáveis no Parque Canela de Ema			
Certificado	Nome	Documento	Instituição
Coordenador do curso	André Luiz Dutra Fenner	713847909-34	FIOCRUZ
Docência	Ana Schramm	911141601-72	APCE/FIOCRUZ
	Tatiana Oliveira Novaes		FIOCRUZ
Coordenador pedagógico do território	Maria Soares Pureza	584118101-78	APCE
	Jarbas Farias Chagas	334097221-49	APCE
	Rodolfo Siqueira de Brito	168618988-56	APCE
	Raquel Souza Rabelo	552081421-04	PROFESSOR CEF 08
	Leonel Graça Generoso Pereira	279357101-63	SEMA
	Lucy Mary Rocha Bispo	664938545-04	PROFESSOR CEF 08
Participantes 9 ALUNOS 2 APCE 3 COMUNIDADE 3 CEF 08 4 PAIS TOTAL: 21 +	Breno Rios da Silva	Certidão de Nascimento Livro A nº 174, Página 18, Termo 84918, data: 13/08/2007	ALUNO
	Daniel Carvalho Marques	Certidão de Nascimento matrícula 0255100155	ALUNO



<p>4 APCE 2 CEF 08 1 SEMA</p> <p>TOTAL: 07</p> <p>TOTAL: 28</p> <p>6 APCE 5 PROFESSORES CEF 08 9 ALUNOS 7 COMUNIDADE 1 SEMA</p>		2011 00173 288 0071408 01	
	Eduardo Borges Vidal	Certidão de Nascimento Livro A Nº 63, Fls 63, Termo 19563, Data 08/10/2007	ALUNO
	Sophia Santos Aguilar	033349591-80	ALUNA
	Daphne Santos Aguilar	050315351-64	ALUNA
	Lara Iasmin Rodrigues Guimarães	080567171-45	ALUNA
	Davi Moreira Fernandes	048693671-75	ALUNO
	Lucas Duarte Maia	066781581-30	ALUNO
	Letycia do Carmo Batista	078458591-17	ALUNA
	Mônica Anastácio Neres	896231931-49	MÃE - COMUNIDADE
	Oswaldo da Silva Santos	023684426-18	PAI - COMUNIDADE
	Esmeralda Moreira Fernandes	426620281-49	MÃE - COMUNIDADE
	Jeice Annie dos Santos	090690097-22	COMUNIDADE
	Galdino Rodrigues Rebouças	339746081-68	APCE
	Jurandy Brandão Marinho Filho	606430561-49	APCE
	Maria Júlia Leite	729360026-72	MÃE - COMUNIDADE
	Diogo Pacher Ferreira	017319701-96	PROFESSOR CEF 08
	Aira Carina Pessoa Pereira	610602591-68	PROFESSOR CEF 08
	Hildete Palmeira Cruz	227048685-49	COMUNIDADE
	Alexandre David Zeitune	213408438-38	PROFESSOR CEF 08
Mariana Jessica Rodrigues Pereira	032374971-26	COMUNIDADE	



CARTA DOS AMIGOS DO PARQUE CANELA DE EMA PARA O PLANO DISTRITAL DE SANEAMENTO BÁSICO

É com muita esperança no futuro que o grupo de Amigos do Parque Canela de Ema participa da Audiência Pública do Plano de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos em Sobradinho. Temos esperança no futuro, pois acreditamos que, apesar dos graves problemas ambientais existentes na bacia hidrográfica do Ribeirão Sobradinho, ainda há tempo para salvar o Ribeirão Canela de Ema, o Ribeirão Paranoazinho e o Ribeirão Sobradinho.

Esses rios passam por Sobradinho e Sobradinho II e fazem parte das vidas das pessoas que moram nessas comunidades. Eles são utilizados para abastecimento de água e disposição final de esgotos domésticos e efluentes industriais.

Temos dados e informações concretas para afirmar que esses rios estão morrendo!

O Governo do Distrito Federal e a nossa população não estão cuidando corretamente desses corpos hídricos. São inúmeros os danos ambientais que assolam diariamente esses ribeirões. Segue lista abaixo dos principais danos ambientais que identificamos e desejamos que sejam considerados na construção do PDSB, e que também serão objeto de denúncia ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

- 1) A drenagem pluvial do cemitério de Sobradinho despeja efluente de necrochorume na nascente da lagoa Canela de Ema em Sobradinho II. Existe canal de concreto para viabilizar esse escoamento.
- 2) O aterro com passagem de manilhas construído entre os bairros Buritis e Condomínios (Sobradinho III) está obstruindo a vazão do Ribeirão Canela de Ema. Devido a esse barramento, a Lagoa Canela de Ema aumentou seu espelho d'água em 6 vezes nos últimos 10 anos causando a morte de muitos buritis nativos.
- 3) O bairro Buritis recebeu redes de coleta de esgoto sanitário há três anos, porém essa rede ainda não foi interligada à ETE Sobradinho, pois existe a necessidade da construção de uma estação elevatória de esgotos. Essa estação foi licitada há um mês, mas foi deserta, nenhuma empresa se interessou pela obra. Enquanto isso, no bairro Buritis a comunidade, equivocadamente, interligou suas fossas na rede construída. Como a rede não foi interligada, os esgotos domésticos do bairro Buritis transbordam diariamente pelos PVs, sujando ruas e causando doenças em crianças. Não obstante a isso, esses esgotos domésticos escoam diretamente para o Ribeirão Canela de Ema.
- 4) A ETE Sobradinho da CAESB não consegue tratar todo efluente que chega na estação de tratamento de esgotos, ocasionando o lançamento de esgoto doméstico sem tratamento no Ribeirão Sobradinho.
- 5) Apesar de já não suportar o volume de esgotos domésticos que chegam na estação, a CAESB insiste em centralizar o tratamento de esgotos domésticos na ETE Sobradinho. Um exemplo disto é a futura interligação dos esgotos domésticos do bairro Setor de Mansões Sobradinho (aproximadamente 15.000 habitantes) que está prevista para essa estação subdimensionada.



6) As estações elevatórias de esgotos da CAESB em Sobradinho transbordam com frequência causando lançamento de esgoto doméstico sem tratamento no Ribeirão Sobradinho

7) As redes de drenagem pluvial de Sobradinho estão repletas de ligações clandestinas de esgotos. É preciso corrigir esse problema pois é mais um caminho para o esgoto doméstico sem tratamento atingir o Ribeirão Sobradinho.

8) É preciso intensificar a fiscalização na região de Sobradinho e Sobradinho II para conter emergencialmente as invasões e remanejar com dignidade aqueles que ocupam as Áreas Preservação Permanente desses ribeirões.

9) Existem áreas de transbordo de resíduos sólidos nas margens do Ribeirão Sobradinho operadas por caçambeiros e carroceiros. É preciso regulamentar essa situação.

10) A Bonasa, grande empresa do ramo de alimentos, lança grandes volumes de efluentes com elevada carga orgânica no Ribeirão Sobradinho e tem graves problemas com a regularização do seu licenciamento no IBRAM.

11) O condomínio CABV faz captações de água bruta para abastecimento de suas unidades habitacionais utilizando poços profundos em áreas próximas das nascentes do Ribeirão Sobradinho, no Horto Florestal.

12) Os parques de Sobradinho com exceção do Parque dos Jequitibás nunca foram implementados e apresentam um quadro de abandono e degradação ambiental.

É preciso agir logo, planejar com seriedade e trabalhar duro para impedir que esses rios morram nos próximos vinte anos. Não queremos um Tietê em Sobradinho e em Sobradinho II.

O grupo de Amigos do Parque Canela de Ema é composto por pessoas de diversas origens e segmentos, e sonha para salvar o Ribeirão Canela de Ema, o Ribeirão Paranoazinho e o Ribeirão Sobradinho.

Sobradinho II-DF, 22 de julho de 2016.

Proposta para edital de patrocínio da Fundação Banco do Brasil

Dados do Proponente

Razão social: Associação SOSRIBEIRÃO

CNPJ: 23.696.145/0001-74

Endereço: Quadra 2-A Casa 03 Condomínio Morada dos Nobres, no Bairro de Sobradinho.

Cidade: Sobradinho

UF: DF

Responsável legal: Raimundo Pereira Barbosa

CPF do responsável: 143516841-00

Dados do Evento

Nome do evento: **2º Seminário Amigos do Parque Canela de Ema e ASSOCIAÇÃO SOSRIBEIRÃO: Pela Revitalização, Conservação e Proteção do Ribeirão Sobradinho. (Slogan – “ÁGUA PARA A VIDA”)**

Período de realização: setembro de 2017.

Cidade: Sobradinho UF: DF

Local de realização: Centro de Atividades Socioambiental de Sobradinho - Casa do Ribeirão

Valor total do evento: **56.540,00**

Valor já captado: **16.600,00**

Patrocinadores confirmados:

Fundação Oswaldo Cruz – 7.200,00

Jardim Botânico de Brasília – 5.400,00

Universidade de Brasília/Centro de Referência de Conservação da Natureza e Recuperação de Áreas Degradadas – 4.000,00

Valor solicitado à Fundação BB: 39.940,00

Leis de Incentivo: Não

O evento conta com lei de incentivo fiscal? Não

Público Alvo: Comunidade urbana e rural do território do Ribeirão Sobradinho, alunos do Centro de Ensino Fundamental e de Educação de Jovens e Adultos 07 de Sobradinho II-DF e do Centro de Ensino Médio 01 de Sobradinho-DF.

(O público alvo é constituído por gestores, professores e alunos da rede pública de ensino de Sobradinho (CEM 01) e Sobradinho II (CEF 07), no contexto da educação formal; e a comunidade em geral, no contexto da educação não formal).

Faixa etária: Jovens e adultos

Gênero: Todos

Classe econômica: Todas com ênfase maior para o público de baixa e média renda.

Quantidade de participantes: 60

Atividades

O seminário ocorrerá em três dias consecutivos, de sexta à domingo no mês de setembro na região de Sobradinho-DF. A data será pactuada com as escolas e lideranças participantes. As atividades do seminário estão organizadas em 5 eixos desenvolvidos ao longo da programação:

Eixo 1- Acolhida: Sensibilização, música e pactuação da metodologia e objetivos da programação do dia. Esta atividade acontece no início e no final de cada dia.

Eixo 2- Feira de Experiências: Roda de conversa para compartilhar os conhecimentos individuais e tradicionais ligados ao meio ambiente. Mostra de artes e experiências locais que acontecerá durante os três dias de evento. Antes do evento será feito uma chamada para os artistas, produtores rurais e lideranças locais inscreverem seus trabalhos e intervenções.

Eixo 3- Compartilhar aprendizagens: Painéis de especialistas sobre o contexto sociopolítico atual do território do Ribeirão Sobradinho e de suas unidades de conservação. Estudo dos subsídios das leis irmãs do desenvolvimento sustentável (Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Distrital de Unidades de Conservação, Estatuto da Cidade, Diretrizes Urbanísticas da Região). Estudo de técnicas de cartografia participativa. Compartilhamento de noções básicas sobre o uso dos aplicativos *Google Earth* e *Google Maps* para visualizar as características geográficas, físicas e de pontos de interesse do território do ribeirão, e facilitar a análise das características espaciais e das restrições de uso e ocupação do solo na região de acordo com o Código Florestal brasileiro (Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012).

Eixo 4- Construir instrumentos de governança: Elaboração do mapa de demandas sociais por meio de procedimentos digitais e manuais, para construção de estratégias de governança. Os dados registrados nas caminhadas e o conhecimento construído sobre a políticas vigentes serão utilizados na construção do mapa. O mapa será impresso em lona e entregue as lideranças para uso posterior.

Eixo 5- Reconhecer território: Caminhadas de exploração ecológica para quatro pontos de interesse ao longo da margem do Ribeirão Sobradinho. Mostrar a região em tela por meio da observação dos pontos de interesse, onde os participantes conheçam algumas características geográficas, hidrográficas e geológicas, bem como, as restrições de uso e ocupação do solo. Serão utilizadas ferramentas como celulares, câmeras fotográficas e de vídeos para coleta de dados. As caminhadas dos dois primeiros dias serão feitas a pé, saindo da Casa do Ribeirão até os pontos de interesse, passando pela cidade e zonas de conflito ambiental. No último dia será necessária uma saída de ônibus até o ponto da caminhada.

Programação:

Primeiro dia

9h Café da manhã cultural – Mostra de artes e compartilhamento de experiências da comunidade.

9h30 Acordo Inicial – Apresentação do Seminário e pactuação da agenda.

10h30 Caminhada de exploração ecológica a 1º ponto de interesse para construção do mapa de demandas (Parque dos Jequitibás).

12h Almoço – Mostra de Artes e Experiências Locais (Cinema).

14h Painéis sobre a Revitalização, Ribeirão Sobradinho e Arena Política de Criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Bacia do Ribeirão Sobradinho.

16h Lanche

16h30 Mapa colaborativo *Google Maps*

Segundo dia

9h Café da manhã cultural – Mostra de artes e experiências locais.

9h30 Caminhada de exploração ecológica para o 2º ponto de interesse para construção do mapa de demandas sociais (Parque Vivencial, Passarela, carroceiros e Lagoa Canela de Ema).

12h Almoço – Mostra de Artes e Experiências Locais (Cinema)

14h Oficina Cartografia para a construção do mapa de demandas sociais

16h Lanche

16h30 Primeira discussão e socialização do Mapa de Demandas Sociais

Terceiro dia

9h Café da manhã cultural – Mostra de artes e experiências locais

9h30 Saída de campo para o 3º e o 4º pontos de interesse para a construção do mapa de demandas (Córrego Paranoazinho e o Horto Florestal).

13h Almoço – Mostra de Artes e Experiências Locais - Compartilhar as imagens das visitas aos pontos de interesse.

14h Finalização do Mapa de Demandas Sociais

15h Encerramento – Apresentação do Boi de Seu Teodoro.

Descrição:

O 2º Seminário dos Amigos do Parque Canela de Ema e Associação SOSRIBEIRÃO – pela Revitalização, Conservação e Proteção do Ribeirão Sobradinho está inserido em um ciclo de ações junto à comunidade das cidades de Sobradinho e Sobradinho II – DF que visam desenvolver instrumentos de governança da água e do território na sub bacia do Ribeirão Sobradinho, tributário do alto da bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu no Distrito Federal. Este ciclo de ações, realizado pelo grupo Amigos do Parque Canela de Ema e pela Associação SOS Ribeirão tem o apoio da Fundação Oswaldo Cruz – Brasília e Administração Regional de Sobradinho I e II, e tem o objetivo iniciar a construção de uma consciência socioambiental e ética que deverá favorecer e contribuir de maneira significativa para o empoderamento da comunidade nesse processo. Este processo será apresentado no Processo Cidadão do 8º Fórum Mundial da Água, em março de 2018 na cidade de Brasília -DF.

O território do ribeirão, composto por vários cursos d'água e nascentes é a região mais elevada do Distrito Federal e está inserido dentro da malha urbana das regiões administrativas de Sobradinho e Sobradinho II. Caracteriza-se pela relação desarmônica de suas áreas protegidas que estão abandonadas pelo estado e pela pressão antrópica da cidade, que impôs a alocação de populações socialmente vulneráveis em áreas de extrema sensibilidade ambiental. Diversos crimes ambientais ocorrem advindos da falta de saneamento básico e de gestão dos resíduos sólidos, o que expõe a população local aos problemas de saúde ligados à contaminação do ribeirão. O Ribeirão Sobradinho morto do ponto de vista ambiental corre o risco de desaparecer. Se isto ocorrer desaparecerá um dos maiores patrimônios ambientais da região. E, junto com ele, desaparecerá também, a memória histórica e cultural da ocupação humana dessa região. Por outro lado, o ribeirão possui ainda diversas nascentes e matas ciliares, dentre outros atributos ambientais, que o tornam um espaço privilegiado e sensível, de extrema importância para manutenção dos recursos hídricos e ambientais na região norte do Distrito Federal.

O movimento popular Amigos do Parque Canela de Ema e a Associação SOS Ribeirão vem atuando junto ao governo local na luta pela recuperação do ribeirão e implantação das unidades de conservação existentes ao longo do rio desde 2011. No ano de 2016, conseguiu colocar na agenda do governo uma proposta de criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Ribeirão Sobradinho, onde vem discutindo e colaborando com dados essenciais para a construção de uma proposta que contemple os anseios e demandas da comunidade. Diante deste cenário faz-se necessário desenvolver uma série de ações propostas no projeto de seminário em tela, para promover o empoderamento da comunidade local para contribuir no processo político de criação das Unidades de Conservação - Refúgio da Vida Silvestre Ribeirão Sobradinho e Parque Ecológico Canela de Ema.

O público alvo do seminário são as lideranças comunitárias, gestores, professores e os estudantes do Ensino Médio e do Ensino de Jovens e Adultos no território do Ribeirão Sobradinho. O Centro de Atividades Socioambientais, conhecido como Casa do Ribeirão, localizada à margem do Ribeirão Sobradinho simboliza o espaço de atividades de educação socioambiental da região. O espaço que existe há mais de 20 anos, no momento está em desuso pela comunidade local e precisa ser reapropriado para dar

sentido à sua finalidade. A administração do governo local cedeu o espaço e está apoiando as ações do grupo Amigos do Parque Canela de Ema e a Associação SOS Ribeirão.

O seminário tem o apoio das Administrações Regionais de Sobradinho e Sobradinho II, do Conselho de Cultura e do Conselho de Saúde da região, do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, da Fundação Oswaldo Cruz – Brasília e da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA. O seminário contará com o apoio institucional das instituições: Jardim Botânico de Brasília, Universidade de Brasília, Conselho da APA do Planalto Central - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, além de ambientalistas e outros interessados da região.

O marco conceitual adotado neste Seminário está fundamentado nas Orientações da Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9.795/99 que instituiu o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA – e no Programa Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – PNRH - instituído pela Lei nº 9.433/97, pela Lei 6.938/81 que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente, pelo Sistema Distrital de Unidades de Conservação o SDUC e pelo Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001. Este Seminário indica também, a Educação Ambiental como instrumento permanente para que o indivíduo adquira a percepção do seu ambiente na sua complexidade.

Serão utilizadas diferentes metodologias participativas na construção destes instrumentos como: a cartografia social, a dinâmica de sinergia das leis brasileiras que instituíram políticas públicas de desenvolvimento sustentável, a partir da Lei Federal nº 9.433/97, também chamadas de leis irmãs, e a formulação de estratégias de governança para o desenvolvimento sustentável local.

A cartografia social é uma metodologia utilizada com sucesso no Brasil, principalmente na região Amazônica, e no Nordeste. Ela pressupõe que os sujeitos que vivenciam uma realidade social que a queiram modificar, participem ativamente do seu processo, por meio da geração presente ou futura a partir do empoderamento do grupo.

Espera-se como resultado deste evento a mobilização e sensibilização da comunidade e do governo local sobre a necessidade de se promover a revitalização, a conservação e a proteção do ribeirão, além da construção de um mapa com as demandas sociais da comunidade do território de Ribeirão Sobradinho que servirá para subsidiar suas

estratégias de governança nas futuras ações que irá realizar. As demandas sociais surgirão a partir da reflexão territorial baseada no conhecimento legal trazido pelos painéis de debate.

O seminário irá contribuir para qualificar a participação da comunidade na formulação e implementação de políticas públicas saudáveis no território para a melhoria da qualidade de vida da população, através do empoderamento político e cognitivo dos representantes da comunidade das Regiões Administrativas de Sobradinho e Sobradinho II – DF.

Objetivos

Objetivo geral:

Desenvolver instrumentos de governança por meio da cartografia social, como tecnologia social, para inserção da comunidade de Sobradinho e Sobradinho II no processo de criação das unidades de conservação da bacia hidrográfica do Ribeirão Sobradinho no Distrito Federal.

Objetivos específicos:

Promover a participação da comunidade na construção do entendimento sobre os problemas e desafios socioambientais do território do Ribeirão Sobradinho.

Destacar a importância das áreas especialmente protegidas na preservação e recuperação dos corpos hídricos.

Inserir a comunidade no processo de criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Ribeirão Sobradinho.

Mapear os atores interessados na recuperação do Ribeirão Sobradinho.

Construir um Mapa de Demandas Sociais da região.

Orçamento

Orçamento 2º Seminário APCE – Salve o Ribeirão Sobradinho				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Serviço especializado em logística de eventos para instalação e manutenção de equipamentos de áudio, vídeo, incluindo, computadores, telas de projeção e link de internet e Wifi (p/ 60 pessoas, p/ 03 dias).	Serviço	01	15.000,00	15.000,00
Locação de veículos (Micro ônibus executivo) para 60 pessoas para 1 dia (Diária de 4 horas)	Diária	02	1.000,00	2.000,00
Aluguel de 4 tendas 10x10	Tenda	04	1.000,00	4.000,00
Impressão de 50 cartazes no tamanho A3, com 4/0 cores em papel reciclado 150g (A arte será fornecida em CD)	Cartaz	50	3,00	150,00
Impressão de 200 folders no tamanho A5, com duas dobras, 4/4 cores em papel reciclado 150g (A arte será fornecida em	Folder	200	1,50	300,00

CD)				
Confecção de 02 banners coloridos (Impressão) medindo 90 x 120 cm em lona impressa com acabamento.	Banner	02	90,00	180,00
Confecção de 4 faixas de sinalização do seminário medindo 70 x 300 cm em lona impressa colorida.	Faixas	04	150,00	600,00
Criação de página na internet do evento.	Site	01	5.000,00	5.000,00
Contratação de empresa para arte gráfica do evento.	Arte gráfica	01	2.000,00	2.000,00
200 mudas para reflorestamento.	Mudas	200	20,00	400,00
Pró-labore equipe mediadora composta por 1 assistente social, 1 geógrafo, 1 turismólogo, 1 educador ambiental, 1 engenheiro ambiental, 1 pesquisador em saúde e 1 gestor ambiental.	Equipe de mediação	600 x 7 pessoas x 3 dias	4.200,00	12.600,00
Impressão do mapa de demandas sociais em lona colorida com acabamento medindo 200 x 100 cm.	Impressão	05	200,00	1.000,00
Impressão de 60 certificados no tamanho A4, 4/1 cores em papel reciclado 150 g.	Certificado	60	10,00	600,00

Confecção de camisetas em malha fria com logomarca do FCS e do tema gerador (15 tamanhos P, 15 tamanhos M e 20 tamanhos G).	Camiseta	60	15,00	900,00
Confecção de bolsas em algodão com logomarca do evento.	Bolsa	60	10,00	600,00
Confecção de bonés com a logomarca do evento.				
Aluguel de Jogos de mesa de plástico com quatro lugares para (três) 03 dias de evento.	Mesa / cadeira	15 jogos x 03 dias	10,00	450,00
Confecção de squeeze com logomarca do evento.	Squeeze	60	6,00	360,00
Café da manhã para 60 pessoas para 03 dias.	60 x 3 dias	60	20,00	1.200,00
Lanche da tarde para 60 pessoas para 03 dias.	60 x 3 dias	60	20,00	1.200,00
Almoço para 60 pessoas para 03 dias.	60 x 3 dias	60	40,00	2.400,00
Apresentação artística do grupo cultural da região Boi de Seu Teodoro.	Espetáculo musical	01	2.000,00	2.000,00
Total – Serviço de Terceiros				56.540,00
Total solicitado à FBB				39.940,00

Serviços já captados				
Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
200 mudas para reflorestamento	Mudas	200	20,00	4.000,00
Pró-labore equipe mediadora composta por 1 assistente social, 1 geógrafo, 1 turismólogo, 1 educador ambiental, 1 engenheiro ambiental, 1 pesquisador em saúde 1 gestor ambiental.	Equipe de mediação	600 x 7 pessoas x 3 dias	4.200,00	12.600,00
Total				16.600,00



8th WORLD WATER FORUM
 March 2018, Brasilia– Brazil
CITIZEN’S PROCESS

Call for proposals for the Citizen’s Process
 PHASE 1

Participação Social dos moradores de Sobradinho-DF e Sobradinho II-DF na criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho e na recuperação da nascente Canela de Ema.

STRUCTURAL INFORMATION	
<p>STAFF INVOLVED</p> <p>THE NUMBER OF PAID STAFF MEMBERS, EMPLOYEES, COLLABORATORS, VOLUNTEERS ETC.</p> <p>PROVIDE THE FUNCTIONAL STRUCTURE AND THE ANNUAL BUDGET.</p>	<p>Proposta dos Amigos do Parque Canela de Ema (APCE) e Associação SOS Ribeirão</p> <p>Contatos: Ana Schramm (APCE;996728098 e 33294708; amigospce@gmail.com; schrammana@gmail.com) Jarbas Chagas (APCE;983508673; jarbasfacha@gmail.com) Raimundo Pereira (SOS Ribeirão;999831207; raimundo.pbarbosa@gmail.com)</p> <p>Membros envolvidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Membros da Associação SOS Ribeirão (3 participantes) - Membros do grupo Amigos do Parque Canela de Ema (5 participantes) - Associação Mar Vermelho (2 participantes) - Associação Vida Plena (2 participantes) - MLT (Movimento de Luta pela Terra – Acampamento José Wilker) (5 participantes) - FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz Brasília (3

	<p>pesquisadores) - Administração Regional de Sobradinho II e Administração Regional de Sobradinho (2 técnicos) TOTAL DE PARTICIPANTES: 22 envolvidos</p> <p>A estrutura disponível para a realização das atividades é o Centro de Atividades Socioambientais, conhecido como Casa do Ribeirão, localizado na Avenida do Contorno Quadra 09 às margens do Ribeirão Sobradinho. A Administração Regional de Sobradinho cedeu o espaço e está apoiando as ações do grupo Amigos do Parque Canela de Ema e da Associação SOS Ribeirão.</p> <p>Orçamento anual estimado em R\$ 5.000,00, obtido por meio de doações e parcerias com a comunidade e instituições públicas e privadas.</p>
<p>INFORMATION COMMUNICATION</p> <p>EXPLAIN YOUR COMMUNICATION/ OUTREACH STRATEGY AND TOOLS (WEB-BASED CONTACT, COMMUNITY MEETINGS ETC.; DO YOU HAVE A WEBSITE, LIST-SERVER, COMMUNITY MEETING PLACE ETC. THAT YOU ARE ABLE TO USE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Reuniões comunitárias realizadas em Sobradinho II-DF e em Sobradinho-DF desde agosto de 2015. - Reuniões de articulação e cooperação técnica com instituições e órgãos públicos distritais e federais (Secretaria das Cidades/GDF, SEMA/GDF, IBRAM/GDF, ADASA/GDF, ICMBio, FIOCRUZ, NOVACAP, SLU, CAESB, SEGETH/GDF, MPDFT, JBB e TERRACAP). - Seminários e eventos comunitários nas duas regiões administrativas do território do Ribeirão Sobradinho. - Divulgação de eventos e andamentos dos trabalhos na internet por meio de Facebook e lista de e-mails - Grupos de trabalho e de mobilização pelo Whatsapp - Parceria com Rádios comunitárias e mídias locais. - Abaixo assinado disponibilizado na internet para recriação do Parque Canela de Ema. - Mapa de Demandas Sociais colaborativo online no <i>Google Maps</i>. Disponível em: (https://www.google.com.br/maps/@-15.641325,-47.8592846,8206m/data=!3m2!1e3!4b1!4m2!6m1!1s1mexhzszLM5AmkF2EBSCSyZDOO5c?hl=pt-BR)

PROJECT PROPOSAL FOR THE CITIZEN'S PROCESS

<p>TITLE OF THE PROJECT</p> <p>PROVIDE AN OBJECTIVE, CLEAR AND APPEALING IDENTIFICATION OF THE ACTIVITY NAME (SO EVERYBODY UNDERSTANDS IMMEDIATELY WHAT YOU ARE GOING TO DO AND WANTS TO ACHIEVE)</p>	<p>Participação Social dos moradores de Sobradinho-DF e Sobradinho II-DF na criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Sobradinho e na recuperação da nascente Canela de Ema.</p>
--	--

<p>GOALS OF THE PROPOSAL</p> <p>MAIN OBJECTIVE AND OUTCOME OF THE ACTIVITY YOU ARE AIMING FOR</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Mobilizar os participantes do 8º FMA para salvar as águas do Ribeirão Sobradinho, por meio do relato de experiência dos movimentos sociais Amigos do Parque Canela de Ema e SOS Ribeirão no processo de criação e implementação das unidades de conservação na bacia hidrográfica do Ribeirão Sobradinho e na recuperação da nascente Canela de Ema. - Realizar uma dinâmica com o Mapa Colaborativo do Território do Ribeirão Sobradinho, para apresentar as demandas sociais e coletar contribuições dos participantes do 8º FMA. - Visitar a lagoa Canela de Ema em Sobradinho II-DF, para apresentar aos participantes do 8º FMA seus atributos naturais, culturais e seus impactos ambientais.
<p>DURATION OF THE ACTION</p> <p>GIVE A CLEAR DESCRIPTION OF THE INTENDED PERIOD OF IMPLEMENTATION OF THE ACTIVITY AND SITUATE IT AS EITHER PRIOR TO, DURING, OR AFTER THE 8TH WORLD WATER FORUM.</p> <p>PROVIDE A PROVISIONAL INDICATION OF THE EXPECTED START AND FINISH DATES OF THE PROPOSED ACTIVITY.</p>	<p>Durante o FMA esperamos um espaço de pelo menos 15 minutos para o Relato de Experiência, 30 minutos para a dinâmica do Mapa Colaborativo e um <i>stand</i> para mostra da experiência que funcione durante todo o evento.</p> <p>Para os participantes do FMA que manifestarem interesse, haverá uma caminhada de 30 minutos ao redor da lagoa Canela de Ema, em Sobradinho II – DF. O tempo de deslocamento de carro entre o Centro de Convenções e a Lagoa Canela de Ema é de 25 minutos. Total da atividade: 1h40 minutos.</p> <p>O tempo total das atividades sugeridas para serem realizadas durante a programação do 8º FMA será de <u>2 horas e 45 minutos</u> para as três atividades propostas, incluindo a apresentação do relato de experiência (15 minutos), dinâmica de mapa colaborativo (25 minutos) e visita à Lagoa Canela de Ema (1 hora e 40 minutos).</p>

<p>PROPOSAL DESCRIPTION</p> <p>DESCRIBE THE PROPOSAL IN A CLEAR AND BRIEF MANNER IDENTIFYING THE TARGET AUDIENCE, PARTNERS INVOLVED, MAIN ACTIVITIES, COMMUNICATION / OUTREACH AND EXPECTED RESULTS.</p>	<p>Apresentação</p> <p>Esta proposta visa apresentar a experiência do grupo Amigos do Parque Canela de Ema e da Associação SOS Ribeirão na construção metodológica junto aos moradores de Sobradinho e Sobradinho II do Distrito Federal, com o objetivo de desenvolver instrumentos de governança da água e do território na sub-bacia do Ribeirão Sobradinho, tributário do alto da bacia hidrográfica do Rio São Bartolomeu no Distrito Federal. Este processo de empoderamento comunitário, alinhado com o princípio constitucional da participação social na gestão dos bens públicos, tem trazido boas oportunidades para os atores envolvidos atuarem na governança do território do Ribeirão Sobradinho.</p> <p>O território físico sobre a perspectiva da bacia hidrográfica do Ribeirão Sobradinho abrange três regiões administrativas e pertence à bacia do Rio São Bartolomeu, que deságua no Rio Paraná. Suas nascentes estão na zona urbana de Sobradinho e Sobradinho II, tendo como principal afluente o córrego Paranoazinho. O ribeirão é o principal conector ambiental entre as unidades de conservação: REBIO Contagem, APA de Cafuringa e APA do Rio São Bartolomeu, e se sobrepõe a APA do Planalto Central.</p> <p>O território do ribeirão, composto por vários cursos d'água e nascentes é a região mais elevada do Distrito Federal e está inserido dentro da malha urbana das regiões administrativas de Sobradinho e Sobradinho II. Caracteriza-se pela relação desarmônica de suas áreas protegidas que estão abandonadas pelo estado e pela pressão antrópica da cidade, que impôs a alocação de populações socialmente vulneráveis em áreas de extrema sensibilidade ambiental. Diversos crimes ambientais ocorrem advindos da falta de infraestrutura urbana e inadequação do sistema de saneamento, o que expõe a população local aos problemas de saúde ligados à contaminação do ribeirão. Outro grave problema são as inúmeras ocupações irregulares nas áreas de preservação permanente do Ribeirão Sobradinho.</p> <p>Os maiores impactos do ribeirão estão relacionados ao saneamento básico. A própria companhia de saneamento (CAESB), não faz o tratamento de metade do esgoto que recebe, além de não finalizar os sistemas – há vários trechos em que falta a elevatória e tratamento descentralizado. O Ribeirão Sobradinho corre o risco de desaparecer. Se isto ocorrer desaparecerá um dos maiores patrimônios ambientais da região. E, junto com ele, desaparecerá também, a memória histórica e cultural da ocupação humana da área.</p> <p>Por outro lado, o ribeirão possui ainda diversas nascentes e matas ciliares, dentre outros atributos ambientais, que o tornam um espaço privilegiado e sensível, de extrema</p>
---	--

	<p>importância para manutenção dos recursos hídricos e ambientais na região norte do Distrito Federal. Foram criados em alguns trechos do ribeirão algumas unidades de conservação. Dentre elas destaca-se o Parque Canela de Ema, situado no centro de Sobradinho II. O parque foi criado por lei em 1997, mas até hoje não saiu do papel. Ele é formado por uma lagoa natural que deságua no córrego Paranoazinho, afluente do Ribeirão Sobradinho. Sua rica vegetação composta por veredas, buritizais, murundus, diversidade de ave fauna e outros atributos ambientais refletem sua beleza cênica, seu potencial para a qualidade de vida e exploração do turismo. Entretanto a lagoa é contaminada pelo chorume do cemitério, pelos esgotos não tratados lançados em suas águas, sofre erosão das águas pluviais dos condomínios e ainda apresenta uma lâmina d'água descaracterizada pela barragem construída pelos moradores. Atualmente, é possível constatar na lagoa a perda de diversos atributos ambientais tais como a morte de buritis e introdução de espécies exóticas da flora e da fauna. Se por um lado parte da comunidade não se apropriou – criou territorialidade – dessas áreas, como espaços de lazer e qualidade de vida, devido à falta de estrutura, a poluição do ribeirão, e pelos problemas de saúde relacionados à falta de saneamento ambiental. Por outro lado, outros grupos da comunidade se apropriaram do território e se fixaram no espaço mesmo sem legalidade. São grupos de carroceiros, pequenos produtores rurais, grupos religiosos que habitam as áreas de preservação permanente do ribeirão há décadas. O movimento popular Amigos do Parque Canela de Ema e a Associação SOS Ribeirão vem atuando junto ao governo local na luta pela recuperação do ribeirão e implantação das unidades de conservação existentes ao longo do rio desde 2011. No ano de 2016, conseguiu colocar na agenda do governo uma proposta de criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Ribeirão Sobradinho, em que vem discutindo e colaborando com dados essenciais para a construção de uma proposta que contemple os anseios e demandas da comunidade e na busca por soluções para mitigar os impactos ambientais que o ribeirão vem sofrendo. A ADASA, que vem apoiando as ações em prol do Ribeirão Sobradinho destinou recursos para a realização de um diagnóstico ambiental que subsidiará a criação das unidades de conservação e a recuperação do corpo hídrico do Ribeirão. O processo de contratação está em andamento. Diante deste cenário faz-se necessário desenvolver uma série de ações, para promover o empoderamento da comunidade local e contribuir no processo político de criação das Unidades de Conservação - Refúgio da Vida Silvestre Ribeirão Sobradinho e Parque Ecológico Canela de Ema e para recuperação dos seus recursos hídricos.</p>
--	---

O público alvo e parcerias

O público alvo do projeto são as lideranças comunitárias, gestores, professores e os estudantes do Ensino Médio e do Ensino de Jovens e Adultos no território do Ribeirão Sobradinho. Este público caracteriza-se por ser de baixa e média renda. O projeto tem o apoio das Administrações Regionais de Sobradinho e Sobradinho II, do Conselho de Cultura e do Conselho de Saúde da região, do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, da Fundação Oswaldo Cruz – Brasília, da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA, do Jardim Botânico de Brasília, Conselho da APA do Planalto Central - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Atividades

As atividades previstas para serem realizadas antes do 8º Fórum Mundial da Água são:

Atividade 1 – Articulação política: Participar do grupo de trabalho para criação do Mosaico de Unidades de Conservação da Bacia hidrográfica do Ribeirão Sobradinho. Acompanhar a realização do diagnóstico ambiental (Pregão Nº 18/2016 da ADASA) para a unidade hidrográfica do ribeirão Sobradinho até a BR 020, incluindo as áreas que o margeiam, o Parque Recreativo e Ecológico Canela de Ema, o Parque Centro de Cultura e Lazer Viva Sobradinho, Parque Recreativo Sobradinho II e Parque dos Jequitibás localizados na Região Administrativa de Sobradinho/DF. Participar das audiências públicas para construção do Plano Distrital de Saneamento Básico e de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PDSB/PDGIRS e nas audiências públicas da Crise Hídrica do Distrito Federal.

Atividade 2 - Compartilhar aprendizagens: Realização de seminários sobre o contexto sociopolítico atual do território do Ribeirão Sobradinho e de suas unidades de conservação. Estudo dos subsídios das leis irmãs do desenvolvimento sustentável (Política Nacional de Recursos Hídricos, Sistema Distrital de Unidades de Conservação, Estatuto da Cidade, Diretrizes Urbanísticas da Região). Rodas de conversa para compartilhar os conhecimentos individuais e tradicionais ligados ao meio ambiente. Realização de Mostras de artes e de Experiências Locais.

Atividade 3 - Reconhecer território: Oficinas de cartografia social para a construção do Mapa Colaborativo das Demandas Sociais do território do Ribeirão Sobradinho. Compartilhamento de noções básicas sobre o uso dos aplicativos *Google Earth* e *Google Maps* para visualizar e cadastrar demandas, características geográficas, físicas e pontos de interesse do território do ribeirão, a fim de facilitar a inserção e a análise das características espaciais da

	<p>região. Caminhadas de exploração ecológica para os pontos de interesse ao longo da margem do Ribeirão Sobradinho. Mostrar a região por meio da observação dos pontos de interesse, onde os participantes conheçam algumas características geográficas, hidrográficas e geológicas, bem como, as restrições de uso e ocupação do solo. Serão utilizadas ferramentas como celulares, câmeras fotográficas e de vídeos para coleta de dados. Os participantes serão compartilhados na ferramenta poderão visualizar ou até mesmo realizar cadastramentos no mapa colaborativo.</p> <p>Atividade 4 - Construir instrumentos de governança: Oficinas de Planejamento Participativo para a elaboração do Mapa de Demandas Sociais do território do Ribeirão Sobradinho por meio de procedimentos digitais e manuais, para construção de estratégias de governança. Os dados registrados nas caminhadas e o conhecimento construído sobre a políticas vigentes serão utilizados na construção do mapa. O mapa será impresso em lona e entregue as lideranças para uso posterior. Oficinas de Planejamento Participativo para a construção de um termo de referência para o Plano de Recuperação da nascente Canela de Ema, em Sobradinho no Distrito Federal.</p> <p>Serão utilizadas diferentes metodologias participativas na construção dos instrumentos de governança como: a cartografia social, a dinâmica de sinergia das leis brasileiras que instituíram políticas públicas de desenvolvimento sustentável, a partir da Lei Federal nº 9.433/97, também chamadas de leis irmãs, e a formulação de estratégias de governança para o desenvolvimento sustentável local. As leis irmãs aqui se referem ao Código Florestal brasileiro, instituído pela Lei 12.651/2012, à Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9.795/99 que instituiu o Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA , à Política Nacional de Meio Ambiente estabelecida pela Lei 6.938/81, ao Sistema Distrital de Unidades de Conservação o SDUC e ao Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/2001.</p> <p>As atividades propostas para <u>ocorrerem durante a programação do 8º Fórum Mundial da Água</u> são:</p> <p>Atividade 5 - Pannel com relato de experiência dos movimentos sociais Amigos do Parque Canela de Ema e SOS Ribeirão na luta pela criação e implementação das unidades de conservação do Ribeirão Sobradinho e na recuperação da nascente Canela de Ema.</p> <p>Atividade 6 - Dinâmica do Mapa Colaborativo do diagnóstico socioambiental do território do Ribeirão Sobradinho, para apresentar as demandas sociais e coletar contribuições dos participantes do 8º FMA.</p> <p>Atividade 7 - Visitar a lagoa Canela de Ema em Sobradinho II-DF, para apresentar seus atributos naturais e culturais, bem como os impactos ambientais existentes na região.</p>
--	--

	<p>Comunicação</p> <p>A comunicação a ser utilizada para cobrir as atividades do projeto serão realizadas via redes sociais, correio eletrônico e mídias locais que atuam na região norte do Distrito Federal. Os resultados das atividades (eventos, oficinas e seminários) realizadas anteriormente ao 8º FMA, serão relatados e sistematizados em um relatório a ser apresentado no fórum.</p> <p>No <i>stand</i> a ser instalado no 8º FMA pretende-se realizar a distribuição de <i>folders</i> e fazer explicações e trocas de experiências com os participantes do evento.</p> <p>Resultados esperados</p> <p>A mobilização da comunidade e do governo local sobre a necessidade de promover a revitalização a conservação e a proteção do ribeirão Sobradinho, destacando a importância da participação social na gestão dos bens públicos e das áreas especialmente protegidas na preservação e recuperação dos corpos hídricos.</p> <p>A construção de um mapa com as demandas sociais da comunidade do território de Ribeirão Sobradinho que servirá para subsidiar suas estratégias de governança nas futuras ações a serem realizadas.</p> <p>Inserção da comunidade no processo de criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Ribeirão Sobradinho, garantindo a ampla participação popular e a publicação das leis de criação das unidades de conservação.</p> <p>Mapeamento dos atores interessados na recuperação do Ribeirão Sobradinho e o fortalecimento da rede ambiental da região, com a possível criação do Conselho de Meio Ambiente Regional.</p> <p>O projeto espera contribuir para qualificação da participação da comunidade na formulação e implementação de políticas públicas saudáveis no território para a melhoria da qualidade de vida da população, através do empoderamento político e cognitivo dos representantes da comunidade das Regiões Administrativas de Sobradinho e Sobradinho II – DF.</p> <p>Sensibilização da sociedade civil, setor público e privado na demanda por investimento em tecnologias sociais e ambientais para o desenvolvimento sustentável local do território do Ribeirão Sobradinho.</p>
--	--

<p>IMPLEMENTATION STRUCTURE</p> <p>DESCRIBE THE LOGISTICAL REQUIREMENTS (EQUIPMENT, FACILITIES, OTHERS)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Auditório, data show, som, internet. - Lista de e-mail dos participantes do 8º FMA para compartilhamento de link do mapa colaborativo. - Espaço expositivo de 20 m² (stand) coberto com ponto de internet, tv e computador. - Locação de 01 ônibus com 45 lugares para transportar moradores de Sobradinho-DF e Sobradinho II-DF para participarem do 8º FMA na atividade proposta. - Disponibilidade de 01 van com 15 lugares para transportar participantes do evento interessados em visitar a lagoa Canela de Ema.
<p>MATCHING RESOURCES</p> <p>KINDLY DESCRIBE THE PART OF THE PROJECT YOU CAN SUPPORT WITH YOUR OWN RESOURCES.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Impressão de 02 banners medindo 80 cm x 120 cm em lona colorida. - Recursos humanos das parcerias e doações para a realização das atividades que antecedem o fórum. - Possível recurso financeiro solicitado via edital da FAP-DF e outros